

**PERÍODO:**  
**SEGUNDO SEMESTRE 2004**  
**PRIMEIRO SEMESTRE 2005**



Departamento de Integração e Programas Regionais  
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - INTAL

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
Informe MERCOSUL N° 10. Fevereiro, 2006





PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE 2004 - PRIMEIRO SEMESTRE 2005

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
Departamento de Integração e Programas Regionais  
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe BID - INTAL  
Esmeralda 130, andáres 16 e 17 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina  
Tel: (54 11) 4 320-1850 Fax: (54 11) 4 320-1865  
E-mail: [pubintal@iadb.org](mailto:pubintal@iadb.org) <http://www.iadb.org/intal>

As idéias e opiniões expostas nesta publicação são de responsabilidades dos autores, as  
quais não refletem necessariamente as políticas e/ou a posição do BID e do INTAL.

Impresso na Argentina

Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe  
Informe MERCOSUL 10  
1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Fevereiro 2006.  
140 p.; 28 x 21 cm.  
ISBN-10: 950-738-230-5  
ISBN-13: 978-950-738-230-7  
1. Desarrollo Económico - Mercosur I. Título  
CDD 338.9

US\$ 15.00

Edição:  
Susana Filippa

A série Informes Sub-regionais de Integração representa um esforço do INTAL destinado a fomentar o conhecimento e a difusão de informação referentes ao dinâmico processo de integração vigente na América Latina e no Caribe. Como parte desta corrente integracionista, o Mercado Comum do Sul constituiu-se, a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, em um caso piloto de avaliação dos êxitos e dos desafios que encerra esta ambiciosa iniciativa.

A intenção do INTAL, mediante a publicação desta série anual, é facilitar o acesso à informação a um universo de potenciais leitores interessados no MERCOSUL, compreendendo os setores públicos e privados e a comunidade em geral da sub-região. Além disso, tenta-se transcender o interesse que o MERCOSUL desperta no âmbito sub-regional, facilitando sua difusão à comunidade internacional com a publicação do Informe em idioma inglês, além dos dois idiomas oficiais do processo, espanhol e português.

Este Informe N° 10 abarca o período que vai do segundo semestre do 2004 ao primeiro semestre do 2005. A versão inicial do documento foi elaborada pelo Lic. Ricardo Rozemberg, economista especializado em negociações econômicas internacionais, com a colaboração dos economistas Dr. Raúl Ochoa e os Lic. Marcelo Onesto e Alejo Espora. Do mesmo modo, Paolo Giordano, Cristian Volpe e Mauricio Mesquita, economistas da Divisão de Integração, Comércio e Assuntos Hemisféricos contribuíram com valiosos comentários e sugestões na revisão do documento. A coordenação e edição do Informe estiveram a cargo dos Srs. Ricardo Carciofi e Uziel Nogueira, Diretor e Economista Sênior em Integração do INTAL, respectivamente.

Continuando com o objetivo de seguir cobrindo as expectativas que tem despertado a aparição dos anteriores informes, convidam-se os leitores a enviar seus comentários e/ou sugestões a fim de melhorar no futuro o alcance ou o enfoque do conteúdo destas publicações.



# ÍNDICE

## RESUMO EXECUTIVO

CAPÍTULO I.	PANORAMA MACROECONÔMICO E COMERCIAL DO MERCOSUL	1
A.	Evolução e perspectivas da economia mundial e da América Latina	1
B.	Situação macroeconômica sub-regional	3
C.	Evolução do comércio exterior do bloco	19
D.	A evolução do IED no MERCOSUL	37
CAPÍTULO II .	O DEBATE SOBRE AS ASSIMETRIAS	41
A.	O debate sobre as assimetrias e a origem dos conflitos setoriais	41
B.	Do debate às propostas: a negociação de diferentes iniciativas de "administração" do comércio e dos investimentos	43
C.	Convergências e divergências das visões empresariais e dos governos	46
CAPÍTULO III.	UMA APROXIMAÇÃO AOS PRINCIPAIS TÓPICOS SETORIAIS NO COMÉRCIO ARGENTINA-BRASIL	49
A.	Setores "sensíveis" da Argentina	51
B.	Setores "sensíveis" do Brasil	60
C.	Assuntos especiais	64
CAPÍTULO IV.	UM REPASSE NA AGENDA INTERNA DO MERCOSUL NO PERÍODO 2004-2005	71
A.	Evolução dos principais aspectos da Agenda Interna	71
B.	As perspectivas da Agenda Interna	86

CAPÍTULO V.	A EVOLUÇÃO DA AGENDA EXTERNA DO MERCOSUL 2004-2005	89
A.	Uma visão de conjunto da agenda	89
B.	As negociações da ALCA	90
C.	As negociações MERCOSUL-UE	92
D.	As negociações na OMC e o papel do G-20	96
E.	As negociações Sul-Sul e o Sistema Global de Preferências Comerciais: uma tentativa de revitalização	99
F.	O Acordo MERCOSUL-CAN: acordo bi-regional ou acumulação de acordos bilaterais?	99
G.	A conformação da CSN	101
H.	A negociação MERCOSUL-China e os diálogos bilaterais	103
I.	O Acordo MERCOSUL-Índia: avançando na modalidade de preferências fixas	104
J.	Acordo MERCOSUL-SACU	105
K.	Negociações MERCOSUL-Canadá: à margem da ALCA	105
L.	As negociações MERCOSUL-México: entre o bilateral e a zona de livre comércio	106
M.	As relações MERCOSUL-Rússia: começando pelo político	106
N.	MERCOSUL-Coreia, começando por um estudo de viabilidade	107
O.	Outras negociações em curso	107
CAPÍTULO VI.	A INFRA-ESTRUTURA E A INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL	109
A.	IIRSA	110
B.	Objetivos alcançados	112

## BIBLIOGRAFIA

## RESUMO EXECUTIVO

O período transcorrido entre o segundo semestre de 2004 e os primeiros seis meses de 2005 pode ser caracterizado como de convergência na evolução macroeconômica regional. Os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) observaram nesta etapa não só um importante dinamismo econômico e comercial, como padrões comuns de solvência fiscal e monetária, regimes cambiais similares, paridades mais elevadas do que as registradas na década anterior, balanços positivos de conta corrente, entre outros fatores.

Não obstante esta maior coincidência do ciclo econômico regional, esta etapa esteve marcada por maiores tensões comerciais que envolveram atores públicos e privados dos países sócios, principalmente da Argentina e do Brasil. Apesar dos problemas de caráter bilateral em torno do comércio intrazona dos denominados produtos "sensíveis" terem sido um denominador comum do aumento das tensões no bloco ao longo de sua história, durante o biênio 2004-2005 adquiriram uma dinâmica especial. Um dos padrões básicos foi a tendência a uma defesa mais acirrada da produção interna de parte da Argentina, decisão enquadrada nos objetivos de "reindustrialização" desse país. Por outro lado, a crescente penetração brasileira de numerosos produtos nesse mercado tornava mais difícil aquele objetivo.

Um aspecto destacável no biênio 2004-2005 foi a consolidação do Brasil como uma economia com maior capacidade produtiva e exportadora e, em termos relativos, de menor absorção de importações. Este fenômeno de natureza interna, que está relacionado com o forte fluxo investidor nos setores transacionáveis da economia do maior sócio do MERCOSUL, ocorrido após a desvalorização do real em janeiro de 1999, impacta fortemente sobre a dinâmica produtiva e comercial da região em seu conjunto. Um dado interessante é que durante 2004 se observa uma apreciação da moeda brasileira em relação ao dólar, que se aprofunda na primeira parte deste ano. Este fenômeno, que em princípio poderia ter funcionado como impulsor das importações e um menor dinamismo exportador brasileiro, na prática não operou como tal, não contribuindo para acalmar as inquietações comerciais de outros sócios do bloco.

Neste contexto de tendências, discutiu-se a conveniência de estabelecer no âmbito do MERCOSUL algum tipo de cláusula de escape que permitisse atender eventuais perturbações no âmbito do comércio intrazona. Esta negociação esteve presente em grande parte dos debates regionais, em especial a partir 1999, em diferentes instâncias e sob diferentes diretrizes políticas dos governos do MERCOSUL. Entretanto, durante 2004-2005, o governo argentino foi particularmente ativo na hora de defender a sua produção interna. De forma análoga, e no que se refere à preocupação com a distribuição dos investimentos no espaço ampliado, a Argentina também sugeriu mecanismos visando regular o fluxo investidor, especialmente de empresas transnacionais, para que os mesmos fossem distribuídos de um modo mais em acordo com a configuração produtiva do bloco.

Com relação à Agenda Negociadora Interna, o período compreendido entre julho de 2004 e junho de 2005 esteve basicamente enquadrado pelo Programa de Trabalho 2004-2006. A ele somou-se a possível reforma do Protocolo de Ouro Preto, idéia introduzida pelo Chanceler do Uruguai na Cúpula de Iguazu e que demandou numerosos esforços negociadores durante 2004, em particular por parte dos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum. No período coberto por este informe se concretizaram dois grandes temas que reforçam o processo integrador: a definição de um primeiro mecanismo para eliminar a dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC) e a criação de um Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM) do MERCOSUL. À luz da história do bloco, ambas as questões revestem-se de um valor estratégico. Em particular, a constituição dos fundos estruturais significou uma mudança radical com relação à atitude de cada sócio com o processo de integração. A definição obtida em torno de ambas as medidas não se traduziu até agora no plano de sua aplicação, dado que ainda falta a sanção de normas e regulamentações complementares.



Por sua parte, o andamento da agenda externa do MERCOSUL mostra certos avanços nas negociações com países e/ou sub-regiões de desenvolvimento relativo similar, e crescentes dificuldades na aproximação com os países mais avançados. Neste sentido, não foram cumpridos os prognósticos otimistas formulados no final de 2003 que atribuíam possibilidades de concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da assinatura de um Acordo MERCOSUL - União Européia (UE). A emergência de questionamentos da política comercial externa do bloco por parte de setores empresários do Brasil, tendo em vista as dificuldades para avançar nas negociações com os países desenvolvidos, foi um fenômeno novo e não menor do esquema regional deste período. Como consequência, a agenda externa tornou-se um motivo a mais para o aumento das tensões no contexto regional.

Não obstante o quadro de dificuldades das relações Norte-Sul, entre meados de 2004 e o primeiro semestre de 2005, observou-se um importante dinamismo nas negociações Sul-Sul. Assim, por exemplo, pôde-se fechar o acordo MERCOSUL - Comunidade Andina (CAN), depois de muitos tropeções e diversas dificuldades técnicas. No mesmo sentido, continuaram as negociações com o México e foram assinados Acordos de Preferências Fixas com o *South Africa Customs Union* (SACU) e com a Índia, iniciaram-se negociações para avançar neste mesmo tipo de vinculação comercial com o Marrocos e com o Egito, e foram trocadas propostas de negociação de Áreas de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe (CARICOM) e com a Secretaria de Integração Econômica da América Central (SECA). De um modo mais geral, as conversações comerciais deste período incluíram a assinatura de um Acordo Quadro com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o início de um estudo de viabilidade de um eventual acordo comercial MERCOSUL-Coréia, a celebração de sucessivas reuniões com o Canadá para avaliar diferentes alternativas de aproximação, e -em estágio muito preliminar- conversações com o Conselho de Países de Língua Portuguesa, com a Rússia e com o Paquistão.

Um aspecto chave da agenda externa, embora de tipo bilateral, foi a visita do Presidente da China, Hu Jintao, em novembro de 2004, ao Brasil e à Argentina, cujo eixo consistia na obtenção por parte da China do reconhecimento do *status* de economia de mercado em troca de algumas vantagens de acesso ao país oriental para produtos da região, compromissos de investimentos chineses nas economias do Cone Sul e a definição destes países como "aptos para o turismo" de cidadãos dessa origem. Cabe destacar que nestas negociações não existiram mecanismos de consulta nem cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL.

Noutro sentido, houve neste período ações de consulta intrabloco no caso da crise institucional boliviana, assim como na busca de alternativas conjuntas em matéria de provisão energética regional e de financiamento da infra-estrutura necessária a médio e longo prazo. A este respeito, a maior aproximação política dos Estados Partes - em especial da Argentina e do Brasil - com a Venezuela, teve como eixo central a complementação energética e de infra-estrutura na região. Do mesmo modo, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, em dezembro de 2004 aparecia como um novo âmbito para o fortalecimento político-institucional do subcontinente. Assim, tanto no nível quadripartite, como de modo mais geral, na escala subcontinental através da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), a integração do setor energético se instalava nesta etapa como uma das prioridades da agenda interna e externa do bloco.

No contexto das negociações multilaterais, a atividade do G-20, grupo de países emergentes que articula suas ações para uma melhor defesa de seus interesses frente aos países desenvolvidos, aparecia como outra instância de possível cooperação dos países da região, porém, não isento de desencontros. Efetivamente, desde a conformação do Grupo apenas três Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Brasil e Paraguai) somaram-se a este, enquanto que o Uruguai se manteve a margem do G-20, somando-se ao grupo mais tarde, em março de 2005. O programa de trabalho acordado em julho de 2004 no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), com temas essenciais no tocante à negociação agrícola, reforçava o valor da atuação conjunta. Apesar disso, os avanços foram lentos e as perspectivas de chegar a 6ª Reunião Ministerial de dezembro em Hong Kong com os temas suficientemente avaliados para possibilitar avanços essenciais na negociação multilateral são incertas.

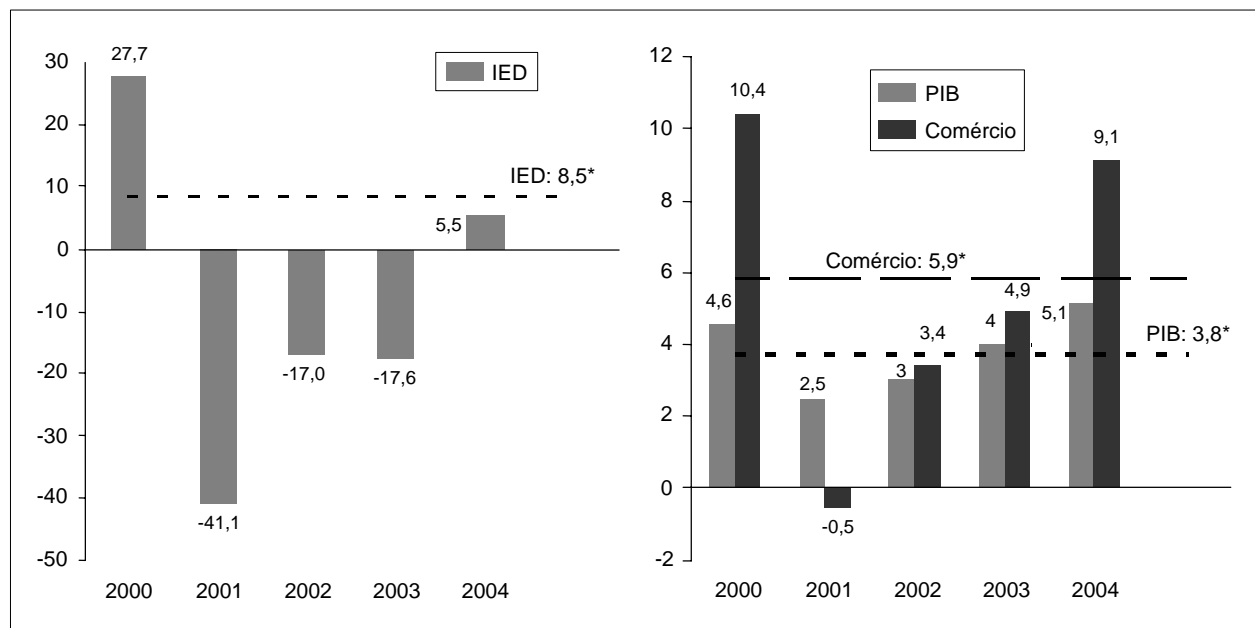
## CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO E COMERCIAL DO MERCOSUL

### A. Evolução e perspectivas da economia mundial e da América Latina

A economia mundial apresentou um comportamento excepcional durante 2004, exibindo a maior taxa de crescimento dos últimos trinta anos. Esta expansão econômica global se manteve em 2005. Guiado por este expressivo dinamismo, o comércio global registrou também um importante aumento, tanto nos preços quanto nas quantidades comercializadas. A firme demanda mundial se refletiu no surgimento de certas restrições de capacidade e altas nos preços dos produtos básicos, principalmente do petróleo, enquanto que no intercâmbio também se observaram pronunciados e crescentes desequilíbrios externos entre as principais economias do globo. Por último, a recuperação se deu num contexto de condições favoráveis nos mercados financeiros mundiais, detectando-se, logo depois de três anos consecutivos de queda, um aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED), impulsionado principalmente pelos fluxos dirigidos às economias emergentes.

As projeções para o presente ano apontam para um novo crescimento da economia mundial, embora a um ritmo ligeiramente mais moderado que o de 2004, prevendo-se algo similar para os fluxos comerciais. Quanto ao IED, as perspectivas para 2005 são positivas, especialmente para os países em desenvolvimento. Neste sentido (e apesar de uma leve deterioração mais recentemente de alguns dos fatores de risco para a economia mundial), observa-se que a conjuntura externa foi e segue sendo altamente favorável para o desenvolvimento dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), incentivando o comércio com o resto do mundo, a recuperação econômica e o financiamento de investimentos produtivos.

**GRÁFICO 1**  
**VARIAÇÃO REAL INTERANUAL CRESCIMENTO MÉDIO 1994-2004**  
Produto Interno Bruto (PIB), Comércio Mundial de Mercadorias e IED



Nota: (\*) Taxa média anual 1994-2004.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do FMI, OMC e UNCTAD.

Neste contexto de bonança internacional, os países em desenvolvimento apresentaram durante 2004 a taxa de crescimento mais alta dos últimos anos, superando amplamente a dos países de altas rendas, o que lhes permitiu recuperar participação no produto global. Os bons resultados se devem em grande medida ao aumento do comércio mundial, ao marcante aumento do investimento, às baixas taxas de juros reais e ao incremento dos fluxos de capitais internacionais, em especial do IED.

Neste contexto, em 2004, a atividade econômica na América Latina aumentou bem acima dos anos anteriores (5,9%). À diferença do ocorrido nos dois últimos decênios, esta expansão alcançou a maioria dos países da região, tendo a sustentada demanda mundial por produtos básicos contribuído para este desempenho singular. As baixas taxas de juros e a elevada liquidez internacional também cumpriram uma importante função, ao proporcionar uma afluência de capital que favoreceu o ressurgimento do investimento e do consumo interno.

Espera-se que, como no resto da economia mundial, o nivelamento dos preços dos produtos básicos, o aumento das taxas de juros internacionais e as pressões inflacionárias internas tendam a suavizar o ritmo do crescimento regional durante 2005, embora este possa se manter em níveis historicamente elevados (em torno de 4,3%-4,5% e aproximadamente 4% em 2006).

Tal como afirma o Estudo Econômico da América Latina e do Caribe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL [2005]), se estas previsões forem confirmadas completar-se-ia "um período de quatro anos consecutivos de expansão econômica que implicaria em um aumento do PIB *per capita* de aproximadamente 10% entre 2003 e 2006".

**QUADRO 1**  
**TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB**  
2001-2004 e previsões 2005-2006

	2001	2002	2003	2004	2005*	2006*
<b>Países em desenvolvimento</b>	<b>4,2</b>	<b>4,7</b>	<b>6,4</b>	<b>7,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,0</b>
<b>América Latina e Caribe</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,8</b>	<b>2,0</b>	<b>5,9</b>	<b>4,3</b>	<b>3,7</b>
Argentina	-4,4	-10,9	8,8	9,0	6,0	3,6
Bolívia	1,7	2,4	2,8	3,6	4,4	4,5
Brasil	1,3	1,9	0,5	4,9	3,7	3,5
Chile	3,4	2,2	3,7	6,1	6,1	5,4
Colômbia	1,5	1,9	4,1	4,1	4,0	4,0
Ecuador	5,1	3,4	2,7	6,9	3,9	3,7
México	0,0	0,8	1,4	4,4	3,7	3,3
Paraguai	2,1	0,0	3,8	4,0	2,5	3,0
Perú	0,2	4,9	4,0	4,8	4,5	4,5
República Dominicana	3,6	4,4	-1,9	2,0	2,5	4,3
Uruguai	-3,4	-11,0	2,2	12,3	5,0	3,5
Venezuela	3,4	-8,9	-7,7	17,9	4,6	3,8
<b>Ásia em desenvolvimento</b>	<b>5,8</b>	<b>6,5</b>	<b>8,1</b>	<b>8,2</b>	<b>7,4</b>	<b>7,1</b>
China	7,5	8,3	9,3	9,5	8,5	8,0
Índia	4,8	4,4	7,5	7,3	6,7	6,4
<b>Europa Central e do Leste</b>	<b>0,2</b>	<b>4,4</b>	<b>4,6</b>	<b>6,1</b>	<b>4,5</b>	<b>4,5</b>
Rússia	5,1	4,7	7,3	7,1	6,0	5,5
<b>África</b>	<b>4,0</b>	<b>3,6</b>	<b>4,6</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>

Nota: (\*) Projetado.

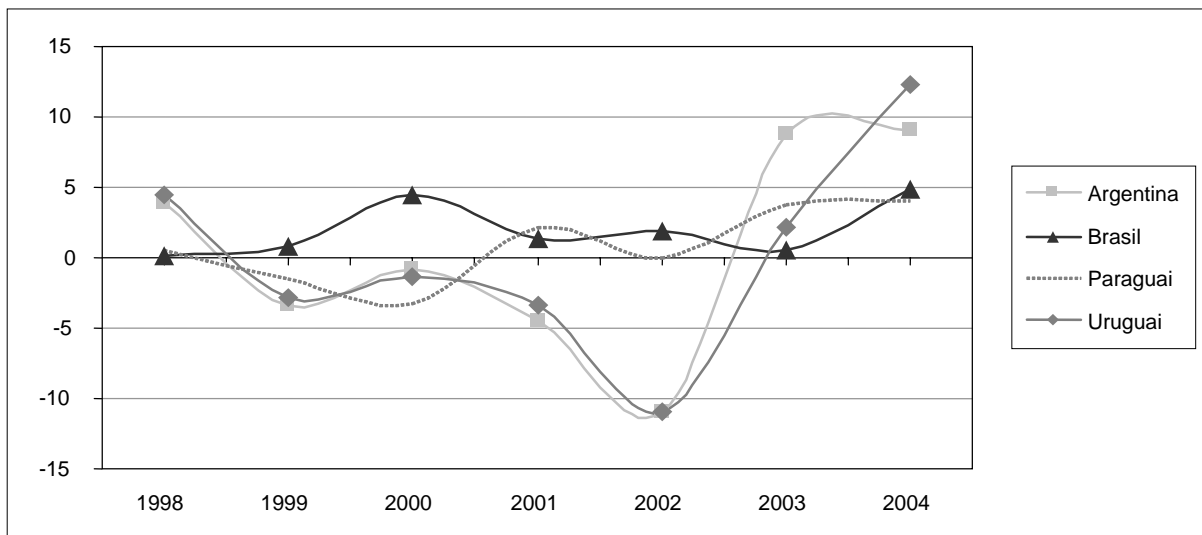
Fonte: Elaboração própria baseado no FMI, CEPAL e Banco Mundial.

## B. Situação macroeconômica sub-regional

Imersos em uma conjuntura internacional excepcional, todos os membros do MERCOSUL apresentaram um desempenho macroeconômico destacado em 2004, com continuidade em 2005. Os quatro sócios, praticamente sem exceção, experimentaram um notório reaquecimento da atividade econômica, conjuntamente com uma redução nas taxas de inflação, a manutenção de tipos de câmbios competitivos e estáveis e superávits "gêmeos" na conta corrente e no balanço fiscal primário. Este desempenho das principais variáveis macroeconômicas tem reduzido as chances de que as crises externas ou financeiras do passado voltem a se repetir no curto prazo. Do mesmo modo, registrou-se uma melhoria generalizada dos indicadores trabalhistas, com uma alta do emprego e uma queda do desemprego, embora esta última variável ainda se encontre em níveis historicamente elevados.

Por outro lado, 2005 apresenta-se como um ano de características similares às de 2004. As taxas reais de variação do PIB continuam sendo elevadas em comparação com a média dos últimos anos apesar de os países do bloco ostentarem um ritmo de crescimento mais lento que o do período precedente. Paralelamente, mesmo que a inflação em vários dos países membros seja maior do que em 2004, o superávit em conta corrente vem se mantendo e a situação fiscal continua favorável. Por último, os indicadores do mercado de trabalho também mostram um novo avanço, porém mais lento, em consonância com a desaceleração parcial da velocidade com que se expande o produto.

**GRÁFICO 2**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO**  
Taxas anuais de variação



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC, IBGE, INE e Banco Central do Paraguai.

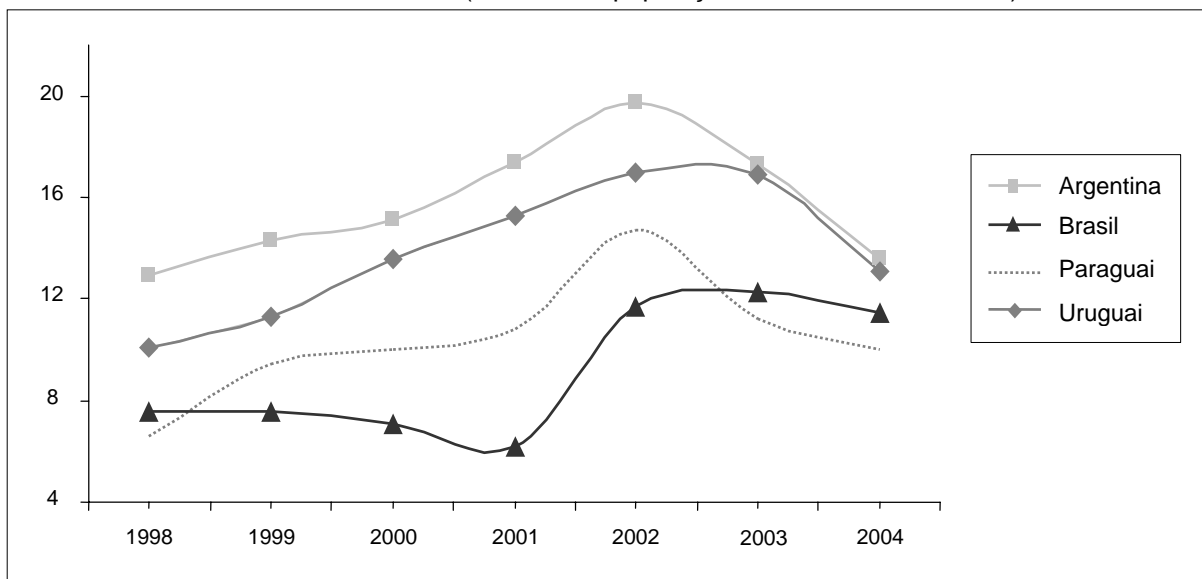
De todo modo, o alto crescimento recente se deu num contexto no qual as condições externas favoráveis, somadas a tipos de câmbios reais competitivos, incentivaram um importante aumento das exportações, que se elevaram a níveis recordes históricos nos quatro países sob análise. Por sua vez, a demanda interna também mostrou um destacado dinamismo, impulsionada tanto pelo investimento, quanto pelo consumo privado, que recuperaram parte da queda observada nos anos anteriores.

No que diz respeito ao *setor externo*, em 2004 os países do Mercosul em conjunto aumentaram em 28% suas exportações de bens, atingindo o nível recorde histórico de US\$ 135 bilhões. Esta elevação foi devida tanto ao incremento nas quantidades vendidas externamente, quanto às altas nos preços de boa parte das matérias primas e manufaturas comercializadas pela região. Tal elevação permitiu compensar o aumento das importações ocorrido por dois anos consecutivos, aumento este que totalizou US\$ 94 bilhões representando uma alta de 38% em relação a 2004. Conseqüentemente, incluindo os serviços, a balança comercial do bloco foi positiva em mais de US\$ 40 bilhões, montante que, juntamente com o saldo da balança de transferências correntes (US\$ 4 bilhões), fechou em US\$ 45 bilhões. Ao contrário, as balanças de renda (incluindo juros e dividendos, entre outros) representaram uma saída líquida de divisas de US\$ 30 bilhões, dando como resultado um superávit da conta corrente na ordem de US\$ 15 bilhões. Esta cifra equivale a 1,9% do PIB regional, no que foi o terceiro ano consecutivo em que o saldo deste componente da Balança de Pagamentos terminou sendo positivo para o bloco, depois de uma década de dependência do financiamento externo.

Quanto às contas capital e financeira, o seu saldo foi negativo em mais de US\$ 14 bilhões, o que indica que o contexto financeiro internacional favorável não é utilizado pelos países da sub-região para endividarem-se, mas sim para o cancelamento de passivos com o exterior. Esse fato, somado ao saldo da Conta Corrente, deu lugar a um pequeno superávit da Balança Global de menos de US\$ 100 milhões, ao que se somaram US\$ 8 bilhões correspondentes a fontes de financiamento extraordinário. A contrapartida do anterior foi uma acumulação de Reservas de US\$ 8 bilhões, que ajudou a reduzir a vulnerabilidade externa.

**GRÁFICO 3  
DESEMPREGO URBANO**

Taxas anuais médias (como % da população economicamente ativa)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC, IBGE, INE e Banco Central do Paraguai.

Por outro lado, a evolução macroeconômica favorável foi acompanhada por uma melhora da *situação fiscal*. O crescimento da atividade econômica e dos ganhos causou impacto positivo na arrecadação fiscal, tanto pela ampliação da base tributável quanto pela elevação do cumprimento dos compromissos tributários. Este aumento dos ganhos permitiu que os países da sub-região levassem adiante uma política expansiva pelo lado do gasto, mas conservando um elevado superávit primário em termos históricos. Uma vez computados os pagamentos dos juros da dívida, três dos quatro sócios registraram déficit nas contas globais, embora substancialmente inferior ao de anos anteriores.

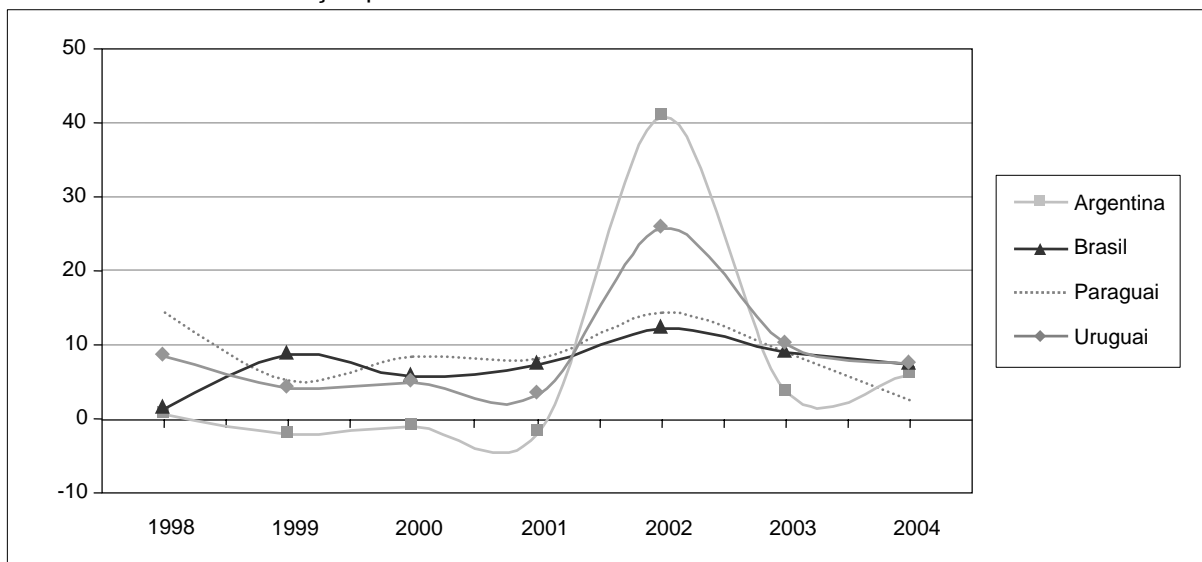
Tudo parece indicar que há uma clara determinação oficial de manter as contas públicas ordenadas, aproveitando a conjuntura favorável, para recorrer o menos possível à colocação de nova dívida ou inclusive poder cancelar parte da dívida velha. No mesmo sentido, em muitos casos o superávit fiscal atua como âncora monetária à medida que se utiliza parte do mesmo para comprar divisas, reduzindo as pressões para que os bancos centrais intervenham nos mercados de câmbio.

Quanto aos *preços*, em 2004 as taxas de inflação aprofundaram a tendência declinante observada em 2003, após o salto experimentado em 2002 como consequência da brusca valorização que tinham sofrido os tipos de câmbios nominais dos países da sub-região. Ante uma maior estabilidade cambial, em 2004 todos os sócios tiveram inflações varejistas de um dígito pelo segundo ano consecutivo, passando para 7,6% no Brasil e Uruguai, 6,1% na Argentina, e 2,8% no Paraguai. Por sua parte, os preços, em alguns casos, aceleraram ligeiramente seu ritmo de aumento no final do ano passado e início do corrente, acompanhando a destacada expansão da atividade econômica em geral e da demanda interna em particular.

Neste contexto, embora entre os membros do bloco o controle da inflação continue sendo a principal finalidade da política monetária, não se deve deixar de citar que no último ano os bancos centrais tiveram de atender de forma simultânea diferentes objetivos que tornaram mais complexa a sua tarefa. A entrada de divisas derivada de um incremento das exportações e uma crescente entrada de capitais na região motivou, em certos casos, uma maior intervenção nos mercados de câmbio. O propósito foi evitar uma valorização excessiva da moeda local capaz de pôr em perigo a competitividade e a reativação da produção. A maior liquidez gerada pela compra de moeda estrangeira os obrigou a realizar operações de mercado aberto (esterilização), com o propósito de reduzir as pressões inflacionárias, enquanto que o ciclo de pausada elevação das taxas de juros iniciada pela Reserva Federal dos Estados Unidos na segunda metade de 2004, induziu uma ligeira alta das taxas domésticas.

**GRÁFICO 4**  
**PREÇOS AO CONSUMIDOR**

Variação percentual acumulada entre dezembro e dezembro

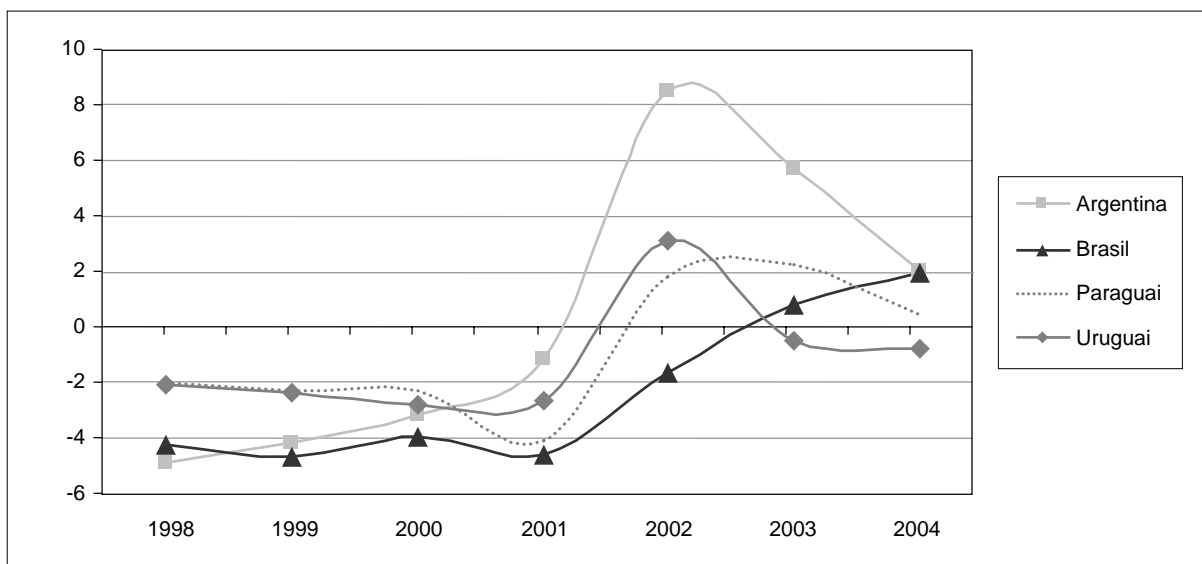


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC, IBGE, INE e Banco Central do Paraguai.

Cada país optou por uma diferente combinação de instrumentos entre estas opções básicas de política, alcançando diversos graus de êxito no objetivo primário de manter o controle dos preços internos. O Brasil

foi o que mais brigou pelo controle da inflação, deixando cair a cotação do real e apostando em uma política monetária contrativa. Isso embora no curto prazo tenha repercutido negativamente no nível da atividade econômica, prevendo-se para finais de 2005 o cumprimento da meta anual de inflação fixada pelo Banco Central. No outro extremo, a Argentina preferiu realizar uma forte intervenção no mercado de câmbio com a intenção de sustentar a paridade de sua moeda e dar continuidade ao elevado ritmo de expansão econômica. Apesar das políticas de esterilização e de controle fiscal, a alta das taxas de inflação não foi evitada.

**GRÁFICO 5**  
**SALDO DA CONTA CORRENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS**  
 Em percentagem do PIB



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC, IBGE, INE e Banco Central do Paraguai.

Puxada pela reativação econômica, a taxa de emprego aumentou em todos os Estados Partes do MERCOSUL durante o ano passado, fomentando uma queda generalizada do desemprego. Os casos mais notórios foram os da Argentina (cuja taxa de desemprego alcançou em média 13,6%) e do Uruguai (13,1%), onde o desemprego se reduziu, em média, em torno de quatro pontos percentuais em relação ao ano de 2003, descendo para níveis similares aos anteriores ao início do ciclo recessivo. Da mesma forma, Paraguai (10%) e Brasil (11,5%) também experimentaram diminuições nas suas taxas de desemprego, embora menos significativas do que as dos outros dois sócios, apresentando níveis sensivelmente mais baixos.

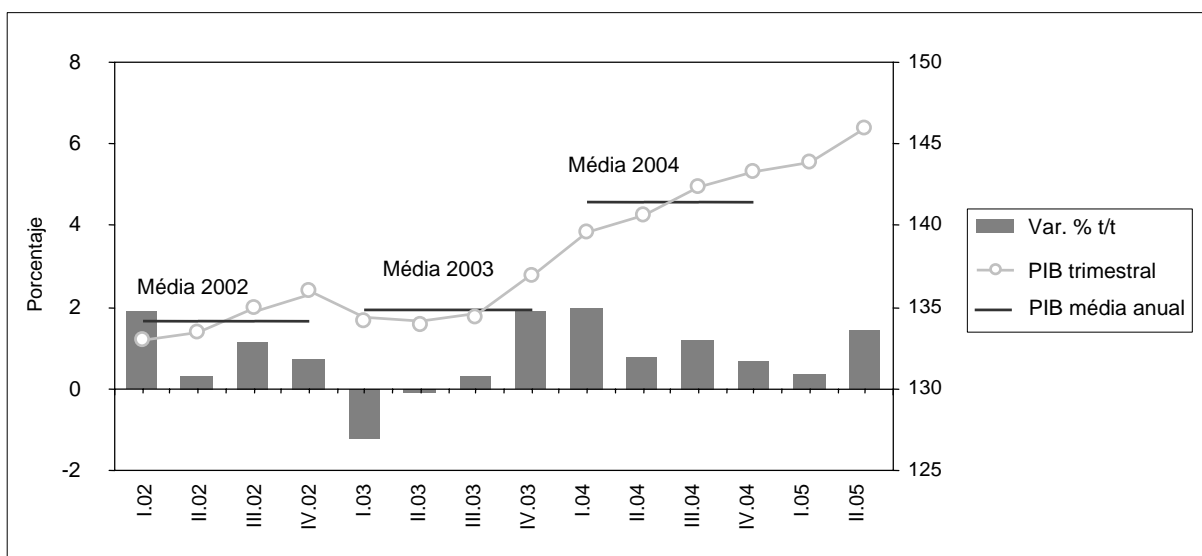
No começo de 2005, todas as taxas de desemprego evidenciaram uma queda significativa em relação aos valores de inícios de 2004, embora o emprego avance a uma velocidade um pouco mais lenta que no passado, como reflexo do menor ritmo no qual se expande a economia regional. Do mesmo modo, o problema do desemprego continua sendo importante nos quatro países por que muitos dos postos de trabalho criados nos últimos anos foram de natureza informal, deixando para o futuro o duplo desafio de gerar mais e "melhores" empregos.

## Principais evoluções e tendências em cada um dos Estados Partes

### BRASIL

Qualquer que seja o ponto de vista, 2004 foi um ano muito bom para o Brasil. Aproveitando plenamente a conjuntura internacional favorável e no contexto de uma política econômica prudente, em 2004 a economia brasileira apresentou o maior crescimento da última década. Este fenômeno foi acompanhado por uma queda do desemprego e uma melhora das contas externas e fiscais, que não só se refletiu em uma próspera evolução dos indicadores financeiros, como também levou o governo a não renovar o seu acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), depois de seis anos consecutivos de celebrar programas com tal organismo.

**GRÁFICO 6**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO**  
Índice base 1990=100. Série desestacionalizada



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do IBGE.

Depois de uma variação praticamente nula em 2003 (0,5%), o PIB brasileiro encerrou o ano de 2004 com um crescimento real de 4,9%, a maior taxa de expansão desde 1994. Pelo lado da oferta, esta melhora se mostrou amplamente difundida, situação muito diferente da observada no ano anterior, quando o único setor que apresentou um aumento de magnitude foi o agrícola.

Pelo lado da demanda, em 2004 as exportações exibiram um aumento no volume de 18%, com um desempenho ainda melhor do que o de 2003 (quando aumentaram 9%), o que lhes permitiu bater um novo recorde histórico. Por sua vez, a demanda doméstica reagiu positivamente a partir do segundo semestre, somando outro motor ao crescimento. Assim, o investimento e o consumo privado encerraram o ano com uma importante expansão de 10,9% e 4,3%, respectivamente, recuperando parte da queda que ambas as variáveis acumularam ao longo dos três anos precedentes.

O excelente desempenho das exportações não só ajudou a dar o pontapé inicial à recuperação da atividade econômica, como também foi responsável por um superávit comercial recorde, de mais de US\$ 30



bilhões. Graças a isso, o Brasil teve um superávit de conta corrente inédito pelo segundo ano consecutivo, tanto em termos absolutos (US\$ 11,7 bilhões), quanto em porcentagem do PIB (1,9%), o que indica que nos últimos anos as contas externas brasileiras vêm sofrendo uma transformação surpreendente.

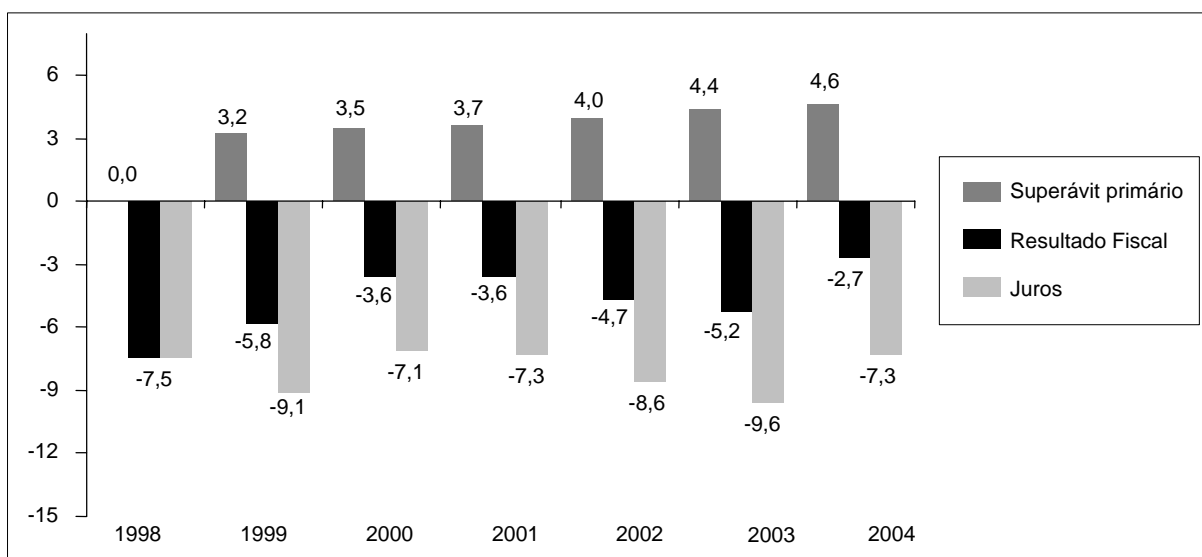
Em 1999, logo depois da maxi-desvalorização do real e com uma economia quase estancada, a conta corrente do Balanço de Pagamentos arrastava um déficit de 4,7% do PIB. O desequilíbrio foi se revertendo progressivamente até atingir no ano passado um superávit recorde para o país, que em valores absolutos é o maior de toda América Latina e Caribe. Mais interessante ainda é que o aprofundamento desta reversão nas contas externas não é subproduto de uma contração do gasto doméstico, como aconteceu inicialmente em 2003. Atualmente o superávit de conta corrente se dá de forma paralela ao maior crescimento dos últimos anos tanto do produto, quanto da demanda doméstica.

Por outro lado, em 2004 as Contas Capital e Financeira do Balanço de Pagamentos acumularam um resultado negativo próximo a US\$ 5 bilhões, indicando que o contexto internacional mais propício não está sendo utilizado para captar capital mas, ao contrário, para cancelar dívida com o exterior. Com estes dados, o resultado global foi positivo em aproximadamente US\$ 7 bilhões, equivalentes a 1,1% do produto.

No plano fiscal, a melhora da atividade econômica durante o ano passado se traduziu em um aumento da arrecadação, que permitiu ao Governo não só cumprir comodamente com o superávit primário comprometido no acordo então vigente com o FMI, como também dobrar a aposta e aumentar por conta própria as metas da economia primária (de 4,25% do PIB originalmente combinado com o organismo para 4,5%). O superávit primário subiu para 4,6% do PIB (US\$ 30 bilhões), completando o melhor de seis anos consecutivos de resultados positivos.

Por outra parte, os pagamentos em conceitos de juros representaram 7,3% do PIB, cifra que embora seja elevada (equivalente a US\$ 48.100 milhões) é a menor dos últimos três anos (a redução com relação a 2003 foi de 2,3 pontos do PIB). Contudo, o déficit fiscal global se reduziu em 2,5 pontos do produto, passando de 5,2% em 2003 para 2,7% em 2004 (US\$ 17.700 milhões), o menor nível em duas décadas.

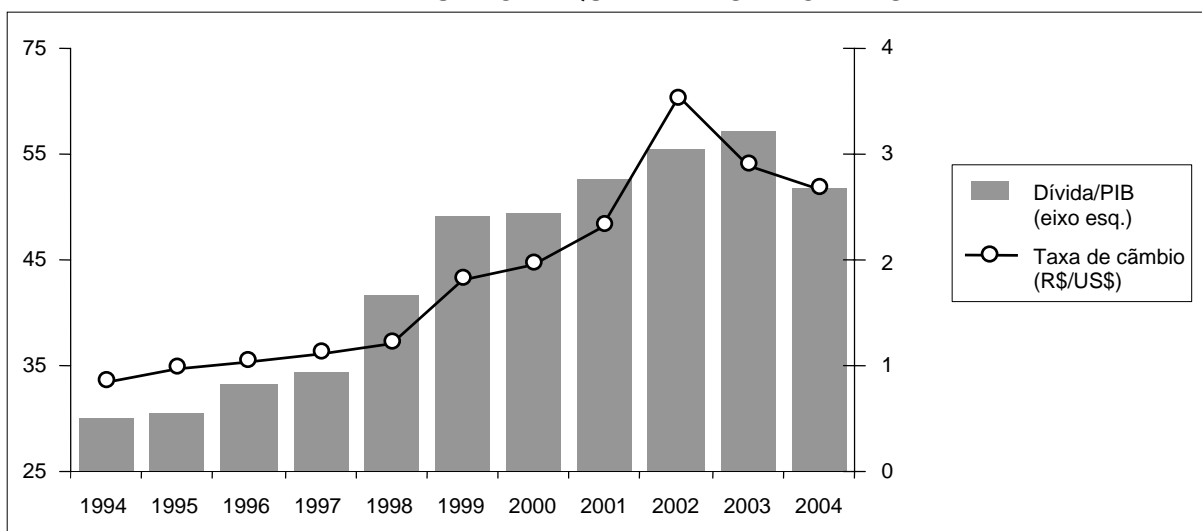
**GRÁFICO 7**  
**RESULTADO FISCAL**  
% PIB



Fonte: Elaboração própria com base no BACEN.

O aumento do superávit primário, somado à menor carga de juros, ao forte crescimento do produto nominal, e à apreciação do tipo de câmbio, gerou pela primeira vez em 10 anos uma importante redução da *ratio* entre Dívida Pública e PIB, passando de 57,2% em 2003 para 51,8% em 2004. Por sua vez, em termos qualitativos, a composição da dívida também melhorou notavelmente, ao cair a participação dos títulos em dólares sobre o total da dívida.

**GRÁFICO 8**  
**DÍVIDA PÚBLICA LÍQUIDA E TIPO DE CÂMBIO**



Fonte: Elaboração própria com base no BACEN.

Neste contexto, no final de março 2005, quando culminou o programa com o FMI, o governo brasileiro tomou a decisão de não renovar o acordo.<sup>1</sup>

Do mesmo modo, esta maior folga nas contas externas e fiscais brasileiras também teve como correlato uma evolução positiva das variáveis financeiras do país. No ano passado registrou-se uma queda destacada do risco país (que no final de 2004 se situava em torno de 400 pontos básicos, o nível mais baixo desde que Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao poder), acompanhado por um aumento do índice Bovespa (que então alcançava níveis recordes) junto com uma persistente valorização do real, tendências que se aprofundaram na primeira metade de 2005.

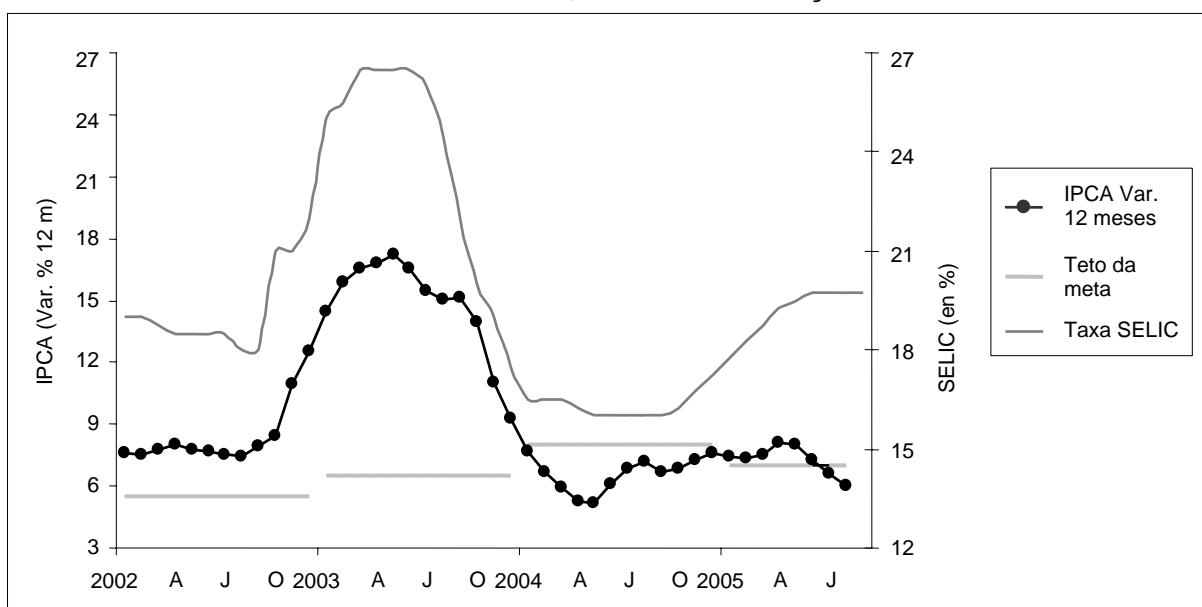
No âmbito trabalhista, em 2004 o crescimento econômico impactou positivamente, fomentando a criação de cerca de um milhão e meio de postos de trabalho só no mercado formal. Este crescimento baixou a taxa de desemprego para 11,5% no fim de ano, menor nível desde 2001 e quase um ponto percentual inferior à média de 2003 (12,3%). Isso, somado à suave mas progressiva recuperação do salário real (que nas zonas metropolitanas representou a primeira alta em sete anos) foi o que impulsionou o aumento do consumo privado.

<sup>1</sup> Nos últimos anos, a assistência do FMI ao Brasil foi particularmente importante durante a transição política de 2002, quando a vitória do Luiz Inácio Lula da Silva despertava inquietação entre os investidores. A continuidade do programa com o Fundo, por parte da nova administração, jogou um papel importante ao gerar a confiança dentro do mercado de que o Governo adotaria políticas prudentes. Atualmente, os fundamentos da economia mostram-se muito mais sólidos que no passado, ao mesmo tempo que as perspectivas também melhoraram, o que levou o governo desvincular-se do "guarda-chuva" do Fundo.

Quanto à evolução dos preços, em 2004 a inflação varejista (medida através do Índice de Preços ao Consumidor -IPC- em seu conceito ampliado) foi de 7,6% dezembro-dezembro, situando-se próximo da margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais fixado sobre a meta de 5,5% estabelecida pelo Banco Central. Deste modo, este foi o primeiro ano desde 2000 (quando os preços aumentaram 6,0%) que a autoridade monetária conseguiu cumprir com a faixa objetiva.

Não obstante, o Banco Central começou a desenvolver uma política monetária contrativa, para cumprir com a meta superior da inflação prevista para 2004 e para conter os preços e as expectativas inflacionárias com vista a 2005, devido às pressões inflacionárias derivadas do elevado ritmo de crescimento econômico e de certas cláusulas de indexação aplicadas sobre os serviços regulados a partir da segunda metade do ano. Para este ano, a meta originalmente fixada em 4,5% terminou sendo elevada para 5,1%, com uma faixa de tolerância de 2,5%. A partir de setembro 2004, a autoridade monetária iniciou um processo de aumento da taxa de juros de referência (Selic), que se estendeu por nove meses, ao longo dos quais a referida taxa subiu 375 pontos básicos, de 16% para 19,75% (maior nível desde o final de 2003).

**GRÁFICO 9**  
**VAR. % INTERANUAL DO IPC-A, METAS DE INFLAÇÃO E TAXA SELIC**



Fonte: Elaboração própria baseado em dados do IBGE e BACEN.

Os resultados desta estratégia sobre os preços têm sido favoráveis até o momento, detectando uma lenta convergência para a faixa superior da meta. Em julho, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou um aumento interanual de 6,6%, logo depois de ter atingido um pico de 8,07% em abril.

Paralelamente, a elevação das taxas de juros causou impacto no nível de atividade, levando a uma desaceleração no ritmo de crescimento. No quarto trimestre 2004 e o primeiro deste ano, o PIB aumentou à razão de 0,7% e 0,4% por trimestre, enquanto que na primeira parte do ano passado tinha crescido em média 1,3%, trimestralmente. Do mesmo modo, o investimento apresentou duas quedas consecutivas, de 2,9% e 3,6% no quarto trimestre do ano passado e o primeiro do corrente. Neste contexto, conforme a pesquisa de expectativas realizada periodicamente pelo Banco Central, o consenso do mercado prevê um crescimento do produto de 3,2% para 2005, que resulta inferior ao de 2004 (embora não deixe de ser elevado se comparado com a *performance* da economia brasileira dos últimos dez anos, que se expandiu 2,5% por ano, em média).

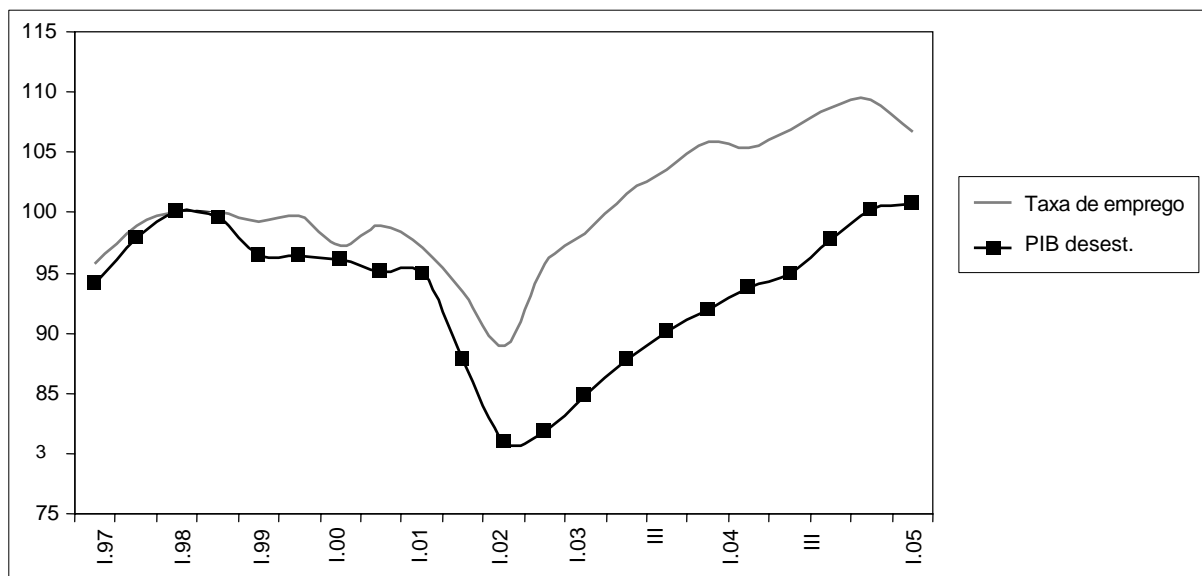
Por último, apesar da valorização da moeda e da recuperação da demanda doméstica, no que vai do ano a balança comercial brasileira continuou registrando um superávit sustentado, que mantém quase intacta a boa saúde das contas externas. Mais concretamente, nos primeiros seis meses de 2005 o saldo comercial subiu para US\$ 18 bilhões (32% acima do correspondente ao mesmo período de 2004), enquanto que o resultado acumulado dos doze meses finalizados em junho foi positivo em US\$ 34 bilhões (exportações ao redor de US\$ 107 bilhões e importações por US\$ 72 bilhões), algo inédito na história econômica brasileira.

## ARGENTINA

Em 2004 o PIB da Argentina registrou uma alta de 9%, a mais elevada dos últimos doze anos, superando inclusive marginalmente a observada em 2003 (8,8%). Por outra parte, durante os primeiros seis meses de 2005, a atividade econômica continuou avançando a passo firme (o PIB aumentou 9% em relação ao ano anterior), quebrando seu recorde anterior ao período recessivo. De uma ótica setorial, a recuperação de 2004 resultou altamente difundida, voltando a ser a indústria a principal responsável da alta do produto, seguida pelo comércio, a construção, e os serviços de transporte e comunicações.

Quanto aos componentes do gasto, pelo segundo ano consecutivo a demanda doméstica desempenhou um papel chave no crescimento a nível agregado durante 2004, verificando-se por sua vez um promissor incremento das exportações no segundo semestre. Efetivamente, no ano passado o consumo privado se expandiu 9,4% (um pouco mais velozmente que no ano anterior) e o Investimento Bruto Interno Fixo (IBIF) recuperou-se 34,5%, impulsionado tanto pelo investimento crescente na construção, quanto em máquinas e equipamentos. Assim, logo depois de alcançar um mínimo histórico de 12% do PIB em 2002, o Investimento (medido a preços correntes) passou a representar 21% do produto no final de 2004.

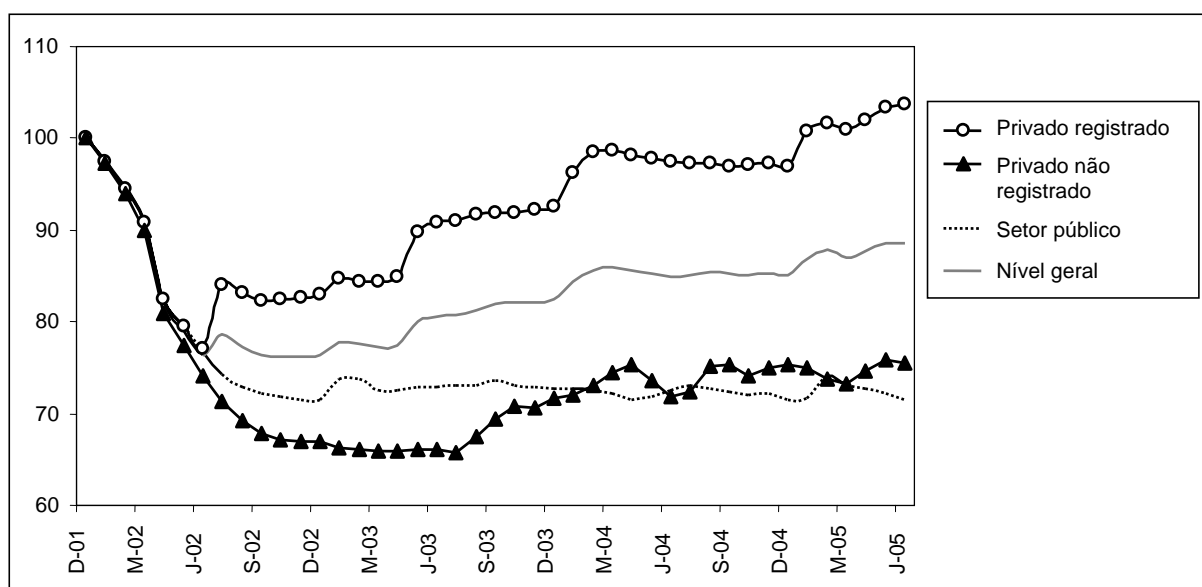
**GRÁFICO 10**  
**PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXA DE EMPREGO URBANO**  
Índices base I Semestre 1998=100. Série desestacionalizada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC.

A velocidade com que se recuperou a atividade agregada gerou um aumento do emprego, tanto formal quanto informal, que abrangeu praticamente todas as atividades econômicas, destacando-se a criação de postos de trabalho observada na indústria manufatureira, na construção e em certos serviços. Neste sentido, no ano passado a Taxa de Emprego subiu para níveis historicamente elevados. Isso fez com que a Taxa de Desemprego registrasse uma importante diminuição (embora tenha se registrado um aumento da oferta de trabalho),<sup>2</sup> caindo no quarto trimestre de 2004 para 12,1% da PEA. A citada taxa ficou quase 2,5 pontos percentuais abaixo da registrada no final de 2003, representando, por sua vez, quase a metade do máximo atingido em maio de 2002. Ao recalculas as taxas considerando como desempregados todos os empregados cuja ocupação principal provém de um plano de emprego oficial, o desemprego teria sido de 16% no final de 2004. Na primeira metade de 2005, o desemprego ficou em torno dos níveis do final de 2004.

**GRÁFICO 11**  
**SALÁRIO REAL\* - ÍNDICES BASE DEZEMBRO 2001=100**



Nota (\*): Salário deflacionado por preços varejistas.

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Indec.

Por sua parte, no ano passado observou-se um aumento dos salários nominais superior ao registrado pelos preços varejistas, dando lugar a uma recomposição do poder de compra dos trabalhadores com emprego formal. Juntamente com o fato de que as melhoras salariais foram impulsionadas por decisões governamentais e que estes aumentos se concentraram principalmente no setor privado formal (grupo que, no começo de 2005, tinha conseguido recuperar os níveis de salário real pré desvalorização), também se detectaram altas no setor privado informal. Mesmo assim, face às diferenças observadas entre trabalhadores públicos e privados, e inclusive entre os próprios privados (quer sejam estes formais ou informais), a discussão salarial tomou relevância.

<sup>2</sup> Quociente entre População Economicamente Ativa e População Urbana Total.

A recuperação do emprego e do salário gerou uma queda nos índices de pobreza e de indigência, embora este problema continue afetando a uma parcela muito elevada da população. Não obstante, no segundo semestre de 2004, o índice de pobreza se reduziu para 40% e o de indigência para 15%.

Em 2004, a inflação varejista (dezembro-dezembro) foi de 6,1%. Embora esta taxa tenha sido superior à registrada em 2003 (+3,7%), foi somente no início deste ano que se detectaram altas significativas de preços, ficando a inflação no epicentro da agenda econômica. Em particular, até dezembro 2004 a taxa média de inflação mensal foi de 0,5%, enquanto que entre janeiro e março 2005 a mesma se elevou de maneira significativa, superando a taxa de 1% mensal.

Neste aumento da inflação reuniu-se uma gama de fatores. Por um lado, as questões sazonais, por outro, a recomposição de preços relativos a favor dos bens e serviços menos transacionáveis - que vinham mais atrasados desde o abandono da conversibilidade, levaram a iniciar uma discreta elevação, em virtude também das pressões dos custos, da redução da capacidade ociosa e do elevado dinamismo da demanda doméstica. A isso se acrescentaram as altas em alguns produtos com elevada incidência na cesta do IPC (como a carne), as quais tiveram lugar em um contexto de aumento simultâneo da demanda externa e interna, que se chocou com uma oferta inelástica.

Agora bem, entre o segundo e terceiro trimestre 2005, a inflação se desacelerou em relação ao observado nos primeiros três meses do ano. Entre abril e agosto<sup>3</sup> a taxa média mensal de inflação foi de 0,7%, quase a metade daquela registrada no primeiro trimestre (1,3%). Isto obedeceu a fatores sazonais, ao efeito fiscal contrativo característico dessa etapa do ano (associada ao vencimento do imposto sobre o lucro, entre outros tributos) e a um maior controle da política monetária.

Apesar desta desaceleração parcial, o IPC acumulou até agosto de 2005 um aumento de 7,7 % em relação a dezembro de 2004 (+9,7% interanual), ficando já muito perto do limite superior da meta prevista pela autoridade monetária para o final de ano, equivalente a 8%. Este fato, conjuntamente com a dinâmica especuladora dos preços própria da parte final do segundo semestre, com a política fiscal sazonalmente mais expansiva e com as pressões inflacionárias previstas em vários setores econômicos em função de ajustes salariais recentemente negociados, tornam muito difícil que a variação dos preços fique em torno do limite superior da meta nos meses que restam até dezembro. Estima-se que pode chegar a dois dígitos.

Do mesmo modo, a inflação atacadista em 2004 subiu para 7,9%, sendo significativamente mais elevada que a do ano 2003 (2%). Esta *performance* foi impulsionada pelas altas de preços dos produtos manufaturados e da energia elétrica (+10%), já que os produtos primários se mantiveram relativamente estáveis (+1,4%) em resposta à baixa evidenciada pelos produtos agrícolas (-22%). Nos primeiros oito meses de 2005, o Índice de Preços Internos no Atacado (IPIM) acumula um aumento de 6,3%.

Frente à aceleração da inflação, o governo optou por manter o tipo de câmbio nominal estável e negociar uma série de acordos de preços setoriais, visando a manter inalterados por um determinado tempo os valores de distintos produtos da cesta básica. Adicionalmente, foram contidos os aumentos de alguns serviços públicos como o transporte, em troca de subsídios estatais.

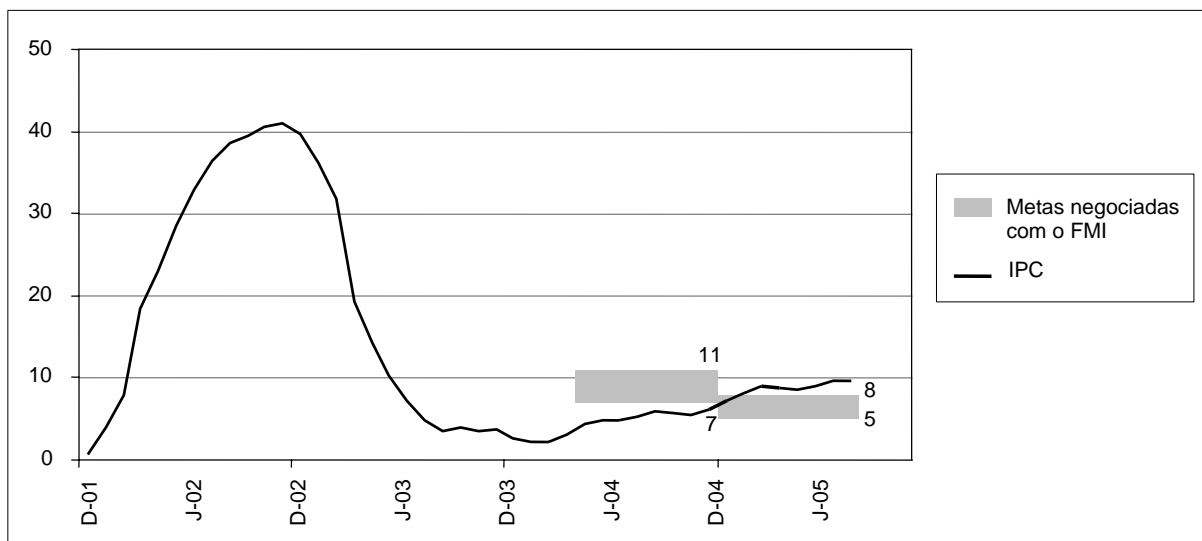
Dados os aumentos registrados até o momento pelo IPC e o IPIM, esta estabilidade da taxa de câmbio nominal, na prática implicou uma leve valorização real, embora o peso argentino tenha mantido virtualmente inalterada sua competitividade cambial em relação a seus principais sócios comerciais (incluídos os da região), como conseqüência da tendência à valorização nominal da maioria das moedas das economias com as quais a Argentina comercializa.

---

<sup>3</sup> Último dado disponível.

No plano fiscal, o incremento da atividade, do emprego e dos preços, somado a um maior grau de cumprimento dos compromissos tributários durante 2004, trouxe aparelhada uma importante elevação de 34% na arrecadação dos impostos nacionais, bem acima da taxa de crescimento do produto. Isto elevou a pressão tributária para 22% do PIB, nível recorde histórico. Entre os tributos mais dinâmicos encontra-se o imposto sobre valor agregado (IVA) -que aumentou quase 50% durante o ano passado- e o imposto sobre o lucro (+43%), detectando-se também uma boa *performance* das contribuições à segurança social (+30%). Como contrapartida a este aumento dos ganhos, o governo levou adiante um incremento menor do gasto, o que permitiu acumular um superávit primário próximo aos 4% do PIB, o mais elevado em décadas.

**GRÁFICO 12**  
**IPC E IPIM: VARIAÇÃO PERCENTUAL INTERANUAL**



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do INDEC.

Além de o superávit primário superar com folga as metas negociadas com o FMI, o governo argentino decidiu suspender o programa que mantinha com o aquele organismo, em virtude das diferenças que existiam entre ambos em relação aos alcances das denominadas "reformas estruturais" e da reestruturação da dívida pública. Isto gerou uma suspensão de desembolsos por parte do FMI e levou a Argentina a realizar desembolsos líquidos de mais de US\$ 2 bilhões. No que vai de 2005, as finanças públicas continuaram evoluindo favoravelmente e, apesar de alguns aumentos do gasto, os crescentes ganhos permitiram sustentar o elevado superávit primário.

Por outro lado, em fevereiro de 2005 foi concluída a reestruturação da dívida pública em situação irregular, atingindo um nível de aceitação de 76%, equivalente a US\$ 62,318 bilhões sobre um total de dívida elegível de US\$ 81,837 bilhões. Com base na informação da Secretaria de Fazenda, o *stock* de dívida pública depois da troca de títulos chegava a US\$ 125,283 bilhões (72% do PIB), cifra substancialmente menor à anterior à operação de reestruturação (US\$ 191,254 bilhões, equivalentes a 124% do PIB). Embora o grau de participação tenha sido elevado, o tratamento de 24% dos credores que não entraram na troca foi motivo de debate público e gerou discussões entre o governo e o FMI.

No que diz respeito ao setor externo, em 2004 o resultado da balança comercial de bens voltou a ser positivo, embora decrescente, passando para US\$ 12 bilhões, montante equivalente a 8% do PIB. Do mesmo modo, o saldo de conta corrente também foi superavitário, apesar de ter sofrido redução em relação a 2003, passando para aproximadamente 2% do PIB. Este fato provocou uma importante entrada

de divisas, que foi acompanhada por uma acumulação de reservas, em virtude da decisão oficial de sustentar a cotação do peso.

Quanto às exportações, as mesmas experimentaram um aumento de 16% no ano passado alcançando um novo recorde histórico de US\$ 34 bilhões. A alta proveio tanto pelo lado dos preços (+11%) quanto das quantidades (+5%), e foi impulsionada principalmente pelas maiores colocações externas de manufaturas de origem agropecuária (+19%) e industrial (+24%). Por sua parte, as importações (US\$ 22 bilhões) voltaram a mostrar pelo segundo ano consecutivo um crescimento significativo (+62%, depois da recuperação de 54% de 2003), impulsionadas por um novo e importante crescimento das importações de bens de capital (+114%) e de combustíveis (+83%).

No primeiro semestre de 2005, as exportações cresceram novamente (+13%), ao mesmo tempo em que as importações seguiram avançando a passo firme (+34%), localizando-se só 18% abaixo dos níveis que tinham no final de 1997, anterior ao abandono da conversibilidade. Prevê-se que este comportamento se repita no que resta do ano, com o qual o superávit comercial e de conta corrente de 2005 provavelmente ajustem-se novamente à baixa, porém positivos.

Levando em conta todo o anterior, verifica-se que a Argentina continuou avançando na normalização de sua situação econômica e financeira durante 2004. No mesmo sentido, o superávit fiscal e de conta corrente diminuem a vulnerabilidade externa e tornam improvável que no curto/médio prazo volte a repetir um "choque de trens" como o do desmoronamento da conversibilidade. Talvez um dos principais assuntos pendentes seja a redefinição dos termos de concessão dos serviços públicos privatizados.

## URUGUAI

O PIB do Uruguai experimentou um aumento de 12,3% durante 2004, que superou inclusive as expectativas mais otimistas. Esta notória expansão permitiu consolidar a incipiente melhora observada em 2003, quando a atividade agregada aumentou 2,%, dando início à saída da profunda recessão registrada entre 1998 e 2002 (-17,7%). Do mesmo modo, este vigoroso processo de recuperação permitiu que no final de 2004 a produção de bens e serviços ficasse só 4% abaixo do seu máximo pré-recessivo.

No primeiro trimestre 2005 a economia continuou avançando, embora um pouco mais lentamente. O PIB registrou uma alta de 7,1% em relação a um ano atrás e, em termos desestacionalizados ficou só 0,1% acima do quarto trimestre 2004, apresentando uma ligeira desaceleração no ritmo de avanço.

Pelo lado da oferta, no ano passado o incremento do produto foi impulsionado pela indústria manufatureira (que expandiu 21,7%), pelas atividades de comércio, restaurantes e hotéis (21,1%), e pelo setor agropecuário (13%), os quais foram responsáveis por cerca de dois terços da recuperação global.

No caso da indústria, foi importante tanto o impulso do mercado interno, quanto do externo, detectando-se um aumento da produção de todos os ramos manufatureiros, entre os quais se sobressaíram os fabricantes de produtos alimentícios, bebidas, fumo, químicos, e de produtos metálicos. O favorável desempenho do setor de comércio e de restaurantes e hotéis foi influenciado pela alta do consumo interno, pela recuperação do turismo estrangeiro e pela maior demanda doméstica de atividades de lazer. O incremento da atividade agrícola se deveu principalmente à ampliação das áreas plantadas de soja, girassol, trigo e cevada; enquanto que a crescente atividade pecuária encontrou sua origem na maior produção de gado.

Analisando o comportamento dos componentes da demanda agregada, verifica-se que a recuperação do PIB do ano passado respondeu principalmente ao aumento da demanda interna (13,3%), derivado de um incremento tanto do consumo (11,4%), como da Formação Bruta de Capital Fixo (32%). Adicionalmente,



a demanda externa também resultou dinâmica, apresentando uma alta de 22,7%, segundo as estimativas de preços constantes das contas nacionais, sendo a sua ingerência na subida do produto um pouco menor do que a do mercado interno.

**QUADRO 2**  
**PIB. VAR. % 2004/2003 DO ÍNDICE DE VOLUME FÍSICO**

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Variação (%)</b>	<b>Contribuição (%)</b>
Indústria Manufatureira	21,7	3,7
Comércio, Restaurantes e Hotéis	21,1	2,3
Agropecuária	13,0	1,6
Transporte e Comunicações	11,7	1,4
Construção	7,2	0,2
Eletricidade, Gás e Água	1,2	0,1
Outras	7,4	3,0
<i>PIB</i>	<i>12,3</i>	<i>12,3</i>

Fonte: Banco Central do Uruguai.

Como contrapartida à rápida velocidade com que se recuperou a atividade agregada, em 2004 a taxa de desemprego aprofundou a tendência descendente observada em 2003. No trimestre móvel finalizado em dezembro 2004, o desemprego caiu para 12,1%, nível notoriamente inferior ao de igual período do ano anterior (15,4%). Esta importante diminuição se viu parcialmente "ofuscada" pelo fato de que em boa medida esta diminuição foi conseqüência de um aumento do emprego informal (problema que atinge em torno de 40% da força de trabalho uruguaia), ao mesmo tempo em que, no final de 2004 16% dos trabalhadores se encontravam subempregados, quer dizer, trabalhavam menos horas semanais do que as desejadas. Por outra parte, no início de 2005, a taxa de desemprego deteve sua tendência de declínio, girando em torno de 12%. Isso respondeu a um incremento da demanda de trabalho similar ao da oferta, que se produziu em um contexto de atenuação do ritmo de crescimento econômico.

Além do aumento da atividade e da queda do desemprego, em 2004 registrou-se também uma redução na taxa de inflação. No ano passado os preços varejistas elevaram 7,6% entre as pontas (entre dezembro e dezembro), enquanto que os preços no atacado de produtos nacionais subiram 5,1%. Ambas as taxas foram inferiores às verificadas em 2003 (quando o IPC subiu 10,2% e o Índice de Preços no Atacado - IPM- 20,5%), registrando uma notória desaceleração no período final do ano passado. Enquanto que nos três primeiros trimestres de 2004 o IPC aumentou entre 2,5% e 2,9%, no quarto trimestre a inflação varejista foi de apenas 0,1%. Por sua parte, os preços atacadistas caíram nos últimos três meses do ano, retrocedendo 2,7% em relação ao trimestre anterior. Entre os fatores que mais contribuíram para estas baixas aparecem a apreciação da moeda uruguaia, o retrocesso no valor interno da carne e a queda parcial no preço internacional do petróleo que aconteceu naquela época.

A evolução favorável dos preços domésticos permitiu cumprir com a faixa de 7% a 9% fixada como meta pelo Banco Central do Uruguai, e deu margem para flexibilizar a política monetária, baseada no controle de agregados monetários. Do mesmo modo, isso motivou uma redução da pauta inflacionária de 2005, que finalmente foi estabelecida em uma faixa entre 5,5% e 7,5%. Entre o final de 2004 e julho 2005, o IPC acumulou um aumento ligeiramente superior a 3% e de 4% nos últimos doze meses, ficando abaixo da banda inferior estabelecida como meta de inflação. Por sua vez, os preços atacadistas acumularam uma diminuição de 0,7% entre julho 2005 e final do ano passado, que subiu para 5,4% em relação a agosto 2004.

Quanto à política fiscal, o aumento nominal dos ganhos, derivado da reativação econômica ocorrida no ano passado permitiu levar adiante uma expansão do gasto corrente de 12%, sem pôr em risco a acumulação de um volumoso superávit primário próximo de 4% do PIB. Uma vez computados os pagamentos da dívida, o resultado global foi negativo em 2% do produto. Ambos os resultados, primário e global, permitiram cumprir amplamente com as metas quantitativas pactuadas com o FMI (superávit primário de 3,4% do PIB e déficit global de 2,9% do PIB), o que facilitou a revisão do acordo de novembro passado, apesar do atraso na implementação de algumas das reformas estruturais previstas na carta de intenção. Entre outras coisas, não se avançou na reforma do sistema tributário, nem na modificação do regime de aposentadorias e pensões das forças armadas e de outros grupos de trabalhadores.

Uma questão que não deve passar despercebida é que esta evolução altamente favorável das principais variáveis macroeconômicas se deu no campo da disputa eleitoral que elegeu para governo o *Frente Amplio*, partido uruguaio de centro esquerda que até o momento nunca tinha chegado ao poder. Neste sentido, o ruído político característico de todo ano eleitoral, nesta oportunidade não teve impacto sobre a economia, observando-se, de fato, que depois da posse do novo governo registrou-se uma virtual continuidade na política econômica implementada pela administração anterior, orientada a manter em ordem as finanças públicas, controlar a inflação e ganhar novos mercados para as exportações. Talvez a principal diferença entre as autoridades anteriores e as novas resida no fato de que estas últimas deram forte impulso a uma série de medidas de caráter social, entre as quais se destaca o lançamento de um ambicioso plano de ajuda às classes mais pobres da sociedade.

Olhando à frente, o principal desafio que enfrenta o novo governo certamente é o de criar as condições propícias para a decolagem do investimento, tendo em conta que a economia uruguaia continua evidenciando problemas neste terreno. Pese ao fortalecimento da formação bruta de capital desde a crise de 2001-2002, no final de 2004 o *ratio* a preços correntes entre investimento e PIB era de 11,4%, não só muito inferior aos 15,2% alcançados em 1998, como insuficiente para manter um crescimento econômico sustentado no tempo.

Outro importante objetivo a ser alcançado é a consolidação das posições galgadas pelas exportações uruguaias para a extrazona, o que ajudaria a reduzir a vulnerabilidade externa do país. Em 2004, as exportações para o MERCOSUL atingiram apenas uma quarta parte das vendas externas totais do Uruguai, depois de ter chegado a representar mais da metade do mesmo total em 1998. Esta diversificação dos destinos foi consequência da maior participação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e da União Européia (UE), cada um dos quais representando atualmente quase a mesma percentagem das exportações totais deste país que as destinadas ao mercado comum.

## PARAGUAI

Em 2004 a taxa de crescimento do PIB do Paraguai foi de 4%, a mais alta desde 1995. Esta expansão, que é excepcional para a economia paraguaia e que reafirma o crescimento do ano anterior (3,8%), se deve em boa medida ao aumento registrado no quarto trimestre 2004, quando o produto ficou 12% acima do trimestre anterior, considerando a série ajustada sazonalmente.<sup>4</sup>

De uma ótica setorial, a alta do PIB mostrou-se altamente diversificada, não dependendo de forma exclusiva do avanço do setor agrícola, tal como tinha sucedido em 2003. Além da evolução favorável da agricultura, ocorrida no ano passado, e impulsionada por maiores cultivos de algodão, trigo, milho, girassol, mandioca e cana de açúcar, entre outros, a atividade bovina também teve um comportamento

---

<sup>4</sup> Cabe aclarar que o Banco Central do Paraguai mudou a metodologia de cálculo das séries das contas nacionais, levando o ano base de 1982 para 1994. Se fosse aplicada a velha metodologia, o crescimento médio de 2004 teria sido de 2,9%, enquanto que o de 2003, de 2,6%.

muito bom (cresceu 8%) como consequência de uma melhora nos padrões sanitários paraguaios, o que trouxe a reboque uma ampliação dos mercados externos destes produtos. Do mesmo modo, logo depois de dois anos consecutivos em baixa, a produção industrial apresentou uma considerável recuperação (3%), impulsionada pela maior atividade dos frigoríficos. Por sua vez, todos os serviços evoluíram positivamente (5%), destacando-se as altas dos serviços básicos e do comércio.

Pelo lado da demanda, o consumo privado foi o que mais contribuiu para a melhora a nível agregado, apresentando um aumento de 3,5%, similar ao do PIB. Também foi importante o dinamismo do consumo público, que se recuperou 24%, depois de contrair-se sistematicamente nos cinco anos anteriores. Por sua vez, o investimento aumentou apenas 2,7% (bem menos que os 7% do ano anterior), devido, em parte, à fraca *performance* do setor de construção (2%). Por último, encontraram-se as exportações, que apesar de terem aumentado significativamente, sua contribuição ao crescimento do produto foi mais do que contrabalançada pelo efeito contrativo gerado pelo aumento das importações.

No início de 2005, como consequência da evolução negativa do agronegócio e do achatamento de outras atividades não agrícolas observa-se uma desaceleração no ritmo de crescimento. Em função do peso da agricultura na economia paraguaia, a nível agregado fez-se notar o impacto da seca que ocorreu nos primeiros meses do ano, além da evolução desfavorável dos preços internacionais dos produtos cultivados no país. Contudo, estima-se que o crescimento do PIB paraguaio no corrente ano será inferior aos 3%, coroados três anos consecutivos de aumento.

A taxa de desemprego urbano diminuiu pelo segundo ano consecutivo, passando de 11,2% em 2003 para 10% em 2004, embora esse acontecimento tenha ocorrido ao mesmo tempo em que foi verificado um aumento do subemprego. Estas taxas de desemprego são as mais baixas desde 1997, logo depois de ter tido picos de desemprego superiores a 20% entre 2001 e 2002.

A inflação em 2004, medida pela variação dezembro-dezembro do IPC, evidenciou uma significativa queda em relação a 2003, passando de 9,3% para 2,8%. Esta taxa de inflação foi a menor dos últimos trinta e cinco anos e ficou abaixo da projeção incluída no acordo com o FMI, estabelecida em 8% - com uma faixa de tolerância de 1,5% em ambos os sentidos. Esta marcante desaceleração da inflação pode ser notada na diminuição das taxas mensais de variação interanual, que em 2003 ficaram em torno de 20% durante o primeiro semestre e em torno de 10% no segundo semestre, para em seguida situar-se numa faixa de 2% a 5% no ano passado. Em consonância com esta menor inflação dos preços ao consumidor, a variação no Índice de Preços do Produtor (IPP) foi de 4,7% em 2004 *versus* 9,3%, em 2003.<sup>5</sup>

No caso do IPC, a inflação acumulada em julho de 2005 foi de 5,6%, depois de ter atingido 2% no mesmo período do ano anterior. Neste contexto de aceleração parcial no aumento dos preços, estima-se para o ano corrente que a inflação varejista fique próxima da faixa superior da meta de 6%, mais ou menos uma margem de tolerância de 2%, incluída no acordo de *Stand By* vigente com o FMI.

Em concordância com a evolução do nível de preços ao consumidor, o guarani depreciou-se 2,9% entre dezembro 2003 e dezembro 2004, mantendo o tipo de câmbio real estável, em níveis competitivos. De fato, foi a evolução do tipo de câmbio contra o dólar que, em boa medida, permitiu manter em linha os preços internos dos bens de consumo correlacionados com esta variável, bem como os valores de alguns dos serviços básicos. Adicionalmente, o comportamento do tipo de câmbio contribuiu para conter as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos, que até meados de 2003 estiveram muito vinculadas à cotação da divisa norte-americana.

---

<sup>5</sup> Considerando a evolução dos preços dos componentes dos índices varejistas e atacadistas, a queda da inflação esteve influenciada significativamente pela importante queda observada no valor dos produtos do setor agrícola, cuja baixa permitiu compensar o aumento dos combustíveis decorrente da evolução dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Neste sentido, a aplicação de uma política monetária e cambial prudente por parte do Banco Central foi a peça chave para a estabilização dos preços e do tipo de câmbio nominal. Esta política figurava explicitamente no acordo de *Stand By* assinado com o FMI, e um dos seus principais objetivos era alcançar um nível de reservas internacionais de US\$ 1.080 milhões, que foi mais do que cumprido. No final de 2004 as reservas internacionais passaram para quase US\$ 1.170 milhões, US\$ 90 milhões a mais do que o combinado e US\$ 180 milhões acima do alcançado no ano anterior, e representando o dobro do patamar atingido em meados de 2002, quando as mesmas caíram para aproximadamente US\$ 500 milhões. Esta acumulação de reservas aumentou a capacidade de intervenção no mercado de câmbio por parte da autoridade monetária, com o fim de evitar movimentos bruscos na cotação do guarani que pudessem afetar a estabilidade de preços.

Outra questão a ser levada em conta é que, em um contexto de forte crescimento econômico, no último ano levou-se adiante uma política fiscal para fortalecer as finanças públicas nacionais. Em 2004, a arrecadação total do governo central exibiu um aumento nominal de 26%, enquanto que os gastos cresceram aproximadamente 10%. Isso deu lugar a um aumento do superávit fiscal primário, que passou de 0,4% do PIB em 2003 para 2,7% no ano passado, permitindo que o resultado global (uma vez computado o pagamento de juros da dívida) exibisse um superávit de 1,6% do PIB *versus* um déficit global de 0,4% do produto, em 2003.

Este bom desempenho das contas fiscais permitiu cumprir com as metas estipuladas no acordo subscrito com o FMI, e em boa medida reflete a bem-sucedida aplicação de uma série de reformas negociadas com o citado organismo, com o propósito de ordenar a administração pública e aumentar a formalidade da economia paraguaia. Entre outras leis e normas que ajudaram a melhorar a eficiência do gasto e aumentar a arrecadação, sobressai-se a Lei de Adequação Fiscal promulgada em princípios de 2004. Esta lei introduz um novo imposto sobre a renda pessoal, a ampliação da base tributável do IVA (junto com uma baixa especial da taxa aplicada aos produtos da cesta básica), além de ajustes nos impostos relativos às empresas privadas. Soma-se a isso a reforma do Código Alfandegário e a introdução de algumas mudanças no sistema de segurança social.

Por outro lado, graças ao pagamento de amortizações e juros e do incremento do PIB nominal, o peso da dívida externa como percentagem do produto caiu de 44% em 2003 para 36% em 2004. Até meados de 2005 a dívida externa pública continuava com a tendência de declínio iniciada no ano passado.

Por último, quanto ao setor externo, em 2004 as importações de bens (42%) cresceram mais aceleradamente do que as exportações (31%), somando as primeiras US\$ 2.650 milhões e as segundas US\$ 1.630 milhões, dando como resultado um déficit comercial da ordem de US\$ 1.000 milhões, muito superior ao do ano anterior (US\$ 624 milhões).

O déficit comercial foi compensado pelos saldos das balanças de serviços, renda e transferências correntes, que representaram um superávit da conta corrente de US\$ 30 milhões (equivalente a 0,4% do PIB), positivo pelo terceiro ano consecutivo, embora inferior tanto ao de 2003 (2,2% do PIB) quanto de 2002 (1,8% do PIB). Se ao anterior se adiciona o superávit observado na conta capital, o saldo global do balanço de pagamentos mostrou-se positivo em US\$ 268 milhões de dólares, o que permitiu acumular reservas Internacionais e cobrir passivos com o exterior.

O saldo da balança comercial se deteriorou ainda mais no primeiro semestre de 2005, em função do crescimento das importações e da leve diminuição das exportações, se comparados com igual período do ano anterior. Assim, o saldo da balança comercial que foi negativo em US\$ 286 milhões nos primeiros seis meses de 2004, também foi deficitário em US\$ 376 milhões, em igual período do ano em curso. Neste contexto, prevê-se que o saldo da conta corrente em 2005 seja menor do que o de 2004.

### C. Evolução do comércio exterior do bloco

Em um contexto de expansão do comércio mundial de mercadorias, no correr do último ano e meio registrou-se um importante incremento dos fluxos comerciais do MERCOSUL, que consolidou a tendência de alta que já tinha começado a ser observada em 2003. Neste contexto, o fato mais destacado foi dado pelo novo "salto" das exportações do bloco, que permitiu compensar a forte recuperação evidenciada pelas importações, dando lugar a uma ampliação do superávit comercial para níveis inéditos para a sub-região.

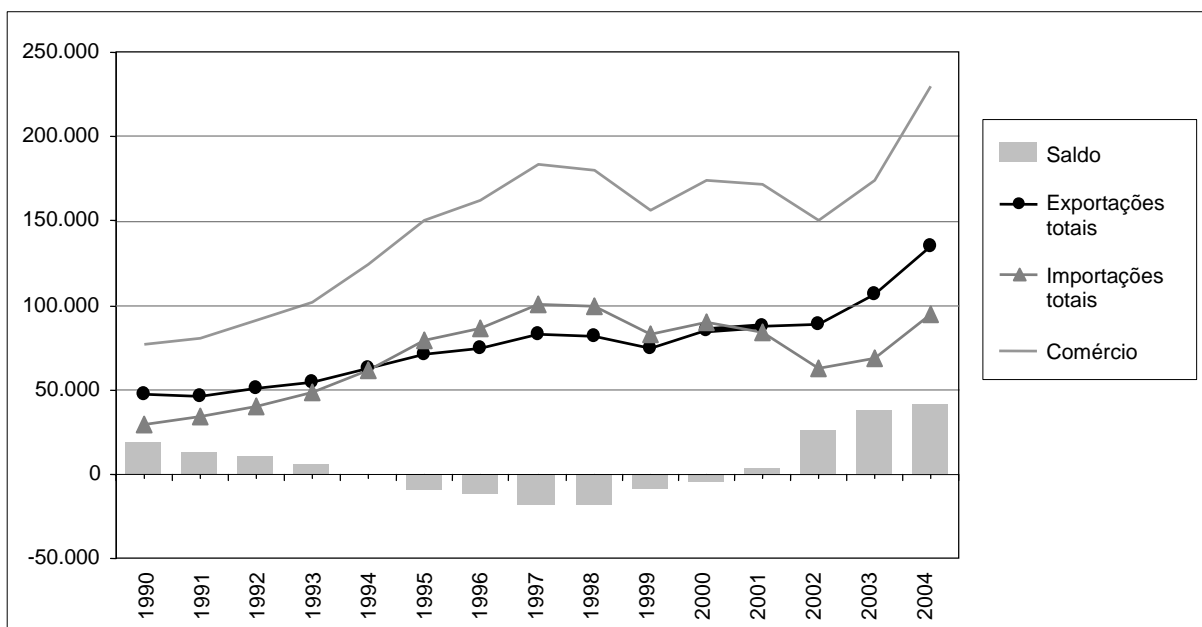
Em 2004 as vendas externas totais do MERCOSUL bateram o recorde histórico de US\$ 135 bilhões, apresentando um aumento de 28% em comparação com os já elevados níveis de 2003, além de superar em mais de 55% as exportações do período 2000-2002.

Paralelamente, as compras externas totais atingiram US\$ 95 bilhões em 2004, impulsionadas pela significativa recuperação econômica de todos os países membros, 38% superiores às do ano anterior e 52% acima das de 2002, quando caíram ao nível mais baixo da última década. Diferentemente das exportações (que em 2004 atingiram um novo recorde histórico), as importações ficaram abaixo de seu máximo de 1997, anterior à desvalorização das moedas dos principais Estados Partes.

Com estes dados, o saldo comercial em 2004 foi positivo, elevando-se à cifra recorde de US\$ 41 bilhões. No mesmo sentido, este foi o quarto ano consecutivo no qual o intercâmbio comercial global resultou favorável ao bloco, levando em conta que entre 1995 e 2000 se registraram importantes déficits na balança comercial sub-regional.

No que diz respeito a 2005, até o momento o cenário se apresenta similar ao de 2004. Na primeira metade do ano o comércio e o superávit continuaram aumentando, fruto de importantes incrementos interanuais das exportações (20%) que contrabalançaram a alta das importações (24%).

**GRÁFICO 13**  
**COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL**  
US\$ milhões



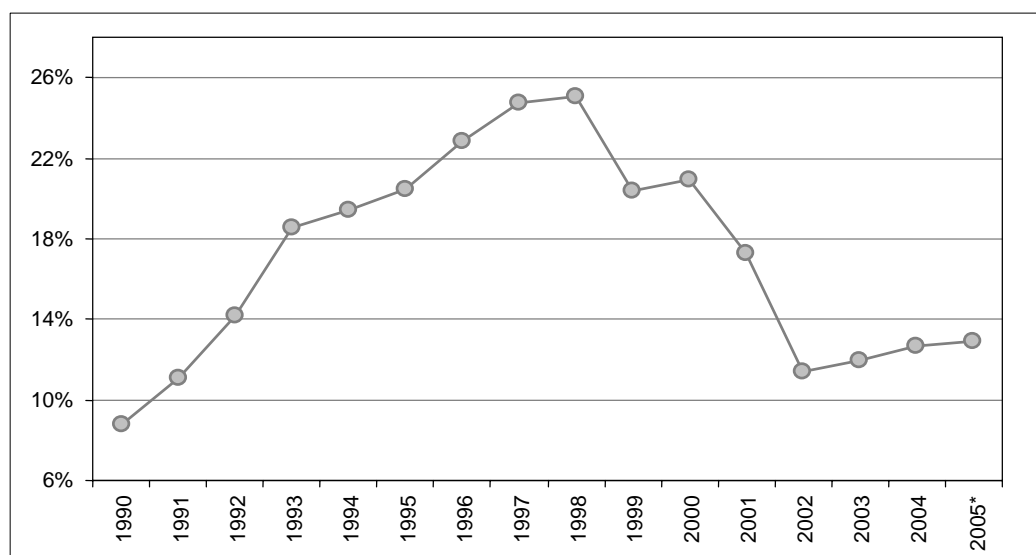
**QUADRO 3**  
**COMÉRCIO EXTERIOR DO MERCOSUL**

	Totais anuais			Janeiro-junho		
	2003	2004	Var. %	2004	2005	Var. %
<b>Exportações Totais</b>	106.008	135.313	28	62.226	74.951	20
Intrazona	12.635	17.192	36	7.894	9.704	23
Extrazona	93.373	118.121	27	54.332	65.247	20
<b>Importações Totais</b>	68.693	94.500	38	42.513	52.564	24
Intrazona	13.396	18.064	35	8.101	10.242	26
Extrazona	55.297	76.436	38	34.412	42.322	23
<b>Saldo Total</b>	37.315	40.813	9	19.713	22.387	14
<b>Comércio Total</b>	174.701	229.813	32	104.739	127.515	22

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC, Secex, INE e Banco Central do Paraguai.

Outra das características relevantes do intercâmbio de mercadorias durante o último ano e meio foi que o comércio intrazona avançou mais rápido que o extrazona, o que ajudou a recompor a relevância do espaço econômico integrado. Este fenômeno aprofundou a tendência observada a partir de 2003, quando começou a registrar um lento ressurgimento do comércio regional depois da fase de recessão (1999-2002).

**GRÁFICO 14**  
**PARTICIPAÇÃO DO MERCOSUL NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DO BLOCO**  
Exportações intrazona / Exportações totais (em %)



Nota: (\*) Período janeiro-junho 2005.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC, Secex, INE e Bancos Centrais do Uruguai e Paraguai.

**QUADRO 4**  
**EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL EXTRAZONA**  
**DO MERCOSUL POR REGIÕES ECONÔMICAS**

US\$ milhões

	Totais anuais			Janeiro-junho		
	2003	2004	Var, %	2004	2005 <sup>(2)</sup>	Var. %
NAFTA	25.256	31.334	24	13.535	16.594	23
UE	24.593	30.024	22	14.270	15.803	11
China, Japão, Coréia	11.561	13.303	15	6.724	7.336	9
Chile	5.410	6.460	19	2.965	3.544	20
<i>Outros América do Sul</i> <sup>(1)</sup>	<i>3.800</i>	<i>6.000</i>	<i>58</i>	<i>2.583</i>	<i>3.684</i>	<i>43</i>
<i>Outros</i>	<i>22.752</i>	<i>30.998</i>	<i>36</i>	<i>14.258</i>	<i>18.292</i>	<i>28</i>
Total	93.372	118.119	27	54.335	65.253	20

	Totais anuais			Janeiro-junho		
	2003	2004	Var. %	2004	2005 <sup>(2)</sup>	Var. %
NAFTA	13.864	17.852	29	8.306	9.603	16
UE	16.365	20.757	27	9.563	11.538	21
China, Japão, Coréia	3.908	5.462	40	1.440	4.124	186
Chile	1.213	1.517	25	386	1.094	183
<i>Outros América do Sul</i> <sup>(1)</sup>	<i>1.491</i>	<i>2.187</i>	<i>47</i>	<i>907</i>	<i>1.227</i>	<i>35</i>
<i>Outros</i>	<i>18.456</i>	<i>28.660</i>	<i>55</i>	<i>13.721</i>	<i>14.684</i>	<i>7</i>
Total	55.297	76.435	38	34.323	42.270	23

	Totais anuais			Janeiro-junho		
	2003	2004	Diferença	2004	2005 <sup>(2)</sup>	Diferença
NAFTA	11.392	13.482	2.090	5.229	6.991	1.762
UE	8.228	9.267	1.039	4.707	4.265	-442
China, Japão, Coréia	7.653	7.841	188	5.284	3.212	-2.072
Chile	4.197	4.943	746	2.579	2.450	-129
<i>Outros América do Sul</i> <sup>(1)</sup>	<i>2.309</i>	<i>3.813</i>	<i>1.504</i>	<i>1.676</i>	<i>2.457</i>	<i>781</i>
<i>Outros</i>	<i>4.296</i>	<i>2.338</i>	<i>-1.958</i>	<i>537</i>	<i>3.608</i>	<i>3.071</i>
Total	38.075	41.684	3.609	20.012	22.983	2.971

Notas: (1) Contribuição de cada país na variação das exportações e importações totais.

(2) Valores preliminares.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC, Secex, INE e Banco Central do Paraguai.

A partir de 2002, em decorrência da depreciação e do forte crescimento econômico, principalmente da Argentina e, em seguida, dos outros sócios, o mercado comum está paulatinamente voltando a recuperar o atrativo como destino para as exportações, tendendo a recuperar os valores máximos obtidos, embora

ainda longe das percentagens do biênio 1997-1998. Em 2004 o comércio intrazona somou US\$ 17 bilhões, equivalentes a 13% das exportações totais do bloco.<sup>6</sup> É importante destacar que este fenômeno é particularmente importante para o Brasil, que foi justamente o membro para o qual o MERCOSUL tinha perdido mais importância relativa na etapa anterior (1999-2002).

Quanto ao balanço comercial com o resto do mundo, tanto em 2004 como na primeira metade de 2005, o mesmo resultou notadamente superavitário, como consequência do já comentado salto exportador, que permitiu compensar a vigorosa recuperação evidenciada pelas importações. Tendo transcorrido já vários anos das traumáticas experiências de desvalorização, com um tipo de câmbio real competitivo e estável, os Estados Partes puderam aproveitar plenamente o *boom* econômico e comercial mundial, expandindo as vendas externas até níveis sem precedentes para a sub-região. Paralelamente, face ao crescimento generalizado de seus membros (a taxas mais elevadas dos últimos dez anos) as importações do MERCOSUL recuperaram boa parte do terreno perdido desde 1997.

Analisando o saldo comercial com aqueles grandes blocos com os que o intercâmbio é relevante, conclui-se que no decorrer do último ano e meio o resultado positivo foi generalizado. Não obstante, o superávit esteve altamente concentrado no comércio com as regiões de maior desenvolvimento econômico, entre as quais se sobressai o caso do NAFTA, com a liderança dos Estados Unidos.

Tal como já vem sucedendo há vários anos em quase todo mundo e na sub-região, os Estados Unidos voltaram a ser o grande comprador líquido do MERCOSUL, sendo o NAFTA o bloco com o qual se conseguiu o maior superávit comercial. Este grupo foi responsável por um terço do saldo global extrazona durante 2004 e da primeira metade de 2005 (US\$ 13.482 e US\$ 6.991 milhões, respectivamente), sendo responsável por cerca de 60% da ampliação do balanço agregado em ambos os períodos.

Seguiu-lhe em ordem de importância a UE, que captou 22% do superávit extrazona, embora o saldo positivo com este bloco - diferentemente do sucedido com o NAFTA, mesmo tendo aumentado entre 2004 e 2003 (passando da ordem de US\$ 8.200 para US\$ 9.200 milhões), sofreu uma redução no primeiro semestre de 2005, em relação a igual período do ano anterior (de aproximadamente US\$ 4.700 para US\$ 4.300 milhões). Isso foi consequência da importante desaceleração recente no ritmo de crescimento das exportações para essa região, já que as importações oriundas desse bloco continuaram evoluindo a taxas elevadas.

Esta evolução desigual dos balanços comerciais com as regiões mais desenvolvidas durante o ano em curso (ampliando-se num caso e contraindo-se ligeiramente no outro), decorre tanto da *performance* dos mercados de destino (fruto do maior dinamismo evidenciado pela economia norte-americana - e do NAFTA em seu conjunto - em relação à economia européia), como das características da própria oferta e demanda externa do MERCOSUL.

Outro grupo com o qual se registrou um elevado superávit comercial foi o das nações vizinhas ao mercado comum. Em 2004, o comércio com o Chile e o restante da América do Sul apresentou, em conjunto, um saldo positivo da ordem de US\$ 8.760 milhões, contribuindo com US\$ 2.250 dos US\$ 3.609 milhões com os quais se incrementou o superávit geral desse ano. Isto o transforma no bloco que mais contribuiu ao crescimento do balanço total, com uma cifra similar à contribuída pelo NAFTA, que duplica a da UE. Adicionalmente, na primeira metade de 2005, o comércio com a região sul-americana voltou a ser relevante, com exceção do Chile (Estado associado ao mercado comum) em que o balanço se manteve relativamente estável, já com o resto da América do Sul o superávit continuou crescendo.

---

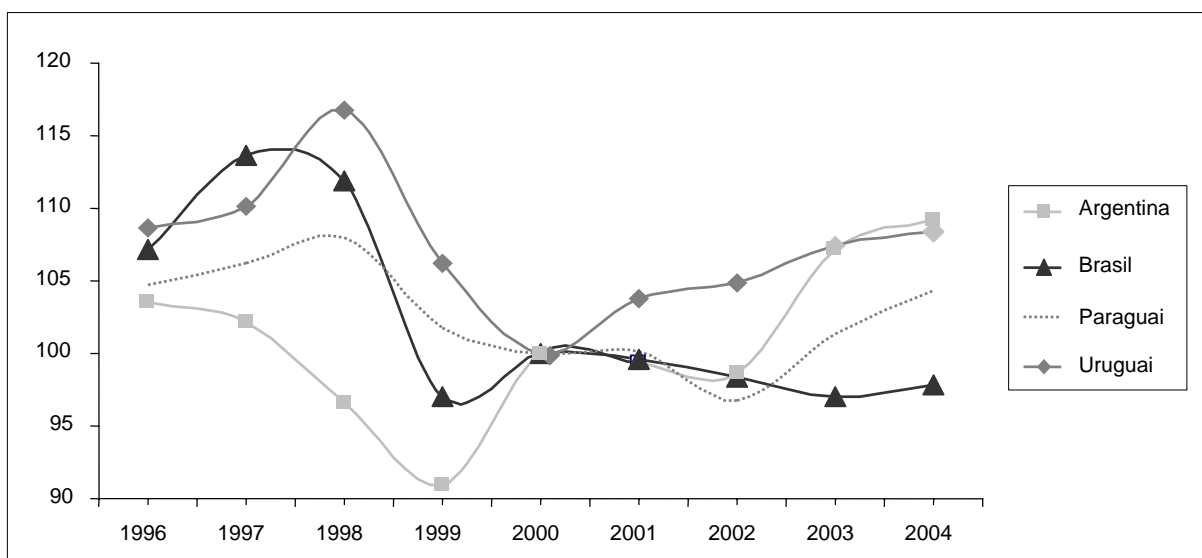
<sup>6</sup> Depois do salto evidenciado pelas exportações totais do mercado comum (impulsionado em boa medida pelas crescentes vendas externas brasileiras), é difícil imaginar que - ao menos no curto prazo - o MERCOSUL torne a representar 25% das exportações totais dos quatro sócios. Para que isso aconteça, as importações intrazona totais deveriam superar US\$ 33 bilhões, montante que quase duplica o observado em 2004 (US\$ 17 bilhões). Isto implicaria que os produtos brasileiros virtualmente "inundassem" o mercado interno dos outros três sócios, ou (inversamente) que se produzisse um drástico redirecionamento das vendas externas da Argentina, Uruguai e Paraguai para o Brasil, sendo ambos os cenários altamente improváveis.



Por último, encontra-se o resultado do intercâmbio com as grandes economias do Oriente, como a China, Japão e Coréia, que subiu para quase US\$ 7.842 milhões em 2004 e US\$ 3.212 milhões no primeiro semestre de 2005. Este foi o único bloco com o que o balanço de 2004 se manteve virtualmente estancado nos mesmos valores de 2003, não obstante, na primeira metade de 2005 caiu significativamente, totalizando quase a metade do valor do ano anterior. Este fenômeno foi decorrência do importante aumento verificado pelas exportações orientais (principalmente chinesas) para o MERCOSUL, que em 2005 praticamente triplicaram os níveis de 2004.

Por outro lado, é importante destacar que o saldo comercial favorável ao Mercosul se deu em um contexto de melhora geral dos termos de intercâmbio dos países do bloco, o que tendeu a "potencializar" o efeito positivo do aumento nas quantidades vendidas ao resto do mundo durante o último ano e meio. Isso foi consequência das altas dos preços internacionais de boa parte dos produtos que compõem a cesta exportadora sub-regional (ou seja, *commodities* agrícolas, petroleiras, e certas manufaturas de origem agropecuária e industrial), impulsionada tanto pela alta sustentada na demanda mundial de produtos primários (onde a China desempenhou um papel importante) como pelo surgimento de certas restrições de oferta, em especial em relação a petróleo e combustíveis.

**GRÁFICO 15**  
**TERMOS DO INTERCÂMBIO DE BENS (FOB/FOB)**  
Índices base 2000=100



Fonte: Elaboração própria com base na CEPAL.

### *Evolução do comércio por país*

Para analisar o sucedido no interior do bloco é indispensável destacar a importância do Brasil tanto no que se refere ao aumento das exportações como das importações totais, sendo esse país uma peça chave no incremento dos fluxos comerciais e na ampliação do balanço geral da sub-região.

Em matéria de exportações, em 2004 o principal sócio do Mercosul experimentou uma alta de 32% relativamente aos níveis recordes de 2003, praticamente duplicando os montantes exportados anteriores à desvalorização do real em 1999. Deste modo, este membro foi responsável por 80% do crescimento das

vendas externas regionais,<sup>7</sup> seguido pela Argentina que, com um crescimento de 16%, respondeu por 16% do aumento global. Por outro lado, as exportações do Uruguai e Paraguai aumentaram 33% e 31%, respectivamente, avançando a uma velocidade similar a das vendas externas brasileiras. Não obstante, por uma questão de tamanho, ambos os sócios contribuíram em conjunto com quatro pontos percentuais da melhora global.

**QUADRO 5**  
**EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL 2004-2005 DE CADA SÓCIO**  
US\$ milhões

	Exportações							
	Totais anuais				Janeiro-junho			
	2003	2004	Var%	Contrib. <sup>(1)</sup>	2004	2005 <sup>(2)</sup>	Var%	Contrib. <sup>(1)</sup>
Argentina	29.484	34.290	16	16%	16.699	18.802	13	17%
Brasil	73.084	96.475	32	80%	43.306	53.677	24	82%
Paraguai	1.242	1.626	31	1%	886	867	-2	0%
Uruguai	2.198	2.922	33	2%	1.335	1.605	20	2%
<i>Total</i>	<i>106.008</i>	<i>135.313</i>	<i>28</i>	<i>100%</i>	<i>62.226</i>	<i>74.951</i>	<i>20</i>	<i>100%</i>

	Importações							
	Totais anuais				Janeiro-junho			
	2003	2004	Var%	Contrib. <sup>(1)</sup>	2004	2005 <sup>(2)</sup>	Var%	Contrib. <sup>(1)</sup>
Argentina	13.813	22.320	62	33%	10.080	13.533	34	34%
Brasil	50.824	66.414	31	60%	29.864	35.971	20	61%
Paraguai	1.865	2.652	42	3%	1.172	1.243	6	1%
Uruguai	2.190	3.114	42	4%	1.398	1.817	30	4%
<i>Total</i>	<i>68.692</i>	<i>94.500</i>	<i>38</i>	<i>100%</i>	<i>42.514</i>	<i>52.564</i>	<i>24</i>	<i>100%</i>

	Saldo							
	Totais anuais				Janeiro-junho			
	2003	2004	Diferença		2004	2005 <sup>(2)</sup>	Diferença	
Argentina	15.671	11.970	-3,701.0		6.619	5.269	-1,350.0	
Brasil	22.260	30.061	7,801.0		13.442	17.706	4,264.0	
Paraguai	-623	-1.026	-403.0		-286	-376	-90.0	
Uruguai	8	-192	-200.0		-63	-212	-149.0	
<i>Total</i>	<i>37.316</i>	<i>40.813</i>	<i>3,497</i>		<i>19.712</i>	<i>22.387</i>	<i>2,675</i>	

<sup>7</sup> Embora historicamente o Brasil tenha determinado o destino do comércio total do MERCOSUL (fundamentalmente por uma questão do tamanho de sua economia em relação a do resto dos sócios), não se pode negar que o dinamismo recente de suas vendas externas (tanto fora, como dentro do mercado comum) fez com que este país tenha ampliado ainda mais a sua preponderância. No que se refere às exportações extrazona, ao longo dos últimos anos o Brasil aumentou progressivamente sua participação, passando de representar 70% do total antes da desvalorização do real de 1999, para 74% em 2004. Por sua parte, em matéria de exportações intrazona, enquanto que até 2002 a Argentina tinha ostentado uma posição majoritária escoltada pelo Brasil, em 2003 e 2004 essa situação se reverteu, passando o Brasil a abranger mais da metade das vendas para o interior do bloco. Além da mencionada perda de participação da Argentina, o avanço do Brasil nas exportações intrazona também aconteceu em detrimento do Uruguai, ao mesmo tempo em que o Paraguai ampliou ligeiramente a sua participação, como consequência da favorável evolução de suas exportações para o MERCOSUL.

Quanto às importações, o Brasil (com uma alta de 31%) foi responsável por aproximadamente 60% da recuperação total do ano passado, enquanto que a Argentina (com uma alta de 62%, muito superior a media regional) contribuiu com uma terceira parte do aumento. Uruguai e Paraguai também acompanharam esta tendência de alta, ambos com incrementos de 42%.

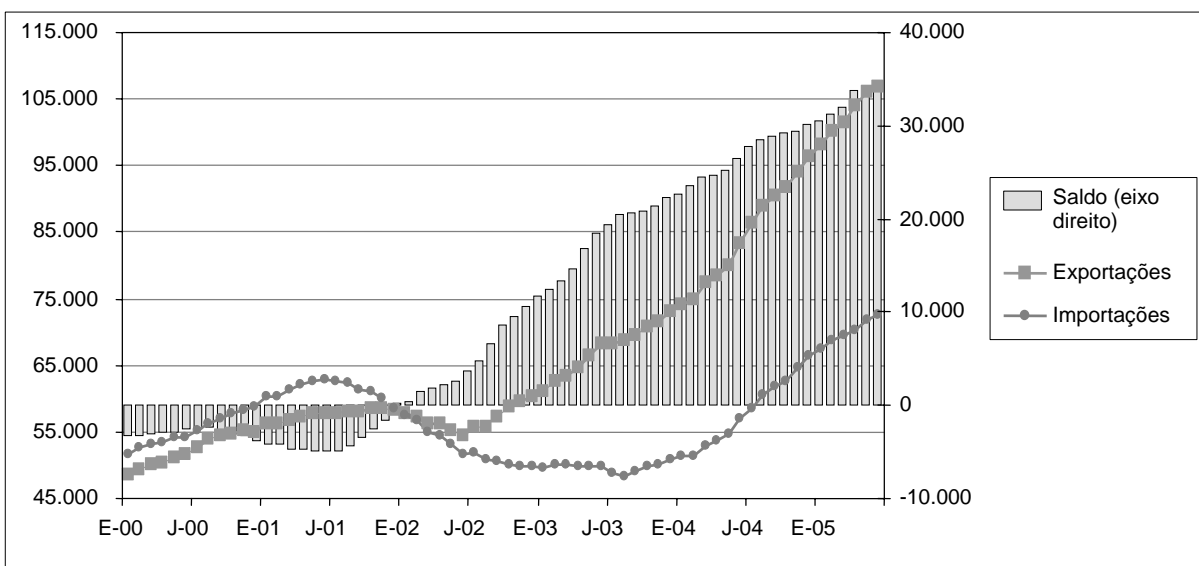
Na primeira metade de 2005, o panorama foi similar ao de 2004. A única exceção foi o Paraguai, que manteve virtualmente inalteradas suas exportações nos mesmos níveis do ano anterior (em rigor, acumulando uma leve contração de 2%).

Embora os quatro sócios tenham aumentado suas exportações e importações no decorrer do último ano e meio, cada um apresentou suas particularidades quanto ao saldo de sua respectiva balança comercial, distinguindo-se três quadros de situação diferentes. Por um lado, encontra-se o Brasil, cujas vendas externas cresceram o suficiente para compensar a pronunciada subida de suas importações, dando lugar a uma persistente ampliação de seu superávit comercial até níveis recorde históricos. Por outro lado, se posiciona a Argentina, que embora tenha evidenciado um considerável dinamismo de suas vendas externas, suas importações se recuperaram a taxas muito elevadas, gerando uma redução da brecha comercial a favor do país. Por último, situam-se o Uruguai e Paraguai, que configuraram os únicos dois casos nos quais as importações não só cresceram mais rápido que as exportações, como também ficaram ligeiramente acima destas últimas, induzindo um aumento do déficit comercial. Neste contexto, observa-se que o Brasil foi o único responsável pelo incremento do superávit total do bloco no período analisado, contribuindo com 70% do aumento nos montantes comercializados.

## BRASIL

O Brasil registrou um importante aumento de seu superávit comercial, que passou de US\$ 22.260 milhões em 2003 para pouco mais de US\$ 30.000 milhões em 2004. Por sua vez, nos primeiros seis meses de 2005, o balanço comercial acumulou um saldo positivo em torno de US\$ 17.700 milhões, superando com acréscimo ao saldo do mesmo período do ano passado (US\$ 13.442 milhões).

**GRÁFICO 16**  
**BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL**  
Dados acumulados de doze meses. Em US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Secex.

Como já fora comentado previamente, a parcela mais significativa desta mudança veio basicamente pelo lado das exportações, cuja *performance* nos últimos anos apresenta vários aspectos mais que sugestivos. Entre 1994 e 1998, as vendas externas brasileiras oscilaram entre US\$ 45 e US\$ 50 bilhões anuais, para logo (depois da desvalorização de janeiro de 1999) posicionarem-se em uma faixa que foi de US\$ 55 a US\$ 60 bilhões (2000-2002). A partir de então, produziu-se um considerável e sustentado "salto" das exportações (de 28% em 2003, 32% em 2004, e 24% no primeiro semestre do corrente ano), prevendo-se para 2005 colocações acima dos US\$ 100 bilhões.

O incremento das exportações (e do superávit comercial) brasileiro do último ano e meio foi capaz de conviver com apreciações cambiais persistentes, que foram particularmente expressivas na etapa final de 2004 e na primeira metade de 2005. Deste modo, em junho do ano em curso o tipo de câmbio nominal contra o dólar ficou no patamar mais baixo desde o início de 2002 (anterior às eleições nas quais o Partido dos Trabalhadores -PT- chegou ao poder), enquanto que o tipo de câmbio real (ajustado tanto por preços varejistas como atacadistas) retrocedeu a valores similares aos vigentes em 1999.

Outro elemento a ser considerado é que em 2004 e 2005 as vendas externas do Brasil continuaram avançando a um ritmo excelente, apesar de registrar uma sólida recuperação de seu mercado interno. Isto difere sensivelmente do ocorrido em 2003, quando face à retração da demanda doméstica a produção não vendida localmente teve de procurar saída no exterior.

No contexto dos grandes setores, no ano passado se destacou o aumento das vendas externas de produtos manufaturados, que cresceram 34% (respondendo por aproximadamente 60% da alta total das exportações do período). Lideraram este segmento as colocações de material de transporte (com um aumento de 50%, estimulada -em parte- pela recuperação das vendas de automóveis para a Argentina), produtos metalúrgicos, azeite, carnes, químicos, máquinas e equipamentos, e calçado, para nomear alguns dos principais aumentos dos produtos com maior peso na pauta exportadora.

Em ordem de importância, a variação do item manufatura foi acompanhada por uma também notória melhora de 35% das vendas externas de produtos básicos (embora seu crescimento tenha sido levemente superior ao do primeiro grupo, este segmento foi responsável por apenas um terço do aumento das exportações brasileiras, já que sua participação no total exportado -30%- é um pouco inferior a dos produtos industriais -55%-). Entre outras, sobressaíram-se as maiores exportações de soja, petróleo, minerais e madeira.

No que diz respeito às importações, estas cresceram 30% em 2004, impulsionadas principalmente pelas compras de matérias primas (que aumentaram 30%), em função do destacado crescimento mostrado pela produção doméstica. Também foram relevantes as contribuições das importações de combustíveis e bens de capital (com aumentos de 57% e 17%, respectivamente), estando a variação dos combustíveis influenciada pela alta de preços nos mercados internacionais. Por último, situaram-se as compras externas de produtos de consumo (24%).

Relativamente ao panorama visualizado em 2005, as manufaturas lideram o incremento das exportações brasileiras, enquanto que as importações seguem avançando guiadas pelas crescentes compra de matérias primas, combustíveis e bens de capital.

## ARGENTINA

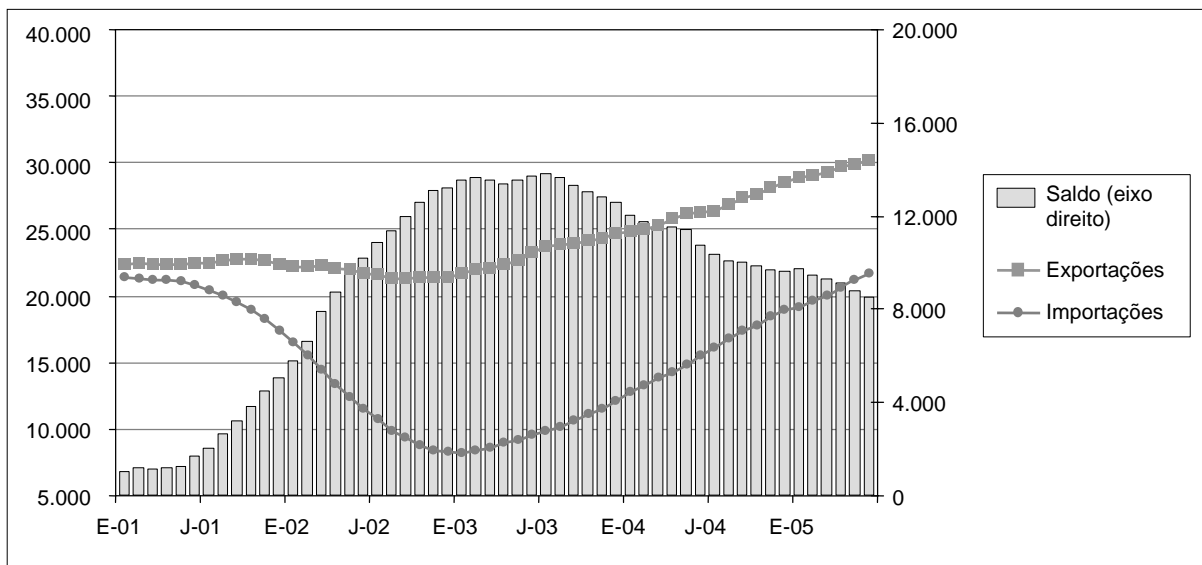
Em 2004 as vendas argentinas ao exterior atingiram um novo patamar histórico, chegando a US\$ 34.290 milhões, cifra 16% maior do que a do ano anterior e 29% superior a de 2001, máximo do período do "1 a 1". No mesmo sentido, as compras externas totalizaram US\$ 22.320 milhões, 62% mais do que em 2003 e

praticamente o triplo de 2002, quando a Argentina desvalorizou sua moeda e tocou o fundo do ciclo recessivo atravessado desde 1998 (ano em que as importações totalizaram US\$ 31.400 milhões). Dado que as importações cresceram mais rápido que as exportações, observou-se uma parcial correção do vultoso superávit comercial que este país vem registrando já há mais de quatro anos. A balança comercial argentina fechou com um saldo positivo próximo a US\$ 12 bilhões no ano passado, inferior ao dos dois anos precedentes (US\$ 16.414 milhões em 2002 e US\$ 15.671 milhões em 2003).

As exportações em 2004 foram puxadas pelos maiores volumes de Manufatura de Origem Industrial (MOI) colocados no exterior e, sobre tudo, pelos preços internacionais vigentes no primeiro quadrimestre, destacando-se as cotações da soja e seus derivados, que atingiram níveis extremamente elevados entre os meses de janeiro e abril, para em seguida retroceder na segunda metade do ano. O incremento obtido nas exportações MOI foi impulsionado em boa medida pela maior demanda dos distintos mercados da América Latina, incluindo os membros do mercado comum. No aumento dos embarques industriais se sobressaíram os automotores, químicos, plásticos, material elétrico, e papel e cartão.

Em matéria de importações, a alta foi influenciada pelas crescentes compras de bens de capital e de automóveis. Não obstante, a alta foi generalizada e também se detectou um importante incremento das importações de combustíveis (para aliviar os problemas energéticos) e dos bens de consumo, em especial aqueles de uso durável. Quanto às origens das importações, em 2004 se verificaram aumentos desde praticamente todos os países fornecedores, destacando o caso do Brasil, que fez com que o saldo positivo a nível global conviva com um déficit recorde intrazona.<sup>8</sup>

**GRÁFICO 17**  
**BALANÇA COMERCIAL DA ARGENTINA**  
Dados acumulados de doze meses. Em US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC.

No primeiro semestre de 2005 as cifras do comércio exterior argentino refletiram novamente níveis muito altos. As exportações totalizaram US\$ 18.800 milhões, 13% acima das da primeira metade do ano anterior, enquanto que as importações (US\$ 13.530 milhões) também exibiram um considerável aumento (34%), dando lugar a uma nova redução do superávit comercial, que passou de US\$ 6.620 milhões entre janeiro e junho 2004 para US\$ 5.270 milhões em igual período de 2005.

<sup>8</sup> Ver ponto "A relação comercial entre a Argentina e Brasil" neste mesmo Capítulo.

Todos os grandes itens contribuíram para o avanço das exportações do primeiro semestre do ano, embora com distinta intensidade. Em dólares, as MOI e os produtos primários registraram incrementos de 31% e 15%, respectivamente, concretizando a ascensão das MOI tanto nos preços quanto nas quantidades. Os produtos primários se viram fortemente impulsionados pelas quantidades (37%) graças ao valor recorde da safra agrícola. Os combustíveis subiram 13%, devido aos fortes aumentos das cotações no mercado mundial, embora com volumes em baixa. Por último, o valor FOB (*Free on Board* - Livre a bordo) das Manufaturas de Origem Agropecuária (MOA) expandiu apenas 1%, pela diminuição nos preços dos produtos oleaginosos ocorrida nos primeiros meses do ano.

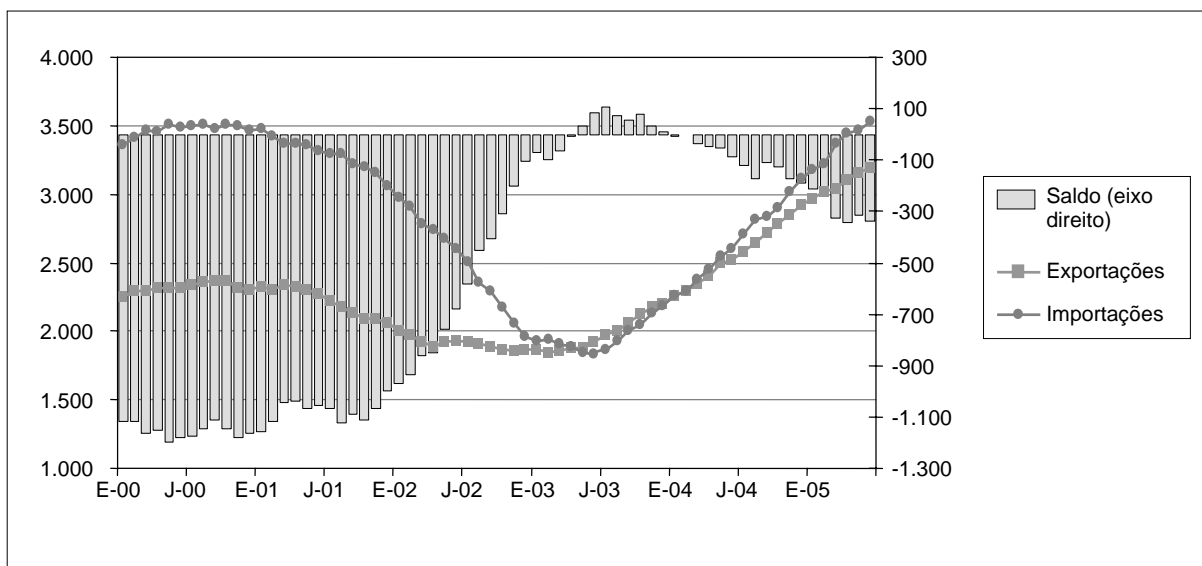
Por sua parte, o dinamismo importador na primeira metade de 2005 esteve vinculado em grande medida a maior demanda de bens de investimento, com uma alta de 42%. Também os insumos intermediários experimentaram um aumento importante, num contexto de aumento sustentado da produção manufatureira interna.

## URUGUAI

Durante 2004 as exportações de bens totalizaram US\$ 2.922 milhões, registrando um significativo aumento em relação ao ano anterior (33%). As maiores vendas externas foram impulsionadas pelo crescimento da demanda externa, pela alta dos preços de exportação e pelo incremento da oferta de bens agropecuários, em um quadro de tipo de câmbio competitivo e estável.

Em termos de produtos, sobressaiu-se a alta das vendas externas de carne, que (com um aumento de 58%) ultrapassaram os US\$ 700 milhões em 2004, representando um quarto das exportações totais de bens do Uruguai. Também tiveram uma *performance* favorável as exportações de couros, produtos agrícolas e lácteos. Quanto aos destinos, EE.UU. foi o comprador principal e o mais dinâmico, com uma participação de 20% do total exportado (destacando-se sua relevância no item carnes, onde este país absorve 60% das vendas externas uruguaias). Do mesmo modo, as vendas para o Brasil e Argentina também verificaram altas consideráveis, sendo estes países o segundo e terceiro cliente, respectivamente, em ordem de importância.

**GRÁFICO 18**  
**BALANÇA COMERCIAL DO URUGUAI**  
Dados acumulados de doze meses. Em US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INE e Banco Central do Uruguai.

Por sua parte, durante 2004 as importações de bens (US\$ 3.114 milhões) experimentaram um destacado crescimento (42%), num quadro de uma sólida reativação interna e um expressivo aumento dos preços internacionais de vários dos produtos importados, entre os quais se sobressai o petróleo. Os itens que mais aumentaram foram os bens de capital, consumo e petróleo e energia.

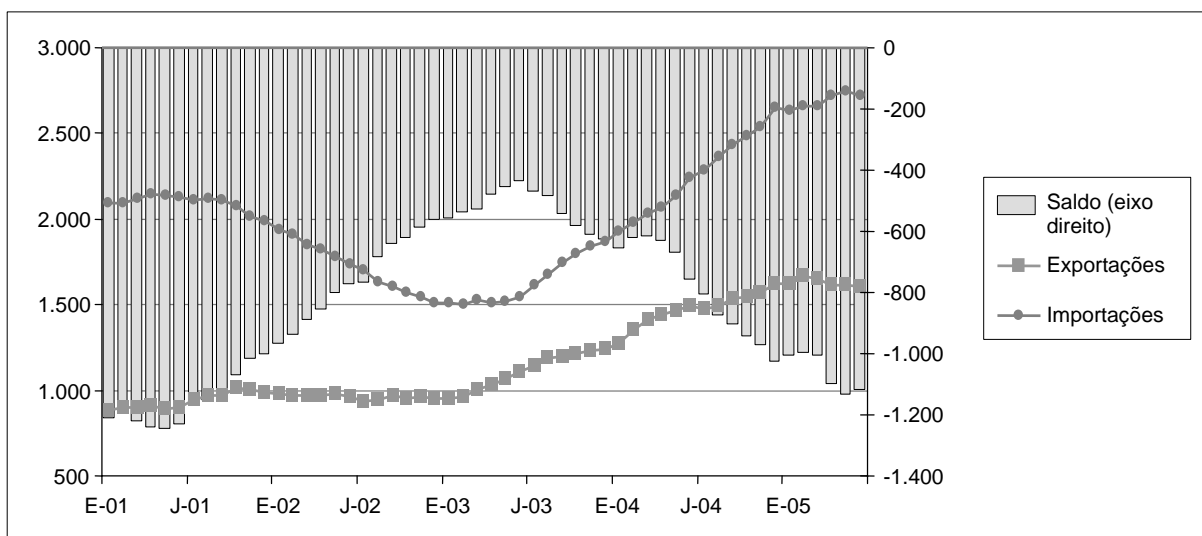
Ao se comparar os montantes exportados com os importados, observa-se que em 2004 o Uruguai registrou um ligeiro déficit de US\$ 192 milhões, que é bastante moderado se comparado com o registrado anteriormente à crise de 2001 e 2002. Por sua vez, nos primeiros seis meses do corrente ano essa brecha tendeu a aumentar, passando de US\$ 64 milhões entre janeiro e junho de 2004 para US\$ 213 milhões, em igual período de 2005.

## PARAGUAI

As vendas externas do Paraguai somaram cerca de US\$ 1.600 milhões, representando um aumento de 31%, que as colocou no patamar mais alto da série histórica. Num contexto externo altamente favorável as exportações paraguaias se mostraram muito dinâmicas tanto para o interior do MERCOSUL (com um crescimento de 18%) como para o exterior do bloco (com uma alta de 50%). Por sua vez, o item que mais impulsionou o avanço das vendas externas foi o das MOA, sobressaindo, entre outras, as contribuições das exportações de produtos do complexo da soja (incluindo sementes, farinha e azeites), carnes e fibras de algodão.

Apesar do destacado comportamento das exportações, as importações também cresceram de maneira significativa, gerando uma ampliação do -já estrutural- déficit comercial que apresenta a economia paraguaia. Com efeito, em 2004 as compras externas aumentaram 42%, totalizando US\$ 2.652 milhões, que culminou em um saldo negativo da balança comercial da ordem de US\$ 1 bilhão, maior do que o do ano anterior. O aumento das importações foi impulsionado principalmente pelas compras de petróleo e derivados (que, além das maiores quantidades demandadas, viram-se particularmente influenciadas pela alta dos preços internacionais) bem como pelas crescentes aquisições de bens de capital.

**GRÁFICO 19**  
**BALANÇA COMERCIAL DO PARAGUAI**  
Dados acumulados de doze meses. Em US\$ milhões



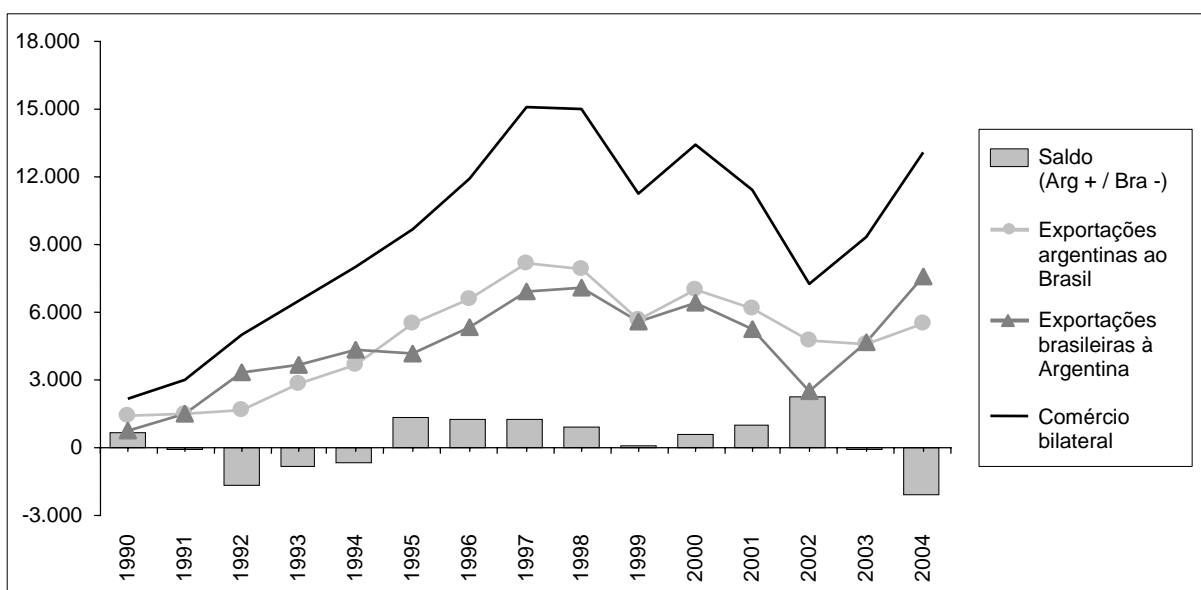
Fonte: Elaboração própria baseada em dados do Banco Central do Paraguai.

Quanto ao ocorrido no primeiro semestre de 2005, o quadro de situação fica muito parecido com o de 2004, verificando um novo incremento das importações (neste caso de 6% interanual), acompanhado por uma ampliação do déficit comercial (que passou de US\$ 286 milhões no acumulado janeiro-junho de 2004, para US\$ 376 milhões em igual período de 2005). A principal diferença em relação ao observado em 2004 reside em que as exportações se mantiveram estancadas (de fato, contraíram 2% no primeiro semestre 2005), em virtude de uma diminuição nas vendas extrazona (que caíram 6%).

#### *A relação comercial entre Argentina e Brasil*

No curso do último ano e meio um dos fatos mais destacados em matéria de comércio exterior para o MERCOSUL foi dado pela evolução do intercâmbio de mercadorias entre a Argentina e Brasil, que concentra mais de 90% do comércio intrazona. Em um contexto de forte recuperação econômica e tipos de câmbios alinhados em ambos os lados da fronteira, os dois países incrementaram enormemente os fluxos totais comercializados entre si. Por seu lado, o Brasil ampliou de maneira considerável seu superávit comercial com a Argentina, dando lugar a uma situação que não se vislumbrava desde inícios dos anos noventa, levando-se em conta que entre 1995 e 2002 o resultado do intercâmbio bilateral foi altamente favorável ao menor dos dois sócios.

**GRÁFICO 20**  
**COMÉRCIO ENTRE A ARGENTINA E BRASIL**  
US\$ milhões



Em 2004, o montante negociado (em dólares) entre a Argentina e Brasil aumentou 40% em comparação com 2003. Esse fato permitiu recuperar boa parte do caminho que falta para retornar aos valores comercializados em 1997 (período de maior intercâmbio), depois da persistente baixa evidenciada até 2002. Por outro lado, esta evolução do comércio entre os dois países foi superior ao de ambos com o resto do mundo, o que levou a relação bilateral a recuperar a relevância que havia perdido nos últimos anos.



**QUADRO 6**  
**COMÉRCIO ENTRE A ARGENTINA E BRASIL**

US\$ milhões

	Totais anuais			Janeiro-Junho		
	2003	2004	Var. %	2004	2005	Var. %
Exportações argentinas totais	29.480	34.289	16%	16.699	18.802	13%
Ao Brasil	4.608	5.479	19%	2.564	2.875	12%
Ao resto do mundo	24.872	28.810	16%	14.135	15.927	13%
Exportações brasileiras totais	73.084	96.475	32%	43.306	53.677	24%
Ao Brasil	4.701	7.568	61%	3.281	4.549	39%
Ao resto do mundo	68.383	88.907	30%	40.025	49.128	23%
Saldo Bilateral (Arg + / Bra -)	-93	-2.089	-1.996	-717	-1.674	-957
Comércio bilateral	9.309	13.047	40%	5.845	7.424	27%

Nota: (1) Valores preliminares.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INDEC e Secex.

Este fenômeno foi influenciado principalmente pela notória alta registrada pelas vendas do Brasil para a Argentina, que durante 2004 e no que vai de 2005 aumentaram 61% e 39%, respectivamente, a uma velocidade superior a das exportações brasileiras totais. Adicionalmente, em 2005 as colocações do Brasil na Argentina atingiram níveis de recorde histórico, feito que adquire uma relevância especial levando-se em conta que as importações argentinas oriundas de outros países ainda se encontram abaixo do máximo alcançado nos anos noventa. Por sua parte, as exportações da Argentina para o Brasil também cresceram significativamente (19% em 2004 e 12% na primeira metade de 2005), embora a taxas bastante inferiores às do caso brasileiro, e similares às das exportações argentinas totais, ficando ainda abaixo dos níveis vigentes antes da desvalorização do real de 1999.

Como consequência dessa *performance* desigual das exportações bilaterais, em 2004 se detectou uma drástica ampliação do déficit comercial argentino que já se vislumbrava em 2003, passando de um ano para o outro de US\$ 93 milhões para US\$ 2.089 milhões. Por sua vez, em 2005 cresceu o saldo negativo da Argentina, ao totalizar US\$ 1.674 milhões nos primeiros seis meses do ano, montante que mais que duplica ao de igual período de 2004 (US\$ 716 milhões).

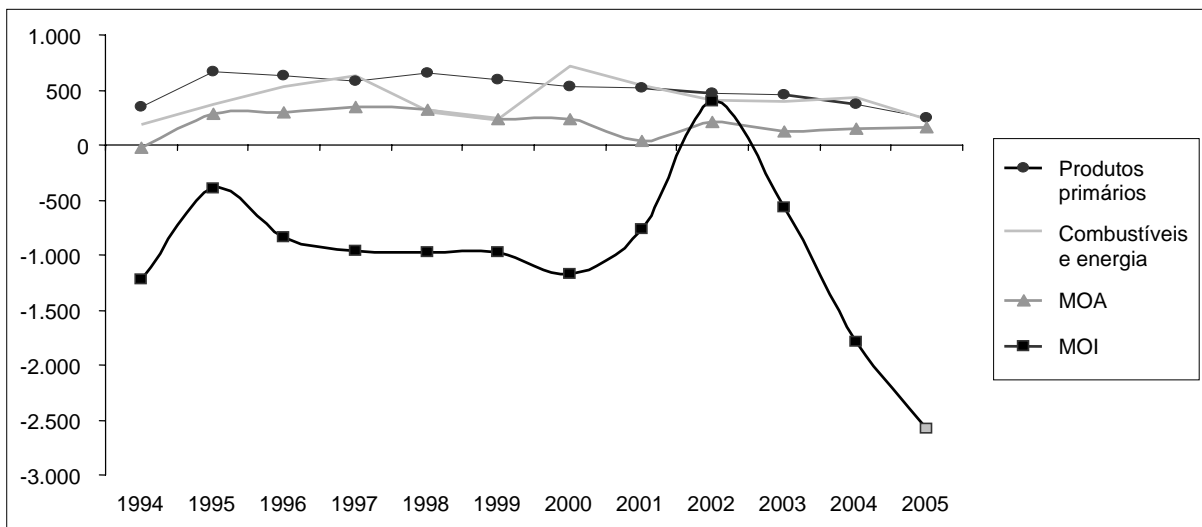
Na etapa que vai de 2003 à atualidade, ao examinar a evolução setorial do intercâmbio se observa que o histórico déficit comercial argentino com o Brasil nos produtos industriais se ampliou de maneira significativa, enquanto que o superávit mantido pela Argentina no resto dos itens tendeu a reduzir-se, até atingir na primeira metade de 2005 um valor próximo a zero. Assim, o saldo geral passou de positivo para negativo para a este país, com uma importante tendência crescente.<sup>9</sup>

Esta mudança de sinal da balança comercial acontece num contexto em que o Brasil ganha terreno nas importações argentinas, enquanto que a Argentina perde posições entre as compras externas brasileiras. Depois de chegar a um máximo de 13% em 1998, o *market-share* da Argentina nas importações do Brasil

<sup>9</sup> O superávit argentino com o Brasil entre 1995 e 2002 apoiava-se no saldo da balança comercial de produtos primários, combustíveis, energia, e, em menor medida, nas MOA. Pelo contrário, no caso das MOI, o resultado foi notoriamente favorável ao Brasil ao longo de todo o período, com a única exceção de 2002, ano em que as compras externas argentinas caíram de forma generalizada como consequência da crise pela que atravessou essa economia.

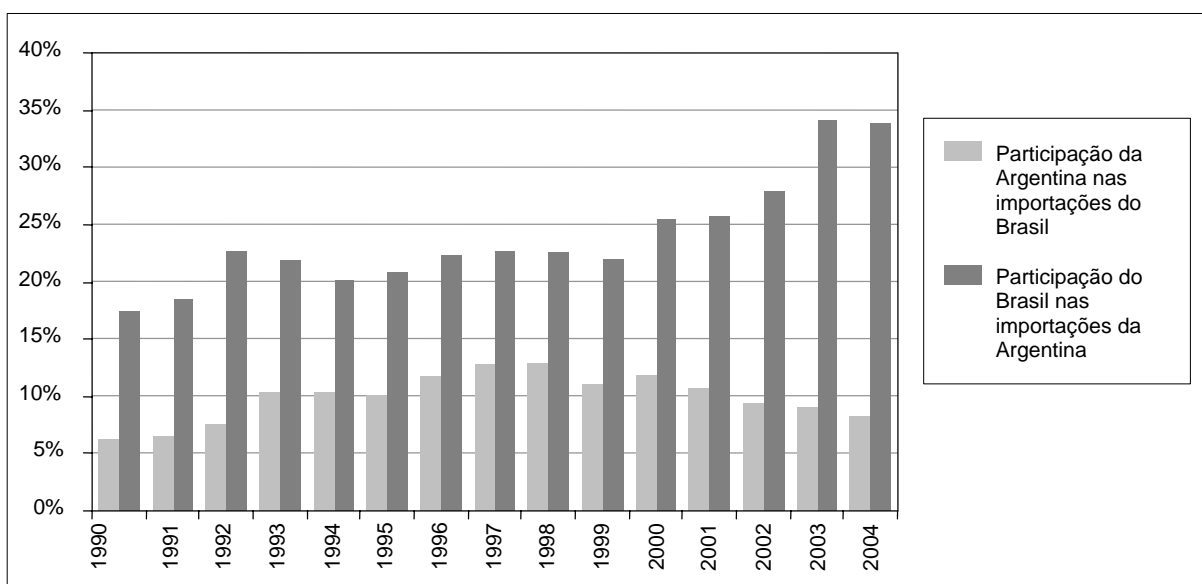
diminuiu sistematicamente, até um mínimo de 8% em 2004, ganhando terreno os fornecedores extrazona. Pelo contrário, a percentagem das compras externas argentinas, coberta com produtos oriundos do Brasil passou de 22% em 1998 para 34% em 2004, aprofundando a tendência ascendente registrada desde começos da década dos anos noventa, quando num quadro geral de maior abertura que no passado, a criação do MERCOSUL deu lugar a que o intercâmbio de bens entre os sócios se incrementasse não só em termos absolutos, mas também relativos ao comércio com o resto do mundo.

**GRÁFICO 21**  
**SALDO DO COMÉRCIO ENTRE A ARGENTINA E BRASIL POR GRANDES ITENS (ARG + / BRA -)**  
 Acumulado dos primeiros 6 meses de cada ano. US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC e SECEX.

**GRÁFICO 22**  
**PARTICIPAÇÃO NAS IMPORTAÇÕES DO SÓCIO**  
 % das importações totais



Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC e SECEX.

A perda de participação dos produtos argentinos no mercado brasileiro, parece estar vinculada -ao menos em parte- ao desenvolvimento de um processo de substituição de importações naquele país depois da desvalorização do real, ocorrida em 1999. No Quadro 7 pode-se observar que as importações totais do Brasil aumentaram apenas 7% entre 1997-1998 e 2004, isso devido a que o aumento verificado em um terço dos itens importados no período de referência pôde compensar a baixa experimentada pelos outros dois terços das importações totais, composto justamente por produtos que coincidem com boa parte da oferta exportadora argentina para o país vizinho em finais dos anos noventa. Em outras palavras, a fraca *performance* das importações brasileiras dos últimos anos se concentrou fundamentalmente nos bens mais exportados pela Argentina para esse destino. Entre outros, os produtos nos que o Brasil mais reduziu suas importações foram os veículos automotores e tratores, algodão, lácteos, cereais (especialmente trigo), máquinas e aparelhos, hortaliças, óleos vegetais e frutas.

Em conjunto, as importações brasileiras totais dos itens em baixa totalizaram em 2004 quase US\$ 6.000 milhões menos que em 1998, dos quais US\$ 3.434 milhões corresponderam a compras que se deixou de fazer a Argentina. Esta cifra equivale a uma vez e meia o resultado da balança comercial bilateral do ano passado e põe em evidência a relevância que teve, para a configuração produtiva do MERCOSUL, a substituição de importações levada a cabo nos últimos anos pela maior economia do bloco.

**QUADRO 7**  
**IMPORTAÇÕES DO BRASIL (1997/1998 - 2004)**

US\$ milhões

	Importações totais				Importações da Argentina				Participação nas exportações argentinas		
	Média 1997-1998	2004	Particip. 1997-1998	Var. absoluta	Var. %	Média 1997-1998	2004	Var. absoluta	Var. %	% ao Brasil	% por item
<b>Total geral</b>	58.786	62.747	100%	3.961	7%	8.033	5.572	-2.461	-31%	100%	30%
Itens em baixa	38.732	32.733	66%	-5.999	-15%	6.324	2.890	-3.434	-54%	79%	31%
Itens em alta	20.054	30.015	34%	9.961	50%	1.709	2.682	973	57%	21%	28%
<b>Principais itens em baixa</b>											
Automóveis, autopeças e tratores	5.515	3.154	9%	-2.361	-43%	2.460	799	-1.660	-67%	31%	88%
Algodão	737	193	1%	-544	-74%	233	11	-222	-95%	3%	64%
Leite e produtos lácteos	492	96	1%	-396	-80%	225	49	-176	-78%	3%	56%
Cereais	1.410	1.044	2%	-366	-26%	982	811	-171	-17%	12%	32%
Máquinas e aparelhos	10.758	9.323	18%	-1.435	-13%	452	284	-168	-37%	6%	54%
Hortaliças	397	180	1%	-217	-55%	279	129	-150	-54%	3%	60%
Gorduras e óleos	359	192	1%	-167	-47%	141	42	-99	-70%	2%	6%
Peixes	401	241	1%	-159	-40%	127	50	-77	-61%	2%	14%
Frutas	321	152	1%	-169	-53%	149	76	-73	-49%	2%	28%
Resto de itens em baixa	18.343	18.158	31%	-185	-1%	1.276	639	-637	-50%		

Fonte: Elaboração própria baseado em dados do INDEC e SECEX.

Paralelamente, a crescente importância do Brasil como fornecedor da Argentina se deu num contexto em que as importações argentinas totais -provavelmente marcadas pela profunda queda de 2002-, se recuperaram rapidamente depois da desvalorização do peso, observando-se que as compras provenientes do Brasil apresentaram um forte dinamismo, até atingir um novo recorde histórico. Efetivamente, enquanto que em 2004 as importações totais da Argentina aumentaram 62% com relação a 2003 (situando-se 29% abaixo do seu máximo de 1998), as oriundas de seu principal sócio do MERCOSUL cresceram 61%, subindo para US\$ 7.600 milhões (7% acima de seu patamar anterior).

Não obstante, além das questões vinculadas com a maior oferta produtiva brasileira e a agressiva saída desse país para competir nos mercados mundiais (da qual o MERCOSUL não foi a exceção), depois de abandonar a conversibilidade, a nova paridade do peso com o real em relação à prevalecente com o dólar e o euro, provocou uma mudança das origens das importações argentinas, ganhando o Brasil maior participação em detrimento dos EE.UU e Europa. Independentemente das diferenças de qualidade que eventualmente possam chegar a existir entre os produtos brasileiros e os americanos ou europeus, a Argentina passou a comprar mais insumos, bens de capital, consumo e automóveis do Brasil, que atualmente são muito mais baratos do que no passado (em relação com os do resto do mundo).

**QUADRO 8**  
**PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO NAS IMPORTAÇÕES ARGENTINAS TOTAIS**  
**E TCR BILATERAL**

%

Região	Participação importações			TCR Bilateral		
	1998	2004	Var. %	1998	2004	Var. %
Brasil	22	34	55	126,9	172,3	36
Restante A. Latina <sup>(1)</sup>	8	9	13	97,9	136,8	40
Ásia <sup>(2)</sup>	8	9	13	96,7	139,7	44
Estados Unidos	19	15	-21	90,7	143,4	58
UE	27	18	-33	112,7	188,8	68

Notas: (1) Inclui a Bolívia, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

(2) Inclui a China e Japão.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC, BCRA e fontes nacionais.

Outra questão a ser levada em conta é que, embora boa parte das análises feitas em relação ao comércio no interior do bloco exiba o possível caráter conjuntural do pequeno déficit que então acumulava a Argentina com o Brasil em 2003, com o passar dos meses e o agravamento da situação, começou a ganhar cada vez mais adeptos a hipótese de que a mudança de sinal do intercâmbio responde a questões mais de índole "estrutural" que circunstancial. Dito de outra maneira, embora a discussão em torno este assunto ainda não está encerrada, há uma série de elementos que levam a pensar que, ao menos no curto prazo, o atual resultado do comércio bilateral não será facilmente invertido.

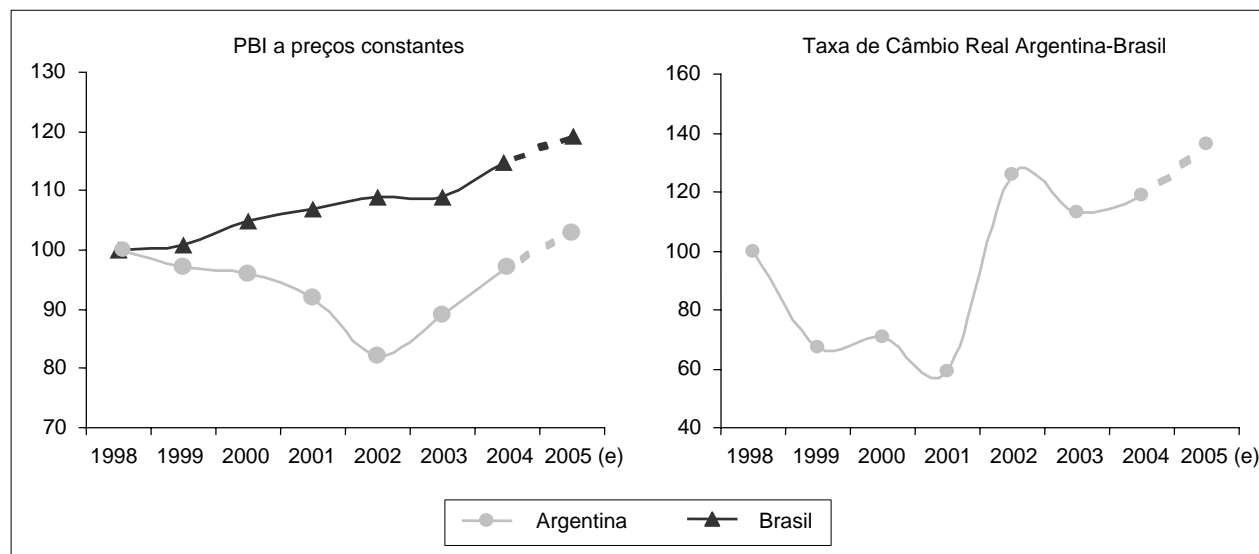
Ao longo da última década os maiores desequilíbrios no intercâmbio bilateral se deram em períodos de ciclos econômicos "defasados", quer dizer, quando eram verificadas notórias diferenças nas taxas de variação de ambas as economias, seja porque um sócio crescia (ou contraía) mais rápido do que o outro, ou porque enquanto que um se encontrava em recessão o outro se reativava (ou ao menos ficava estável). Isto aconteceu em 1992 a favor do Brasil, quando do fracasso do "Plano Collor", este país pôde colocar parte de seus excedentes de produção em uma Argentina que se expandia rapidamente depois do bem-sucedido lançamento do Plano de Conversibilidade. Por sua vez, foi o sócio menor o que se viu beneficiado em 1995 durante a Crise do Tequila, quando pôde aumentar suas exportações ao Brasil, que

por então vivia o "impulso" inicial do Plano Real e se via menos afetado pelos fatores externos adversos que golpeavam a região; enquanto que em 2002 o desmoronamento das importações argentinas dava lugar a um mega superávit deste país, tanto com o Brasil como com o resto do mundo.

Claramente, durante 2004 e 2005, apesar de que ambas as economias crescem, a Argentina o faz muito mais rapidamente que o Brasil, o que *a priori* poderia ajudar a explicar o déficit significativo que o primeiro país mantém com o segundo. Em rigor, não deve passar despercebido que nos últimos anos a trajetória da economia brasileira foi substancialmente melhor do que a da Argentina. Desde 1998 (ano de exportações recorde da Argentina ao Brasil), o PIB brasileiro acumulou uma alta de 15%, enquanto que o produto argentino (depois de uma severa contração até 2002) atualmente se encontra em níveis similares aos do final dos anos noventa. Neste sentido, ao comparar o saldo comercial favorável à Argentina dessa ocasião com o mega déficit atual é evidente que a recuperação econômica deste país só poderia ser responsável por uma parte da drástica mudança no resultado do intercâmbio bilateral.

Por outra parte, após 2002, os regimes cambiais de ambos os países se alinharam, existindo, contudo, uma leve vantagem a favor da Argentina se comparado com o tipo de câmbio real bilateral atual com o vigente em 2001, e inclusive, em relação ao anterior à desvalorização do real de 1999. Neste sentido, as questões associadas com a atual conjuntura macroeconômica, em princípio, resultariam mais favoráveis à Argentina do que ao Brasil na hora de explicar a relação comercial entre ambos sócios, e tudo indica que haveria outros fatores mais profundos por trás da mudança observada nos últimos dois anos.

**GRÁFICO 23**  
**ARGENTINA E BRASIL: ATIVIDADE ECONÔMICA E TIPO DE CÂMBIO**  
Índices base 1998=100



Nota: (\*) Tipo de câmbio real deflacionado pelo IPC.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do INDEC, BCRA e IBGE.

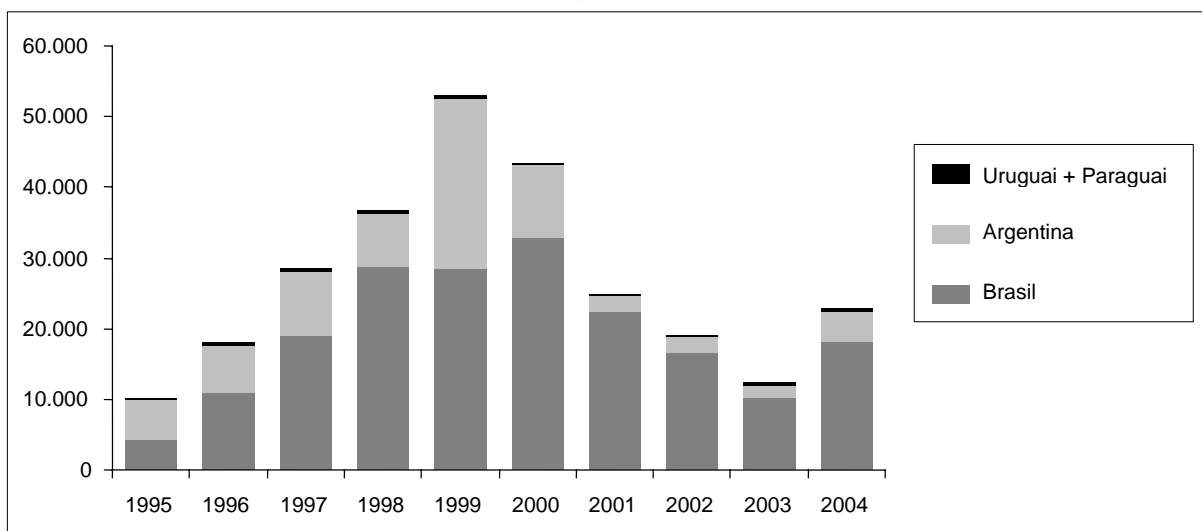
Por último, no caso argentino, a coexistência de um superávit comercial global recorde, com um déficit alto e persistente com o Brasil, deu lugar a uma proliferação de conflitos comerciais no interior do mercado comum, recorrendo ambos os governos, na maioria dos casos, a soluções de índole transitória. Do mesmo modo, recentemente surgiram algumas iniciativas de maior administração do comércio, porém sem chegar até o momento a um claro avanço neste sentido.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Ver Capítulos II e III deste Informe.

#### D. A evolução do IED no MERCOSUL

As baixas taxas de juros internacionais junto com a melhora dos fundamentos macroeconômicos em diferentes pontos do globo determinaram um aumento dos fluxos financeiros para os mercados emergentes no transcurso do último ano e meio, destacando-se a recuperação evidenciada pelo IED.

**GRÁFICO 24**  
**GANHOS PELO IED**  
US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CEPAL.

Neste contexto, logo depois de quatro anos consecutivos em baixa, durante 2004 a América Latina e o Caribe registraram uma alta do IED e os países do MERCOSUL não foram exceção à regra. Com efeito, os fluxos do IED que entraram no bloco totalizaram US\$ 22,800 milhões, o que representou um aumento de 83% em relação a 2003, alta que mostrou ser superior à exibida pela média dos países em desenvolvimento. Este incremento permitiu recuperar níveis de investimento estrangeiro similares aos do 2001, anterior ao desmoronamento registrado durante os anos 2002 e 2003, embora sem retornar aos valores observados na etapa final da década dos anos noventa, quando foram levadas a cabo as últimas privatizações de relevância nas principais economias da sub-região.

Tal como vem sucedendo historicamente, durante 2004 o Brasil e a Argentina captaram quase a totalidade dos ganhos de capitais sob a modalidade do IED no MERCOSUL. Estes países monopolizaram respectivamente 78% e 18% dos fluxos totais de investimento do ano passado, valores que em ambos os casos representaram em torno de 3% de seus respectivos PIB, percentagem mais elevada do que a observado no Uruguai (2,3%) e Paraguai (1,5%).

No caso do Brasil, entraram US\$ 18,166 milhões pelo IED, em 2004, representando um aumento da ordem de 80% em relação ao ano anterior. Do mesmo modo, é importante destacar que no ano passado ocorreu uma saída de investimentos diretos do Brasil para o exterior excepcionalmente alta, os quais totalizaram US\$ 9,500 milhões, fazendo com que os fluxos líquidos do IED passassem para US\$ 8,700 milhões, o nível mais baixo desde 1995. Este espetacular salto do IED brasileiro para o exterior está vinculado com o processo de expansão fronteira afora impulsionado por algumas das principais empresas do país. Várias economias em desenvolvimento foram destinos destes investimentos, sendo particularmente interessante o caso dos fluxos do IED do Brasil para a Argentina, associados a fusões e aquisições de grandes empresas alimentícias e de bebidas, de siderurgia, de produtos têxteis e de minerais não metálicos.

Por sua parte, depois de dois anos de forte crescimento e da normalização da situação econômica, em 2004 a Argentina experimentou um importante aumento dos ganhos pelo IED de até US\$ 4,250 milhões, valor que mais que duplica a média de US\$ 2,000 milhões obtida entre os anos 2002 e 2003. Embora esteja ainda muito longe dos valores anteriores à crise, a evolução recente resulta extremamente favorável e vem permitindo que Argentina recupere participação no total do IED regional, esperando-se que essa tendência ascendente se consolide no corrente ano.

Por último, ante a consolidação da estabilidade macroeconômica, o Uruguai captou investimentos por US\$ 300 milhões, montante que apesar de situar-se levemente abaixo do observado em 2003, resulta o segundo valor mais elevado da última década. No mesmo sentido, o Paraguai recebeu fluxos próximos aos US\$ 100 milhões, maior registro dos últimos quatro anos.

# QUADRO 9

		Argentina					Brasil					Paraguai					Uruguai				
		2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004
<b>Nível de atividade</b>																					
PIB total	(US\$ bilhões)	284.2	268.7	101.1	127.5	152.2	602.2	509.8	559.4	506.8	604.0	7.7	6.8	5.6	5.6	6.3	20.1	18.6	12.3	11.3	13.2
PIB total	(% variação anual)	-0.8	-4.4	-10.9	8.8	9.0	4.4	1.3	1.9	0.5	4.9	-0.4	2.7	-2.3	2.6	2.9	-1.4	-3.4	-11.0	2.2	12.3
Produção nacional	(% variação anual)	-3.8	-7.4	-11.0	16.0	12.0	6.7	1.8	2.8	0.1	8.3	1.0	1.3	-3.2	-1.0	2.0	-2.1	-7.6	-13.9	4.7	21.6
IBIF	(% do PIB corrente)	16.2	14.2	12.0	15.1	19.2	19.3	20.5	19.6	19.3	18.8	17.5	16.1	15.1	15.6	15.6	13.2	12.4	9.8	8.6	10.0
Taxa desemprego	(%)	15.1	17.4	19.7	17.3	13.6	7.1	6.2	11.7	12.3	11.5	10.0	10.8	14.7	11.2	10.0	13.6	15.3	17.0	16.9	13.1
<b>Preços e tipo de câmbio</b>																					
IPC	(% variação dez.-dez)	-0.7	-1.5	41.0	3.7	6.1	6.7	8.0	12.1	9.1	9.4	8.6	8.4	14.6	9.3	2.8	5.1	3.6	25.9	10.2	76
IPIM	(% variação dez.-dez)	2.4	-5.3	118.0	2.0	7.9	12.1	11.9	35.4	6.3	14.7	10.4	8.6	36.8	9.3	4.7	9.5	3.8	64.6	20.5	5.1
Tipo de câmbio nominal	(% variação dez.-dez)	--	--	249.0	-15.2	0.3	6.5	20.3	53.5	-19.3	-7.1	6.9	31.3	49.4	-14.5	2.5	7.4	13.0	93.1	7.4	-9.1
Tipo de câmbio Real	1997=100	83	78	188	167	170	141	167	177	176	174	107	110	114	120	115	92	93	108	139	140
Termos de Intercâmbio	1997=100	98	97	97	106	107	88	88	87	85	86	94	94	91	95	98	91	94	95	97	98
<b>Setor Público</b>																					
Cabeça de gado. Total Setor público	(% do PIB)	-2.4	-3.2	-1.5	0.5	2.6	-3.6	-3.6	-4.7	-5.2	-2.7	-4.6	-1.2	-3.2	-0.4	1.6	-3.5	-4.5	-4.9	-4.6	2.0
Cabeça de gado. Primário S. Público	(% do PIB)	1.0	0.5	0.7	2.3	3.9	3.5	3.7	4.0	4.4	4.6	n.d.	n.d.	n.d.	0.7	2.7	-1.3	-1.2	0.3	2.9	3.9
<b>Setor Externo</b>																					
Exportações	(% variação anual)	12.9	1.0	-4.5	16.0	16.3	14.7	5.7	3.7	21.1	32.0	17.4	13.9	-4.0	30.6	30.9	2.8	-10.5	-9.8	19.4	32.9
Importações	(% variação anual)	-0.9	-19.6	-55.7	53.6	61.6	13.5	-0.4	-15.0	2.0	30.7	18.9	-3.0	-24.1	23.5	42.2	3.3	-11.7	-35.8	11.5	42.2
Exportações	(US\$ bilhões)	26.3	26.6	25.4	29.5	34.3	55.1	58.2	60.4	73.1	96.5	0.9	1.0	1.0	1.2	1.6	2.3	2.0	1.8	2.2	2.9
Importações	(US\$ bilhões)	25.3	20.3	9.0	13.8	22.3	58.8	58.6	49.8	50.8	66.4	2.1	2.0	1.5	1.9	2.7	3.5	3.1	2.0	2.2	3.1
Balança Comercial	(US\$ bilhões)	1.1	6.3	16.4	15.7	12.0	-3.7	-0.4	10.5	22.3	30.1	-1.2	-1.0	-0.6	-0.6	-1.0	-1.2	-1.0	-0.1	0.0	-0.2
Conta Corrente	(US\$ bilhões)	-9.0	-3.3	8.7	7.7	3.3	-24.2	-23.2	-7.6	4.2	11.6	-0.2	-0.3	0.1	0.1	0.0	-0.6	-0.5	0.4	-0.1	-0.1
Conta Corrente	(% do PIB)	-3.2	-1.2	8.6	6.0	2.2	-4.0	-4.5	-1.7	0.8	1.9	-2.1	-3.9	1.5	2.4	0.3	-2.8	-2.7	3.1	-0.5	-0.8
IED bruta	(US\$ bilhões)	10.4	2.2	2.1	1.9	4.3	32.8	22.5	16.6	10.1	18.2	0.1	0.1	0.0	0.0	0.1	0.3	0.3	0.2	0.4	0.3
Dívida Externa Total Bruta	(US\$ bilhões; fim per.)	155.0	166.3	156.7	164.9	170.8	236.2	226.1	227.7	235.4	220.2	2.2	2.2	2.3	2.5	2.4	8.9	8.9	10.5	11.0	11.6
Reservas	(US\$ bilhões; fim per.)	26.9	14.9	10.5	14.1	19.6	33.0	35.9	37.8	49.3	52.9	0.8	0.7	0.6	1.0	1.2	2.6	3.0	0.8	2.1	2.5





## **CAPÍTULO II. O DEBATE SOBRE AS ASSIMETRIAS**

O período que vai do segundo semestre de 2004 aos primeiros seis meses de 2005 caracteriza-se como de convergência no desempenho macroeconômico dos países do MERCOSUL. Tal como se descreveu no Capítulo I, o bloco experimentou um importante dinamismo econômico e comercial, padrões comuns de solvência fiscal e monetária, regimes cambiais similares, paridades mais elevadas do que as registradas na década precedente e balanços positivos de conta corrente, entre outros fatores. Neste contexto de maior crescimento, as autoridades políticas expressaram sua vontade no sentido de acelerar o processo de integração.<sup>11</sup>

Não obstante esta maior coincidência do ciclo econômico no âmbito regional, esta etapa esteve paradoxalmente marcada por um aumento das tensões entre os diferentes atores públicos e privados dos países membros, em especial entre a Argentina e Brasil. Com efeito, durante boa parte do período sob análise, as negociações regionais estiveram dominadas pela reedição de múltiplos conflitos setoriais e pelas discussões a respeito da conveniência de se estabelecer, no âmbito do MERCOSUL, algum tipo de cláusula de escape que permitisse atender eventuais situações restritivas no âmbito do comércio intrazona. Esta negociação, ocorrida em diferentes instâncias e sob distintas cores políticas nos Estados Partes do MERCOSUL, esteve presente nos debates regionais, especialmente a partir de 1999 (ver a este respeito o Informe MERCOSUL N° 8, INTAL [2003]). De forma análoga, a preocupação com a distribuição dos investimentos no espaço ampliado motivava o governo argentino a procurar, nesta etapa, alternativas negociadoras para regular, de algum modo, um fluxo inversor - em especial de empresas transnacionais - que pudesse ser distribuído de forma mais de acordo com a configuração produtiva do bloco.

Nos pontos seguintes deste capítulo discorre-se a respeito dos diferentes aspectos concernentes às assimetrias entre os países membros do bloco, temas que vêm causando impacto nas negociações comerciais.

### **A. O debate sobre as assimetrias e a origem dos conflitos setoriais**

Desde o início do processo de integração, os países do MERCOSUL exibem assimetrias "estruturais ou naturais" bem definidas, relacionadas com os diferentes tamanhos de suas economias, o grau de desenvolvimento destas e a dotação desigual de recursos, entre outros fatores, e também, assimetrias "artificiais" vinculadas com os distintos esquemas de política econômica, mecanismos de promoção, etc.<sup>12</sup> Entretanto, o Tratado de Assunção não estabelecia diferenças entre os sócios, tendo os quatro Estados Partes os mesmos direitos e obrigações (nisto se diferenciava dos acordos anteriores à integração na América Latina onde se reconhecia o princípio de tratamento especial e diferenciado às economias menores). A única flexibilidade incluída no mencionado Tratado se relacionava com o ritmo de liberalização comercial para o Uruguai e Paraguai, outorgando a eles um ano a mais para que finalizassem o cronograma de abertura regional, além de um maior número de exceções ao mencionado programa.

---

<sup>11</sup> Neste sentido, o Documento de Programação Regional do BID para o MERCOSUL [2005] afirma que "os presidentes dos países integrantes do bloco indicaram claramente o desejo de dar um novo impulso ao processo de integração regional. Além disso, a situação macroeconômica dos sócios parece oferecer am princípio um quadro muito mais propício para uma eventual coordenação regional (...) em contraposição ao ocorrido no último quinquênio".

<sup>12</sup> As assimetrias "artificiais" surgem essencialmente como consequência das decisões de política pública implementadas pelos próprios governos. Estas decisões são transmitidas aos distintos mercados através de dois grandes instrumentos: a estrutura de impostos e de subsídios, e os marcos regulatórios. Assim, a intervenção estatal pode converter-se em uma geradora de iniquidades e desequilíbrios na concorrência regional. Em outras palavras, as políticas econômicas dos países, à medida que provocam efeitos muito diferentes nos preços e quantidades indicados pelos mercados, podem ocasionar fortes distorções nas condições de concorrência, ao não garantir o acesso, em igualdade de condições (simetria de oportunidades), a todos os participantes do mercado ampliado. As assimetrias no processo de integração também podem ser classificadas como "estruturais" e de "política" (Bouzas [2005]).

Por outro lado, embora o Tratado previsse a coordenação de políticas macroeconômicas e a eliminação de barreiras tarifárias e de outro tipo, pouco enfatizava em relação ao modo com que seriam tratadas as diferenças estruturais e de política existentes entre os países. Não obstante, em meados de 1992, se assinava o Cronograma de Las Leñas, que estabelecia uma agenda de harmonização e coordenação das diferentes políticas internas dos quatro Estados, e incluía, também, a definição de políticas e disciplinas comuns em diferentes âmbitos. Assim, este Cronograma teria a função de "ordenar" os trabalhos técnicos do MERCOSUL durante o período de transição, até a formação da União Alfandegária (1992-1994).

Entretanto, os avanços em termos da harmonização de políticas e a construção de ações comuns foram escassos durante boa parte dos anos noventa. Do mesmo modo, a ausência de mecanismos de administração das diferenças "estruturais", apesar das tentativas recorrentes no sentido de criá-los, continuou sendo uma característica própria do processo, especialmente por parte das economias menores.

Ligados a esta matéria, os acontecimentos e corolários da reunião do Conselho do Mercado Comum de meados de 2004 marcaram, de algum modo, o humor e a dinâmica negociadora que caracterizariam boa parte da relação bilateral Argentina-Brasil, assim como as negociações do MERCOSUL, no transcurso do período que vai de julho 2004 a junho 2005. Com efeito, enquanto os presidentes Néstor Kirchner e Luis Inácio Lula Da Silva reafirmavam em Foz de Iguaçu o compromisso conjunto com o desenvolvimento industrial das nações, o governo argentino aplicava, de forma simultânea e pela primeira vez desde o fim da conversibilidade, medidas restritivas ao comércio bilateral.<sup>13</sup>

Este fenômeno se explicava em boa medida pela retomada do processo de crescimento na região (que começou a ser vislumbrado em 2003 e materializou-se em 2004), e que colocava em evidência as mudanças produtivas geradas nos anos precedentes no interior do MERCOSUL. A este respeito, a desvalorização do Real, ocorrida em janeiro de 1999, embora não tenha provocado desequilíbrios comerciais generalizados no curto prazo, alterou o esquema de decisões de investimento/produção no MERCOSUL. Assim, os investidores estrangeiros tenderam a concentrar suas atividades no sócio maior, feito que, somado às próprias ações dos investidores nacionais nos diferentes Estados Partes resultou numa acentuação das assimetrias naturais. O novo processo de crescimento econômico na região explicitava esta "ampliação" das diferenças produtivas estruturais dos países do MERCOSUL e, também, do rol complementar das assimetrias artificiais, gerando tensões nos diferentes setores produtivos.

Frente às críticas que enfatizavam a acumulação de déficits comerciais bilaterais com o Brasil no transcurso do último ano, o Subsecretário de Integração Americana e MERCOSUL da Argentina, Eduardo Sigal, procurou olhar a questão em perspectiva: "enquanto entre 1980 e 1994 a Argentina teve doze anos de déficit e três de superávit frente ao Brasil - com um saldo negativo acumulado de US\$ 4.270 milhões, entre 1995 e 2003 - a partir da vigência do MERCOSUL, nosso país teve sete anos de superávit e somente dois de déficit, com um saldo favorável acumulado de US\$ 8.515" (*Clarín*, 26/8/04). Neste mesmo sentido, Hernán Lacunza, do Centro de Economia Internacional, afirmava que "os saldos conjunturais de um ano específico dependem do estado do ciclo econômico de um país; neste caso, o déficit se dá no contexto de um alto crescimento da Argentina com um aumento das importações a partir de um patamar muito baixo". Entretanto, com uma posição diferente, Bernardo Kosacoff, da CEPAL, sustentava que "Argentina vendeu até agora ao Brasil basicamente energia, alimentos e automóveis, itens nos quais este país poderia auto-abastecer-se nos próximos anos. Então, o que vamos lhe vender?". (*El Economista*, 12/7/04).

---

<sup>13</sup> No Capítulo III são descritas e analisadas mais detalhadamente as medidas e conflitos comerciais exteriorizados neste período.

## **B. Do debate às propostas: a negociação de diferentes iniciativas de "administração" do comércio e dos investimentos**

Enquanto no Brasil começavam a se conjecturar diferentes tipos de iniciativas a serem materializadas durante a Cúpula de dezembro, com vistas ao "relançamento" do MERCOSUL (basicamente a partir de uma reforma do Protocolo de Ouro Preto que incorporasse avanços em aspectos institucionais tais como a regulamentação da Comissão de Representantes Permanentes, a posta em andamento do Parlamento regional, entre outras), o Ministro Roberto Lavagna realizava, nos primeiros dias de setembro, uma importante visita ao país vizinho. O Ministro argentino se reunia em Brasília com o presidente Lula Da Silva, com o chefe da Casa Civil, José Dirceu e com os Ministros de Fazenda, Desenvolvimento e Relações Exteriores. Nestes encontros apresentava três projetos de instrumentos: uma cláusula de adaptação competitiva, um mecanismo de salvaguarda frente a perturbações macroeconômicas em algum dos Estados Partes e um projeto de código de boas práticas para as atividades de empresas transnacionais na região.

### *1) Mecanismo transitório de salvaguardas frente a situações de forte assimetria macroeconômica:*

Este instrumento previa a aplicação de medidas de salvaguardas quando, diante de uma forte perturbação nas condições macroeconômicas de um dos Estados Partes, fosse observado um aumento relevante das exportações desse país para outro(s) sócio(s). Mais especificamente, esta proposta previa a aplicação de contingentes tarifários (cotas) à importação de um país sócio, quando, por questões de índole macroeconômica (fortes alterações da taxa de câmbio bilateral ou ciclos econômicos defasados), fosse observado um aumento significativo das compras de um determinado produto que causasse prejuízo ou ameaça de prejuízo à produção doméstica.

A rigor, e, diferentemente de outros mecanismos de salvaguarda comercial (como o *antidumping* ou os direitos compensatórios), este instrumento de aplicação microeconômica (a um produto em particular) foi pensado a partir de causas macroeconômicas. O fundamento que estava por trás da imposição deste requisito "adicional" era que, uma vez estabelecida a união alfandegária, as alterações nas variáveis macro (num contexto de ausência de coordenação) apareceriam como motivadores fundamentais das mudanças abruptas nos fluxos comerciais. Neste sentido, a proposta do Ministro Roberto Lavagna parecia tender a compensar -ao menos em parte - a ausência de coordenação macroeconômica entre os Países Membros. Finalmente, a vigência deste mecanismo só podia ser justificada até que se avançasse em algum tipo de exercício de coordenação explícita ou implícita da matéria.

### *2) Cláusula de adaptação competitiva:*

Esta proposta consistia em impor medidas de salvaguarda frente a casos de aumentos sensíveis das importações em um determinado setor que causassem ou ameaçassem causar prejuízo à produção nacional, sem ter que depender da existência - e da prova - de perturbações macroeconômicas. Nesta proposta, bastaria que ocorressem aumentos sensíveis das importações originadas em um país membro e o prejuízo correspondente, quaisquer que fossem as causas que o gerassem.

Com efeito, boa parte dos conflitos e/ou tensões gerados no âmbito regional parece estar relacionada com razões de índole microeconômica, tais como as diferenças relativas na competitividade de certos setores, a existência de mecanismos de incentivo diferentes em ambos os lados da fronteira, as mudanças nas configurações dos mercados, etc. Portanto, o governo argentino complementava sua proposta com a apresentação deste instrumento de ordem setorial. Esta medida, a qual somente se recorreria nos casos em que não se pudesse chegar a um acordo consensual entre os setores privados de ambos os países, seria

transitória e consistiria na fixação de uma quota às preferências (tarifa zero) de importação e a aplicação do direito de importação extrazona para as importações que excedessem a quota.

Por outro lado, a aplicação deste instrumento estaria sujeita a um programa de reestruturação competitiva dos setores de atividade beneficiadas, com a finalidade de promover uma adaptação às condições competitivas da região. Todas as partes envolvidas deveriam participar deste programa, já que, nem sempre as causas dos problemas setoriais estão relacionadas com a competitividade relativa da empresa (e sim, por exemplo, com a existência de subsídios diferenciados, entre outras questões).

### 3) *Código de boas práticas empresarial:*

Enquanto que as duas propostas anteriores tinham uma relação direta com o comércio, o código de boas práticas tinha como objetivo disciplinar de algum modo os incentivos ao investimento e dar origem a um marco de caráter voluntário para promover uma conduta empresarial responsável, em aspectos tão variados e importantes como o meio ambiente, o combate à corrupção, a responsabilidade fiscal, a transferência de tecnologia e a proteção do consumidor, entre outros. Essa proposta se apoiava, em parte, nas diretrizes da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para empresas multinacionais. Adicionalmente, somavam-se alguns artigos que punham ênfase nas condutas das empresas transnacionais, das quais se demandava uma alocação equilibrada no âmbito do mercado ampliado, mediante a aplicação de critérios de descentralização geográfica da produção.

Deste modo, o ministro argentino pretendia influir sobre a agenda de negociação para o curto prazo, que vinha sendo marcada pela possibilidade de se encaminhar para um Protocolo de Ouro Preto II, impulsionado pelo Brasil. Segundo suas palavras: "queremos que em nossa relação com o Brasil se cumpra o que até agora não se cumpriu, mas enquanto isto não acontece, teremos que colocar em andamento instrumentos concretos para que o MERCOSUL funcione adequadamente" (*Ámbito Financiero*, 3/11/04). Dessa forma, o ministro, indicava que os mecanismos propostos não substituíam a necessária coordenação macroeconômica e a redução das assimetrias de incentivos, mas apenas contribuíam para amortecer a ausência de avanços nestas matérias. De forma complementar, o Ministro Roberto Lavagna afirmava em conferência de imprensa "o problema do MERCOSUL não são as instituições, mas a falta de instrumentos econômicos que garantam que a integração seja intra-indústria e que unifique as cadeias de valor". Nesse sentido, o governo argentino dava sinais ao seu par brasileiro a respeito das dificuldades que poderia enfrentar uma eventual proposta de aprovação de um Protocolo de Ouro Preto II na reunião de dezembro, se no mesmo não fossem incluídas as medidas propostas de "administração" do comércio e dos investimentos.

As negociações destes mecanismos continuavam em 10 de dezembro, quando chegava a Buenos Aires uma missão brasileira comandada pelo Vice-chanceler Samuel Pinheiro Guimarães. A missão levava uma resposta negativa ao pedido argentino de instituir um mecanismo de salvaguarda para proteger setores industriais afetados pelos fluxos de comércio, argumentando que "a situação da indústria argentina no mês de julho do ano passado<sup>14</sup> era uma e atualmente é outra. Houve uma recuperação da economia argentina e da balança comercial entre ambos países" (Marco Aurélio Garcia, *La Nación* 10/12/04). Tal como se antecipava, a reunião bilateral terminou sem maiores resultados que a assinatura de um comunicado conjunto no qual se explicitava que, enquanto continuassem as conversações bilaterais sobre este assunto, continuariam vigentes as medidas de proteção impostas pela Argentina às importações brasileiras.<sup>15</sup> Nessa ocasião, a ambição do Brasil de assinar um Acordo Ouro Preto II na reunião presidencial de fim de ano já havia sido arquivada.

---

<sup>14</sup> Data aproximada na qual começaram a discutir-se estes mecanismos.

<sup>15</sup> Ver Capítulo III, parágrafo 3, que descreve o mecanismo de aplicação de medidas de proteção.

A discussão sobre as salvaguardas, embora não fosse parte da Agenda da Cúpula de Ouro Preto, em dezembro de 2004, se fazia presente em diferentes momentos da reunião e se repetiam as manifestações políticas em torno da necessidade de uma região mais desenvolvida e harmônica, mas não se chegava a um consenso quanto aos instrumentos condizentes a tal fim. Para o Chanceler Celso Amorim, as salvaguardas não eram uma solução mas "temos de admitir que há um problema; eu não posso imaginar - e ninguém no Brasil imagina - que a Argentina irá renunciar a certo grau de industrialização" (*El Cronista*, 17/12/04). Por sua parte, o presidente Lula Da Silva manifestava que: "uma Argentina sem indústrias não é psicologicamente possível, não é politicamente possível e não é economicamente viável" (*El Cronista*, 17/12/04). Em 25 de janeiro de 2005, uma delegação argentina, integrada pelos Secretários Chiaradia e Dumont, foi recebida no Rio de Janeiro pelos seus pares, o Vice-chanceler Pinheiro Guimarães e o Secretário Marcio Fortes, para retomar as discussões das propostas sugeridas pelo Ministro Lavagna. Nessa oportunidade, o Brasil apresentava três instrumentos alternativos: (a) uma proposta de criação de uma Comissão para a Expansão do Comércio e a Promoção da Integração Produtiva; (b) uma proposta de mecanismo transitório de administração do comércio bilateral, e (c) uma proposta vinculada à necessidade de equilibrar os incentivos e definir uma política comum de atração de investimentos para a região.

*a) Comissão para a Expansão do Comércio e a Promoção da Integração Produtiva:* a proposta brasileira consistia em uma formalização da – já existente - Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Argentina-Brasil (presidida pelos Secretários de Indústria de ambos os países), com algumas inovações. Entre elas, a inclusão de uma nova instância no nível dos Vice-ministros de Relações Exteriores de ambos os países, os quais seriam os responsáveis de analisar os resultados da Comissão. Do mesmo modo, a proposta sugeria que a Comissão tivesse como responsabilidade levar recomendações com o objetivo de implementar medidas para obter uma expansão equilibrada do comércio bilateral e a progressiva integração produtiva das economias.

*b) Mecanismo transitório de administração do comércio bilateral:* esta proposta tomava em consideração várias das questões incluídas na cláusula de adaptação competitiva sugerida pela Argentina. Incorporava a idéia de contar com um instrumento que pudesse restringir temporariamente o fluxo de certos bens no comércio bilateral, a necessidade de mostrar a existência de prejuízo ou ameaça de prejuízo e a manutenção de preferências, entre outros.

Do mesmo modo, sugeria - de maneira idêntica à proposta setorial Argentina - que o instrumento não deveria prever gatilhos de ordem macroeconômica. Entretanto, a proposta avançava em algumas questões adicionais, como a exigência de que o processo de tomada de decisões para a aplicação do mecanismo fosse compartilhado. Por outra parte, o mecanismo brasileiro incluía a necessidade de estabelecer um compromisso explícito de ajuste estrutural por parte do setor beneficiado pela medida, argumento que, embora estivesse contido na proposta argentina, neste caso se restringiria somente a problemas de enfraquecimento próprios do setor (deixando de lado, por exemplo, a existência de assimetrias financeiras e de incentivos fiscais, entre outros).

Além disso, na proposta brasileira tanto o desenho, quanto o seguimento e o controle do programa de ajuste estrutural, estariam a cargo dos dois países. Finalmente, o Brasil condicionava a entrada em funcionamento deste instrumento à eliminação de outros mecanismos de proteção comercial intrazona (medidas *antidumping* e direitos compensatórios), assim como, o estabelecimento de uma espécie de "cláusula de paz" em relação a outras medidas de qualquer caráter que pudessem afetar os fluxos comerciais.

*c) Mecanismo para equilibrar os incentivos e definir uma política comum de atração de investimentos:* a proposta do Brasil tentava encontrar uma alternativa simplificada ao código de boas práticas apresentado pela Argentina. Neste sentido, e considerando que uma parte do mencionado código estava baseada nas Diretrizes para as Empresas Transnacionais da OCDE, o governo do Brasil propunha trabalhar em conjunto

nos diferentes componentes desse documento. Deste modo, implicitamente deixava de lado a proposta argentina, reafirmava a vigência do documento da OCDE e promovia a cooperação conjunta na matéria.

De todo modo, o Brasil propunha uma declaração conjunta na qual se reconhecesse a necessidade da aplicação de políticas para reduzir as assimetrias e promover a integração das cadeias produtivas dos diversos setores produtivos, dando lugar à preocupação argentina em relação a uma distribuição mais equilibrada dos investimentos. Da mesma forma, na citada declaração conjunta se solicitaria às empresas transnacionais que contribuíssem para o que fosse alcançado o objetivo central do MERCOSUL (desenvolvimento equilibrado dos Estados Partes), através da planificação de seus investimentos no âmbito do mercado ampliado, reconhecendo, desta forma, a importância fundamental que os governos da região atribuem ao IED no desenvolvimento de suas economias.

Uma semana antes da Cúpula de Assunção, realizada em meados de 2005, o Paraguai concentrava seus esforços no sentido de oferecer conteúdos adicionais às propostas. Como parte da Agenda, e em sintonia com a postura argentina, o Paraguai antecipava uma proposta - que em seguida seria formalizada na reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) - de criação de um mecanismo a ser aplicado pelos Estados Partes em casos de aumentos extraordinários das importações provenientes de outro país sócio, motivados por alterações abruptas em alguma das principais variáveis macroeconômicas. O Projeto de Decisão elaborado pelo Paraguai estabelecia que um Estado Parte podia aplicar uma tarifa de importação a um produto específico quando: (a) a participação do fornecedor regional superasse 25% do total de importações do bem mencionado, e (b) as correntes importadoras sofressem, nos 24 meses anteriores, um incremento médio superior a 10%. Em todo caso, estabelecia-se como condição que tal fluxo importador causasse prejuízo ou ameaça de prejuízo à produção doméstica do bem.

Finalmente, o caráter transitório e excepcional da aplicação do instrumento ficava evidenciado na proposta, em função do estabelecimento de um prazo de vigência das eventuais medidas. Tal prazo seria de doze meses, prorrogável uma única vez, por igual período. Este instrumento estava de acordo com outro proposto oportunamente pela Argentina, no sentido de que apresentava como "gatilho" para a implementação da medida de restrição dos fluxos de importação a ocorrência de fortes desequilíbrios macro. Cabe assinalar a este respeito que, por ocasião da apresentação do projeto paraguaio, a proposta argentina que continha este "gatilho" estava virtualmente descartada - ficando na agenda negociadora só o mecanismo de ordem meramente comercial. Não obstante o grande intercâmbio de propostas e declarações ao longo de todo o período, não se chegava a um consenso sobre os mecanismos propostos pela Argentina (tampouco as suas variantes brasileiras ou paraguaias) no âmbito bilateral Argentina-Brasil, nem na órbita quadripartite do MERCOSUL.

### **C. Convergências e divergências das visões empresariais e dos governos**

Com o propósito de promover o diálogo entre os empresários da Argentina e do Brasil, o aprofundamento da integração, o estabelecimento ou o fortalecimento de cadeias produtivas e o apoio aos governos no desenho de estratégias comuns de desenvolvimento e de negociação em foros econômicos e comerciais internacionais, criava-se, em outubro de 2004, o Conselho Empresarial do MERCOSUL. Num contexto de crescentes tensões no âmbito bilateral, a criação do Conselho pretendia contribuir para o debate positivo de idéias. A este respeito, o Chanceler Celso Amorim - que participava de sua primeira reunião em São Paulo - afirmava que "em vez de estar discutindo se vamos ter 50% ou 60% do mercado argentino de geladeiras, temos de fazer uma geladeira do MERCOSUL que saia a competir pelo mundo". Em igual sentido, o Chanceler Rafael Bielsa manifestava: "os inconvenientes dos últimos meses são uma parte muito menor do comércio global dos dois países. 80% do comércio não tem nenhum inconveniente" (*Clarín*, 15/10/04). Do mesmo modo, fontes oficiais de ambos os países enfatizavam que os problemas estavam sendo

processados adequadamente no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, a partir de acordos voluntários entre os respectivos setores privados, que apresentavam um alto índice de cumprimento.

Em 24 de novembro se celebrava em Buenos Aires a segunda reunião da coalizão empresarial. Através de uma nota de opinião publicada no Jornal *La Nación* de 23/11/04, o Chanceler brasileiro Celso Amorim adiantava a proposta que faria frente aos empresários de ambos os países: criar uma agenda de trabalho com seis temas fundamentais: (1) o fomento à formação de *joint ventures*; (2) mecanismos financeiros para a integração de cadeias de valor; (3) compras governamentais; (4) desenvolvimento de investigações conjuntas; (5) participação conjunta em eventos empresariais, e (6) negociações comerciais extra-regionais e promoção comercial conjunta. Segundo Amorim, "a coalizão empresarial tem este desafio pela frente: o de contribuir para que se dê um salto de qualidade na visão empresarial do processo de integração, visando a garantir a consolidação do MERCOSUL como modelo de geração de competitividade e eficiência com distribuição da renda". Em sentido contrário, o Chanceler Bielsa entendia que a agenda de trabalho devia avançar nas propostas apresentadas pelo Ministro Lavagna, quando de sua visita ao Brasil.

Durante a reunião, os representantes de empresas brasileiras insistiam em criar uma agenda positiva na qual estivesse presente a promoção comercial conjunta em terceiros países, a conformação de *joint ventures*, a coordenação de posturas comuns em negociações com terceiros, a agilização de linhas de crédito entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Investimento e Comércio Exterior (BICE) para empreendimentos conjuntos. A este respeito, faziam referência às oportunidades que surgiam para o investimento no âmbito bilateral no momento em que, em ambos os países, a capacidade produtiva registrava elevados índices de utilização. Os empresários argentinos, pelo contrário, enfatizavam a necessidade de encontrar soluções satisfatórias para os problemas que surgiam do intercâmbio entre os dois países e para as diferentes políticas de atração de investimentos e promoção da atividade produtiva.

Em outras palavras, os representantes do setor privado de ambos os países coincidiam com as posições de seus respectivos governos, mas não encontravam parâmetros comuns que tornassem possíveis acordos mutuamente satisfatórios. Além da definição de uma data para um novo encontro, chegava-se, também, a um acordo sobre a realização do Primeiro Foro Empresarial do MERCOSUL e países associados, paralelamente à celebração da reunião de fim de ano do Conselho do Mercado Comum no Brasil.

Em relação às percepções empresariais do processo integrador, um trabalho do Ricardo Markwald [2005] afirmava que "no Brasil, a avaliação atual do MERCOSUL mostra um nítido desequilíbrio entre as expectativas, as percepções e os fatos. Com efeito, a crise do MERCOSUL persiste apesar da maior convergência das políticas macroeconômicas na região e das supostas afinidades políticas entre os governos de seus principais sócios. Não obstante, as percepções, exageradamente negativas, não se justificam nem encontram sustento nos fatos. O balanço, principalmente da ótica do setor privado brasileiro, é bastante mais favorável do que se divulga. Ainda assim, é difícil imaginar a ocorrência de qualquer progresso mais significativo do MERCOSUL sem a superação de seu principal desafio: a constatação por parte dos sócios de que o projeto de integração regional pouco contribui à inserção internacional de seus respectivos países".

Em conformidade com os conflitos bilaterais, um relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) [2005] punha em dúvida a real influência das travas ao comércio da Argentina sobre o setor produtivo brasileiro. A este respeito, o relatório estabelecia que "os conflitos comerciais entre os dois principais sócios do bloco estão localizados em seis setores, nos quais a participação das vendas brasileiras não deixou de crescer. Entre 1997 e 1999, o Brasil tinha 44,9% do mercado argentino nos setores de papel, calçados, produtos siderúrgicos, cerâmicas, eletrodomésticos e têxteis. Essa participação aumentou para 68% entre 2001 e 2003 e para 79,3% no primeiro semestre de 2004". Em outras palavras, o estudo da CNI constata a existência de uma certa especialização da pauta exportadora brasileira nos produtos objeto



de conflitos, nos quais a participação dos mesmos nas importações argentinas duplicava a participação brasileira média nas importações argentinas totais.

Ao mesmo tempo em que se conseguia fechar um acordo empresarial no setor de laticínios e a renovação de compromissos para tecidos de algodão, acrílicos e toalhas, entre outros, o número e diversidade de produtos afetados crescia dia a dia, incluindo-se na agenda de bens: cilindros de gás, baterias, madeiras, etc. Ainda assim, boa parte dos acordos assinados pelas empresas registravam altos índices de cumprimento.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Ver neste mesmo Informe, o prosseguimento e a avaliação dos acordos entre privados no Capítulo III.

### **CAPÍTULO III. UMA APROXIMAÇÃO AOS PRINCIPAIS TÓPICOS SETORIAIS NO COMÉRCIO ARGENTINA-BRASIL**

Embora os problemas de caráter bilateral em torno do comércio intrazona dos denominados produtos "sensíveis" tenham sido um denominador comum do crescimento do bloco ao longo de sua história, durante o biênio 2004-2005 adquiriram uma dinâmica especial. Um dos padrões básicos a este respeito foi a tendência a uma defesa mais acirrada da produção interna por parte do governo argentino, decisão enquadrada nos objetivos de "reindustrialização" deste país. Esta decisão política parecia encontrar na crescente penetração brasileira de numerosos produtos industriais neste mercado um de seus limitadores no período analisado.<sup>17</sup>

As maiores vendas do Brasil para a Argentina nesta etapa se verificavam num contexto de notável expansão das exportações brasileiras totais ao mundo e também num quadro de crescente "desvio" das importações argentinas a favor de fornecedores brasileiros em detrimento de fornecedores de terceiros países (em função, dentre outros fatores, de vantagens relativas nas paridades cambiais). Deste modo, as vendas brasileiras para a Argentina superavam, em numerosos produtos, os níveis máximos alcançados durante a vigência da conversibilidade. Esta tendência era vista, pelos setores públicos e privado desse país, como uma ameaça ao objetivo de reconstrução da malha industrial.

Neste contexto, as autoridades de Brasília demonstravam compreender as necessidades de seus parceiros de Buenos Aires. Desse entendimento surgiu a criação, em outubro de 2003, da Comissão Bilateral de Comércio entre Argentina e Brasil, foro proposto para analisar a evolução do comércio bilateral e realizar recomendações sobre este assunto.<sup>18</sup> Na prática, a Comissão vem atuando como uma espécie de sala de espera para a adoção de algum tipo de restrição ao comércio que, na maioria dos casos, parte da Argentina. O mecanismo tem sido, em regra, o mesmo. A princípio, os governos promovem um acordo entre particulares e, quando não consegue obtê-lo, o governo argentino decide (ou simplesmente ameaça) aplicar algum tipo de restrição não-tarifária, tais como as licenças não automáticas, salvaguardas, *antidumping*, etc. Em certos casos, diante de tal medida, os representantes privados brasileiros decidem flexibilizar sua posição para chegar a um acordo, que toma -em geral- a forma de uma restrição voluntária de exportações de parte dos empresários brasileiros (sendo a medida argentina suspensa ou suprimida).

Este mecanismo teve início poucos meses após a criação da Comissão com o caso dos têxteis, e converteu-se em uma espécie de ginástica bilateral de curso previsível. Dessa maneira, foram incorporando-se mais e mais setores à lista de "monitoramento" e, em todos eles, os representantes privados se incorporavam à negociação. Paralelamente a isso, o governo argentino continuava tentando encontrar alguma cláusula de escape que permitisse conter as medidas de alívio para os problemas gerados pela concorrência entre os sócios, tal como se descreveu no Capítulo II.

Embora em outros momentos do MERCOSUL (especialmente logo depois da desvalorização do real em 1999) tenha-se tentado chegar a acordos privados, o grau de êxito alcançado foi pequeno. Em geral, as possibilidades de conseguir resultados positivos (seja fechando-se acordos ou honrando com os já celebrados) dependeram diretamente do grau de concentração da oferta no âmbito regional: quanto menor o número de partes em jogo, maiores as possibilidades de monitoramento do acordo e menores as probabilidades de uma das partes descumpri-lo, causando prejuízo a outra.

---

<sup>17</sup> Embora de forma não excludente, os principais conflitos setoriais do período tiveram um marcado aspecto bilateral Argentina-Brasil, fenômeno que condiciona em boa medida o enfoque deste capítulo.

<sup>18</sup> Adicionalmente, no bloco funciona a Comissão de Comércio do MERCOSUL cujos alcances e funções são diferentes da anterior.

Na "nova onda" de acordos, algumas circunstâncias variaram, explicando assim o maior grau de sucesso e observância dos convênios. Por um lado, e ao contrário do que ocorria em 1999, o mercado argentino registrava nesse período um crescimento vigoroso. Isso permitia que ambas as partes negociassem a partilha dos "lucros"; enquanto que em ocasiões anteriores a negociação se desenvolvia em um contexto de "jogo de soma zero", onde os lucros de uma parte levavam a outra a sofrer prejuízos. Assim, os novos convênios eram pensados no sentido de permitir o crescimento da produção argentina juntamente com o aumento -regulado- das vendas brasileiras.

Outro fator que sem dúvida incidiu foi o maior grau de empatia política entre os governos da Brasília e Buenos Aires. Apesar de certos desencontros maximizados pelos meios de comunicação (para mais detalhe ver o Capítulo II deste Informe), no transcurso destas negociações e da criação da Comissão Bilateral de Monitoramento, observou-se uma atitude positiva de ambos os governos para encontrar soluções adequadas, evitando menosprezar o espírito dos acordos MERCOSUL.

Um dos argumentos mais utilizados para minimizar a importância dos conflitos comerciais intra MERCOSUL foi o de que o volume de comércio envolvido nesses conflitos era pouco relevante quando comparado com o intercâmbio total referido à escassa importância do comércio envolvido nos mesmos, em relação ao intercâmbio total. Embora tal raciocínio se baseie no aspecto quantitativo (sem considerar o comércio automotivo, durante 2004 o intercâmbio nos setores em conflito foi equivalente a 7% do comércio bilateral total), não se pode desprezar o seu aspecto qualitativo, dada a sua característica de modificar as condições gerais do intercâmbio.

#### QUADRO 10 SETORES CONFLITUOSOS NO COMÉRCIO BILATERAL

Dados de 2004 - Em milhões de dólares

<b>Exportações brasileiras para a Argentina</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>% do total</b>
Maquinarias agrícolas	345,5	4,7
Calçado	107,8	1,5
Grandes aparelhos domésticos	107,1	1,5
Fiações e tecidos de algodão	95,3	1,3
Fibras e fiações sintéticas e artificiais	93,7	1,3
Toalhas, lençóis e cobertores	21,7	0,3
<i>Subtotal 1</i>	<i>771,2</i>	<i>10,5</i>
Veículos e autopeças	2.034,9	27,6
<i>Subtotal 2</i>	<i>2.806,1</i>	<i>38,1</i>
<b>Exportações brasileiras para a Argentina totais</b>	<b>7.373,2</b>	<b>100,0</b>
<b>Exportações argentinas para o Brasil</b>	<b>US\$ milhões</b>	<b>% do total</b>
Arroz	71,0	1,3
Farinhas e misturas	41,7	0,7
Vinhos	19,9	0,4
<i>Subtotal</i>	<i>132,6</i>	<i>2,4</i>
<b>Exportações argentinas para o Brasil totais</b>	<b>5.569,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Aliceweb (MDIC).

Quanto à apresentação dos casos concretos tratados neste capítulo, cabe destacar que a revisão se limita aos principais setores, sem que a lista pretenda ser exaustiva.<sup>19</sup> Primeiro, agrupa-se o que se poderia denominar o "caso geral"; quer dizer, aqueles conflitos e/ou tensões que envolvem exportações do Brasil para a Argentina. Em segundo lugar, descreve-se o sucedido no caso oposto; isto é, aqueles casos que envolvem exportações argentinas para o Brasil (inclui um caso, o do arroz, onde também se encontram afetadas as exportações uruguaias). Finalmente, incluem-se dois temas "especiais": a possível renegociação da Política Automotiva Comum do MERCOSUL e o conflito entre a Argentina e o Uruguai em torno da política de promoção industrial do primeiro país.

## A. Setores "sensíveis" da Argentina

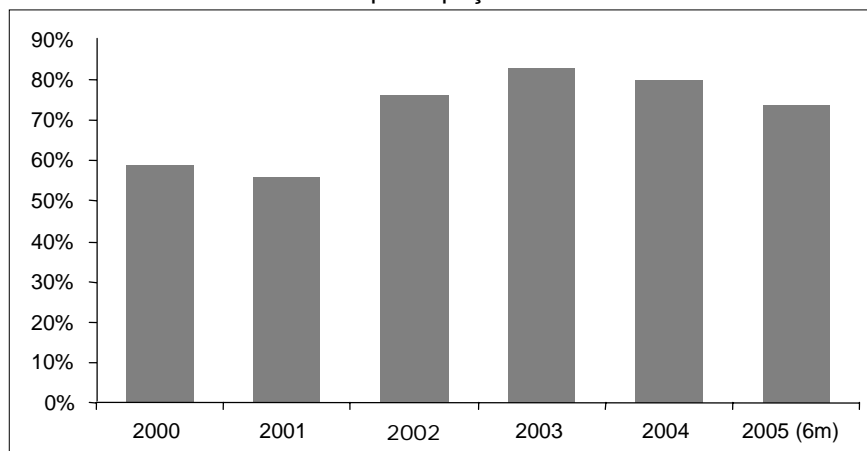
### *Grandes aparelhos domésticos (GAD)*

#### ASPECTOS GERAIS

Este universo de produtos é composto pelos grandes bens duráveis de uso doméstico. Embora durante os anos noventa o Brasil tenha sido um fornecedor importante, é a partir de 2000 que a sua participação no mercado argentino se intensifica, causando um importante salto das importações do país.

Depois do colapso ocorrido imediatamente após a desvalorização argentina, o fluxo exportador brasileiro destes produtos para o país sócio se recuperou vigorosamente. A oferta brasileira não só cresceu em termos absolutos como abarcou uma importante parcela do mercado argentino, beneficiada por um processo de desvio de comércio a seu favor. Uma demanda argentina com menor poder aquisitivo em dólares, voltou-se para o produto brasileiro, oferecido a preços menores do que aqueles oriundos de países industrializados. Dessa forma, em certos itens, a oferta brasileira assumiu uma posição completamente dominante permitindo que a Argentina voltasse a ocupar um lugar de destaque como destino das exportações brasileiras deste tipo de produtos.

**GRÁFICO 25**  
**EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE GAD PARA A ARGENTINA**  
Valor e participação - Em %

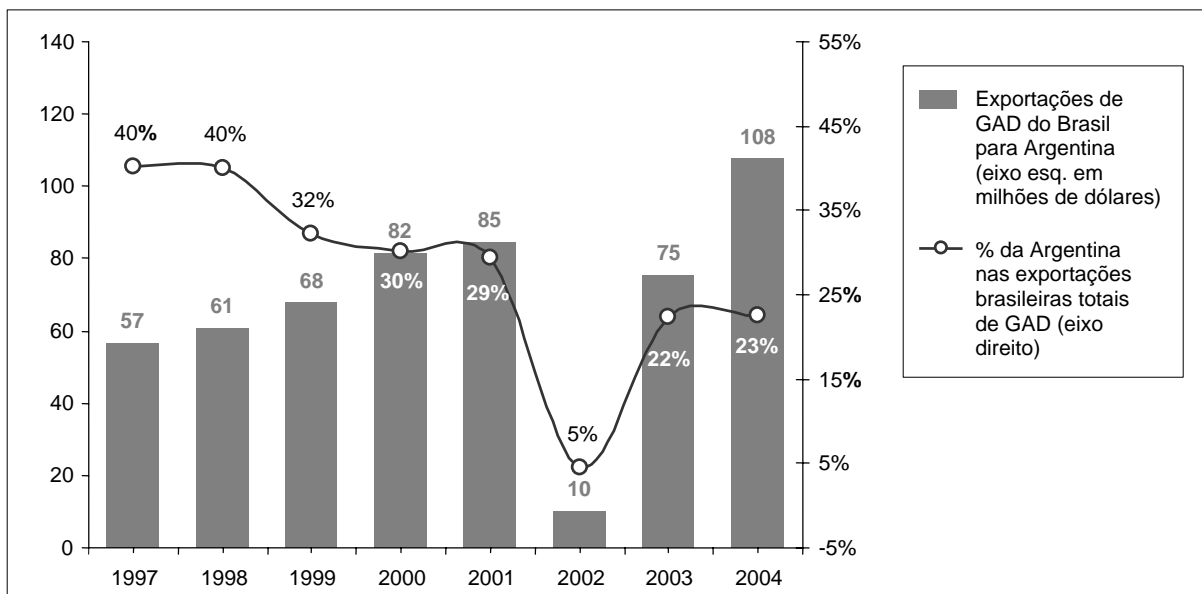


Fonte: INDEC.

<sup>19</sup> Por exemplo, não se inclui a problemática vinculada ao setor do açúcar que, embora tenha sido considerado como "sensível" no início do processo integrador, não apresentou novidades no período sob análise.

Em maior ou menor medida, em todos os ramos do setor existe uma grande assimetria em termos da estrutura produtiva localizada no Brasil e na Argentina. Embora isto já fosse um dado da realidade nos anos noventa, a crise argentina de 2001 e o crescimento brasileiro dos últimos anos aprofundaram essa diferença. Durante o período 1999-2003, o Brasil, em função da forte presença produtiva dos principais jogadores globais, praticamente monopolizou os investimentos, obtendo um nível de oferta apta a abastecer a demanda regional (CEP [2004]).

**GRÁFICO 26**  
**EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE GAD PARA ARGENTINA**  
Valor e participação



Fonte: Aliceweb (MDIC).

Em sentido contrário, na Argentina, a crise econômica determinou a retirada das poucas transnacionais com produção local, que decidiram abastecer este mercado com produtos provenientes de suas fábricas localizadas no Brasil. A produção remanescente ficou nas mãos de empresas de capital argentino ou de outros países da região, caracterizadas por possuírem uma escala inferior e um menor *know how* tecnológico em relação a seus pares brasileiros. Estas diferenças se fizeram sentir no intercâmbio bilateral, permitindo o avanço da produção brasileira no mercado argentino.<sup>20</sup>

Diante desta situação, em finais de 2003, o governo argentino estimava que a evidente recuperação do volume de vendas que já se registrava em seu mercado corria o risco de ficar totalmente nas mãos da oferta brasileira, não se traduzindo em uma recuperação da produção local. Este risco -argumentava-se- freava todo tipo de investimentos que pudesse ser feito na Argentina, frustrando toda possibilidade de reduzir as assimetrias acima descritas.

<sup>20</sup> Um caso de particular relevância foi a saída Whirlpool da Argentina, medida que afetou fortemente os fluxos do comércio bilateral destes produtos, especialmente no item geladeiras.

A rigor, e após meses de infrutíferas negociações no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, em julho de 2004 o governo de Buenos Aires anunciava a imposição de diversas restrições às importações deste tipo de produtos. Para o caso da denominada "linha branca" (fogões, refrigeradores e máquinas de lavar roupa) resolveu-se adotar um regime de licenças não automáticas,<sup>21-22</sup> enquanto que no caso dos televisores foi implementada uma tarifa de 21% como medida de salvaguarda prevista na Decisão CMC N° 8/94 -que regula o intercâmbio intrazona de bens oriundos das zonas francas e das áreas alfandegárias especiais-.

Os acordos alcançados em cada caso encontram-se detalhados a seguir.

- *Fogão a gás*

Depois do anúncio da iminente imposição de licenças não automáticas por parte da Argentina, as negociações entre particulares se aceleraram, fazendo com que este setor fosse o primeiro onde foi possível fechar um acordo. Essa iniciativa permitiu que tal medida não chegasse a ser efetivamente aplicada.

A partir dos anos noventa, as importações argentinas destes produtos foram crescentes. Entretanto, a participação dos produtos estrangeiros dentro do mercado argentino se manteve, em média, dentro de valores menores do que os usuais no que diz respeito aos aparelhos eletrodomésticos, não superando 25% (dentro do quais 45% eram de origem brasileira). Depois da desvalorização argentina, esse 25% de mercado foi totalmente ocupado pelo Brasil. Ainda assim, o fluxo de vendas do Brasil para a Argentina não recuperou os valores alcançados na fase imediatamente anterior ao abandono da conversibilidade.

O acordo privado dispôs um limite de 90.000 unidades para as exportações do Brasil para a Argentina durante 2004, representando um aumento aproximado de 6% em relação aos valores de 2003. Em função disto, foi estabelecida uma cota de 47.500 unidades destes produtos para o primeiro semestre de 2005. A baixa incidência do mercado argentino dentro das exportações brasileiras de fogões (menos de 10%) foi um elemento *facilitador* na hora de negociar a partilha de mercado. Como as importações destes produtos excederam, durante o ano de 2004, o limite acordado, este excesso deveria ser compensado durante 2005, pois tal compensação também estava prevista em contrato.

- *Geladeiras*

Dentro do universo dos grandes aparelhos domésticos, o setor geladeiras é onde as assimetrias estruturais entre o Brasil e Argentina são mais acentuadas. Na evolução do comércio bilateral deste subsetor foi relevante a retirada (em 2002) do mercado argentino da Whirlpool, única multinacional do país com implantação industrial, que decidiu abastecer o mercado argentino a partir do Brasil. A saída desta empresa da Argentina causou impacto na evolução do comércio regional de geladeiras e produziu uma forte desarticulação da cadeia de valor setorial no país (Manson [2005]).

Em contraste, sob o comando de jogadores globais do setor, o Brasil se consolidou como um centro de produção/exportação de geladeiras a nível mundial. Devido a isso, as exportações brasileiras de refrigeradores aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Com a diversificação dos destinos das exportações brasileiras, a Argentina foi perdendo importância dentro dos embarques brasileiros, embora continue sendo o mercado mais importante, absorvendo quase um terço do total das ditas exportações.

---

<sup>21</sup> Medida tomada no contexto do Acordo sobre Procedimentos para a Tramitação de Licenças de Importação da OMC.

<sup>22</sup> Embora a medida tivesse sido de aplicação sobre as importações de toda origem, a oferta brasileira foi a mais afetada dada a sua preponderância nas importações argentinas destes itens.

Do mesmo modo, a participação brasileira nas importações argentinas veio crescendo com os anos e se tornou quase total depois da desvalorização do peso, chegando a abastecer 65% do mercado interno argentino deste produto, durante 2004. Em outros termos, a saída da Whirlpool da Argentina, e sua intenção de preservar o *market share* com produtos fabricados no país vizinho, fez com que as importações do Brasil praticamente se multiplicassem por dez, entre os anos 2002 e 2003, triplicando os valores obtidos em 2001.

Consequentemente, o caminho para o acordo não esteve isento de dificuldades. Embora se tenha chegado rapidamente a um acordo provisório entre particulares (julho de 2004), evitando, também neste caso, efetivar as licenças não automáticas, o convênio definitivo ficaria sujeito a uma verificação bilateral da magnitude real do mercado argentino. Neste meio tempo não faltaram atritos decorrentes de um incipiente desvio das importações feitas pela Argentina de produtos fabricados em outros países como o Chile e o México, de onde também são oriundos os capitais de duas das quatro empresas argentinas fabricantes de refrigeradores domésticos.

O acordo, alcançado em novembro de 2004 e com vigência até 31/12/05, prevê uma limitação voluntária de exportações por parte das empresas brasileiras, de maneira tal que a cota brasileira no mercado argentino passe de 65% para 50% em 2005. Caso o mercado argentino cresça dentro dos níveis esperados, essa participação representará 7% das exportações brasileiras, se comparadas com 2004.

Não obstante, a percentagem de mercado atribuído aos produtos brasileiros é flexível, de maneira tal que se as importações extrazona ultrapassarem 3% do mercado argentino, a quota atribuída ao Brasil aumentaria na proporção do valor excedido. Esta medida foi adotada para evitar que as comentadas manobras de desvio de comércio prejudiquem a competitividade das geladeiras brasileiras no mercado argentino. Com relação ao grau de cumprimento geral do convênio privado, embora tenham ocorrido alguns excessos nas importações do Brasil, os mesmos seriam parcialmente compensados pelos excedentes praticados também nas importações extrazona.

- *Máquina de lavar roupas*

A produção de máquina de lavar foi o único subsetor no qual as licenças não automáticas se aplicaram efetivamente, em virtude do fracasso inicial das negociações entre as partes privadas. As dificuldades para se chegar a um entendimento estavam relacionadas -em boa medida- com a grande importância do mercado argentino para as exportações brasileiras deste produto; em função disso, qualquer potencial limitação causaria um forte impacto sobre os programas de produção das empresas brasileiras. Ademais, outro fator importante é que os produtos elaborados no Brasil "desenhados" para o mercado argentino, não poderiam ser facilmente redirecionados ao mercado brasileiro, devido a seu desenho diferenciado (tambor horizontal em vez de vertical).

Até 2001, a participação do Brasil nas importações argentinas de máquina de lavar roupas sempre foi inferior a 40%. Entretanto, a partir de 2002, essa fatia de mercado aumentou para um nível superior a 70%, esse crescimento foi ajudado por uma medida *antidumping* aplicada pela Argentina contra os fornecedores da Itália e da Espanha.

A aplicação das licenças não automáticas teve um impacto muito importante no fluxo de comércio, causando a sua paralisação entre agosto e outubro.<sup>23</sup> Imediatamente, as empresas importadoras começaram a resolver o complexo mecanismo burocrático das medidas restritivas, recuperando o volume de suas vendas. Finalmente, antes do final de março de 2005, as empresas puderam fechar um acordo que prevê uma restrição "voluntária" de exportações por parte do Brasil, equivalente a uma quota de 180.000 unidades anuais -média de 15.000 mensais- muito abaixo das quantidades importadas até a implementação da medida restritiva. Mesmo assim, e diferentemente de outros casos, as licenças automáticas continuam em vigor a fim de controlar um possível desvio de comércio.

---

<sup>23</sup> De acordo com fontes do setor, durante esse período se acumulou nas alfândegas argentinas um estoque de 40.000 máquinas de lavar roupas, equivalente a mais de três meses de importações.

- *Televisores*

Diferentemente dos produtos compreendidos na "linha branca", sobre os quais pendia a ameaça das licenças não automáticas, neste setor a medida restritiva adotada pela Argentina previa a iniciação de uma medida de salvaguarda, em virtude do previsto na Decisão MERCOSUL CMC 8/94.<sup>24</sup> Dessa forma, em julho de 2004 adotou-se como medida provisória, uma tarifa de 21% aplicável aos televisores provenientes da zona franca de Manaus.

Embora os televisores brasileiros viessem ganhando mercado na Argentina, sua participação não chegava a ser tão relevante como no caso dos outros aparelhos elétricos. No melhor ano, 2004, as importações do Brasil representaram 20% do mercado de televisores na Argentina.

Embora tanto na Argentina como no Brasil a produção de televisores esteja alocada em áreas alfandegárias especiais (Ushuaia e Manaus, respectivamente) existe uma importante diferença nas características de cada implantação fabril. Como no caso das geladeiras, no Brasil se encontram radicados grandes *players* globais do setor, enquanto que na Argentina o grosso da produção está nas mãos de empresas nacionais ou de licenciadas de marcas de empresas transnacionais.

Em janeiro de 2005, na ocasião do vencimento da medida provisória e ante a ameaça de aplicação de uma medida definitiva mais rigorosa, os empresários de ambas as partes fecharam um acordo que adotou o caráter legal de medida definitiva do processo de salvaguarda. Nele se estabeleceu uma salvaguarda em forma de restrição quantitativa, que para 2005 chega a 100.000 unidades; para 2006 se estipula uma cota equivalente a 9% do mercado argentino de 2005; e para 2007 o contingente será equivalente a 10% do mercado argentino de 2006. Desta forma, os embarques de 2005 ficariam reduzidos à metade dos registrados em 2004 (o que corresponde a aproximadamente 8% do mercado argentino).

A medida é evidentemente mais restritiva que nos casos dos outros aparelhos domésticos, o que implica numa forte redução das colocações brasileiras no mercado argentino e em menores fatias de mercado. Isso pode estar relacionado com forma institucional da restrição, uma medida de salvaguarda, enquanto que nos outros subsetores elas nascem de acordos de natureza voluntária.<sup>25</sup>

## PRODUTOS TÊXTEIS

Este setor foi o primeiro no qual se pôde alcançar um acordo "privado" sob a órbita da Comissão Bilateral de Monitoramento e também foi o primeiro no qual o governo argentino aplicou a estratégia de impor uma restrição não-tarifária, como via de "forçar" o acordo privado apoiado na limitação voluntária das exportações brasileiras ao mercado argentino. As negociações, iniciadas durante o segundo semestre de 2003, a princípio, foram infrutíferas e se destravaram quando as autoridades de Buenos Aires decidiram aplicar licenças não automáticas de importação a um conjunto de produtos (entre eles, tecidos de algodão, fiações, fibras sintéticas e tapetes de materiais sintéticos).

---

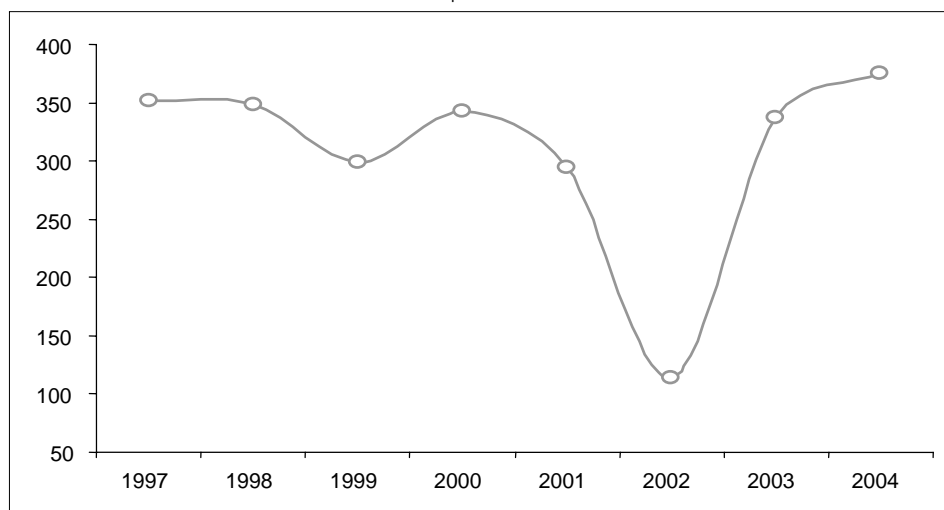
<sup>24</sup> Esta Decisão, no seu artigo 3º, dispõe: "Poderão aplicar-se salvaguardas sob o regime jurídico do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio - *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) - quando as importações provenientes de zonas francas comerciais, de zonas francas industriais, de zonas de processamento de exportações e de áreas alfandegárias especiais impliquem em um aumento imprevisto de importações que cause prejuízo ou ameaça de prejuízo para o país importador", constituindo uma exceção à proibição geral de aplicação de salvaguardas no comércio intrazona.

<sup>25</sup> Do mesmo modo, este maior rigor contra o produto brasileiro originou um desvio de comércio a favor de terceiros fornecedores. No transcurso de 2005, se observa um evidente desvio de importações argentinas a favor da China e em prejuízo do Brasil.



O primeiro "subproduto" dessa restrição foi o acordo sobre o denim (tecido de algodão usado para a confecção de calças) e, um pouco depois, se somaram acordos sobre outros tecidos de algodão (aqueles para confeccionar camisas) e fiações acrílicas. Dessa forma, a partir de março de 2004, à medida que foram sendo fechados acordos entre particulares, as licenças para todos os produtos afetados foram sendo eliminadas.<sup>26</sup> A exceção foram os tapetes, setor no qual recém em junho de 2004 pôde-se chegar a um acordo.

**GRÁFICO 27**  
**TÊXTEIS - EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA ARGENTINA**  
US\$ milhões



Fonte: Aliceweb (MDIC).

Tomando as importações têxteis totais da Argentina (quer dizer, considerando tanto as matérias primas como as roupas e confecções) observa-se que a participação do Brasil neste setor de importação foi crescente. Embora as várias medidas de proteção adotadas pelas autoridades argentinas, em detrimento de outros países fornecedores (em especial os asiáticos) tenham influído neste aumento, o fator mais importante foi a mudança ocorrida na composição das importações têxteis argentinas, após a desvalorização ocorrida no início de 2002. Em grande medida, a partir desse momento, as importações têxteis passaram a apresentar uma maior participação dos produtos intermediários (matérias primas como fiações e tecidos) em detrimento dos produtos finais (roupas e confecções).<sup>27</sup> Essa mudança foi benéfica para o Brasil, já que seus embarques para a Argentina se caracterizavam (mesmo antes da desvalorização da moeda argentina) por um alto conteúdo de matérias primas que representam 60% de suas exportações têxteis.

Como resultado, a gama de produtos sob "monitoramento" vem aumentando nos últimos meses. Aos produtos originais foram somando-se outros, tais como o resto dos tecidos de algodão e as fiações do mesmo material. Da mesma forma que os anteriores, o que se espera é que os acordos sejam estendidos a estes produtos, abrangendo praticamente a todos os itens de matérias primas têxteis.

<sup>26</sup> No caso do denim e dos tecidos para camisas, a restrição tomou a forma de uma cota, enquanto que em fiações acrílicas o acordo baseiou-se no estabelecimento de um preço mínimo. Os acordos tiveram vigência para 2004, no caso do denim decidiu-se prorrogar sua vigência até 2005. Em geral, estes acordos tiveram um bom cumprimento.

<sup>27</sup> Esta mudança de composição se deve, por um lado, à mudança de preços relativos ocorrida na Argentina através do barateamento do custo do fator trabalho ("efeito preço"), favorecendo as atividades de confecção de roupa, em função do alto componente de mão-de-obra na estrutura de custos destes produtos. Do mesmo modo, também se apresenta um "efeito ingresso" determinado pela expansão da demanda derivada pela assinalada reativação do item confeccionista na Argentina que, por sua vez, determina maiores pedidos de fiações e tecidos, repercutindo em um maior nível de importações destes produtos dada a baixa capacidade ociosa das fiações e tecelagens radicadas na Argentina.

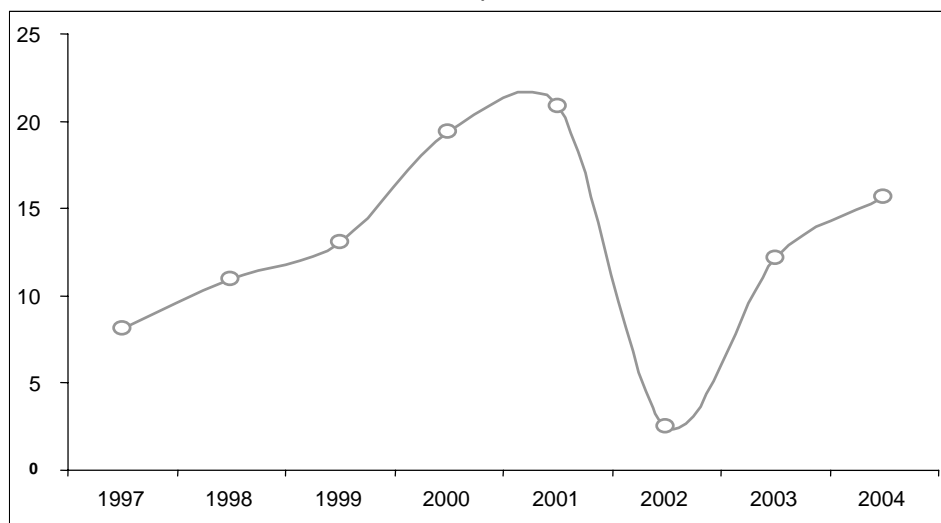
## CALÇADOS

A produção de calçados, recorrentemente, forma parte da lista de setores "conflituosos" na relação bilateral. Isso se deve à existência de fortes assimetrias estruturais entre a produção no Brasil e na Argentina. Enquanto que neste último país a produção está principalmente nas mãos de empresas pequenas, no Brasil, sua produção é levada a cabo por grandes empresas, que possuem ampla experiência exportadora, sendo este país o terceiro maior produtor mundial de calçados.<sup>28</sup>

A estes elementos estruturais, somou-se a quebra da maior fabricante argentina de calçado esportivo (o único segmento de calçados do país onde operam empresas de grande porte). Isso determinou a impossibilidade de continuar a produção local nas linhas de calçado de marca estrangeira que essa empresa levava a cabo. Diante desse fato, a empresa proprietária da marca esportiva de nível mundial decidiu começar a abastecer o mercado argentino com produção brasileira.

Apesar desse fator, em 2004, o volume agregado das exportações de calçado brasileiro para a Argentina foi 25% menor do que o de 2001 (ano recorde, quando as exportações brasileiras para este mercado totalizaram 21 milhões de pares). A baixa poderia ter sido ainda maior se não fosse o aumento de 90% nas exportações de calçado de material têxtil, item que representa uma importante parcela do mercado de calçado esportivo. Em outras palavras, é possível observar que, enquanto em relação ao calçado não esportivo os montantes importados estão bem abaixo dos registrados em 2001, o forte desequilíbrio se relaciona com as importações de calçado esportivo (com importações que superam as registradas nesse ano).

**GRÁFICO 28**  
**CALÇADO - EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A ARGENTINA**  
Milhões de pares



Fonte: Aliceweb (MDIC).

Neste sentido, o elemento chave da posição negociadora argentina provém da forte contração do nível de produção durante os anos noventa que de acordo com a ótica das empresas de calçados deste país, esteve

<sup>28</sup> O Brasil é um exportador global de calçado. Durante 2004 a participação da Argentina como destino das exportações brasileiras deste produto foi de 5,6%.

vinculada com a forte concorrência externa, principalmente brasileira. Ante o desejo dos produtores argentinos de retornar aos níveis de produção dos anos oitenta,<sup>29</sup> o comércio de calçados começou a ser objeto de estudo na Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral. Assim, no início de 2004, chegou-se a um acordo que limitou as exportações brasileiras a 12/13 milhões de pares (em 2003 tinham sido 12 milhões).

Apesar do acordo, a situação não se distendeu, em função do seu evidente descumprimento. No final de 2004, as exportações brasileiras totalizavam 15,7 milhões de pares. O grande número de atores que "jogam" no mercado do calçado dificulta o controle de cumprimento desse tipo de acordos, a diferença do que ocorre em setores mais concentrados como o papeleiro ou o de fiações e tecidos de algodão. Por esse mesmo motivo, já tinha fracassado no setor de calçados um convênio de características similares, em 1999.

Este elemento exacerbou os requerimentos dos produtores argentinos na hora de renovar o acordo. Durante os primeiros meses de 2005 exigiam que as exportações brasileiras se limitassem a 10 milhões de pares. Finalmente, em maio, e diante da recorrente ameaça das autoridades argentinas de impor licenças não automáticas de importação chegou-se a um acordo válido por dois anos que fixa para 2005 um limite das exportações brasileiras para a Argentina em 12,9 milhões de pares.

#### MAQUINARIA AGRÍCOLA

Dado que os dois países são os maiores produtores agrícolas da região, no Brasil e na Argentina existe uma importante cadeia produtiva dedicada a abastecer as necessidades de maquinarias e implementos agrícolas destinados ao setor rural. Entretanto, existem importantes assimetrias, maiores do que as esperadas em função do volume da produção agrícola de cada país. Do mesmo modo, e tal como acontece em outros setores, a produção de origem brasileira aumentou notavelmente sua participação dentro do mercado argentino deste tipo de maquinaria.

Durante os anos noventa, a produção argentina deste setor registrou uma tendência crescente puxada pela rentabilidade agrícola gerada pelo aumento dos preços internacionais dos grãos. Mas essa tendência se interrompeu em 1997. A partir desse momento, a demanda se reduziu profundamente por causa da queda dos preços agrícolas e o crescente endividamento dos produtores. Ao mesmo tempo, a oferta importada (principalmente a oriunda do Brasil) começava a ganhar lugar no mercado interno.

Por outra parte, a rápida difusão do plantio direto<sup>30</sup> durante esses anos afetou a evolução do setor. Embora esta mudança na função da produção agrária tenha favorecido a situação competitiva dos fabricantes de semeadoras (que graças ao novo método contavam com uma espécie de proteção "natural" em relação à oferta importada, preparada para os métodos produtivos tradicionais) repercutiu negativamente sobre a já bastante diminuída demanda de tratores, já que, estes são pouco utilizados na lavoura da nova tecnologia<sup>31</sup> (Bragachini *et al.* [2000]).

---

<sup>29</sup> De acordo ao Alberto Sellaro, presidente da Câmara da Indústria do Calçado (CIC), "a posição argentina não é só limitar a importação de calçado brasileiro, nosso objetivo é voltar a produzir no país quantidades similares às fabricadas no final dos anos oitenta" (*El Cronista*, 18/05/05, pág. 8).

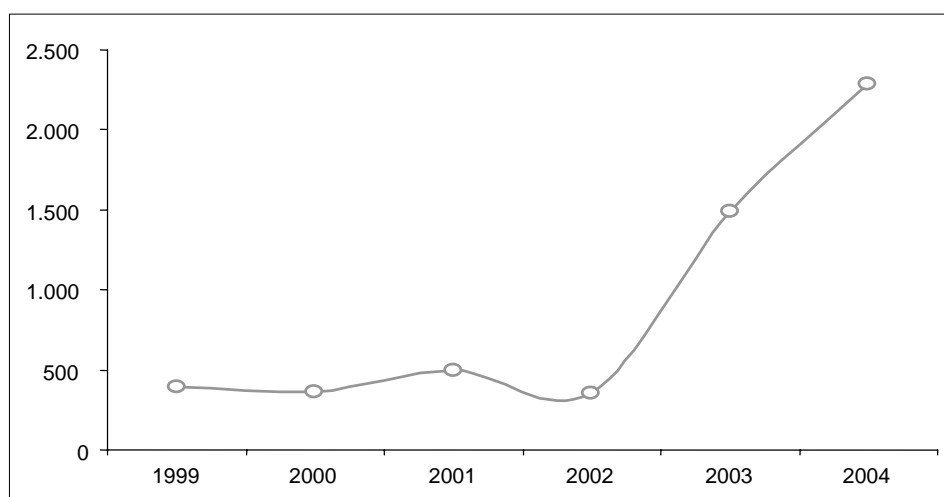
<sup>30</sup> O plantio direto é um método de cultivo pelo qual se elimina o arado prévio. Tem a vantagem de reduzir a deterioração dos solos e gera uma redução nos custos de produção, entre os quais se encontram um menor gasto de óleo diesel e uma menor utilização das maquinarias utilizadas em tarefas de lavoura (tratores, arados, etc.).

<sup>31</sup> Outro fator é a crescente separação entre propriedade da terra e os agentes a cargo das operações agrícolas (os "empreiteiros"). Desta maneira, a demanda se concentrava, procurando um menor número de unidades mas de maior tecnologia, favorecendo a penetração dos produtos importados (Chudnovsky-Castanho [2003]).

No entanto no Brasil, o mercado se concentrava nas principais empresas internacionais do setor, cuja produção estava destinada a abastecer a demanda interna e a do mercado argentino, entre outros destinos.<sup>32</sup> Em sentido oposto, o final dessa década encontrava o setor argentino de maquinaria agrícola, composto basicamente por pequenas e médias empresas, dedicadas fundamentalmente ao mercado interno e só uma grande multinacional com implantação produtiva –embora operando não como terminal mas sim como fabricante de motores e partes-. As maiores desarticulações produtivas se verificavam nos subsetores de tratores e colheitadeiras, enquanto que no resto das maquinarias (especialmente no citado caso das semeadoras) as especificidades da demanda argentina, acrescidas a partir do plantio direto, asseguravam a sua sobrevivência (Bragachini *et al.* [2000]).

Com o fim da conversibilidade, o agronegócio argentino aumentou notoriamente a sua rentabilidade. Além disso, a pesificação das dívidas bancárias melhorou substancialmente a situação patrimonial dos produtores. Dessa maneira, começou a ressurgir a demanda por maquinaria rural. A estes fatores se somaria, pouco depois, a recuperação das cotações dos grãos, especialmente o auge da soja ocorrido entre o final de 2003 e o começo de 2004. Sem dívidas e com uma rentabilidade muito importante, o agronegócio argentino procurou renovar seu envelhecido parque de maquinarias. Desta forma, entre 2002 e 2004 as vendas de colheitadeiras cresceram 340%, enquanto as entregas de tratores cresciam 420% no mesmo período.

**GRÁFICO 29**  
**COLHEITADEIRAS - EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A ARGENTINA**  
Em unidades



Fonte: INDEC e AFAT.

Dada à crítica situação que apresentava a produção argentina de tratores e colheitadeiras nos anos noventa (no primeiro deles a produção tinha virtualmente desaparecido), foi quase um resultado "natural" que a maior parte do aumento da demanda deste tipo de produtos tenha sido capturada pela oferta das multinacionais com base no Brasil.<sup>33</sup> Ao mesmo tempo, os produtores argentinos do setor trabalhavam

<sup>32</sup> Em 2004, 23% das exportações de tratores brasileiros foi destinado ao mercado argentino. Entre os outros destinos se destaca EE.UU. que absorve 17% das exportações de tratores brasileiros, o que dá uma idéia do nível competitivo da oferta brasileira neste setor, que exporta 26% da sua produção.

<sup>33</sup> Entre 2002 e 2004 as importações do Brasil absorveram 84% do aumento da demanda argentina de tratores. Esta percentagem é de 75% no caso das colheitadeiras.

com plena capacidade e com listas de pedidos que excediam suas possibilidades de produção, gerando prolongadas demoras nas datas de entrega. Não obstante estes inconvenientes, entre 2002 e 2004, a produção argentina de tratores e colheitadeiras cresceu mais de 200% em ambos os casos.<sup>34</sup>

Esta situação quase ideal (mercado em crescimento com expansão da produção e da importação) dava mostras de que se interromperia em 2005, como resultado lógico da queda nos preços internacionais dos grãos e a alta renovação do parque dos anos imediatamente anteriores. Dessa forma, as projeções indicam uma redução das vendas de 20% para 2005, embora a queda possa vir a ser menor, em virtude da recente reversão da tendência de baixa das cotações. Apesar da diminuição na demanda, as vendas dos produtores locais não se viram tão afetadas, ganhando participação no mercado.

Não obstante, levando em conta estes primeiros sinais de "esfriamento" das vendas internas, começaram a surgir queixas dos produtores locais a respeito da "excessiva" presença do produto brasileiro no mercado argentino de maquinaria agrícola.<sup>35</sup> Não surpreende que as maiores reclamações provenham dos fabricantes de tratores, possivelmente o setor com maiores fragilidades relativas frente ao seu par brasileiro. Um elemento a ser levado em conta é que o comércio de tratores, colheitadeiras e outras maquinarias autopropulsadas é normatizado pela Política Automotiva Comum do MERCOSUL. Finalmente, da definição sobre o futuro desta dependerá toda resolução sobre a maior parte do universo das maquinarias agrícolas. Porém, apesar da preocupação das empresas argentinas, não foram adotadas medidas restritivas neste segmento.

## **B. Setores "sensíveis" do Brasil**

Nesta seção se resume o que ocorre em torno de três setores que apresentam certo grau de "sensibilidade" relativa do ponto de vista do Brasil. Caracterizam-se por integrar cadeias agroalimentícias, embora somente em um -vinhos- sejam perceptíveis assimetrias produtivas (a favor da Argentina) claramente definidas.

### *Arroz*

A partir de meados de 2004 os produtores de arroz do sul do Brasil começaram a protestar contra as importações desse produto provenientes do Uruguai e Argentina, alegando que esses embarques eram a causa da depressão dos preços deste produto no mercado brasileiro. As reclamações atingiram um ponto máximo em outubro desse mesmo ano, quando foram bloqueadas estradas como forma de impedir a entrada do cereal estrangeiro no território brasileiro. Os protestos continuaram acontecendo no decorrer do primeiro semestre de 2005, mas de forma esporádica.

O Brasil consome anualmente 12 milhões de toneladas de arroz. Como esta demanda normalmente é maior do que a produção interna, faz-se necessário recorrer à importação para paliar esta diferença. Não obstante, durante os últimos anos a produção brasileira registrou uma tendência ascendente, o que lhe permitiu aumentar o grau de auto-abastecimento. Dessa forma, durante os anos recentes, as importações provenientes dos vizinhos do MERCOSUL representaram algo em torno de 6% da oferta total de arroz do mercado brasileiro, uma percentagem pequena para influir nos preços deste cereal.

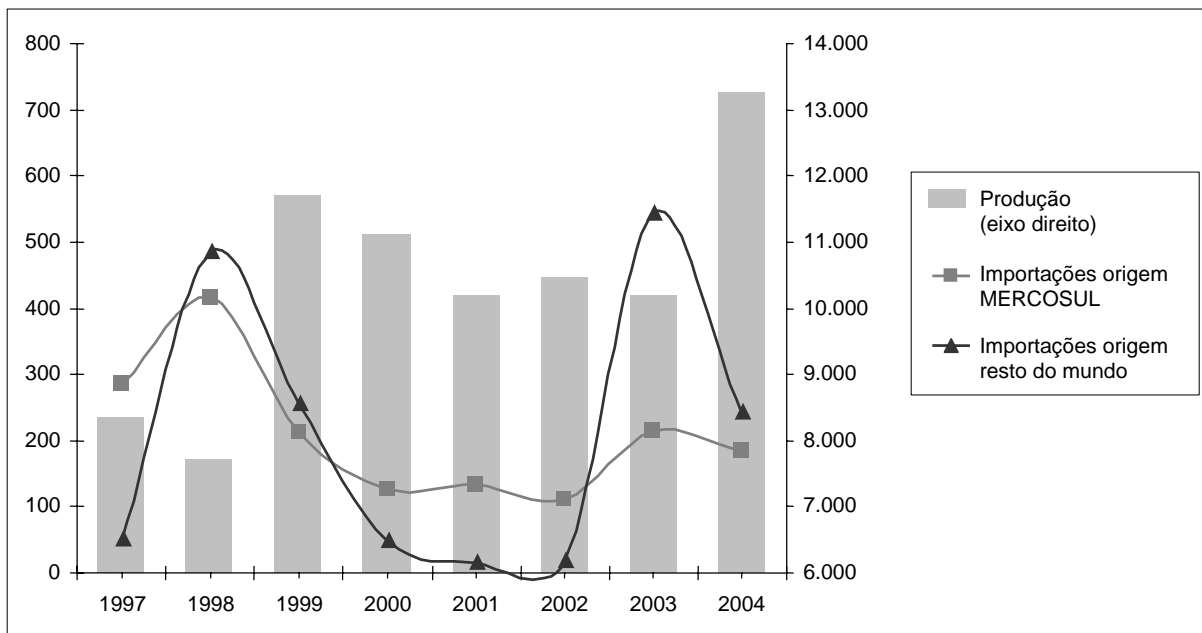
---

<sup>34</sup> No caso das colheitadeiras, significa voltar aos mesmos valores normais alcançados durante os anos noventa. Pelo contrário, em tratores o nível produtivo de 2004 representa só 21% da produção média do período 1990-1997.

<sup>35</sup> Aumentaram os temores em função da queda que se está registrando nas vendas no mercado brasileiro (-35% até julho), o que pode aumentar as exportações dirigidas à Argentina.

**GRÁFICO 30**  
**ARROZ - PRODUÇÃO BRASILEIRA E IMPORTAÇÕES**

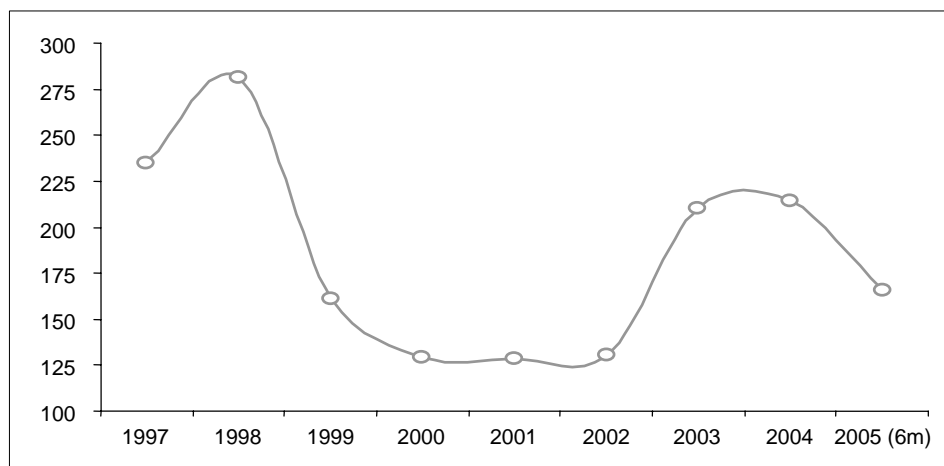
Milhares de toneladas



Fonte: Aliceweb (MDIC) e Ministério de Agricultura do Brasil.

**GRÁFICO 31**  
**PREÇO DO ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL**

US\$ por tonelada



Fonte: IPEA.

Existe um elemento adicional que minimiza a relação da queda de preços registrada no Brasil a partir da entrada de arroz uruguaio e argentino no mercado brasileiro. Ao se observar os diversos componentes da oferta total de arroz no Brasil (a produção brasileira, as importações do MERCOSUL e as importações de outras origens), nos últimos anos, detecta-se que os picos de importação ocorridos em 1998 e 2003 coincidem com quedas na produção interna.

Mas, diferentemente do ocorrido em 1998, em 2003 a maior parte das importações teve origem extra-regional, ajudadas por uma baixa temporária na Tarifa Externa Comum (TEC) do arroz, aplicada nessa ocasião. Dessa forma, as importações extra-regionais terminaram mais que compensando a queda da produção e gerando um aumento dos estoques. Este problema se agravou no ano subsequente, ante o notável aumento da produção brasileira. A pressão da maior produção e os estoques acumulados pelas importações extrazona durante o ano anterior foram as principais razões da leve tendência de queda no preço que se registra atualmente. Cabe destacar que, apesar dos inconvenientes ocasionados no fluxo de comércio pelos protestos dos produtores, o governo brasileiro não adotou até o momento nenhuma medida restritiva sobre o arroz uruguaio ou argentino.

## VINHOS

Desde meados de 2004, os produtores vitivinícolas brasileiros começaram a manifestar sua preocupação com as crescentes importações de vinho de origem argentina, afirmando que as mesmas eram compostas de produtos de baixo preço, justamente o segmento a que se destina a maior parte da produção brasileira.

Ao contrário do que acontece no setor automotivo ou no de grandes aparelhos domésticos, no caso dos vinhos as assimetrias estão a favor da produção argentina. Com efeito, a Argentina é o quinto produtor mundial de vinhos, com uma produção anual de 1.200 milhões de litros e um consumo interno de 30 litros anuais por habitante. A indústria vitivinícola apresenta um alto grau de desenvolvimento, com vinhedos localizados em regiões geográficas ideais para o cultivo da videira onde operam os principais *players* do ramo a nível global, tendo atraído grandes investimentos durante os últimos anos.

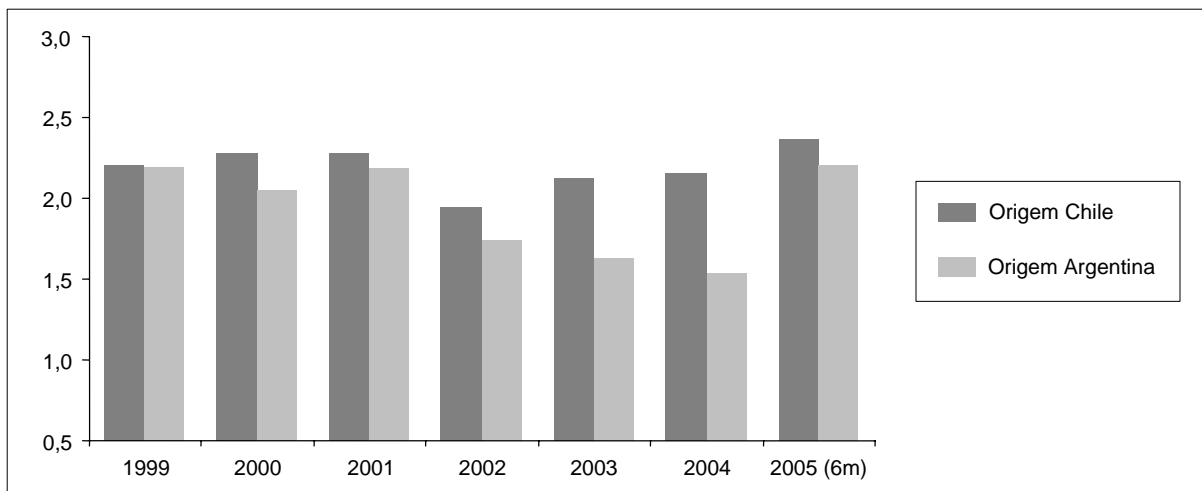
Por outro lado, no Brasil a produção anual apenas atinge os 230 milhões de litros, com um consumo *per capita* relativamente pequeno que não supera os 3 litros/ano e que, além disso, não mostra sinais de crescimento. As plantações de videira no Brasil localizam-se principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, com vinhedos que se caracterizam por uma baixa escala de produção.

Apesar de seu grande volume de produção, a vitivinicultura argentina sempre se caracterizou por estar basicamente dirigida ao consumo interno. Seu crescimento exportador se iniciou durante os anos noventa, em compasso com os fortes investimentos no setor, nos que tomaram parte *players* globais. Depois do fim da conversibilidade, esse processo exportador ganhou ainda maior vigor. Precisamente, foi nestes últimos dois anos que o vinho argentino conseguiu se expandir fortemente no mercado brasileiro.

Esse importante crescimento permitiu que, entre 2002 e 2004, praticamente se duplicasse a participação argentina dentro das importações brasileiras de vinhos, tornando-se, em 2004, o principal país fornecedor, posição que tinha sido ocupada pela Itália durante os anos noventa e pelo Chile em anos mais recentes. Embora até 2004 tenha-se observado uma certa tendência de queda nos preços médios dos vinhos argentinos exportados ao Brasil, tais preços não ficaram muito longe dos preços dos vinhos chilenos exportados para este mercado.

Depois de duas reuniões realizadas entre maio e junho de 2005 (das quais participaram representantes privados e oficiais de ambas as partes) chegou-se a um acordo. O mesmo estabelece a determinação de um preço mínimo de US\$ 8 para a caixa de 12 garrafas de 750 centímetros cúbicos (aproximadamente US\$ 0,9 o litro) e inclui compromissos de iniciar campanhas conjuntas para promover o consumo de vinhos no Brasil e impulsionar ações para reduzir o contrabando deste produto na região.

**GRÁFICO 32**  
**IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE VINHO**  
 Preços médios - US\$ por litro



Fonte: Aliceweb (MDIC).

## FARINHA DE TRIGO

Este conflito vem de longa data e decorre da existência de alíquotas diferenciadas de imposto sobre as exportações vigentes na Argentina, e dos efeitos que esse fato provoca no interior de uma mesma cadeia produtiva. Nos primeiros meses da crise desencadeada após o fim da conversibilidade, o governo argentino decidiu estabelecer um sistema de impostos sobre as exportações ("retenções") para aumentar a arrecadação fiscal e também, para minimizar os efeitos da desvalorização sobre os preços dos produtos exportáveis praticados no mercado interno. Embora tenham sido estabelecidas taxas gerais de 5% e 10 *ad valorem* para produtos manufaturados e produtos primários, respectivamente, algumas exceções foram feitas, dando lugar para a aplicação de taxas ainda maiores, de até 20%. Dentre estas exceções, incluíram-se o trigo e a farinha de trigo.

Dessa forma, já no segundo semestre de 2002 começaram a surgir reclamações por parte da indústria moleira brasileira, que afirmava que o sistema de impostos sobre as exportações aplicados na Argentina ocasionava um encarecimento da matéria prima (o trigo) e um subsídio encoberto para incentivar a exportação de misturas pré-preparadas<sup>36</sup> (produto sobre o qual na Argentina se aplicava a taxa geral do imposto às exportações manufatureiras, de 5%).

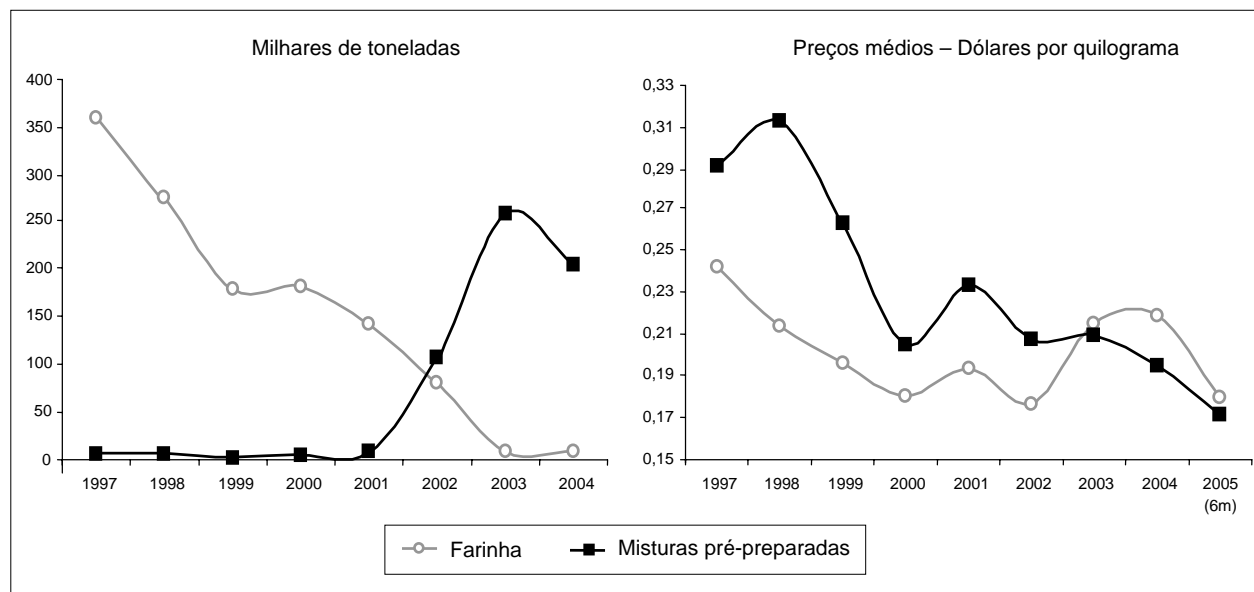
Embora a aplicação de um imposto na Argentina afete pouco o preço de uma *commodity* como o trigo (que é determinado pelos mercados internacionais), é pertinente o que foi dito sobre as distorções: graças ao diferencial de taxas, os moinhos argentinos compram o trigo a um preço 20% menor do que o de exportação, enquanto que pela exportação de misturas pré-preparadas o preço obtido é só 5% inferior ao de exportação, gerando assim uma margem de rentabilidade extra para a atividade moleira local, em relação aos produtores estrangeiros (neste caso do Brasil).

<sup>36</sup> As "misturas pré-preparadas" são um produto derivado da farinha, que permitem seu processamento sem necessidade de outros agregados, exceto água (Viteri e Ghezán [2002]).



As cifras do comércio exterior são eloquentes e confirmam que os moinhos argentinos souberam aproveitar a oportunidade, substituindo rapidamente as exportações de farinha pelas de misturas pré-preparadas, com o fim de aproveitar a margem extra criada pelo diferencial nas retenções. Não obstante isso, os embarques de mistura pré-preparada apenas substituem os anteriores despachos de farinha de trigo, sem gerar uma tendência clara de crescimento nas exportações totais. Vale destacar que o volume das importações de farinha de trigo ou de mistura pré-preparada argentina representa algo em torno de 4% do total comercializado desses produtos no mercado tritícola brasileiro.

**GRÁFICO 33**  
**EXPORTAÇÕES ARGENTINAS DE FARINHAS DE TRIGO E DE MISTURAS PRÉ-PREPARADAS**



Fonte: Aliceweb (MDIC).

Outra reclamação reiterada pelos moleiros brasileiros era a ausência de normas que regulamentassem a composição das misturas pré-preparadas. Segundo essas vozes, tal situação era aproveitada pelos moleiros argentinos, a quem acusavam de vender como "mistura" a simples adição de sal à farinha comum. O fato de os preços médios das exportações argentinas de mistura pré-preparada ao Brasil serem inferiores aos de farinha durante 2003 e 2004 poderia apoiar a argumentação brasileira.

Finalmente, em junho de 2005, o Governo do Brasil decidiu regulamentar a comercialização de farinha de trigo introduzindo novos parâmetros e controles, embora se estime que tal ação não afetará muito o embarque de misturas pré-preparadas argentinas a esse país.

### C. Assuntos especiais

#### *A possível reforma da Política Automotiva Comum do MERCOSUL*

Depois da conclusão das negociações entre a Argentina e Brasil sobre a Política Automotiva Comum do MERCOSUL (PACM), em março de 2000 se estabelecia um regime de transição com comércio regulado que se estenderia até 31 de dezembro de 2005, adotando-se, logo após esta data, o livre intercâmbio.

O sistema de administração do comércio intrazona vigente durante a transição previa um comércio equilibrado sob condições de livre comércio, ao mesmo tempo em que se estipulava uma margem crescente de – possível- desequilíbrio (conhecido como *flex*).<sup>37</sup> Além disso, determinava-se uma TEC para o universo de produtos relacionados na PACM (com cronogramas ascendentes ou descendentes, segundo o caso), fixava-se um nível de conteúdo sub-regional mínimo de partes e peças (incluindo um conteúdo "superlocal" a favor da Argentina)<sup>38</sup> e se estabeleciam limitações às medidas de apoio e promoção setorial. Depois da incorporação do Paraguai e Uruguai ao acordo, o protocolo da Política Automotiva Comum do MERCOSUL pôde ser formalizado ante a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), em outubro de 2001.

Em 2001, começaram a surgir algumas reclamações de reforma da PACM por parte da Argentina. Não obstante, as negociações formais se iniciaram no começo de 2002, uma vez que a desvalorização argentina ajudou a descomprimir, ao menos transitoriamente, os conflitos bilaterais entre os dois maiores membros do bloco regional. Desse modo, o debate sobre este assunto ficou inserido num processo que passou a ser conhecido como "limpeza da mesa negociadora".

Do ponto de vista argentino, o ponto principal (e quase exclusivo) de interesse era a ampliação do *flex*. A meta era incrementar a margem do deste mecanismo e assim, aliviar o que era percebido como um "corset", que impedia o aumento das exportações automotivas argentinas para o Brasil. Buscava-se com isto, atenuar, ainda que fosse em parte, a forte depressão das vendas que estava ocorrendo no mercado argentino.<sup>39</sup>

Em meados de 2002, foi concluída a renegociação. Para que houvesse uma aceitação da ampliação do *flex*, estipularam-se modificações que respondiam a aspirações do Brasil, tais como uma redução do alcance do conteúdo "superlocal" argentino, que passaria a ser aplicado somente a automóveis e utilitários leves, com um cronograma descendente. Além disso, para o cálculo da compensação do comércio não se levaria em conta o intercâmbio de carrocerias nem de maquinarias autopropulsadas (outro velho desejo do Brasil dado que, em geral, o balanço do comércio nestes produtos na maioria das vezes lhe é favorável).

Outro aspecto distintivo deste acordo, e que teria muita relevância para o desenvolvimento dos acontecimentos futuros, foi a inclusão de uma cláusula para favorecer a especialização das montadoras em ambos os lados da fronteira, a fim de que as mesmas elaborassem plataformas diferentes; e com isto, indiretamente, impedir uma excessiva concentração da indústria de autopeças em um só país. Dessa maneira, formalizava-se algo que se reproduzia nos fatos: a menor escala da implantação industrial automotiva argentina favorecia que a mesma se dedicasse à elaboração de veículos médios - que usualmente compõem séries de produção mais curtas-. Em sentido contrário, o maior tamanho da produção brasileira facilitava a produção de séries "longas" para automóveis de menor cilindrada.

Não obstante, a evolução posterior do comércio automotivo bilateral esteve longe das esperanças forjadas então. Os problemas que surgiram a partir da crise se agudizaram: incrementou-se a perda de mercado sofrida pelos automóveis argentinos no Brasil e a oferta brasileira absorveu uma parte cada vez maior do mercado argentino, que se encontrava em vias de recuperação. Dessa forma, os automóveis brasileiros passaram a ocupar 56% das vendas totais do mercado argentino, cifra que se elevou para 62% em 2004.

---

<sup>37</sup> Esta regra tinha como objetivo flexibilizar a necessidade de equilibrar o intercâmbio automotivo. Originalmente estabelecia que o desvio máximo de desequilíbrio poderia ser equivalente a 3% do volume do intercâmbio total do setor para o ano 2000, percentagem que se elevaria até chegar a 10% em 2003. Depois da renegociação da PACM, acordada em 2003, foram ampliadas as margens de desvio permitido, começando com um máximo de 33,3% para esse ano, ampliando-se até atingir 45% em 2005.

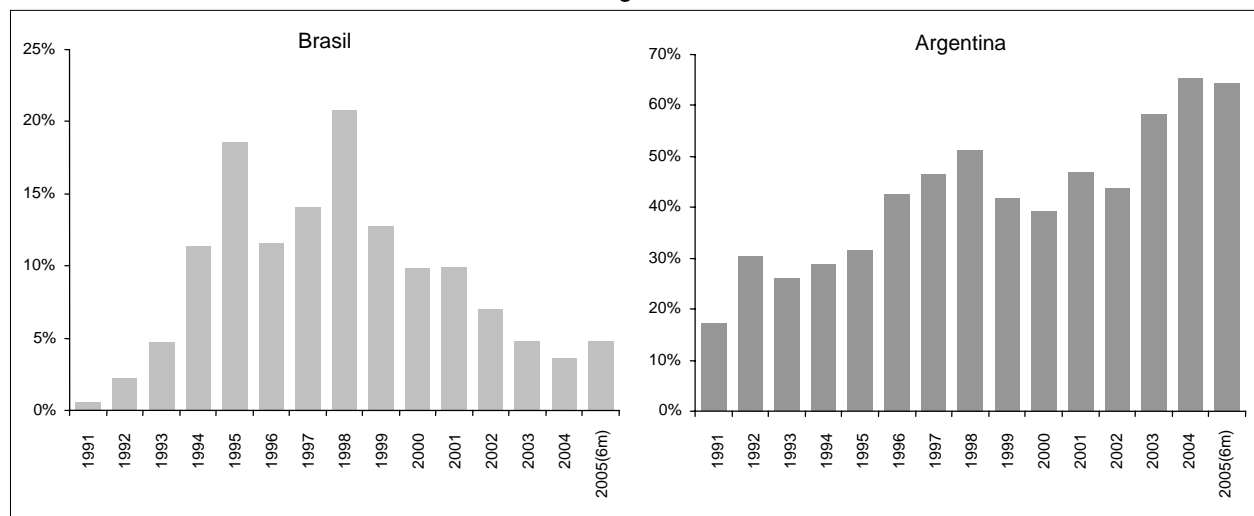
<sup>38</sup> O texto original da PACM estabelecia que a Argentina poderia exigir 30% de conteúdo nacional mínimo para os veículos leves e de 25% para os caminhões. Na modificação de 2003 a percentagem foi reduzida para 20%, com um cronograma descendente até 5%, aplicável em 2005, último ano de aplicação desta cláusula especial.

<sup>39</sup> Esta visão era bastante paradoxal, já que a introdução do regime compensatório tinha sido uma reclamação argentina desde o início da negociação da PACM, no final dos anos noventa.

De uma perspectiva de mais longo prazo, a queda das vendas argentinas ao Brasil havia, de fato, começado em 1999, logo após a desvalorização do Real. As importações passaram de um patamar de mais de 220 mil unidades em 1998 a 100 mil em 1999. Este nível se manteve virtualmente sem grandes mudanças até 2001, caindo para outro patamar durante 2002. A partir de então, as vendas argentinas no mercado do país sócio se estacionaram em um nível próximo a 40 mil unidades, quer dizer, 80% abaixo das registradas em 1998. É importante ressaltar que esta diminuição não se originou em uma perda de posições relativas da oferta argentina frente aos automóveis de terceiras origens. De fato, a participação argentina dentro das importações brasileiras manteve seu nível histórico, localizando-se na faixa de 60%-70% do total.

Em outras palavras, o fenômeno causal das menores vendas argentinas ao Brasil destes produtos foi uma muito forte substituição de importações automotivas totais. A participação importada (de todas as origens) veio caindo sem interrupção desde 1998, passando de uma fatia de mercado de 20% nesse ano, para 3,6% durante 2004.<sup>40-41</sup> E paralelamente, desde 2002 se produziu um aumento muito importante na participação dos automóveis brasileiros no mercado automotivo argentino. A partir daí, a oferta importada no mercado argentino ficou praticamente nas mãos da produção brasileira.

**GRÁFICO 34**  
**AUTOMÓVEIS: PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NO MERCADO LOCAL**  
Porcentagem do total



Fonte: Anfavea (Brasil) e Adefa (Argentina).

São vários os fatores que incidiram nestas tendências. Entre eles, pode-se mencionar a forte disparidade de investimentos a favor do Brasil, gerada a partir da depreciação do real em 1999. Tal situação se reforçou com os resultados da negociação da PACM em 2000, que trouxe certeza sobre a existência do livre intercâmbio na região no médio prazo, e com o desmoronamento do mercado automotivo argentino, devido à recessão e ao colapso final da conversibilidade. Este desequilíbrio notório nos fluxos de investimento (e a conseguinte escassa atribuição de novas plataformas para as montadoras radicadas na Argentina) ocasionou um envelhecimento relativo da oferta automotiva argentina, prejudicando a sua inserção no mercado brasileiro (Abeceb [2004]).

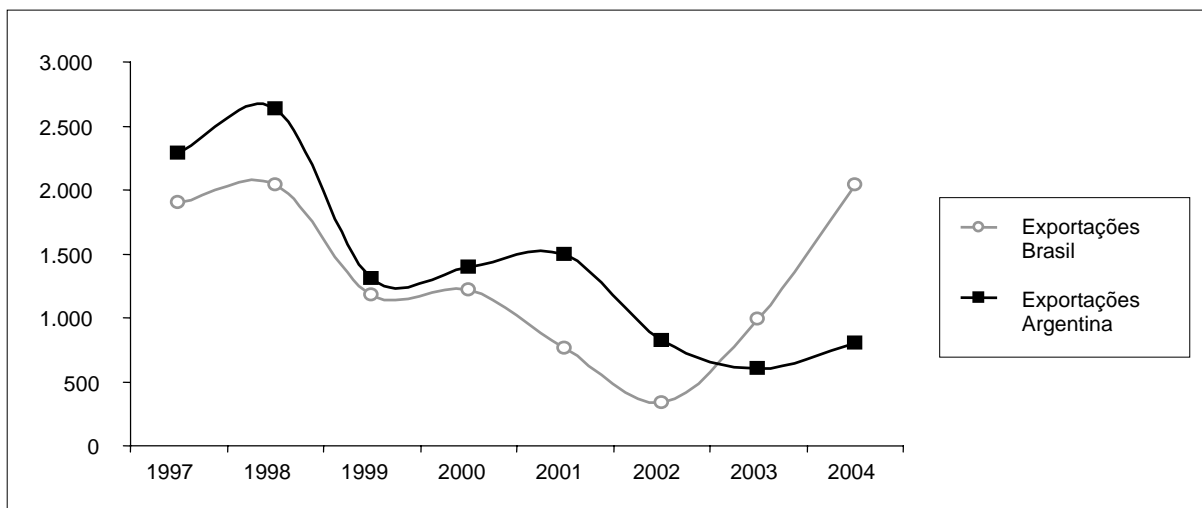
<sup>40</sup> Um dos elementos destacáveis da redução da presença argentina no mercado automotivo brasileiro é a diminuição do número de modelos exportados. Durante 2004 só quatro modelos concentraram 90% dos embarques argentinos.

<sup>41</sup> A queda das compras do Brasil determinou que o México passasse a ser o principal mercado da exportação automotiva argentina. Paradoxalmente, apesar do forte aumento dos embarques brasileiros para a Argentina, o México surge como principal mercado para os automóveis exportados pelo Brasil.

Além disso, o estancamento das vendas que afetou o mercado automotivo brasileiro a partir de 1997 determinou uma baixa utilização da capacidade instalada das montadoras brasileiras, uma vez que os novos investimentos foram planejados com base em projeções de um mercado de mais de 2 milhões de unidades, enquanto que a realidade mostra vendas estancadas da ordem dos 1,6 milhões, a partir do ano 2000. Esta capacidade excedente fez com que empresas com montadoras em ambos os países decidissem abastecer o mercado argentino a partir das plantas brasileiras e adiar qualquer novo investimento na Argentina até que a capacidade ociosa existente nas fábricas brasileiras fosse eliminada. Soma-se a este excesso de oferta brasileira, as mudanças ocorridas na demanda argentina que, depois da forte queda da renda média - medida em dólares - ocasionada pela desvalorização de 2002, inclinou-se para a compra de modelos menores, favorecendo a oferta brasileira (relativamente especializada neste tipo de automóveis).

Esta situação de mercado e o pobre panorama de investimentos que se vislumbrava para as montadoras argentinas fizeram com que o governo de Buenos Aires começasse a insinuar a necessidade de uma nova "revisão" da PACM, num contexto marcado por crescentes atritos setoriais bilaterais gerados pela pressão exportadora brasileira e a decisão argentina de "reindustrializar" sua economia.<sup>42</sup>

**GRÁFICO 35**  
**INTERCÂMBIO AUTOMOTIVO ARGENTINA-BRASIL**  
US\$ milhões



Fonte: Aliceweb (MDIC).

Diante dessa decisão, no início de setembro de 2004, o presidente Kirchner anunciava que o cronograma da PACM, que estabelecia o livre comércio a partir de 2006, não seria levado a cabo. A partir desse momento, o regime automotivo entrou em um período de *stand by*, durante o qual continua funcionando, mas sem se saber exatamente como evoluirá a partir de 1º de janeiro de 2006. De fato, nenhuma negociação formal, no nível do governo, foi realizada durante o primeiro semestre de 2006. Tão somente foram realizadas consultas informais entre as montadoras e os governos em cada um dos países.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> A partir de 2004, foram lançados novos modelos, estando outros na etapa de pré-lançamento, a competitividade relativa não variou em grande medida devido a que persiste a situação de obsolescência relativa na oferta automotiva argentina (Abeceb [2005]). Apóia esta visão o fato que grande parte da recuperação nas vendas de automóveis argentinos registrada durante a primeira metade de 2005 fica explicada pelas exportações de um modelo novo, cuja produção começa no início do presente ano.

<sup>43</sup> Nesse contexto, durante o primeiro semestre de 2005 foram adotadas medidas para favorecer investimentos no setor automotivo. Entre elas se destacam a outorga de subsídios à substituição de importações de autopeças no caso de projetos que envolvam novas plataformas.

A partir das negociações entre as empresas, chegou-se a um acordo no sentido de adiar o início do livre comércio para 2008. Embora a reação inicial do governo argentino tenha sido favorável, houve, logo a seguir, uma mudança de posição por parte deste, negando a possibilidade de que a solução passasse por uma simples prorrogação de prazos e insinuando que a renegociação da PACM deveria ser mais profunda. Do lado do governo brasileiro, os sinais emitidos foram todos no sentido de mostrar-se aberto a uma renegociação, embora, de fato, tenha se decidido pelo adiamento da mesma para a segunda metade de 2005.<sup>44</sup>

A rigor, o único que ficou definido foi que a renegociação terá, ao menos numa primeira etapa, um caráter bilateral. Em relação às características que deveria reunir o futuro regime, é importante destacar que a simples prorrogação do livre comércio por meio de uma extensão temporária do *flex* não assegura uma modificação da presente situação. As assimetrias que levaram a um novo adiamento do livre comércio se consolidaram num contexto de cumprimento das pautas do "flex"<sup>45</sup> (Seca [2005]).

#### *A reclamação uruguaia pelo Regime de Promoção Industrial na Argentina*

Em fevereiro de 2002, o Uruguai formalizou uma reclamação contra a Argentina no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL, com relação ao regime de promoção industrial aplicado nas províncias de Catamarca, La Rioja, San Luis e San Juan. Tal regime de promoção é composto por um sistema de franquias tributárias que inclui a liberação do pagamento do IVA por um período de quinze anos. Embora em 1989 se haja suspenso a outorga de novos benefícios para projetos industriais, as empresas cujos projetos já tinham sido aprovados, mas não postos em andamento, conservaram o direito de usufruir dos benefícios do regime para aqueles investimentos desde que fossem realizados até 31 de dezembro de 1992 - prazo posteriormente prorrogado para 31 de dezembro de 1997.<sup>46</sup> Em 1996, o governo argentino decidiu ampliar o regime, permitindo às empresas beneficiadas recebessem até 21% do valor FOB dos produtos exportados na forma de reembolso do IVA.

De acordo com a posição uruguaia, este regime contém disposições que implicam em discriminações tributárias, restrições ao acesso e incentivos à exportação. Concretamente, o Uruguai alegou que o regime discrimina os fornecedores uruguaios de insumos, dado que a isenção do IVA incluída no mesmo incentiva os fabricantes argentinos a abastecer-se com produtos oriundos de empresas argentinas. Do mesmo modo, de acordo com o ponto de vista uruguaio, o regime afeta os produtos uruguaios similares aos de produtores argentinos instalados nas zonas beneficiadas, já que os fabricantes uruguaios se encontram prejudicados com a concorrência, tanto no mercado argentino (uma vez que os produtores argentinos se encontram liberados do IVA) quanto em outros mercados (já que, tais produtos argentinos recebem subsídios à exportação).

Segundo esta análise, o regime de promoção industrial argentino violaria disposições do Tratado de Assunção e a Decisão CMC 10/94 ao estabelecer benefícios fiscais vinculados ao tratamento do IVA, que configuram restrições não tarifárias e discriminações tributárias contra produtos importados.

---

<sup>44</sup> Neste ínterim, o governo argentino promulgou um regime de incentivo para a utilização de autopeças locais nos projetos vinculados com novas plataformas e a manufatura de motores e caixas de câmbio. Estes incentivos poderiam provocar um novo conflito de acordo ao disposto no artigo 16 da PACM modificada pelo 31º protocolo do ACE 14: "Os produtos automotivos que se produzam ao amparo de investimentos que se levem a cabo, com projetos aprovados a partir da entrada em vigência do presente Acordo, e recebam incentivos e/ou apoios promocionais, setoriais e/ou regionais, nas Partes, seja dos Governos Nacionais e suas entidades centralizadas ou descentralizadas, das Províncias, Departamentos ou Estados, ou dos Municípios serão considerados como bens de extrazona e portanto, não gozarão de preferência tarifária no comércio com a outra Parte".

<sup>45</sup> Os únicos excessos se produziram durante os primeiros anos da PACM e foram por excesso de exportações argentinas, não pelo contrário.

<sup>46</sup> Os projetos que entraram em vigor posteriormente a essa data só gozariam dos benefícios por um prazo de oito anos.

Em meados de janeiro de 2003, o governo uruguaio decidiu apresentar formalmente o caso ao Tribunal Arbitral do MERCOSUL, em função de não haver-se chegado a uma solução satisfatória para o conflito nas instâncias da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) e do GMC.

Paralelamente, em junho de 2002, a Argentina questionou a imposição por parte do Uruguai de direitos específicos à importação de determinados produtos (entre eles, muitos dos beneficiados pelo regime questionado), violando disposições do Tratado de Assunção. Foram realizadas negociações no âmbito do Protocolo da Brasília, quando a controvérsia foi considerada pelo GMC. Como não se conseguiu chegar a uma solução, a Argentina ficou habilitada para solicitar a constituição de um Tribunal Arbitral.

Em março de 2003, como resultado de uma reunião mantida entre os Ministros de Economia e os Vice-chanceleres de ambos os países, a controvérsia foi definitivamente suspensa. As partes acordaram que o Uruguai não avançaria na controvérsia sobre a promoção industrial e a Argentina não mais questionaria os direitos específicos. Depois disso, e fazendo parte de uma negociação bilateral que visava a evitar que o caso entrasse formalmente nas instâncias previstas pelo Sistema de Solução de Diferenças do MERCOSUL (SSDM), no final de 2003, o governo argentino anulou o alcance do regime para operações de exportações (objeto principal da reclamação uruguaia).

Em fevereiro de 2004, o Uruguai alegava que a modificação da norma por parte da Argentina, atendia só uma de suas reclamações, deixando sem resolver a questão pertinente às condições menos vantajosas que os produtos uruguaio encontram tanto ao competir no território argentino (com os produtos dessas províncias), quanto para fornecer insumos.

A este respeito, a posição argentina sustentava que a medida disposta havia eliminado a principal reclamação uruguaia, e que as outras duas queixas não tinham ainda uma norma MERCOSUL que as regulasse. Insinuava, com isto, que faltava ao Uruguai argumentos formais para que pudesse continuar com uma controvérsia no âmbito do SSDM, e para manter os Direitos Específicos -a título de "espelho" da medida argentina-. Em janeiro de 2005, o Uruguai decidiu reabrir o processo. Com isto foram iniciadas as gestões para a conformação do Tribunal Arbitral, que -por diversos motivos- não foi constituído até o momento.



## **CAPÍTULO IV. UM REPASSE DA AGENDA INTERNA DO MERCOSUL DO PERÍODO 2004-2005**

Durante o período compreendido entre julho de 2004 e junho de 2005, a agenda interna do MERCOSUL esteve basicamente focalizada no Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão CMC 26/03).<sup>47</sup> A ele se somou a possível reforma do Protocolo de Ouro Preto, idéia introduzida pelo Chanceler do Uruguai durante a Cúpula de Iguazu (julho 2004) e que demandou uma enorme quantidade de esforços negociadores durante 2004, em particular por parte dos Coordenadores Nacionais do GMC.<sup>48</sup>

Tendo transcorrido a metade do prazo previsto no Programa de Trabalho, o balanço mostra certos progressos em relação à consolidação do bloco. Tal como se comenta neste capítulo, foram adotadas decisões que ajudaram a resolver problemas pendentes e aprofundaram a integração. Não obstante, tais progressos continuam sendo insuficientes para que o MERCOSUL exerça um papel estratégico dentro das políticas de desenvolvimento de seus sócios. Prova disso é que durante a Cúpula de Assunção, realizada em julho de 2005, ficou decidido que os aspectos inerentes à agenda interna do MERCOSUL seriam uma “prioridade”, incluindo questões que garantissem uma participação mais efetiva da sociedade civil no processo de integração e na coordenação das políticas macroeconômicas. Desta forma, ficou estabelecida a decisão política de procurar mudar a tendência negociadora no futuro imediato, com relação à excessiva atenção que tinha demandado a agenda de conflitos e de relações externas durante o período analisado neste Informe.

### **A. Evolução dos principais aspectos da Agenda Interna**

A seguir, descrevem-se os principais feitos da agenda de consolidação e de aprofundamento do MERCOSUL, durante o período que vai de julho de 2004 a junho 2005, e que se referem principalmente à negociação de uma eventual reforma institucional, aos diferentes aspectos relacionados com a TEC, ao tratamento das assimetrias, aos avanços com relação à liberalização do comércio de serviços e à assinatura do Protocolo de Contratação Pública, entre outros.

Dentro deste conjunto, os principais resultados do período se referem à decisão de avançar na eliminação da dupla cobrança da TEC para as mercadorias não originárias da união alfandegária, à constituição de um Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, aos avanços para a liberalização do movimento de pessoas físicas (mediante a aprovação do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais no MERCOSUL) e à aprovação do Protocolo de Contratação Pública e sua regulamentação.

#### *A eventual reforma do Protocolo de Ouro Preto*

A origem do que constituiu um dos eixos centrais das negociações durante o segundo semestre de 2004 foi o debate observado durante a Cúpula do Iguazu, em torno de uma eventual reforma institucional do MERCOSUL. A referência a este respeito foi a Ata do Conselho, que expressava que "as delegações expuseram a possibilidade de identificar os pontos do Protocolo de Ouro Preto (POP) que possam necessitar de uma revisão, em função dos recentes avanços institucionais do MERCOSUL".

---

<sup>47</sup> O Programa, além de tratar os tradicionais temas comerciais como o aperfeiçoamento da TEC, os aspectos alfandegários, a defesa comercial e da competência, a integração produtiva, as disciplinas sobre incentivos e a coordenação macroeconômica, abrange também matérias na área institucional como o Parlamento MERCOSUL, o fortalecimento institucional e a incorporação da normativa. Por sua parte, o capítulo social inclui a participação da sociedade civil e os direitos humanos, entre outras questões. Do mesmo modo, existe uma "nova agenda da integração", que contempla, por exemplo, a cooperação em ciência e tecnologia e a integração física e energética.

<sup>48</sup> Foram celebradas Reuniões Informais de Coordenadores durante o semestre. Esta modalidade de trabalho já se transformou em uma rotina a partir do início de 2004 e continua até os dias atuais.



Sob esse argumento, criou-se um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível, ao qual foram apresentados dois grandes conjuntos de temas: (a) os estritamente institucionais, e (b) os econômico-comerciais. Cada grupo de temas foi tratado separadamente, mostrando evoluções muito diferentes.

Os assuntos institucionais apareciam como de fácil aprovação, já que se tratava basicamente de estabelecer, num único instrumento, as modificações que foram sendo introduzidas ao longo dos anos por normas de menor hierarquia (em geral Decisões do Conselho do Mercado Comum e/ou Resoluções do Grupo Mercado Comum). Estes assuntos incluíam o Tribunal Permanente de Revisão criado pelo Protocolo de Olivos, a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), o papel do Foro de Consulta e Acordo Político (FCCP), o funcionamento do Conselho do Mercado Comum (CMC), do GMC e da Comissão de Comércio (CCM). O debate em torno destas questões buscava recepcionar a eventual criação do Parlamento MERCOSUL (PM)- contemplado no Programa de Trabalho 2004-2006-, assim como definir as funções e atribuições do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), o papel da Secretaria do MERCOSUL (SM) e finalmente, resolver a questão vinculada com a incorporação das Normas MERCOSUL aos ordenamentos jurídicos nacionais.

Entretanto, o aparente consenso inicial que parecia vislumbrar-se foi sendo diluído à medida que se entrava nos detalhes das questões de cada um dos pontos. Quanto aos assuntos econômico-comerciais, estes foram impulsionados basicamente pela Argentina e giravam em torno de ratificar compromissos programáticos do Tratado de Assunção, introduzindo eventuais medidas para o comércio intrazona ou códigos para o tratamento dos investimentos. Na prática, não foi possível avançar numa análise profunda destas propostas durante o segundo semestre de 2004.

#### **Box 1 - O POP (POP II) e as expectativas dos Estados Partes**

O árduo processo negociador da eventual reforma do POP pôs em evidência as diferentes expectativas de cada um dos sócios. O Brasil, estimulado pela carga simbólica que podia representar a assinatura de uma revisão do POP (a dez anos de sua assinatura e na mesma cidade), adotou um enfoque limitado a manter a situação institucional vigente. Paralelamente, demonstrava algum interesse pontual ligado à ampliação das atribuições da Secretaria do MERCOSUL e com a limitação das propostas vinculadas ao Foro de Consulta e Concertação Política e à Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

Por sua parte, a Argentina via a oportunidade de incluir no Protocolo o seu pedido de salvaguardas para o comércio intrazona, assim como outros pontos da agenda interna que no Tratado de Assunção tinham sido incorporados de maneira programática, sem haver-se registrado nenhum avanço concreto durante todos estes anos. Para este país não tinha muito sentido esforçar-se para encarar uma reforma do Protocolo (que logo devia ser submetido aos Congressos) para simplesmente ordenar em um instrumento, instituições que já estavam funcionando.

O Paraguai centrava sua estratégia em consolidar e aumentar a responsabilidade do Tribunal Permanente de Revisão e sua Secretaria, com sede em Assunção, assim como em outras questões vinculadas ao tratamento mais favorável para a sua condição de país de menor desenvolvimento relativo, incluindo a questão dos Recursos Estruturais cuja constituição, naquele momento, ainda não estava decidida. Em relação às propostas argentinas de assuntos não institucionais, em geral, se mostrava propenso a sua inclusão na eventual reforma.

Por último, o Uruguai adotava uma posição similar à do Brasil quanto ao leque de assuntos a serem tratados. Além disso, tinha certa preocupação com as questões relacionadas com o Tribunal Permanente de Revisão e sua Secretaria, por causa do temor de que através destes órgãos se limitasse a atribuição de um maior número de responsabilidades para a Secretaria do MERCOSUL, instalada em Montevideu. Por outro lado, via com certo receio a proposta argentina sobre salvaguardas, tendo em vista a possibilidade de que este mecanismo afetasse suas exportações aos sócios.

Ao aproximar-se a data da Cúpula de Ouro Preto e diante da falta dos consensos mínimos necessários em ambos os conjuntos de assuntos, ficou evidente que a negociação não se encontrava suficientemente madura para a assinatura de um POP II. Em face disto, a Presidência Pro Tempore brasileira trabalhava informalmente com a possibilidade de que essa Cúpula servisse para a convocação imediata de uma Conferência Diplomática, que se prestaria à conclusão da redação do novo instrumento durante 2005.

Entretanto, apesar de todos os esforços realizados em torno do POP II, e das expectativas geradas com relação a este processo, foi paradoxal o fato de não existir sequer uma menção à eventual reforma institucional durante a realização da Cúpula de Ouro Preto de 2004. Assim, o tema foi se diluindo até virtualmente desaparecer da agenda de negociação interna. Evidentemente, ficou como uma questão pendente que deverá ser encarada sem muita pressa.

## **Box 2 - As vicissitudes da negociação do POP II**

### **A negociação do pacote institucional**

*Foro de Consulta e Concertação Política:* enquanto a Argentina se mostrava propensa a lhe outorgar capacidade de decisão e a permitir que os Estados Associados tivessem uma participação mais ativa neste âmbito, os outros sócios (Brasil fundamentalmente) pretendiam que este mecanismo conservasse sua atual característica de foro consultivo para o qual os Estados Associados continuassem sendo convidados.

*Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL:* havia dúvidas em relação à conveniência de efetivar sua existência em um instrumento internacional, na medida em que a sua criação se prestava, primordialmente, mais a satisfazer a necessidade política de um dos Estados Partes, do que promover um debate profundo sobre os benefícios de contar com um órgão desta natureza.

*Secretaria do MERCOSUL:* Brasil e Uruguai concordavam em lhe outorgar maiores atribuições e, inclusive, que ela passasse a depender diretamente do Conselho e que fora responsável por todos os projetos de cooperação técnica. A Argentina, por sua vez, entendia que o processo de reestruturação para uma secretaria técnica acabava de terminar, preferindo esperar para analisar a conveniência lhe atribuir novas responsabilidades.

*Normas MERCOSUL:* foram apresentadas diversas opções, não tendo sido definido se o MERCOSUL deveria avançar no sentido da aplicação direta da normativa ou não.

*Sistema de tomada de decisões:* A Argentina pretendia incluir uma previsão que permitisse ao CMC estabelecer um sistema de tomada de decisões diferente o do consenso.

Outros temas tratados se vinculavam com as atribuições dos atuais órgãos decisórios, tais como, o assunto do orçamento, as fontes jurídicas do MERCOSUL, e a participação dos Estados Associados.

### **A "não negociação" do pacote econômico-comercial**

As propostas de índole econômico-comercial apresentadas pela Argentina consistiam em reafirmar alguns compromissos que já tinham sido assumidos no Tratado de Assunção. Nesse sentido, este país sugeria a ratificação da necessidade de que fossem tomadas medidas para garantir a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, com a finalidade de consolidar a União Alfandegária. Neste sentido, os sócios deveriam pôr em vigência um Código Alfandegário do MERCOSUL, consolidar a TEC e adotar o princípio de reconhecimento mútuo dos bens a serem intercambiados.

Adicionalmente, a Argentina incluía o compromisso de implementar esquemas de financiamento sustentável para promover a competitividade regional e a convergência estrutural para permitir o fortalecimento da estrutura institucional e o aprofundamento da integração. Também previa a adoção de um Plano de Obras de Infra-estrutura Física e a constituição de uma Comissão de Produção.

Um ponto especial era o referente à necessidade de garantir as condições equitativas de concorrência na região através do estabelecimento de disciplinas comuns em matéria de incentivos e de investimentos e da promoção da integração e complementação de seus setores produtivos. Com esse propósito, os Estados deveriam formular um "Código de Conduta" para as empresas internacionais que atuassem na região. Desta forma, a Argentina pretendia introduzir na agenda MERCOSUL um tema que já estava sendo tratado na sua agenda bilateral com o Brasil.

Por outra parte, também propunha adotar o compromisso de criar instrumentos para evitar prejuízos à produção nacional dos Estados Partes, decorrentes do aumento das importações originárias de outro sócio, e também, para proteger as economias nacionais de perturbações nas condições macroeconômicas. A proposta previa que, enquanto não se chegasse a um acordo em torno destes instrumentos, os sócios poderiam aplicar mecanismos transitórios que evitassem efeitos estruturais sobre o desenvolvimento intra-industrial. Finalmente, com esta redação, a Argentina estava se utilizando de eufemismos para criar a possibilidade da aplicação de salvaguardas no comércio intrazona, tal como se descreveu no Capítulo II.

### A TEC

A existência de uma política comercial comum é uma das características fundamentais de toda união alfandegária. O instrumento básico desta política é a vigência de uma TEC, embora, evidentemente, não seja o único requisito. Esta política se caracteriza, também, pela presença de outros elementos, tais como regimes especiais de importação aplicados uniformemente, política única de defesa comercial e a outorga por parte de todos os sócios de iguais preferências tarifárias a terceiros países, entre outras questões.

No que concerne à tarifa, vislumbra-se, na história do MERCOSUL, um enfoque pragmático em torno do objetivo de aplicar uma alíquota comum para as importações provenientes de extrazona. Nesse sentido, desde que a TEC foi definida em 1994 para a quase totalidade do universo tarifário (com exceção do setor automotivo e do açúcar), diversos mecanismos foram permitindo aos sócios a aplicação de numerosos desvios do tributo definido comunitariamente.

Cabe aqui mencionar, como exemplos, os cronogramas de convergência para bens de capital e bens de informática e telecomunicações, o incremento transitório da TEC, os *waivers* outorgados a diferentes países, a permanência dos regimes especiais de importação nacionais -em particular o *drawback* e a admissão temporária e as preferências bilaterais concedidas pelos Estados Partes, entre outros.

Excetuando este último ponto, que dá mostras de que se corrigirá à medida que se aperfeiçoarem os acordos assinados pelo MERCOSUL com os outros países da ALADI,<sup>49</sup> pode-se ter uma fotografia dos atuais desvios na aplicação da TEC a partir de um conjunto de Decisões adotadas pelo CMC em dezembro de 2003. Com efeito, nessa ocasião o Conselho adiou para 2011 o aperfeiçoamento da TEC (revogando antecipadamente a data do ano 2006, prevista no pacote do Relançamento) através das Decisões CMC 31/03 - TEC; 32/03 - Regimes Especiais de Importação; 33/03 - Bens de Informática e Telecomunicações, e 34/03 - Bens de Capital.

---

<sup>49</sup> Ver Capítulo V deste Informe.

### Box 3 - A TEC e as Decisões de dezembro de 2003

*Decisão CMC 31/03 "TEC".* Por esta norma se decidiu:

- Prorrogar até 31 de dezembro de 2005 a lista de 100 itens isentos da TEC por Estados Partes, previstos na Decisão CMC 68/00.
- Permitir que Paraguai e Uruguai mantenham isentos, até o ano 2010, 150 e 125 itens, respectivamente, além daqueles apontados no ponto anterior.
- Prorrogar até o ano 2010 a faculdade da qual dispõe o Paraguai para manter as 399 exceções dispostas pela Decisão 7/94.

*Decisão CMC 32/03 "Regimes especiais de Importação".* Através desta norma se decidiu:

- Facultar ao Paraguai a manutenção ou não, até 31 de dezembro de 2010, de seu regime de matérias primas para uma lista reduzida de itens tarifários que deverão ser definidos antes de 31 de dezembro de 2005, os quais o Paraguai poderá importar a uma alíquota de 2%.
- Prorrogar, até 31 de dezembro de 2010, a possibilidade dos sócios utilizarem os regimes de *drawback* e de admissão temporária para o comércio intrazona.
- Facultar ao Paraguai e ao Uruguai, à medida que não utilizarem o *drawback* e a admissão temporária na importação de insumos agropecuários de extrazona, a adoção, até 31 de dezembro de 2010, de uma alíquota de 2% para uma lista de itens correspondentes a estes insumos, a serem determinados por cada Estado Parte até 31 de dezembro de 2005.

*Decisão CMC 33/03 "Bens de Informática e Telecomunicações".* Esta norma aprovou o seguinte:

- Continuar examinando a situação dos bens de informática e telecomunicações (BIT), com o objetivo de preservar a competitividade das economias dos Estados Partes.
- Negociar, no âmbito da CCM, um Regime Comum para Bens de Informática e Telecomunicações, que deverá ser aprovado pelo GMC até 31 de dezembro de 2005.
- Autorizar ao Paraguai e ao Uruguai a aplicação de uma tarifa de 2% até 31 de dezembro de 2010 para a importação extrazona de BIT.
- Definir, sujeito a consultas quadripartites, até 31 de março de 2004, uma lista de BIT para os quais os Estados Partes poderão aplicar uma tarifa de 0% até 31 de dezembro de 2005.

*Decisão CMC 34/03 "Bens de Capital".* Esta Decisão estabeleceu:

- O Regime Comum para Bens de Capital não Produzidos, que entrará em vigência em 1º de janeiro do ano 2006.<sup>50</sup>
- Prorrogar, até 31 de dezembro de 2005, os regimes de importação de bens de capital vigentes nos Estados Partes, incluindo as medidas unilaterais autorizadas pela Decisão CMC 2/03 "Medidas Excepcionais no âmbito tarifário", que permitiriam a aplicação de uma TEC reduzida para os bens de capital de extrazona importados pela Argentina, Paraguai e Uruguai.
- Autorizar ao Paraguai e ao Uruguai a aplicação até 31 de dezembro de 2010 de uma tarifa de 2% para a importação extrazona de bens de capital, com exceção daqueles incluídos no regime comum, a partir de sua entrada em vigência, e que terão uma tarifa de 0%.
- Estabelecer o compromisso de continuar examinando a situação dos bens de capital, com o objetivo de preservar a competitividade das economias dos Estados Partes.

<sup>50</sup> Deve-se ter em conta que a entrada em vigência do Regime Comum para Bens de Capital (BK) não produzidos coincide com a expiração da vigência do *waiwer* que permite aos Estados Partes aplicar uma tarifa de 0% para a importação do BK.

Além destas normas, o Programa de Trabalho 2004-2006 (Decisão CMC 26/03) também previu outras tarefas em relação a TEC, que basicamente seriam:

- i) avançar na eliminação da dupla cobrança e na resolução do tema da distribuição da renda alfandegária;
- ii) identificar os setores prioritários para o estabelecimento de regimes especiais comuns de importação;
- iii) cumprir com o mandato do Grupo de Alto Nível no sentido de examinar a consistência e dispersão da atual estrutura da TEC, e também, avaliar a eventual redução dos níveis de proteção e dispersão tarifária nas cadeias de Bens de Capital, Informática e Telecomunicações, produzidos ou não no MERCOSUL.

Em função deste mandato, a seguir serão apresentados os principais avanços realizados em cada um destes três aspectos durante o período compreendido entre o segundo semestre de 2004 e o primeiro de 2005.

#### *i) A dupla cobrança da TEC*

O tema sobre a dupla cobrança da TEC para as mercadorias que circulavam pela união alfandegária começou a ser parte da agenda do MERCOSUL a partir de uma demanda externa. De fato, foi durante a negociação MERCOSUL-UE que esta última estabeleceu a condição de que o Acordo de Associação que estava sendo negociado deveria garantir o pagamento único da tarifa para as mercadorias que circulassem dentro do MERCOSUL.

Esta exigência era menos ambiciosa que a de livre circulação<sup>51</sup> mas, em todo caso, significava um grande desafio para o bloco sul-americano. Efetivamente, só as mercadorias originárias (que cumpriam com os requisitos estabelecidos pelo regime de origem) podiam circular livremente dentro da união alfandegária.<sup>52</sup> O resto dos bens que não cumpriam com a origem MERCOSUL (seja porque mesmo sendo produzidos internamente, não satisfaziam os requisitos do regime, ou porque tinham sido importados desde extrazona), deveria voltar a pagar a TEC ao cruzar outra fronteira nacional dentro da união.

A este respeito, o Programa de Trabalho 2004-2006 tinha disposto que "no primeiro semestre de 2004 deveria ser elaborada uma proposta de criação de um mecanismo que eliminasse a dupla cobrança da TEC e que resolvesse o assunto da distribuição da renda alfandegária". Para isso, realizaram-se trabalhos técnicos no âmbito da Secretaria do MERCOSUL, assim como negociações na Comissão de Comércio e no GMC.

---

<sup>51</sup> O conceito de livre circulação envolve não só o não pagamento da tarifa no comércio intrazona para todo tipo de mercadorias, mas também outras medidas que afetam as importações como os impostos internos, o cumprimento de normas sanitárias e as normas técnicas, entre outros.

<sup>52</sup> Com esse objetivo, foi aprovada na Diretiva 3/04 da Comissão de Comércio, que previa que a mercadoria originária do Mercosul despachada para consumo em um Estado Parte podia ser exportada a outros Estados Partes - inclusive para o Estado de origem da mesma, sem perder o tratamento preferencial nem seu caráter originário, porém estabelecia certas limitações. Por outra parte, através do Regime de Acumulação de Origem e Circulação de Mercadorias Originárias do MERCOSUL (Decisão CMC 1/04) dispôs-se que, a fim de determinar se uma mercadoria para a qual se solicitava tratamento tarifário preferencial é originária, devia considerar sua produção no território de um ou mais Estados Partes, por um ou mais produtores, como se tivesse sido realizada no território do último Estado Parte. Este regime foi regulamentado mediante a Diretiva CCM 4/04.

#### **Box 4 - A dupla cobrança e as alternativas técnicas identificadas**

A Secretaria do MERCOSUL apresentou três alternativas relativas à circulação de mercadorias dentro do espaço ampliado, para evitar a dupla cobrança da TEC, quais sejam:

- 1) Um primeiro cenário, aplicável exclusivamente aos bens de extrazona, que consistia em devolver o montante pago sob a forma de direito de importação de bens que, tendo sido internados por um Estado Parte, fossem reexportados para outro sócio do MERCOSUL.
- 2) Um segundo cenário, aplicável aos bens que cumprissem com a política comercial comum. Estas mercadorias seriam tratadas como originárias, sendo emitido para elas, um certificado na alfândega do Estado Parte pelo qual tivessem ingressado. Este certificado lhes garantiria o direito de livre circulação dentro da união alfandegária.
- 3) O terceiro cenário, de longo prazo, implicava a construção de um território alfandegário único e requeria a definição de instrumentos adicionais da política comercial (Código Alfandegário Comum, Regimes especiais de importação comuns, Defesa comercial comum, eliminação de políticas de promoção comercial intra-regional, eliminação de políticas de defesa comercial intra-regional e política comum de defesa da concorrência).

Em relação à questão da distribuição da renda alfandegária foram identificadas três alternativas, são elas:

- Tributação no destino final dos bens de extrazona, compatível com o cenário 1 descrito previamente.
- Estabelecimento de um período de transição no qual se observariam as mudanças ocorridas na circulação em decorrência das modificações nas regras da dupla cobrança previstas no cenário 2, e as conseqüentes modificações na apropriação da renda alfandegária. Durante tal período deveria ser implementado um procedimento (criação de um fundo) que permitisse garantir a compensação dos eventuais efeitos negativos no(s) país(es) potencialmente prejudicados por uma diminuição de sua arrecadação (basicamente, Paraguai por sua condição mediterrânea).
- Criação, no médio prazo, de uma estrutura institucional para administrar a renda comum que seria gerada a partir dos cenários 2 e 3, distribuindo-a de acordo com algum critério que poderia ser a transferência para cada um dos sócios ou o financiamento de uma política comum do bloco.

As principais dificuldades se concentraram na posição do Paraguai, país que pretendia avançar nos tópicos relativos ao aperfeiçoamento da união alfandegária, antes de considerar a questão da dupla cobrança da TEC. Na realidade, sua principal preocupação parecia estar vinculada com a necessidade de garantir uma renda alfandegária mínima, dado que os direitos de importação representam aproximadamente 18% do total da renda tributária do Paraguai.<sup>53</sup>

Em dezembro de 2004, foi aprovada a Decisão CMC 54/04: "Eliminação da dupla cobrança da TEC e Distribuição da Renda Alfandegária". Esta norma estabelecia o princípio geral de que os bens importados de terceiros países por um Estado Parte, mas que cumprissem com a política tarifária comum,<sup>54</sup> receberiam

<sup>53</sup> No caso da Argentina, os direitos de importação representam 3% do total arrecadado, para o Brasil 2% e para o Uruguai 5% (Villela e Barreix [2004]).

<sup>54</sup> Em relação a esta Decisão, entende-se por "cumprimento da política tarifária comum" o pagamento da TEC, na ocasião da importação definitiva ou, quando corresponder, da tarifa resultante da aplicação da mesma preferência tarifária sobre a TEC, por todos os Estados Partes do MERCOSUL, nos acordos comerciais assinados com terceiros países ou nas medidas comuns resultantes da aplicação de instrumentos de defesa comercial.

o mesmo tratamento dispensado aos bens originários, tanto no que se refere a sua circulação dentro do bloco quanto a sua incorporação em processos produtivos.<sup>55</sup>

A Decisão dispunha de uma primeira instância, cuja vigência começaria, o mais tardar, em 31 de dezembro de 2005, quando este tratamento seria aplicado tanto aos bens importados de terceiros países aos quais se aplicasse uma TEC de 0% em todos os Estados Partes, quanto àqueles aos quais os sócios aplicassem, quadripartite e simultaneamente, 100% de preferência tarifária no contexto dos acordos subscritos pelo MERCOSUL.<sup>56</sup> Para esse fim, encomendou-se à CCM a regulamentação do tema, incluindo a definição de uma lista positiva de bens que cumpririam com estas condições.

Do mesmo modo, a norma estabelecia que, com a finalidade de estender este tratamento ao resto do universo tarifário, os Estados Partes deveriam aprovar e pôr em vigência, até 2008, o Código Alfandegário do MERCOSUL, a interconexão “on-line” dos sistemas informatizados de gestão alfandegária e a criação de um mecanismo para a distribuição da renda alfandegária.

## *ii) Regimes especiais comuns de importação*

No ano 2000, os Estados Partes se comprometeram a eliminar completamente, a partir de 1º de janeiro de 2006, a totalidade dos regimes alfandegários especiais de importação unilaterais, que implicassem na suspensão total ou parcial dos tributos alfandegários impostos sobre a importação temporária ou definitiva de mercadorias que não tenham como objetivo o beneficiamento e posterior reexportação das mercadorias resultantes para terceiros países, exceção feita às áreas alfandegárias especiais (Decisão CMC 69/00).

Nesse contexto, a idéia era que aqueles regimes cuja subsistência se desejasse manter deviam ser objeto de uma disciplina comum. Assim foi que se aprovou o Regime comum para a importação de bens de capital não produzidos (Decisão CMC 34/03), dispôs-se sobre a negociação de um regime comum para BITs antes de dezembro de 2005 (Decisão CMC 33/03), aprovou-se um Regime Comum de Importação de bens destinados à Pesquisa Científica e Tecnológica (Decisão CMC 36/03) e definiram-se disciplinas especiais para o Paraguai e Uruguai nos setores de BIT, de produtos agropecuários e de importação de matérias primas para o primeiro (Decisões CMC 32, 33 e 34/03). Tudo isso, além de ter prorrogado a utilização do *drawback* e a da admissão temporária para o comércio intrazona até dezembro de 2010 (Decisão CMC 32/03).

Paralelamente, o Programa de Trabalho 2004-2006 estabeleceu que deveriam ser identificados os setores prioritários para o estabelecimento de regimes especiais comuns de importação. Em função deste mandato, a Comissão de Comércio se dedicou ao assunto, no sentido de definir uma lista comum de Bens de Capital não produzidos (contemplada no Regime comum aprovado), e de analisar propostas relativas a novos regimes comuns para os setores de BITs, bens destinados às áreas de saúde e de educação, e um regime comum para a indústria naval.<sup>57</sup>

Por outra parte, a CCM também vem analisando outros tipos de regimes especiais de importação nacionais cuja derrogação a partir de janeiro de 2006 não parece factível, mas sobre os quais terá que tomar uma decisão concreta. Exemplos deste tipo de situação ocorrem com os regimes destinados à importação de mercadorias para atender situações de emergência e catástrofes, bens do pessoal diplomático, envios postais sem valor comercial e amostras comerciais, entre outros.

---

<sup>55</sup> É importante remarcar que este tratamento excede o simples objetivo de evitar a multiplicidade do pagamento da tarifa para aqueles bens que foram importados por um sócio e que circulam dentro da união alfandegária, já que outorgar o tratamento de originário implica que a mercadoria será computada dentro da percentagem de conteúdo regional estipulado pelo Regime de Origem Mercosul.

<sup>56</sup> Sempre e quando os mesmos sejam originários e provenientes do país ou grupo de países aos que se outorgue esta preferência.

<sup>57</sup> Além destes trabalhos, na reunião do GMC de outubro passado, a Argentina anunciou sua intenção de prorrogar por cinco anos o *waiver* para o BK (sem pôr em vigência o regime comum) e por dois anos as listas nacionais de exceções à TEC.

### *iii) Grupo de Alto Nível*

O Programa de Trabalho 2004-2006 ratificou a necessidade de cumprir com o mandato da Decisão CMC 5/01 que criou o Grupo de Alto Nível para a TEC e lhe deu a incumbência de avaliar a consistência e a dispersão da TEC e a eventual redução dos níveis de proteção e dispersão tarifária nas cadeias de Bens de Capital, Informática e Telecomunicações, produzidos ou não nos Estados Partes do MERCOSUL. Além deste mandato, durante o segundo semestre de 2004 e primeiro do 2005, este foro não celebrou reuniões.

### *Os Fundos Estruturais*

A origem do tratamento dos Fundos Estruturais no MERCOSUL remonta a fevereiro de 2003, quando o Paraguai apresentou aos seus sócios um documento no qual analisava a situação do país dentro do contexto do processo de integração, e também, uma série de projetos cujo beneficiário exclusivo era ele mesmo e que contemplavam, por exemplo, a aplicação temporária de tarifas intrazona, a flexibilidade na aplicação da TEC para baratear a aquisição de bens de capital e insumos de extrazona, a aplicação de um regime de origem mais flexível, o apoio em negociações externas e a alocação de recursos para reverter problemas estruturais de sua economia.

Em resumo, o Paraguai solicitava tratamentos diferenciados dentro do MERCOSUL, justificados pela sua necessidade de elevar seu grau de desenvolvimento. As demandas paraguaias implicavam numa mudança importante na lógica de funcionamento do MERCOSUL. Com efeito, historicamente, o MERCOSUL tem adotado medidas pragmáticas de tratamento especial e diferenciado, caracterizadas pela outorga de prazos mais extensos para o cumprimento das obrigações comuns e por maiores flexibilidades na aplicação de certos compromissos para os países menores. Embora no médio e longo prazo as regras sejam as mesmas para todos os sócios.

Neste contexto, temia-se que as demandas paraguaias do ano de 2003 fossem aceitas em detrimento da coesão do bloco, consagrando unilateralidades contrárias ao objetivo de construir um mercado comum.

Entretanto, na Cúpula desse mesmo ano, o CMC aprovou várias normas vinculadas ao tratamento especial; entre elas se destaca a Decisão CMC 27/03 que instituiu que em 2004 seriam realizados estudos para o estabelecimento no MERCOSUL de Fundos Estruturais destinados a elevar a competitividade dos sócios menores e daquelas regiões menos desenvolvidas<sup>58</sup> (compromisso acolhido também no Programa de Trabalho 2004-2006).

Seis meses depois, na Cúpula de Iguaçu, era aprovada a Decisão CMC 19/04 sobre "Convergência Estrutural no MERCOSUL e Financiamento do Processo de Integração". Esta Decisão, negociada a partir de uma proposta da CRPM,<sup>59</sup> criava um Grupo de Alto Nível (GAN) para identificar iniciativas e programas e também, para promover a competitividade dos sócios -em particular das economias menores- e a convergência estrutural, propondo fórmulas para seu financiamento (assim como para o funcionamento e fortalecimento da estrutura institucional do MERCOSUL).

---

<sup>58</sup> Por outra parte, o Conselho definiu outras normas que refletiam um tratamento especial para o Paraguai, como a que estabelecia que o MERCOSUL impulsionaria em todas as negociações externas, com terceiros e agrupamentos de países, a obtenção de um tratamento diferenciado para o Paraguai, de acordo com a sua condição de economia pequena e de país sem litoral marítimo (Decisão CMC 28/03); um Regime de origem mais flexível para esse país (Decisão CMC 29/03), listas de exceções adicionais, vigentes também para o Uruguai (Decisão 31/03) e regimes especiais de importação de matérias primas e insumos agropecuários (Decisão 32/03).

<sup>59</sup> A CRPM teve um papel central no processo de negociação dos Fundos Estruturais.



No tocante a este último ponto, foi a CRPM que propôs que os fundos fossem destinados, também, ao financiamento da estrutura institucional do MERCOSUL. Desta maneira, se buscava dar cumprimento à outra Decisão (Decisão CMC 15/03) que determinava analisar mecanismos para o financiamento da Presidência da Comissão, já que, atualmente, este financiamento recai sobre o Estado Parte de onde é originário o cidadão que exerce a presidência.

Por outro lado, Paraguai e Uruguai foram enfáticos ao manifestarem que a negociação deveria centrar-se no destino dos fundos, enquanto que a Argentina e, em menor medida o Brasil preferiam iniciar as negociações discutindo a respeito da origem dos mesmos.

Um dos temas centrais foi o a definição do mecanismo que seria utilizado para integrar este fundo. A Argentina insistia, em primeira instância, que a origem devia ser uma fonte de renda com destino específico (por exemplo, uma taxa sobre as importações, um aumento da TEC, etc.), em contraposição à alternativa de recursos orçamentários que se vissem submetidos a lutas distributivas nacionais de cada Estado Parte. Quanto ao montante do mesmo, falava-se em aproximadamente US\$ 800 milhões (a proposta da CRPM), 10% dos quais seriam destinados às instituições.

Na Cúpula de Ouro Preto havia a expectativa que fosse aprovada uma série de lineamentos para a conformação dos Fundos acordados pelo GAN; entretanto, algumas delegações mencionaram a necessidade de maiores análises internas, especialmente, com relação ao financiamento da estrutura institucional. Em consequência disto, aprovou-se uma Decisão menos ambiciosa, a 45/04, que só estabeleceu o Fundo e tomou nota dos trabalhos do GAN, instruindo-o a continuar com suas tarefas.

No primeiro semestre de 2005 continuaram os trabalhos deste Grupo, e no XXVIII Conselho aprovou-se, finalmente, a Decisão CMC 18/05, criando o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), com um orçamento anual de US\$ 100 milhões, a ser progressivamente integralizado no prazo de três anos (50% durante o primeiro ano -para a execução de projetos piloto-, 75% no segundo ano e 100% a partir do terceiro ano).

O destino do FOCEM será o financiamento de programas que tenham por finalidade promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social - em particular das economias menores e das regiões menos desenvolvidas - e, ainda, "apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração". A este respeito, a norma esclarece que os programas vinculados com este objetivo "deverão atender a melhora da estrutura institucional do MERCOSUL e seu eventual desenvolvimento. Uma vez cumpridos os objetivos dos projetos, as estruturas e atividades que restarem serão financiadas em partes iguais pelos Estados Partes".

A integralização dos fundos levará em conta o PIB de cada país, ficando estabelecido que o Brasil contribuiria com 70%, a Argentina com 27%, 2% Uruguai e 1% Paraguai. Por sua parte, a distribuição será feita da seguinte forma, 48% para projetos apresentados pelo Paraguai, 32% para projetos do Uruguai, 10% para projetos da Argentina e 10% para projetos do Brasil. Serão admitidas contribuições de terceiros países ou instituições e organismos internacionais, conforme estabelece o Artigo 9 da Decisão 18/05 onde se lê: "O FOCEM poderá receber contribuições provenientes de terceiros países, instituições ou organismos internacionais para o desenvolvimento de projetos". Em todo caso, com estas percentagens, Brasil e Argentina serão os principais contribuintes, enquanto que Paraguai e Uruguai serão os principais beneficiários.

Além disso, a Decisão estabeleceu que os Estados Partes beneficiários deverão contribuir com recursos próprios (pelo menos 15% do valor total de cada projeto) para os projetos que sejam financiados com o FOCEM. Tais projetos deverão ser apresentados a CRPM, e a uma instância técnica da Secretaria do MERCOSUL que se encarregará de fazer a sua avaliação e de dar-lhes seguimento.

Finalmente, estabeleceu-se que o GAN apresentará um projeto de Regulamento do FOCEM, no mais tardar, em 30 de novembro de 2005. Um ponto central a ser decidido será a questão do mecanismo de tomada de decisões. Evidentemente, num mecanismo de tipo financeiro, com contribuições diferenciadas dos sócios, a regra do consenso corre o risco de não ser aceita de maneira unânime.

### *O comércio de serviços*

Em 1997, os Estados Partes chegaram a um acordo em torno do Protocolo do Montevideu sobre o comércio de serviços. Este instrumento estabeleceu o objetivo de obter a liberalização total do comércio de serviços no MERCOSUL em um prazo de 10 anos, através da realização de Rodadas anuais de negociação que ampliassem os compromissos iniciais assumidos em 1998 por cada um dos Estados Partes. No Protocolo ficou determinado que cada membro dispensaria tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF) aos prestadores de serviços de outros sócios, de forma imediata e incondicional. Os benefícios de tratamento nacional e de acesso ao mercado ficariam limitados aos setores e às modalidades de prestação definidos nas listas nacionais de compromissos específicos a serem negociados anualmente.

Embora o Protocolo e suas listas de compromissos iniciais ainda não estejam em vigor,<sup>60</sup> as rodadas anuais de negociação nele previstas vêm se desenvolvendo. Nelas, o tema central foram as listas positivas que, em uma primeira etapa, tinham como objetivo aumentar a transparência e consolidar o *statu quo* das restrições que existiam no comércio de serviços no MERCOSUL, no sentido de precisar as características dessas restrições de acesso.

Nesse sentido, em dezembro de 2003, convocou-se a V Rodada de Negociações de Compromissos Específicos em matéria de serviços, cujos resultados deveriam ser submetidos ao CMC, no final de 2004. Com relação aos setores, foram definidos como prioritários os serviços audiovisuais, de publicidade, de telecomunicações e financeiros. Com relação ao fim das limitações, um levantamento do Grupo de Serviços concluiu que existiam poucas restrições baseadas em normas que fossem de responsabilidade dos Poderes Executivos. Portanto, a eliminação ou redução das mesmas exigia uma forte disposição dos governos, já que eles teriam de apresentar os projetos de leis a seus respectivos Congressos.

Nesse contexto, a V Rodada do Grupo de Serviços se concentrou nas restrições à movimentação de pessoas prestadoras de serviços (conhecidas como Modo 4), através da harmonização das categorias utilizadas nas listas de compromissos. A este respeito, chegou-se a um acordo no sentido de que fossem adotadas as seguintes categorias: (a) pessoas de negócios; (b) transferências intracorporativas, e (c) representantes de empresas estrangeiras. Além disso, Argentina, Brasil e Uruguai concordaram em incluir em suas listas uma quarta categoria, a de profissionais e técnicos especializados.

No final de 2004, foi aprovado nesta Rodada mediante a Decisão CMC 29/04, o traspasso dos compromissos horizontais do Modo 4 para esta nova classificação. Do mesmo modo, as listas foram melhoradas ao incorporarem os elementos ofertados pelo MERCOSUL na negociação com a UE (neste campo foram particularmente importantes os novos compromissos no setor de serviços financeiros da Argentina e Brasil) e as mudanças nas legislações dos Estados Partes (que, em alguns casos, implicaram na introdução de novas limitações).

Nessa mesma ocasião foi lançada a VI Rodada de Negociação (Resolução GMC 33/05), a realizar-se durante o ano 2005, com o objetivo de avançar na liberalização/eliminação de restrições, concluir o processo de

---

<sup>60</sup> À data, é necessária a sua promulgação pelo Poder Executivo do Brasil, para que entre em vigência nesse país, na Argentina e no Uruguai (os três países que internalizaram o Protocolo).

consolidação do *statu quo* e de aclaração das entradas "não consolidadas" para todos os setores e todos os modos de prestação de serviços. Além disso, determinou-se que o Grupo de Serviços submeteria ao GMC as propostas de harmonização dos quadros regulatórios e compromissos horizontais e/ou setoriais.

### *Facilitação empresarial*

Além das Rodadas de negociação de compromissos específicos, o Programa de Trabalho 2004-2006 contemplava outros temas vinculados com o Modo 4 de prestação de serviços. Especificamente, em matéria de facilitação empresarial, dispunha sobre a necessidade de "identificar (...) os instrumentos necessários para facilitar a implantação e o desenvolvimento das atividades empresariais no MERCOSUL, no que diz respeito à instalação de sociedades, vistos empresariais, harmonização dos montantes exigíveis aos investidores e constituição de empresas MERCOSUL".

Nesse contexto, em dezembro de 2004 foi aprovada a Decisão CMC 32/04 "Acordo para a facilitação de atividades empresariais no MERCOSUL". Esta norma, que ainda não entrou em vigor, reduz os obstáculos existentes para o estabelecimento de empresários dos Estados Partes. Nesse espírito, o Acordo permitirá outorgar de maneira imediata a residência temporária ou permanente aos investidores, membros de diretório, administradores, gerentes e representantes legais e reduzir para US\$ 30.000 o montante exigido dos investidores para demandar a sua residência. Além disto, a norma habilita às pessoas a dirigir e/ou administrar empresas, e dá a elas a possibilidade de assumir a representação legal da empresa.

#### **Box 5 - Avanços na liberalização do movimento de pessoas físicas (Modo 4)**

- O Acordo para a Criação do Visto MERCOSUL (Decisão CMC 16/03) criou um procedimento harmonizado e uniforme em matéria migratória e de autorização para trabalhar, facilitando os trâmites para os prestadores de serviços dos Estados Partes que solicitem autorização de entrada para prestar, temporariamente, serviços no território de uma das Partes, sob contrato de trabalho no Estado Parte onde forem ingressar.

- O "Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário" (Decisão CMC 25/03) estabeleceu diretrizes para a celebração de acordos no Quadro de Reconhecimento Recíproco entre Entidades Profissionais, e, ainda, para a elaboração de disciplinas para a outorga de licenças temporárias, fixando critérios mínimos e mecanismos a serem contemplados, prevendo a existência de organizações quadripartites em cada profissão ou grupo de profissões; permitindo a incorporação de entidades de cada profissão ao Acordo-quadro respectivo e, finalmente, estabelecendo um mecanismo de solução de controvérsias.

Deve-se destacar que ambos os instrumentos estão tramitando, com o fim de serem internalizados e postos em vigor.

### *Contratações públicas*

Em dezembro de 2003, o CMC aprovou o Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL, mediante a Decisão CMC 40/03. O objetivo deste instrumento era proporcionar, de maneira gradual, aos fornecedores e prestadores de serviços estabelecidos nos Estados Partes, e também aos bens, serviços e obras públicas oriundos dos mesmos, um tratamento não discriminatório em processos de contratações efetuados por entidades públicas.

Modificações posteriores motivaram uma reedição desse instrumento, que foi aprovada em dezembro de 2004 pela Decisão CMC 27/04 (derrogando a Decisão CMC 40/03). O Protocolo deverá ser aplicado às contratações que as entidades, de todos os níveis de governo, federais e sub-federais, realizarem para a aquisição de bens e serviços (incluídas as obras públicas), mediante qualquer método contratual, sem prejuízo das reservas que os Estados Partes estabeleceram no próprio Protocolo. No instrumento também ficaram estabelecidos quais seriam as entidades, bens, serviços e obras públicas que estariam submetidos às suas regras, bem como aquelas situações onde a sua aplicação não será obrigatória.

A eliminação da discriminação acontecerá de maneira gradual, através da elaboração de listas positivas e negativas e do estabelecimento de novos parâmetros. Estes elementos poderão ser modificados através de negociações, que serão realizadas a cada dois anos, ou a pedido de um ou mais sócios. É interessante destacar que as listas e os parâmetros estabelecem uma diferenciação entre países, em virtude das assimetrias existentes no bloco. Sem dúvida, este foi um enfoque muito pragmático para encarar o tratamento das disparidades regionais.

Em relação às reservas, Argentina e Brasil excluíram as entidades de nível sub-federal. O Paraguai, por sua parte, eximiu-se de outorgar à Argentina e ao Brasil o acesso a seu mercado de compras governamentais (até a abertura dos mercados dos governos estaduais e provinciais limítrofes ao Paraguai).

Quanto às "Listas negativas de bens" cujas compras governamentais ficam excluídas do Protocolo, existe uma lista geral da Argentina; o Brasil não apresentou restrições em sua oferta de bens; o Paraguai se comprometeu a negociá-la no futuro, e o Uruguai apresentou uma lista para os bens argentinos e outra para os brasileiros, comprometendo-se a negociar no futuro a correspondente aos bens paraguaios.

O Anexo V estabeleceu os termos do acordo com o seguinte esquema:

País	Moeda	Bens e serviços	Obras
Argentina	US\$	150.000	
Brasil	US\$	75.000	3.000.000
Paraguai	US\$	200.000	
Uruguai	US\$	200.000	

Entre as exceções ao Tratamento Nacional (adicionais às listas negativas) permitiu-se que a Argentina aplicasse este Tratamento após um período de cinco anos. Durante este período, o país irá reduzindo a preferência que recebem os fornecedores nacionais frente aos do Brasil por um lado, e aos do Paraguai e Uruguai por outro. Nesse sentido, no ano 1 da vigência do Protocolo, a Argentina poderá adjudicar o contrato ao fornecedor nacional quando a diferença entre a proposta apresentada por este e a apresentada por um fornecedor do Brasil não for superior a 5% ou a 4% se o fornecedor for do Paraguai ou Uruguai. Esta diferença irá diminuindo paulatinamente até desaparecer completamente no ano 6.

Por outro lado, Paraguai e Uruguai se reservaram a liberdade de aplicar este tipo de preferência a seus ofertantes nacionais, sem fixar limites quanto ao valor da diferença nem quanto ao tempo. Por último, o Protocolo também contém disciplinas em matéria de valoração dos contratos, regras de origem, denegação de benefícios, compensações e cooperação técnica, entre outros assuntos.

Do mesmo modo, e de acordo com o estabelecido pelo Programa de Trabalho 2004-2006, durante o período foi negociada a regulamentação do Protocolo que foi aprovada mediante a Decisão CMC 55, de dezembro de 2004. Deve-se destacar a previsão de que ambos os instrumentos (Protocolo e Regulamento) entrarão em vigor após a aprovação de dois ou mais Estados Partes, feito que ainda não aconteceu.

## *Avanços em outros temas da Agenda Interna*

### PROCEDIMENTOS ALFANDEGÁRIOS INTRAZONA

Em novembro de 2004, o GMC aprovou a Resolução GMC 34/04 que dispõe sobre a elaboração de um mecanismo que simplifique os procedimentos de despacho alfandegário dos operadores comerciais dos Estados Partes que cumpram com certos requisitos (antigüidade mínima no exercício da atividade e como importador e/ou exportador, número mínimo de operações intra-regionais, etc.).

O mecanismo a ser proposto deverá incluir procedimentos para que os controles sanitários, regulamentos técnicos e equivalentes correspondentes às exportações efetuadas pelos operadores autorizados, não sejam realizados na fronteira (seja porque se procedeu à habilitação de instalações do país exportador por parte do país importador ou porque os produtos estejam amparados em acordos de reconhecimento mútuo entre as entidades certificadoras). Além disso, deverão ser instrumentalizados os meios necessários para a efetiva implementação do controle eletrônico do trânsito alfandegário e o intercâmbio eletrônico dos dados do despacho alfandegário de exportação, com o objetivo de permitir sua confrontação com os dados da importação correspondente.

Durante o primeiro semestre de 2005, a Comissão analisou o tema, em particular a metodologia e o procedimento para a qualificação como operador autorizado, assim como a harmonização e simplificação dos procedimentos alfandegários intrazona. Entretanto, o avanço nestas tarefas necessita das definições pendentes do Código Alfandegário do MERCOSUL, que estão sob a órbita do GMC.

### MECANISMO PARA A FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO INTRAZONA

Com a Resolução GMC 21/05 de junho, o GMC estabeleceu um mecanismo que permite a solução rápida para problemas pontuais de acesso a mercado, especialmente devido a restrições não tarifárias, mediante a adoção de ações de facilitação de comércio.

Estas situações particulares serão estudadas caso a caso, com a intervenção dos Coordenadores Nacionais da Comissão de Comércio, sempre que ocorra uma destas condições: (a) que se trate de uma mercadoria oriunda do MERCOSUL; (b) que a mercadoria se encontre retida no território de um Estado Parte; (c) que a situação se origine em ações ou medidas adotadas por um Estado Parte; (d) que as ações ou medidas questionadas não estejam sendo objeto de uma controvérsia em curso entre as partes envolvidas, ou alguma causa julgada.

### INTEGRAÇÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS

Com o fim de facilitar a integração de cadeias produtivas regionais, a Decisão CMC 03/05 (aprovada durante a XXVIII Reunião do CMC) criou um regime que permite a integração de processos produtivos realizados em Estados Partes diferentes com a utilização de materiais oriundos de terceiros países. Os bens beneficiados por este regime poderão ser destinados ao mercado interno do Estado Parte onde foi concluído o processo produtivo, exportados para outro Estado Parte do MERCOSUL ou exportados para extrazona.

As empresas que desejarem utilizar os benefícios deste regime deverão apresentar um projeto à autoridade competente de cada Estado Parte para, a seguir, ser analisado e aprovado pela CCM.

## MEDIDAS DE AGILIZAÇÃO PARA IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS ORIGINÁRIOS DO PARAGUAI

No Programa de Trabalho 2004-2006 se incluiu um mandato para que fossem identificadas medidas de cooperação e informação com relação a medidas técnico-administrativas objetivando facilitar as exportações paraguaias para os mercados da região.

Foi no começo de junho de 2005 que o Paraguai apresentou uma proposta, a partir da qual se elaborou a Decisão CMC 04/05. Em função desta norma, o Paraguai se comprometeu a estabelecer um sistema de informação denominado "Guichê único do exportador", através da qual o Estado paraguaio porá a disposição das Administrações de Alfândega dos sócios, a partir de janeiro de 2006, os dados referentes a exportadores, produtores, produtos e estabelecimentos.

Através deste procedimento, o Paraguai garantirá o seguimento dos produtos, desde sua produção até sua exportação, de maneira a eliminar as possibilidades de fraude e ilícitos alfandegários, constituindo-se esta proposta, num esforço marcante desse país para tornar mais transparente a prática comercial. Por outro lado, os sócios instruirão suas Administrações Alfandegárias a implementar as medidas técnico-administrativas que sejam necessárias para efetuar a consulta, com o objetivo de facilitar o comércio de produtos oriundos do Paraguai para os mercados da região.

## PROGRAMA MERCOSUL LIVRE DE AFTOSA

A partir de uma iniciativa da CRPM, foi aprovada a Decisão CMC 8/05 pela qual se decidiu coordenar as políticas e ações para o combate da febre aftosa na região. Nesse sentido, encomendou-se à Reunião de Ministros de Agricultura do MERCOSUL e à CRPM a elaboração, de um Projeto de Programa a ser apresentado em outubro de 2005, que deverá conter a definição do alcance, os conteúdos e prazos de implementação do Programa; um cronograma para a adoção pelos Estados Partes de medidas harmonizadas que sejam necessárias para viabilizar a implementação do Programa de Ação, identificando os órgãos técnicos encarregados dessa tarefa em cada país; medidas de prevenção específicas a serem cumpridas pelos sócios e os Estados Associados que decidam participar; sistemas de vigilância sanitária que permitam contar com informação sobre a evolução da situação nos Estados Partes e Associados que decidam participar; a indicação das autoridades nacionais encarregadas da implementação do "Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa"; e a identificação e avaliação de possíveis fontes de cooperação técnica e financeira que possam ser utilizadas no "Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa".

## PARLAMENTO MERCOSUL

Em 2003, os presidentes dos sócios do MERCOSUL haviam chegado a um acordo sobre a necessidade de se estabelecer um Parlamento do MERCOSUL, encomendando à Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) a elaboração do Protocolo Constitutivo.<sup>61</sup>

Nesse sentido, na Cúpula do Iguaçu, a CPC apresentou uma primeira proposta de Anteprojeto do Protocolo constitutivo. Por sua parte, o CMC aprovou a Decisão CMC 49/04 que deu continuidade à criação desta instituição, definindo que sua instalação deveria ser efetivada antes de 31 de dezembro de 2006, outorgando, nesta mesma ocasião, à Comissão Parlamentar Conjunta a qualidade de comissão preparatória para realizar todas as ações necessárias para isso.

---

<sup>61</sup> Esta instrução foi recepcionada pelo Programa de Trabalho 2004-2005 nos seguintes termos: "considerar (...) a proposta que elabore a CPC relativa ao estabelecimento do Parlamento MERCOSUL, de acordo com o pedido realizado pelos presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, tomando em conta, como uma primeira etapa, o Acordo Interinstitucional assinado entre o CMC e a CPC".

A CPC criou um Grupo Técnico de Alto Nível para trabalhar no projeto de Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL (PM). O documento resultante estabelece que o PM será constituído por representantes eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, conforme a legislação de cada Estado, com possibilidade de reeleição. Está sob análise a possibilidade de que o mesmo seja composto por 31 parlamentares da Argentina, 36 do Brasil, 16 do Paraguai e 16 do Uruguai, com um mandato de 4 anos, embora o Paraguai seja partidário de uma composição igualitária de 16 representantes por Estado Parte.

As principais atribuições do PM seriam velar pela observância das normas MERCOSUL e a preservação do regime democrático nos Estados Partes; estabelecer mecanismos que lhe permitam receber, examinar e canalizar reclamações e queixas de qualquer particular relacionadas com atos ou omissões de órgãos do MERCOSUL; emitir declarações, relatórios, recomendações e ditames sobre questões vinculadas com o processo (em particular, de normas em elaboração e negociações internacionais); propor projetos de normas para sua consideração pelo CMC; emitir opinião não vinculante sobre as designações do Diretor da Secretaria MERCOSUL e do Presidente da CRPM; elaborar seu orçamento e informar sobre sua execução ao CMC; aprovar o orçamento geral do MERCOSUL e a prestação de contas.

A tomada de decisões seria, conforme o assunto, por maioria simples, maioria absoluta, maioria ordinária (2/3 dos membros presente de pelo menos três Estados) e maioria especial (3/4 dos membros presente, que representem, por sua vez, a maioria simples dos presentes de todos os Estados). Como regra geral, as decisões seriam tomadas por maioria ordinária, embora um dos sócios tenha proposto que as decisões fossem tomadas por consenso.

O PM poderá emitir ditames, projetos de normas, anteprojetos de normas, declarações, recomendações, relatórios e resoluções. Quanto ao orçamento, foram analisados diferentes critérios para as contribuições, sejam em função da participação ou da relação entre o PIB nacional e regional.

## **B. As perspectivas da Agenda Interna**

O MERCOSUL continua oscilando entre um período de certo ceticismo em relação a suas capacidades para articular a agenda interna dos sócios, marcada pela necessidade de se alcançar um crescimento sustentável; e a agenda externa, caracterizada pela procura de uma inserção internacional ativa e inteligente.

Uma síntese *ajustada* dos resultados concretos que, em termos de consolidação e aprofundamento, foram alcançados durante o período julho 2004 - junho 2005 deve fazer referência a dois grandes temas: a Dupla Cobrança da TEC e os Fundos Estruturais. Ambos foram objeto de Decisões carregadas de um importante valor estratégico. Em particular, a constituição dos Fundos Estruturais significou uma mudança radical em relação à atitude -e responsabilidade - de cada sócio com relação ao processo de integração.

Entretanto, até o momento, ambas as normas expressam compromissos e cuja direção é positiva, mas não têm efeitos práticos. Atualmente está em curso a negociação das respectivas regulamentações. O resultado destas gestões, junto com os procedimentos que forem levados a cabo em cada Estado Parte para permitir a entrada em vigor destas disciplinas, serão os verdadeiros *termômetros* do compromisso político em torno do processo de integração.

Mas na percepção do MERCOSUL também influirão outros temas como, por exemplo, a maneira segundo a qual finalmente serão resolvidas algumas questões que estão sendo objeto de tratativas no contexto bilateral (em particular, a questão das medidas para o comércio intrazona), o cumprimento - ou não - do prazo de

dezembro de 2005 previsto para a entrada em vigor de diversas disciplinas relativas à TEC,<sup>62</sup> assim como o empenho que manifestem os sócios em relação ao Programa de Trabalho 2004-2006,<sup>63</sup> entre outros.

Neste contexto, os resultados da última Cúpula do MERCOSUL, celebrada em Assunção em junho de 2005, remarcam a necessidade de canalizar os trabalhos na busca do aprofundamento e do fortalecimento do processo de integração.<sup>64-65</sup> Resta agora observar de que forma isto se dará.<sup>66</sup>

Concretamente, o desafio atual do MERCOSUL consiste em fazer desaparecer a ambigüidade que durante os últimos anos existiu entre os discursos e os fatos. Como elemento motivador, observa-se certo encaminhamento de dois temas que costumavam estar no eixo central dos debates e das insatisfações dos sócios: por um lado, a questão das assimetrias e, por outro, os impactos no comércio intrazona derivados da falta de coordenação macroeconômica. A concretização destes eixos permitiria prever uma atitude mais pró-integração dos Estados Partes, que não só se reflita na não adoção de medidas contrárias ao MERCOSUL, mas também que permita avançar no aperfeiçoamento da união alfandegária, trabalhando em questões como a vigência de uma TEC, a defesa comercial e da concorrência, a especialização e complementação industrial, entre outros.

Como contrapartida, não se observa nas reuniões do CMC nem nas do GMC, que exista o debate e as definições necessárias para produzir esta -necessária- mudança de rumo no processo de integração. Se não se alcançar esta mudança, o cenário mais provável do processo integrador para os próximos anos é o de um *statu quo* em matéria normativa e de negócios, mas carente de transcendência, tanto do ponto de vista das políticas nacionais como de seu posicionamento internacional (de modo similar a outras iniciativas integradoras prévias na região).

---

<sup>62</sup> Vencimento da lista de 100 exceções nacionais, culminação do *waiver* para o BK, regime para importação de BIT, definição de lista de insumos agropecuários do Paraguai, etc.

<sup>63</sup> Não é tão importante o grau de cumprimento do Programa 2004-2006 quanto o compromisso e a vontade que demonstrem os sócios para sua consecução.

<sup>64</sup> Pode-se pensar que o fez em contraposição à avultada agenda internacional que tinha demandado tantos recursos durante os últimos tempos.

<sup>65</sup> Nesse contexto, o CMC destacou três grandes objetivos: (a) a intensificação de ações com o objetivo do aprofundamento da agenda interna do MERCOSUL; (b) a identificação de fórmulas que garantam uma participação mais efetiva da sociedade civil no processo de integração, e (c) a coordenação das políticas macroeconômicas. Além disso, enfatizou o impulso que devia dar-se à promoção da complementação produtiva entre os Estados Partes.

<sup>66</sup> No momento não há dúvidas de que as realidades políticas nacionais não parecem estar contribuindo para que os sócios concentrem muita atenção na sua agenda internacional, embora seja evidente que o MERCOSUL deveria ser considerado como parte da agenda interna dos Estados Partes.





## CAPÍTULO V. A EVOLUÇÃO DA AGENDA EXTERNA DO MERCOSUL 2004-2005<sup>67</sup>

### A. Uma visão de conjunto da agenda

O andamento da Agenda Externa do MERCOSUL no segundo semestre de 2004-primeiro semestre de 2005 mostra certos progressos nas negociações com países e/ou sub-regiões de desenvolvimento relativo similar e uma alta dose de "frustração" na aproximação com o mundo desenvolvido. Neste contexto, parece ter ficado longe o espírito otimista do final de 2003, quando, tanto no âmbito acadêmico e empresarial quanto dos próprios "fazedores de política", enxergava-se 2005 como um cenário pós-negociações, no que diz respeito -tal como previam os respectivos calendários negociadores- à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ao Acordo com a UE e, eventualmente, à Rodada Doha que já seriam uma realidade esta data.

A este respeito, embora as possibilidades de se fechar algum tipo de acordo como a ALCA parecessem esfumar-se já no início de 2004, a negociação MERCOSUL-UE mantinha o otimismo no sentido de se poder alcançar um acordo até pouco tempo antes da saída da equipe negociadora européia (por volta do final deste mesmo ano).

Neste contexto de "distanciamento" das relações Norte-Sul, entre meados de 2004 e o primeiro semestre de 2005, observou-se um importante dinamismo nas negociações Sul-Sul. Assim, por exemplo, pôde-se fechar o acordo MERCOSUL - Comunidade Andina de Nações (CAN), depois de muitos tropeços e diversas dificuldades técnicas. Embora seu impacto econômico-comercial possa não ser contundente, este acordo aparece como um avanço concreto na aproximação de ambos os exercícios integradores. No mesmo sentido, as negociações com o México continuaram e foram assinados Acordos de Preferências Fixas com a *South África Customs Union* (SACU) e com a Índia, iniciaram-se tratativas para avançar neste mesmo tipo de vinculação comercial com Marrocos e Egito, e trocaram-se propostas de negociação de Áreas de Livre Comércio com a Comunidade do Caribe -*Caribbean Community* (CARICOM)- e com a Secretaria de Integração da Centroamérica (SIECA)-<sup>68</sup> De um modo mais geral, as conversações comerciais deste período incluíram a assinatura de um Acordo Quadro com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o início de um estudo de viabilidade de um eventual acordo comercial MERCOSUL-Coréia, a celebração de sucessivas reuniões com o Canadá para avaliar diferentes alternativas de aproximação, e -em estágio muito preliminar- conversações com o Conselho de Países de Língua Portuguesa, com a Rússia e com o Paquistão.

Um aspecto chave da Agenda Externa, embora de tipo bilateral, refere-se à visita do presidente da China Hu Jintao -em novembro de 2004- ao Brasil e à Argentina, cujo cerne consistia na obtenção por parte da China do reconhecimento do *status* de economia de mercado em troca de algumas vantagens de acesso ao país oriental para produtos da região, compromissos de investimentos chineses nos países do Cone Sul e a definição destes países como "aptos para o turismo" de cidadãos dessa origem. Cabe assinalar que nestas negociações não existiram mecanismos de consulta nem cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL.

Ao contrário do mencionado no parágrafo anterior, ocorreram neste período ações de consulta intrabloco no caso da crise institucional boliviana, assim como na busca de alternativas conjuntas em matéria de provisão energética regional e de financiamento da infra-estrutura necessária a médio e longo prazo. A este respeito, a maior aproximação política dos Estados Partes, em especial da Argentina e do Brasil com a

---

<sup>67</sup> No Capítulo II apresentou-se um *overview* de alguns dos principais acontecimentos da Agenda Externa que serão tratados com mais profundidade no presente capítulo.

<sup>68</sup> A SIECA é mais conhecida pela sua sigla em inglês *Centroamerican Free Trade Association* (CAFTA) composta por cinco países: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua.

Venezuela, teve como eixo central a complementação energética e de infra-estrutura na região. Do mesmo modo, a criação da Comunidade Sul-americana de Nações, em dezembro de 2004, aparecia como um novo âmbito para o fortalecimento político-institucional do subcontinente.

No contexto das negociações multilaterais, a atividade do G-20 (como grupo de países emergentes que articula suas ações para uma melhor defesa de seus interesses frente aos países desenvolvidos), aparecia como outro âmbito de possível cooperação dos países da região, não isento de desencontros. Com efeito, da conformação do grupo só três Estados Partes do MERCOSUL faziam parte do G-20 (Argentina, Brasil e Paraguai), enquanto que o Uruguai se manteve à margem, ao menos até a saída do Presidente Battle (tendo ingressado no grupo em março de 2005). O programa de trabalho acordado em julho de 2004 no âmbito da OMC, com temas essenciais no tocante à negociação agrícola, remarcava a importância de uma atuação em conjunto. Apesar disso, os avanços foram lentos e as perspectivas de se chegar à 6ª Reunião Ministerial de dezembro em Hong Kong com os temas suficientemente desenvolvidos para possibilitar avanços essenciais na negociação multilateral são altamente incertas.

A importância institucional que tem a OMC para países emergentes ficou refletida, nesta etapa, nas sentenças favoráveis obtidas, no princípio de 2005, pelas demandas apresentadas pelo Brasil contra os Estados Unidos (pelos subsídios à exportação e apoios internos a seus produtores de algodão), e contra a UE (pelos subsídios à exportação do açúcar de beterraba).

## **B. As negociações da ALCA**

Para o princípio de 2004, parecia evidente que o formato de "dois pisos" acordado na reunião de Ministros de Comércio da ALCA, celebrada no ano anterior em Miami, seria insuficiente para possibilitar os consensos necessários ao cumprimento do prazo previsto para o início do empreendimento integrador hemisférico: janeiro de 2005. Assim, fracassava uma nova tentativa de canalizar as negociações continentais a partir da definição de regras comuns básicas para os trinta e quatro países e de regras adicionais e/ou tratamento de temas sensíveis na esfera bilateral ou multilateral. Esta espécie de "aladização" do processo ALCA<sup>69</sup> tinha sido encaminhada com a finalidade de contribuir para se chegar ao Acordo.

Embora houvesse um princípio de consenso em torno do conjunto comum de direitos e obrigações, primordialmente as negociações de acesso aos mercados de bens e serviços, com disciplinas relativas a acesso e "mínimas" no resto das áreas de negociação, as divergências sobre o grau de ambição da negociação de acesso e o alcance de algumas das demais disciplinas (serviços, propriedade intelectual, agricultura) não permitiam chegar a um acordo. Como contrapartida deste estancamento da ALCA, os Estados Unidos continuavam com sua ofensiva na região a partir de negociações bilaterais e/ou sub-regionais, estratégia da qual os países do MERCOSUL não eram convidados a participar.<sup>70</sup> Neste contexto, e a partir do Acordo com o Chile, os Estados Unidos fechavam primeiro o acordo com a SIECA e com a República Dominicana, e asseguravam as negociações tendentes a conformar tratados de livre comércio com o Panamá e com alguns dos países da CAN -Colômbia, Equador e Peru- a partir de sucessivas rodadas negociadoras. Nestes casos, estabelecia-se que os Acordos deviam entrar em funcionamento a partir de 2006. Entretanto, a falta de definição em temas pontuais e importantes nestas negociações e as dificuldades observadas em Washington para a ratificação pelo Congresso do Tratado de Livre Comércio

---

<sup>69</sup> Se refere ao modo que são definidas as negociações na ALADI, com regras básicas para todas as partes e acordos bilaterais que permitem aprofundar -voluntariamente- a vinculação entre algumas delas.

<sup>70</sup> Com relação às negociações com os Estados Unidos, Regis Arslanian, Diretor do Departamento de Relações Internacionais do Itamaraty, assinalava que "o governo brasileiro tinha solicitado formalmente, em duas oportunidades, aos Estados Unidos o início de uma negociação bilateral com o MERCOSUL, sem ter obtido resposta a respeito" (*Valor Econômico* 5/7/05).

com a América Central e República Dominicana,<sup>71</sup> criam dúvidas a respeito das possibilidades reais de se ver estes acordos se concretizarem nos prazos pré-estabelecidos.

**Box 6 - Sobre o Acordo Estados Unidos - República Dominicana - SIECA  
(Estados Unidos - DR - CAFTA)**

O Acordo Estados Unidos-DR-CAFTA foi assinado pelos Estados Unidos, por cinco países centro-americanos (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua) e pela República Dominicana. Para os países centro-americanos, o acordo aparecia como um instrumento para consolidar -e perpetuar- as preferências comerciais outorgadas (em forma unilateral) pelos Estados Unidos no princípio da década de noventa, posteriormente prorrogadas no ano 2000 pela Iniciativa da Bacia do Caribe até 2006. Para as autoridades norte-americanas, o Acordo seria uma espécie de modelo para a assinatura de outros acordos comerciais (*a cutting-edge trade agreement*). Apresentam-se a seguir as principais características deste Acordo.

*1. Liberalização agrícola (tomando como exemplo a Costa Rica)*

*Mercado dos Estados Unidos:* abre-se, com diferentes cronogramas de desgravação linear segundo o grau de sensibilidade relativo dos bens, a 0, 5 e 10 anos. Em uma categoria especial aparecem produtos que entram com cota em condições de livre comércio e outros sem cota mas sujeitos ao pagamento de tarifa. 98,3% das exportações atuais da Costa Rica entram livres de direitos, 1,7% (constituído pelo açúcar, produtos açucarados, lácteos e carne bovina) continuarão com cota. Em carne bovina, a cota inicial é de 10.300 toneladas aumentando a um ritmo de 5% ao ano. Tabaco e algodão se reduzem a 15 anos. A cota de açúcar se duplica, não obstante isto, a soma dos benefícios dos seis países é equivalente à 1,2% da produção açucareira norte-americana.

*Mercado da Costa Rica:* abre-se a 0, 5, 10, 12, 15 e 20 anos segundo o bem. Só dois produtos não se reduzem: batata e cebola que têm cota. Na faixa entre 12 a 20 anos há cotas e, em alguns casos, períodos de carência anteriores ao início da redução. 68,5% das importações atuais oriundas dos Estados Unidos ingressam com 0%, a partir da assinatura do Tratado, 5% a 5 anos, 3,7% a 10 anos, 6,2% a 12 anos, 8,6% a 15 anos e 8,0% a 20 anos. Na faixa de 20 anos se encontram: leite, manteiga, queijos, arroz, sorvetes, bebidas com base no leite.

O Acordo prevê uma Cláusula de Salvaguarda específica para produtos agrícolas durante a liberação comercial.

*2. Liberalização de bens industriais:* Mercado dos Estados Unidos: é imediata a abertura para a totalidade destes bens, exceto calçado esportivo e atum em conserva. Mercado da Costa Rica: abre-se a 0, 5 e 10 anos para todos os bens. 13,3% das posições se reduzem em 10 anos.

*3. Regras de Origem:* definem-se regras específicas em têxteis, onde se estabelece que as matérias-primas devem ser originárias da área, inclusive do México e do Canadá. Para uma ampla gama de produtos industriais vale a regra de conteúdo regional, que se fixa em um entorno de 35% a 45% segundo o caso. Para produtos da indústria automotora aplica-se a regra de conteúdo líquido.

---

<sup>71</sup> O DR-CAFTA foi aprovado pelo Senado no princípio de julho de 2005, tendo encontrado sérias resistências na outra Câmara, pois os legisladores republicanos e democratas insistiam no tratamento da imposição de restrições às importações chinesas antes de ratificar o acordo. Finalmente, o mesmo foi aprovado por uma mínima diferença de dois votos no final daquele mês.

*Serviços:* prevê a liberação dos serviços, com períodos de carência, assim como a adequação da legislação vigente em matéria de seguros, transporte e serviços financeiros.

*Propriedade Intelectual:* os Estados Unidos impuseram o critério de ampliar os alcances do Acordo sobre Propriedade Intelectual da OMC, estendendo o prazo de vigência das patentes acima dos 20 anos, eliminando a possibilidade de utilização de licenças compulsórias para importar medicamentos por razões de saúde pública, etc.

*Investimentos:* restringe a possibilidade de que os governos regulem os investimentos estrangeiros diretos através do uso de instrumentos como cláusulas de *performance*, transferências de tecnologia e controle do movimento de capitais. Para o caso de controvérsias, o investidor pode recorrer a tribunais internacionais.

No final de 2004, com o Presidente Bush já reeleito, o representante de Comércio dos Estados Unidos (*United States Trade Representative* -USTR-) entrava em contato com a Chancelaria brasileira, de onde surgia a instrução para que os dois Co-presidentes no Comitê de Negociações (Brasil e Estados Unidos) tornassem a trabalhar sobre a ALCA flexível, aprovada em novembro de 2003. Apesar disso, durante o primeiro semestre de 2005 não se registraram avanços neste sentido.

Uma vez vencido o prazo estabelecido para a conclusão das negociações -janeiro de 2005-, o processo negociador poderia ser reiniciado caso se produzissem avanços na negociação agrícola da Rodada da Doha. Dependendo destes resultados, as conversações sobre a ALCA podem tomar um novo ritmo.

### **C. As negociações MERCOSUL-UE**

No final de 2003-início de 2004, o Acordo MERCOSUL-UE aparecia como o de maiores possibilidades de concretização nos tempos e formas previstos, levando-se em conta que não só continha aspectos econômico-comerciais mas também de cooperação e de associação política, que se refletiam, entre outros aspectos, na coincidência de uma visão multipolar do mundo e da via do regionalismo como meio para uma melhor inserção internacional dos países.

Do mesmo modo, o possível acordo com a UE despertava poucas resistências nos partidos políticos com representação parlamentar nos países do Cone Sul, e inclusive as organizações sindicais colocavam poucas questões conflituosas, diferentemente da ALCA e/ou de uma possível associação bilateral direta Estados Unidos-MERCOSUL.

No MERCOSUL se especulava que a UE teria fortes incentivos para alcançar algum tipo de acordo Bi-regional no final de 2004, levando-se em conta:

1. a mudança dos membros da Comissão Européia, prevista para o final deste mesmo ano;
2. a possibilidade de que os europeus quisessem levar vantagem sobre os Estados Unidos na dinâmica negociadora com a região, em virtude do *impasse* do ALCA;
3. o interesse evidenciado pela UE na região, materializado no acordo concretizado com o Chile;
4. a coincidência de interesses e de visões geopolíticas entre os líderes de ambas as áreas.

Em tal sentido, o então Delegado Europeu Pascal Lamy assinalava que "efetivamente a motivação profunda da UE neste acordo era e é geopolítica; não é só um acordo comercial: é político, econômico e comercial". Entretanto, em relação à idéia de que a UE quisesse se contrapor à influência dos Estados Unidos na região manifestava: "nunca considere que houvesse uma corrida entre a ALCA e o Acordo UE-MERCOSUL. Não temos os mesmos objetivos, a ALCA é comercial e ponto; no MERCOSUL há uma tendência de querer jogar para obter melhores condições de um ou de outro; eu entendo, mas não é um problema nosso".

No âmbito das negociações bi-regionais, a UE apresentava, no transcurso do segundo semestre de 2004, algumas melhoras pontuais de cotas de acesso com relação a carnes, cereais, etanol (entre outros produtos) e ofertas de 50% das tarifas dos produtos agrícolas processados. As ofertas nas cotas estavam divididas em duas fases: a primeira, que entraria em vigor a partir da assinatura do acordo; e a segunda, posteriormente ao encerramento da Rodada Doha. Não obstante isso, os níveis oferecidos estavam longe dos pretendidos pelo MERCOSUL.

**QUADRO 11**  
**COTAS OFERTADAS PELA UE POR PRODUTOS E DIFERENÇAS**  
**COM O PEDIDO DO MERCOSUL**

Produto	Nº de posic.	Pedido MCS*	Oferta Total UE	Cota oferecida 1ª. Fase			Valor cota**
				Toneladas	Euro/Tn	Milhões de Euros	Milhões de Euros
Carne bovina fresca e congelada	11	350.000	100.000	60.000	3,8	227,73	187,86
Carnes e miúdos de aves frescas	83	250.000	75.000	45.000	2	90,78	39,02
Leite em pó	31	50.000	13.000	6.500	1,9	12,36	3,44
Manteiga e gorduras de leite	8	20.000	4.000	2.000	1,8	3,57	2,92
Queijos e requeijão	37	60.000	20.000	10.000	5,8	58,08	11,92
Alhos	1	20.000	10.000	6.000	1,1	6,71	7,52
Trigo e centeio	1	4.600.000	200.000	120.000	0,1	14,93	10,68
Milho e Sorgo	7	700.000	700.000	400.000	0,1	53,10	27,82
Arroz	24	300.000	40.000	26.000	0,5	13,79	10,03
Carne suína	19	80.000	11.000	6.000	3,1	18,52	4,37
Bananas	1	60.000	30.000	30.000	0,6	18,83	19,28
Etanol	2	3.000.000	1.000.000	600.000	0,6	344,30	67,82

Notas: \* Pedido para as 2 fases; \*\* Estimada a 10 anos para primeira fase.

Fonte: <http://www.abeceb.com>.

Neste contexto, entre maio e setembro de 2004 ambos os blocos fizeram esforços de diferentes tipos com o fim de aproximar posições, mas o resultado final foi negativo, observando-se inclusive certa reversão nas concessões feitas pela UE -e também pelo MERCOSUL- no último momento. Este fenômeno mostrou que o interesse em fechar o acordo antes de fim de outubro vinha diminuindo.

Com efeito, da análise das ofertas depreende-se que a UE tinha prometido aumentar levemente algumas cotas como as de carne bovina em julho, para logo em setembro voltar às cifras de maio. Algo similar se observa ao analisar as posições incluídas a serem reduzidas de forma imediata: na última oferta foram incluídos menos produtos nesta lista, gerando uma piora da oferta para 16% das importações europeias do MERCOSUL (fonte <http://www.abeceb.com>). Além disso, a oferta de setembro ficava mais limitada em serviços, investimentos e compras governamentais do que a de maio.

No caso do MERCOSUL, sua oferta de bens em setembro aumentou até atingir 90% do comércio, e incluía uma proposta do Brasil para Compras Governamentais; mas ao mesmo tempo, adiava a abertura do setor automotivo -na sua parte substancial- de 10 para 18 anos. Do mesmo modo, algumas promessas de ampliação em serviços e investimentos não chegaram a ser concretizadas nesta última proposta.

#### ANÁLISE DAS OFERTAS DO MERCOSUL E A UE

A última oferta de bens do MERCOSUL incluía uma redução tarifária imediata para 12% das posições tarifárias, enquanto que previa levar a livre comércio num prazo entre três e oito anos aproximadamente 30% a mais de itens da nomenclatura. Assim, em oito anos, quase 40% dos produtos europeus entrariam no MERCOSUL em condições de livre comércio, tal como se mostra no seguinte quadro.

**QUADRO 12**  
**ÚLTIMA OFERTA DE BENS DO MERCOSUL**

Categoria	Setembro 2004	
	Nº Pos.	Part. MCS (%)
A (imediata)	1.168	12,0
B (3 anos)	1.760	18,1
C (8 anos)	1.077	11,1
D (10 anos e 1 carência)	1.889	19,4
E (10 anos e 2 carência)	2.784	28,6
F ((cota e 18 anos)	46	0,5
Preferência Fixa 20 % e 50%	185	1,9
Sem cronograma	821	8,4
Totais	9.730	100,0

Fonte: <http://www.abeceb.com>.

Por sua parte, a proposta da UE feita ao MERCOSUL em setembro deixava fora 435 posições (das 10.427 totais). Nas cestas A, B, C e D incluía 9.652 itens, entre os quais se incluíam os produtos agrícolas processados (para os quais pedia reciprocidade na oferta do MERCOSUL). Finalmente, para 340 posições, fundamentalmente agrícolas, oferecia preferências fixas de 20% e 50%, assim como cotas.

Em termos de comércio, a oferta de bens da UE se reduzia, de forma imediata, a 58% das exportações do MERCOSUL (que já se encontravam liberalizadas como resultado de negociações multilaterais prévias), 35% em dez anos, 1,1% através de preferências fixas e 5% a partir de cotas (nestas últimas duas incluía-se boa parte dos produtos agrícolas e alimentos).

A proposta do MERCOSUL, por sua parte, oferecia liberalizar de forma imediata 11% das importações europeias, 61,3% em 10 anos e com preferências e cotas em torno dos 18% restante. Diferentemente da oferta europeia, a proposta do MERCOSUL deixava de fora aproximadamente 10% das importações da UE.

**QUADRO 13**  
**PROPOSTA DA UE AO MERCOSUL**

<b>Categoria</b>	<b>n° NC</b>	<b>Part. (%)</b>
A	3.526	34
B	2.449	23
C	2.079	20
D	1.310	13
Produtos agrícolas processados (recíproco)	288	3
<b>Total Liberalização</b>	<b>9.652</b>	<b>93</b>
Pref. - 20%	43	0
Pref. - 50%	56	1
Cotas	241	2
<b>Total pref. e cotas</b>	<b>340</b>	<b>3</b>
<b>Total não incluído</b>	<b>435</b>	<b>4</b>
<b>Total geral</b>	<b>10.427</b>	<b>100</b>

Fonte: <http://www.abeceb.com>.

**QUADRO 14**  
**PROPOSTA DO MERCOSUL**

	União Europeia					MERCOSUL				
	<b>Quant. posic.</b>	<b>Impo UE milhões de euros (A)</b>	<b>Part. % Import.</b>	<b>NMF (%) (B)</b>	<b>Tarifa a 10 anos (%)</b>	<b>Quant. posic.</b>	<b>Impo MCS u\$s milh. (C)</b>	<b>Part. % Import.</b>	<b>TEC (%) (B)</b>	<b>Tarifa a 10 anos (%)</b>
0%	2.169	11.804,96	58,3	0,0	0,0	655	2.545,60	11,1	0,0	0,0
Desgravação em 10 anos	7.483	7.156,55	35,3	6,8	0,0	8.023	14.051,21	61,3	10,9	0,0
Preferenc. 20%	43	215,38	1,1	30,0	24,0	64	747,81	3,3	15,0	12,0
Preferenc. 50%	56	3,23	0,0	35,5	17,8	121	2.211,73	9,6	15,9	8,0
Cota	241	1.029,23	5,1	40,9	40,9	46	1.102,89	4,8	34,7	27,7
Excluído	435	53,54	0,3	28,0	28,0	821	2.275,69	9,9	15,6	15,6
<b>Total</b>	<b>10.427</b>	<b>20.262,88</b>	<b>100,0</b>	<b>7,3</b>	<b>2,3</b>	<b>9.730</b>	<b>22.934,92</b>	<b>100,0</b>	<b>10,8</b>	<b>1,6</b>

Notas: (A) Importações da UE 15 do MERCOSUL entre 1999 e 2001 em milhões de euros.

(B) Tarifa base para a desgravação. Para a UE calcularam-se os equivalentes *ad valorem*.

(C) Importações do MERCOSUL da UE entre 1998 e 2000 em milhões de US\$.

Fonte: <http://www.abeceb.com>.



Além das questões de acesso de bens, existiam diferenças em matéria de serviços (em particular, marítimos, financeiros e de telecomunicações), investimentos, compras governamentais, indicações geográficas e propriedade intelectual. Também existiam diferenças em regras de origem, onde a proposta da UE não mostrava nenhum tipo de flexibilidade, com o argumento de que nos acordos já assinados predominavam suas próprias regras.

Concretamente, a análise deste longo processo de negociação sem acordo, evidenciaria que:

- apesar de a EU assinalar em diversas oportunidades sua vocação para apresentar uma oferta agrícola ambiciosa, não chegava a colocá-la na mesa de negociação.
- o tratamento especial e diferenciado solicitado à UE pelo MERCOSUL não era levado em conta, o que obstaculizava significativamente o avanço do acordo;
- é inegável que existiram problemas intra-MERCOSUL para a confecção das ofertas de bens, mas o argumento de que a Argentina fora um obstáculo para o avanço de uma proposta mais completa - conforme o manifestado por entidades empresariais brasileiras - contrapõe-se às dificuldades para a elaboração das propostas em matéria de serviços, investimentos e compras governamentais por parte do Brasil, que eram e são de grande interesse da UE;
- o MERCOSUL possivelmente pecou por omissão e não por excesso com relação aos recursos designados para esta negociação. O grupo que negociou o acordo não foi formado para este fim específico e nem contou com um assessoramento técnico para apoiá-lo. A Agenda Externa cresce e os países atendem a todas as frentes com os mesmos recursos;
- as dificuldades no avanço da Rodada Doha em geral, e do tema agrícola em particular, contribuíram para que a postura europeia nas negociações bi-regionais fosse mais cautelosa e defensiva.

Para o analista de relações internacionais, professor Félix Penha, haveria causas substantivas e metodológicas que explicam a não assinatura do acordo; entre as primeiras destacam-se o menor atrativo do acordo ante à entrada dos dez novos países na UE, uma perda de incentivo para negociar ao estagnar as negociações da ALCA, as profundas assimetrias de desenvolvimento, e a percepção de um MERCOSUL pouco crível, notoriamente visível nas dificuldades de articulação em torno da agenda negociadora. Quanto às causas metodológicas, destacam-se o descompasso dos avanços das negociações com a UE quando comparados com a negociação multilateral e com a ALCA, as discontinuidades e fragmentações na condução das negociações -especialmente do lado do MERCOSUL- e, por último, uma certa desconexão operativa entre a visão política e estratégica -em particular na UE-, fenômeno observado nas negociações e refletido nas últimas cúpulas prévias ao encerramento em Lisboa. (*La Nación*, 26/10/04).

#### **D. As negociações na OMC e o papel do G-20**

Embora na OMC o MERCOSUL não atue como bloco, houve uma maior união por parte dos países que o integram a partir do fracasso do Cancun em 2003 e com a criação do G-20 (quando, em agosto desse ano, dezesseis países divulgaram uma proposta sobre modalidades em agricultura).<sup>72</sup> Cabe recordar que a discussão agrícola foi, e continua sendo, uma trava fundamental para a consecução de acordos comerciais

---

<sup>72</sup> Os dezesseis países originais eram África do Sul, Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, China, Filipinas, Índia, México, Paraguai, Tailândia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, e Peru. Pouco depois incorporaram-se Cuba, Egito, Paquistão, Venezuela e El Salvador. Mais tarde entraram a Indonésia, Nigéria, Tanzânia e Zimbawe e se retiraram seis países (Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Peru e El Salvador), os quais estavam negociando com os Estados Unidos acordos bilaterais. Em março 2005 se incorporou o Uruguai.

com os países desenvolvidos -tanto com a ALCA como com a UE- e, portanto, seu tratamento no âmbito multilateral adquire uma dimensão extraordinária para nossos países (produtores/exportadores eficientes de produtos agrícolas e agroindustriais).

Com efeito, o G-20 surge como reação à proposta sobre agricultura apresentada antes da reunião de Cancun, de maneira conjunta pelos Estados Unidos e a UE e considerada não satisfatória pelos países em desenvolvimento. Do mesmo modo, o G-20 também interveio ativamente na negociação de Produtos Estratégicos e Mecanismos Especiais de Salvaguarda, e também na negociação do algodão, que visava a eliminação total dos subsídios em um prazo peremptório.

O surgimento desta nova coalizão representava uma mudança significativa com relação ao grupo Cairns (do qual faziam parte doze países do G-20), já que o novo movimento estava formado apenas por países em desenvolvimento. Não obstante, conviviam -e convivem- no Grupo interesses nem sempre compatíveis, já que reúne países produtores e exportadores agrícolas eficientes com produtores e importadores dos mesmos produtos (com elevada população rural e, portanto, defensores da proteção de determinados cultivos).

Para muitos analistas esta disparidade de interesses poderia ser o germe do fracasso da coalizão depois de Cancun, fenômeno que, entretanto, não ocorreu, embora o Grupo não esteja isento de dificuldades e diferenças de objetivos em muitos aspectos. Deste modo, o G-20 se converteu em um ator indiscutível nas negociações da Rodada, na medida em que:

1. reúne as principais potências emergentes;
2. representa 70% da produção agrícola e mais da metade da população do mundo;
3. é uma coalizão com propostas ativas;
4. demonstrou capacidade para elaborar propostas tecnicamente sustentadas.

A participação de países com alguns interesses contrapostos no âmbito do G-20 ficou evidente na prática, com propostas negociadoras concretas, tanto em matéria de acesso aos mercados como no relativo a medidas de ajuda interna já que, embora em valores muito inferiores aos das economias maduras, algumas economias emergentes também subsidiam e protegem. A necessidade da eliminação dos subsídios à exportação é um ponto onde há unanimidade entre todos os países do G-20

O *impasse* da negociação agrícola pós-Cancun parecia haver chegado ao fim em julho de 2004, com a aprovação de um novo programa de trabalho para o biênio 2004-2005, onde o G-20 tinha uma responsabilidade importante. Em termos de subsídios às exportações, o programa expressava o compromisso de eliminá-los -embora sem estabelecer datas-; os Estados Unidos fechavam acordo em torno da redução (até sua eliminação) dos componentes de subsídios de seus programas de créditos, garantia e seguros e concordavam em regulamentar o funcionamento das empresas estatais de comercialização.

Em termos de subvenções à produção se chegava-se a um acordo quanto a um mecanismo para reduzir todos os subsídios -exceto os que supostamente causam menos distorção-, e também quanto às mudanças nas diferentes classificações das distintas medidas de apoio, com o objetivo de tornar mais transparentes as negociações. Em termos de acesso a mercados, o programa de trabalho estabelecia como objetivo a redução de todas as tarifas -principalmente as mais altas-, mas não se conseguia chegar a um acordo quanto à forma de reduzir a progressividade tarifária (maior alíquota tarifária aplicável a um maior valor agregado). Do mesmo modo, se estabelecia um arsenal de exceções (produtos sensíveis, especiais e mecanismo de salvaguarda agrícola).

O rol decisivo do G-20 no andamento das negociações se viu reafirmado em maio de 2005 na definição da fórmula para conversão dos direitos específicos em seus equivalentes *ad valorem*.<sup>73-74</sup>

A importância que adquiriu a negociação multilateral para os países do MERCOSUL fez com que, na Reunião Extraordinária do GMC de dezembro de 2004, o Brasil apresentasse um projeto de resolução destinado a coordenar posições na OMC, mediante a criação de um Grupo *Ad Hoc* de consulta e coordenação ligado a acesso a mercados. Neste sentido, os avanços na negociação da Rodada -em particular na questão agrícola- serão cruciais para aumentar as possibilidades de sucesso nas negociações do bloco com as economias maduras.

#### **Box 7 - As demandas do Brasil na OMC pelos subsídios agrícolas**

As ações levadas a cabo pelo Brasil na OMC contra os abusos na utilização de subsídios à exportação e medidas de apoio interno nos Estados Unidos e na UE obtiveram decisões favoráveis no primeiro semestre 2005. Com efeito, em 21 de março, o Organismo de Solução de Controvérsias adotou os relatórios do Órgão de Apelação e do painel na demanda do Brasil contra os subsídios dos Estados Unidos ao algodão, solicitando que sejam eliminados a partir de 1º de julho.<sup>75</sup> Esta ação, iniciada no ano de 2002, é de grande importância dada a magnitude dos subsídios outorgados acima do estabelecido nos Acordos sobre Agricultura e de Subsídios aprovados no GATT-OMC, e a demonstração de como estes subsídios afetam os preços internacionais -para baixo-, prejudicando notoriamente os produtores de outros países.

Do mesmo modo, em 28 de abril, o Organismo de Apelação emitiu seu relatório sobre as demandas da Austrália, Brasil e Tailândia relativamente aos subsídios à exportação de açúcar de beterraba da UE. Ficou demonstrado que a UE outorgou subsídios de um volume, em toneladas, muito superior às cifras consolidadas no Acordo Agrícola, afetando o mercado internacional deste produto e deslocando outros países produtores. Estas ações são importantes para o conjunto dos países do bloco, já que, abrem precedentes para que outras demandas possam ser encaradas, e, embora levem tempo e impliquem custos, podem representar uma alternativa para o desmantelamento progressivo das políticas agrícolas dos países desenvolvidos.<sup>76</sup>

Não obstante isso, as expectativas em relação a estas negociações não são muito promissoras; o Diretor Geral da OMC, Panitchpakdi Supachai, adverte sobre a falta de ímpeto das negociações, e alerta sobre as condições em que se chegará à Conferência Ministerial em Hong Kong, no final de 2005. Neste sentido, reconhece que embora tenha havido avanços na discussão de dois dos pilares da política agrícola, estes vêm ocorrendo de maneira lenta, complicando o avanço em outros temas.

<sup>73</sup> A partir de 2004, a "mesa pequena" da instância articuladora central para a negociação agrícola (NG5) vem sendo integrada pelos Estados Unidos, a UE, Austrália, Brasil e Índia.

<sup>74</sup> Para o Public Citizen, Brasil e Índia foram cooptados pelos PD e as propostas do G-20 de julho 2004 permitem aos Estados Unidos e a UE resgatarem uma parte substancial do apoio interno e do acesso a seus mercados dando em troca a eliminação dos subsídios à exportação (sem data); além disso, comprometeram-se em avançar em bens industriais e outros temas de interesse dos países desenvolvidos (*Enfoque en el Sur Global*, agosto 2004).

<sup>75</sup> Os Estados Unidos solicitaram uma prorrogação para eliminar os subsídios e as ajudas internas consideradas incompatíveis com os acordos. No caso de não cumprir, o Brasil poderia aplicar medidas retaliatórias por US\$ 3.000 milhões anuais, que poderiam fazer-se efetivas retendo pagamentos de *royalties*, direitos de autor e de patentes.

<sup>76</sup> A análise dos resultados da investigação dos subsídios no algodão, mostra dados que permitem fazer uma aproximação a outros casos de produtos que estariam em situação similar. (Revista CEP N°49).

Em função disto, o que se pode esperar da Rodada Doha? Apresentam-se ao menos três cenários:

*Cenário 1* (o mais provável): seria um acordo sobre agricultura que determinasse um *deadline* para os subsídios à exportação, alguns avanços quanto à questão de acesso a mercados mas que devem ficar longe das expectativas do G-20, em função da posição tenazmente defensiva da U E-, e menos favorável ainda em apoio interno (onde concentram sua estratégia os Estados Unidos com o apoio da UE). Nesta hipótese, os acordos em torno da liberalização de acesso a bens industriais também ficariam limitados, acontecendo o mesmo com as ofertas em serviços.

*Cenário 2* (menos provável mas também possível): a Rodada chegaria ao fim, como está previsto, em 2006, sem a celebração de acordos e, em consequência disto, o sistema multilateral entraria em crise por um longo período.

*Cenário 3* (quase totalmente descartado): mudança fundamental nas posturas da UE e dos Estados Unidos, possibilitando uma ampla liberalização agrícola nos três pilares, com efeitos amplamente favoráveis sobre o resto dos aspectos da Rodada.

#### **E. As negociações Sul-Sul e o Sistema Global de Preferências Comerciais: uma tentativa de revitalização**

O acordo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) assinado no ano de 1989 -no âmbito da UNCTAD- tinha como objetivo fortalecer as relações econômicas e comerciais entre os países em desenvolvimento, mediante a outorga de preferências comerciais generalizadas.<sup>77</sup> Apesar de enormes esforços para lhe dar vigor, o SGPC teve pouco desenvolvimento tendo influenciado nisto, por um lado, a mudança das relações de força no mundo -o acordo é anterior à queda do bloco soviético- e o peso das negociações multilaterais; e por outro lado, as características do próprio acordo, já que as concessões beneficiam a todos os países -quer tomem ou não parte nas negociações-.

Por outro lado, a entrada em vigor das concessões outorgadas careceu de efetividade em muitos casos, em função da existência de barreiras burocráticas e da ausência de um quadro de disciplinas que as acompanhasse. O Brasil, logo após o fracasso de Cancun 2003 -e aproveitando a relação obtida com a coalizão do G-20 e sua articulação com outros países menos adiantados- apoiou o lançamento de novas negociações no âmbito do SGPC, assim como a incorporação da China, com o propósito de aprofundar as relações Sul-Sul.

A XI Conferência da UNCTAD, levada a cabo em São Paulo em junho de 2004, foi aproveitada pelo então Secretário Geral do organismo, o brasileiro Rubens Ricúpero, para o relançamento do tema a nível internacional, no que contou com o apoio de seu governo e com a ativa participação da Argentina, através do Ministro Lavagna. Na atualidade, quarenta e oito países fazem parte do SGPC e se espera, no mínimo, duplicar esse número ao longo da nova Rodada de Negociação (a terceira), que começou em novembro de 2004 e espera-se que se estenda por dois anos.

---

<sup>77</sup> O acordo original incluía entre outros países a Argentina, Brasil, Índia e Romênia.

## **F. O Acordo MERCOSUL-CAN: Acordo bi-regional ou acumulação de acordos bilaterais?**

No começo de 2005 entrou em vigência o Acordo de Complementação Econômica N° 59, pelo qual os países do MERCOSUL e três países da CAN -Colômbia, Equador e Venezuela- comprometem-se a desgravar progressivamente o comércio recíproco até alcançar uma zona de livre comércio. Assim, o MERCOSUL conta com três novos Estados Associados, numa categoria similar à que já tinham a Bolívia e o Chile. Por sua parte, o Acordo de Complementação Econômica N° 58, que estabelece o início de uma zona de livre comércio entre o Peru e o MERCOSUL, não pôde entrar em vigor simultaneamente ao ACE 59, mas o fará num futuro próximo..

A culminação destas negociações é sinal positivo para o MERCOSUL porque encerra uma negociação que teve inúmeros tropeços durante muito tempo e também porque são os primeiros acordos de zona de livre comércio que o bloco assina com terceiros países depois de quase oito anos. Do ponto de vista político, estes acordos assentam as bases para a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), já que o MERCOSUL -e seus agora seis estados associados- representarão o núcleo forte desta nova agrupação.

Do ponto de vista econômico, a concretização da Zona de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a CAN cria um mercado de 350 milhões de habitantes e se constitui em um espaço amplo de cooperação em matéria de infra-estrutura e investimentos. Para o MERCOSUL, a incorporação dos novos estados associados significa ampliar o mercado em 100 milhões de habitantes, que representam anualmente, aproximadamente, 40 bilhões de dólares.

Estes acordos com os países andinos substituem os assinados anteriormente, de maneira bilateral, no âmbito da ALADI, que abarcavam um número limitado de produtos. Os novos acordos, com cronogramas de redução lineares e automáticos (a 10 e 15 anos para os sensíveis), levarão a quase todos os itens do universo tarifário a 100% de preferência.

Entretanto, o formato adotado pelo ACE 59 torna evidente as dificuldades observadas pelas partes para alcançarem o acordo e cria obstáculos para a realização da análise de impacto econômico-comercial para os diferentes países. Com efeito, embora o acordo seja bi-regional e possua algumas regras e disciplinas comuns para todos os países, os anexos onde se explicitam os respectivos compromissos são bilaterais (isto é, de cada um dos países do MERCOSUL com cada um dos três membros da CAN). Assim, por exemplo, os programas de liberalização comercial e as regras específicas de origem diferem e são de interpretação complexa.

Segundo alguns analistas, a clara intenção de fechar o acordo fez com que, por exemplo, o Brasil outorgasse numerosas concessões sem reciprocidade; ou que a quantidade de posições liberadas ao cabo de 10 anos para a Argentina e para o Brasil dista muito da percentagem necessária para ser considerada uma área de livre comércio -nos termos da OMC-. Do mesmo modo, em muitos casos se estabeleceram regras de origem transitórias para diferentes produtos, deixando à Comissão Administradora do Acordo a responsabilidade de estabelecer, de imediato, regras específicas. Em igual sentido, afirma-se que, numa análise comparativa, os acordos celebrados com o Chile e com a Bolívia demonstraram ser mais equilibrados, tecnicamente mais coerentes e, portanto, com maior impacto na liberalização comercial efetiva (Markwald [2005]).

### Box 8 - Venezuela: um caso particular

Durante o biênio 2004-2005, a relação política, econômica e comercial entre o MERCOSUL (especialmente Argentina e Brasil) e a Venezuela cresceu significativamente, muito além do Acordo bi-regional com a CAN. Neste sentido, em 2004, a Venezuela assinou acordos de complementação energética e industrial com a Argentina, em virtude dos quais abasteceu os argentinos de *fuel oil* para suprir a falta de gás durante o inverno, favoreceu a importação de produtos agroindustriais e de bens de capital para o setor agrário venezuelano, contratou a construção de navios petroleiros em estaleiros argentinos e se associou com a empresa de maioria estatal ENARSA através da PDVSA.<sup>78-79</sup>

No caso do Brasil, foram assinados acordos entre a Petrobrás e a PDVSA para a prospecção e exploração conjunta na Venezuela e também acordos para realizar obras de infra-estrutura entre ambos os países, como por exemplo a estrada Cumaná-Puerto La Cruz, a extensão do metrô de Caracas, obras de irrigação e a provisão de embarcações destinadas ao transporte petroleiro.

Em 2005 a Venezuela redobrou seu envolvimento na região, adquirindo títulos da dívida argentina por 500 milhões de dólares, e levando uma proposta aos governos da região para que fosse criada uma empresa petroleira sul-americana -Petrosul- com o objetivo de se ter um planejamento estratégico regional no uso dos recursos petroleiros-gasíferos e uma maior presença internacional. No mesmo sentido, pode-se mencionar a iniciativa de criar um Banco Sul-americano e um Fundo de Garantias Regional, propostas pelo presidente Chávez em diferentes encontros com os presidentes da Argentina e do Brasil.

### G. A conformação da CSN

Em 9 de dezembro de 2004 na cidade de Cuzco, Peru, criava-se a Comunidade Sul-americana de Nações, formada pelos países integrantes do MERCOSUL e da CAN, mais o Chile e as repúblicas da Guiana e Suriname. Deste modo, a integração sul-americana dava início a um novo projeto de aproximação sub-regional, ao estilo da ALALC dos anos sessenta e da ALADI de princípios dos anos oitenta, embora com uma aparência mais política.

Efetivamente, esta iniciativa surgia com um forte impulso do governo brasileiro (que desde o início do MERCOSUL brigava pelo avanço na criação de uma área de livre comércio da América Latina como passo prévio à ALCA), com o compromisso e com a ação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL (Eduardo Duhalde), além da postura favorável dos países da CAN e do entusiasmo do governo venezuelano. A CSN pode tornar-se um veículo efetivo para o aprofundamento da integração física e da infra-estrutura regional como, por exemplo, no campo da energia, somando capacidades de oferta da região para o abastecimento dos diferentes países.

---

<sup>78</sup> O acordo com o Estaleiro Rio Santiago implica na contratação de navios petroleiros e prolonga-se por 36 meses. No caso do convênio do ENARSA-PDVSA, o mesmo teve como princípio de execução a compra de alguns postos de gasolina.

<sup>79</sup> As exportações argentinas para esse destino passaram de US\$ 136 milhões em 2003 para US\$ 426 milhões em 2004, com importantes compra de lácteos, medicamentos, carnes, óleos comestíveis, tratores, chassis e ônibus. As do Brasil subiram de 604 para 1.463 US\$ milhões no mesmo período.

### Box 9 - Sobre o Gasoduto Sul-americano

Nos anos sessenta e setenta, a América Latina se abastecia quase exclusivamente com petróleo, exceto a Argentina, que tinha construído uma grande rede de gasodutos que permitia fazer chegar o gás a –praticamente- todo o seu território . O Brasil, por sua parte, começava a abastecer-se com gás boliviano, construindo primeiro o gasoduto Santa Cruz-São Paulo-Porto Alegre. A Argentina, que nessa etapa pretendia alcançar o “status” de centro de abastecimento do Cone Sul, diante do surgimento da Bolívia como o grande competidor quanto à provisão de gás, apressou-se em chegar ao Chile com quatro gasodutos.

Além da questão histórica, nos últimos tempos o perigo de escassez potencial de energia se converteu em um tema recorrente na América do Sul, em decorrência de um certo racionamento no Brasil, da redução de fornecimento na Argentina e da ameaça de interrupções na exportação de gás natural, em virtude da crise política na Bolívia. Segundo o *The Economist Intelligence Unit* "os problemas mostram a necessidade de um fluxo substancial de investimentos no setor energético da região e de estratégias para uma melhor integração energética". A CEPAL sustenta que será necessário um investimento de US\$ 20 bilhões no próximo quinquênio para impedir que ocorra escassez de energia nos países do Cone Sul.

A este respeito, o acordo para obter uma integração energética sul-americana, assinado durante a última reunião de cúpula do MERCOSUL, em Assunção, gira em torno da potencialidade do gás natural da jazida peruana de Camisea, cuja exploração começou em agosto de 2004. De acordo com os estudos técnicos, esta jazida teria uma vida de trinta e três anos, dado que suas reservas comprovadas seriam de, aproximadamente, 250 bilhões de metros cúbicos e de uns prováveis 190 bilhões de metros cúbicos adicionais.

O chamado "anel energético" transportará de 30 a 35 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, dos campos de Camisea no Peru até o Chile, através de um gasoduto de 1.600 quilômetros que liga Pisco ao porto chileno da Tocopilla. A maior parte do gás natural peruano será levado à Argentina, ao Uruguai e ao Brasil através de uma rede de dutos já existente que foi melhorada, e de um novo conduto que unirá Uruguiana, na fronteira sul do Brasil, com a Argentina e Porto Alegre.

"A idéia é unir o anel do Cone Sul com a parte norte da América do Sul para dar forma ao Cone Sul energético. O "anel energético" é algo muito importante por se tratar de um começo de ações que serão postas em prática para cobrir as necessidades energéticas dos países do Cone Sul no futuro imediato ou a médio prazo" (Hugo Chávez, 20/7/2005).

Esta maior cooperação regional demonstra que os países de América do Sul estão considerando, de forma crescente a energia como fator de desenvolvimento, colocando suas empresas estatais a serviço da expansão dos negócios energéticos numa escala regional (*Oxford Analytica*, março 2005). A este respeito, o BID contribuirá com o financiamento do projeto, considerado pelo ex-presidente Iglesias, como "um hiato na história da integração da América do Sul". Este organismo já está financiando o trabalho de uma consultoria que preparará o documento quadro-legal a ser discutido pelos Ministros competentes da região.

"Este projeto passa por países com diferentes legislações e práticas. Para poder viabilizá-lo é necessário que exista uma base jurídica que garanta os investimentos. Este relatório deverá ficar pronto brevemente, para que os setores públicos -e eventualmente privados- da região possam seguir adiante com os seus cálculos e concluir a rede até o ano de 2007" (Jorge Rodríguez, *La Nación de Chile*, julho 2005).

Além disto, e não menos importante, pode formar-se uma massa crítica institucional relevante para enfrentar -e tentar resolver-, dentro de um contexto democrático e da lei, os conflitos graves como os que atualmente vivem Bolívia e Equador, ou o conflito territorial histórico entre Chile e Bolívia. Bem mais distante pareceria estar a relevância do novo bloco como promotor da integração econômica e comercial; neste sentido, ficou estabelecido que os Ministros de Relações Exteriores serão os encarregados de elaborar propostas a serem levadas aos Chefes de Governo, com os cursos de ação a seguir.

## **H. A negociação MERCOSUL-China e os diálogos bilaterais**

Como consequência da visita do presidente Néstor Kirchner à China, no final de junho de 2004, foi criado o Grupo de Enlace MERCOSUL-China, com o propósito de dar seguimento e execução aos projetos de cooperação entre as partes, facilitar a comunicação dos temas importantes da agenda negociadora e avaliar um eventual acordo do bloco com o país oriental. Nesse sentido, o GMC solicitou à Secretaria do MERCOSUL a realização de um estudo a respeito dos fluxos comerciais entre as partes e um levantamento das barreiras que obstaculizam este comércio, como base para a avaliação de um eventual acordo. Apesar dos avanços do MERCOSUL na matéria, ainda não se definiu como e nem quem realizará o estudo conjunto. Independentemente desta instância de diálogo no âmbito do MERCOSUL, no final de 2004, o Presidente Hu Jintao da China iniciava uma excursão pelo Brasil e pela Argentina, durante a qual se firmavam acordos bilaterais concretos de cooperação, com pouca ou nenhuma coordenação entre os sócios.

### *Os acordos China-Brasil*

Durante a visita do presidente Hu Jintao ao Brasil foi assinado um Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de comércio e investimento e um Protocolo entre o Ministério de Agricultura e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade sobre as condições a serem cumpridas para a entrada de carne bovina desossada.

O Memorando reconhecia à China o *status* de economia de mercado, fenômeno que teria como consequência o fato de que em toda investigação sobre práticas desleais em importações provenientes do país oriental dever-se-á tomar como preço de referência o do mercado interno deste país. Do mesmo modo, o Memorando assinalava o interesse na realização de *joint ventures* entre empresas de ambas as partes e medidas para facilitar o comércio de coque siderúrgico. Em relação ao primeiro tema, ressaltava em particular a importância da *joint venture* de aviação regional.<sup>80</sup> Neste ponto, o governo chinês se comprometia a incentivar as empresas de seu país a comprarem as dez primeiras aeronaves a serem fabricadas em 2005. Finalmente, o Brasil obtinha a habilitação do governo chinês para receber turistas chineses.

O reconhecimento da China como uma economia de mercado pelo governo brasileiro não foi bem recebido pelo empresariado desse país, que antes das negociações, tinha alertado as autoridades a respeito dos possíveis efeitos que tal decisão teria sobre o setor industrial, em relação à aplicação de direitos *antidumping*. Não obstante, logo depois de aprovar o *status* de economia de mercado, o governo brasileiro procedeu à sanção de dois decretos com vistas a atender a nova situação; o primeiro, para regulamentar as salvaguardas de possível aplicação a produtos chineses em geral (em concordância com o previsto no acordo de acesso da China à OMC). E o segundo, especificamente para administrar o comércio de produtos têxteis.<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> É a primeira *joint venture* de caráter comercial entre ambos os países integrado pela EMBRAER e a chinesa AVIC.

<sup>81</sup> A proteção geral pode ser aplicada até o ano 2013. A segunda (para têxteis) só até 31 de dezembro de 2008, não podendo ser renovada salvo acordo com a China. Neste caso, a medida pode ser aplicada quando as exportações chinesas superarem em 7,5% o fluxo dos doze meses anteriores, sem comprovação de prejuízo.



## *Os Acordos China-Argentina*

O Memorando de Entendimento assinado entre os dois países, em 17 de novembro, também inclui no seu artigo primeiro o reconhecimento, por parte da Argentina, da China como economia de mercado, mas é mais explícito que o brasileiro, ao assinalar a decisão de não aplicar nenhum tipo de tratamento discriminatório às importações oriundas do país oriental. O acordo inclui, do mesmo modo, uma espécie de meta quantitativa para que as exportações argentinas para a China aumentem do nível atual (US\$ 2,6 bilhões) para, pelo menos, US\$ 4 bilhões, num período de cinco anos. Do mesmo modo, estabelece a vontade de cooperar em diversas áreas de interesse: infra-estrutura (incluído o transporte de passageiros), habitação, energia, agricultura, indústrias básicas, telecomunicações e mineração, comprometendo-se o governo chinês a incentivar suas instituições financeiras a outorgar apoio creditício a suas empresas com projetos de viabilidade aprovados, para que eles possam ser executados na Argentina.

Além disso, acordou-se avançar na cooperação no âmbito da regulação e inspeção sanitária para a entrada de produtos de origem animal e vegetal. Por último, os dois países concordaram em iniciar o funcionamento de Grupos de Trabalho sobre Atividades Ferroviárias e para o Estudo de Complementação Econômica e Comercial Bilateral. Do mesmo modo, a Argentina obtinha a habilitação do governo chinês para receber turistas chineses e para a exportação de carnes bovina e avícola para a China.

Tal como no Brasil, o Acordo com a China e, em particular, o reconhecimento do *status* de economia de mercado foi fortemente criticado pelos empresários -em especial os industriais-. O governo -como resposta a esta inquietação e de modo similar ao país vizinho-, sancionou dois instrumentos consistentes na regulamentação de uma salvaguarda geral e outra particular (para o setor têxtil), com o propósito de administrar a nova relação.

### **I. O Acordo MERCOSUL-Índia: avançando na modalidade de preferências fixas**

Sob o guarda-chuva do Acordo-Quadro assinado em 2003, o MERCOSUL e a Índia assinaram, em 19 de março de 2005, em Nova Deli, um Acordo de Preferências Fixas como primeiro passo para uma eventual e futura zona de livre comércio. No acordo constam cinco anexos, onde se incluem as listas de produtos beneficiados, suas regras de origem, um regime de salvaguardas e um mecanismo de solução de controvérsias. Atualmente, o acordo se encontra na instância de aprovação parlamentar por parte dos países do MERCOSUL, estimando-se -segundo fontes oficiais- que tal processo esteja finalizado no final de 2005.

O acordo alcançado significa a outorga de preferências em 450 posições de cada parte, que oscilam entre 10% e 100%, de acordo com os produtos (em alguns casos existem cotas); a maioria das preferências para a entrada na Índia foram estabelecidas por volta de 10%-20%, quase todas correspondentes a insumos intermediários e muito poucas dos capítulos 1 a 24. Entre outros produtos, a lista inclui lãs, couros, presuntos, químicos, maçãs, pêras, derivados de petróleo, canos de aço, produtos de porcelana, caixas de câmbio e móveis, entre outros.

A este respeito, cabe recordar que a Índia, apesar de ter iniciado um processo de liberalização comercial, é ainda um país fechado -especialmente na parte agrícola e têxtil, de particular interesse do MERCOSUL-. Neste sentido, o comércio do bloco com a Índia é relativamente baixo: só 0,9% do total das exportações do MERCOSUL são destinadas a este país, embora se observe, nos últimos cinco anos, um importante dinamismo. Por sua parte, o bloco concordou também, em baixar entre 10% e 100% as tarifas de importação para os produtos da Índia, em alguns itens, tais como, produtos químicos, farmacêuticos, ferramentas manuais, bombas compressoras, máquinas têxteis e aparelhos elétricos, entre outros.

## **J. Acordo MERCOSUL-SACU**

Em 16 de dezembro de 2004, foi assinado em Belo Horizonte o Acordo Preferencial de Comércio entre ambos os blocos e se avançou na confecção de seus respectivos anexos (Salvaguardas, Solução de Controvérsias, Regras de Origem e Listas de Produtos). Em função do acordo, decidiu-se outorgar preferências fixas (de 10% a 100%) para aproximadamente 1.000 produtos por cada parte contratante. Ficaram como temas pendentes, para meados de 2005, o fechamento de alguns anexos, o avanço na direção de um acordo de cooperação alfandegária, o tratamento de zonas francas e a definição de certos requisitos específicos de origem; existe, além disso, uma lista adicional de pedidos de preferência do SACU (*South African Customs Union*) e do MERCOSUL.

A análise dos produtos negociados mostra boas perspectivas para o MERCOSUL quanto à entrada de diferentes manufaturas de origem industrial no mercado da África, em especial para os setores metal-mecânico, móveis, instrumental, brinquedos e bens de capital. O acordo, quando estiver em vigor, terá um impacto favorável nos fluxos comerciais entre ambas as regiões, já que, se observa um elevado grau de complementaridade entre elas. De fato, no período 2000-2004 houve um salto quantitativo importante no comércio bilateral: as exportações do MERCOSUL ao SACU triplicaram, fenômeno que significou o aumento da importância dessa região como sócia comercial do bloco, passando a representar 1,2% do total de suas vendas.

## **K. Negociações MERCOSUL-Canadá: à margem do ALCA**

No contexto do Entendimento de Cooperação em Matéria de Comércio e Investimentos assinado pelo MERCOSUL e pelo Canadá em 1998, e, logo de diversas reuniões bilaterais mantidas entre o Brasil e o Canadá em 2004, o país do Norte aceitava a proposta do MERCOSUL de estabelecer conversações para aprofundar a relação comercial e de inversões entre as partes. Com efeito, a partir do encontro entre o presidente Lula Da Silva e o primeiro-ministro Paul Martin no mês de novembro de 2004 o Canadá e o bloco decidiram avançar nas conversações para uma maior abertura recíproca em relação a bens, serviços e investimentos.

Assim, durante o primeiro semestre de 2005, foram realizadas duas reuniões entre os países do MERCOSUL e o Canadá, uma em Ottawa (nos primeiros dias de fevereiro) e outra em Assunção, em meados de maio. Enquanto no primeiro encontro, o Canadá manifestava reservas quanto a passar das conversações para as negociações de um Acordo Comercial fora do âmbito da ALCA, na segunda oportunidade o próprio Canadá manifestava suas dúvidas com relação à continuação do processo ALCA -não só pela inexistência de avanços, mas também pela prorrogação indefinida da reunião que deviam manter os representantes da co-presidência e, como resultado disto, destacava que proporia às máximas autoridades desse país alternativas para a obtenção de um mandato que permitisse progressos nas negociações com o MERCOSUL, à margem da evolução da ALCA.

A negociação com o Canadá é interessante porque, entre outras coisas, o intercâmbio é ainda reduzido (envolve 1% do intercâmbio total do bloco) mas com um alto potencial de crescimento. Além disso, com relação à propriedade intelectual, o Canadá não leva adiante demandas como as expostas pelos Estados Unidos -*TRIPs Plus*- que são um dos impedimentos no avanço da ALCA. Finalmente, tanto na Argentina quanto no Brasil, um Acordo com o Canadá é bem visto pelos setores industriais e agropecuários. Com relação a estes últimos, o Estado canadense mantém barreiras tarifárias elevadas mas não subsidia às exportações ou outorga apoio a seus produtores, pelo menos não em magnitudes comparáveis com a UE ou Estados Unidos.

## **L. As negociações MERCOSUL-México: entre o bilateral e a zona de livre comércio**

Em meados de 2002, o MERCOSUL e o México assinaram o ACE 54 conforme a ALADI, pelo qual as partes se comprometiam a avançar na criação de uma área de livre comércio. Do mesmo modo, acordavam que, enquanto durasse a negociação, os acordos bilaterais pré-existentes entre o México e cada um dos países do MERCOSUL formariam parte do "guarda-chuva" do ACE 54.

A partir 2003, observa-se uma maior aproximação política do México com a região, juntamente com uma relação econômico-comercial muito mais forte, especialmente com a Argentina e com o Brasil.<sup>82</sup> Desse modo, em abril de 2004, o chanceler mexicano solicitou a incorporação de seu país como sócio pleno do MERCOSUL, proposta que foi reformulada pelo bloco, que lhe ofereceu a possibilidade de entrar como membro associado.

Em julho de 2004, por ocasião da reunião de Iguazu e com a presença do Presidente Fox, aceitou-se o México como membro associado, como resultado da concretização de um acordo de livre comércio entre ambas as partes. A partir de então, começaram a ser avaliadas as condições e o formato do acordo. Em maio de 2005 levou-se a cabo a primeira reunião técnica com o objetivo de conseguir um acordo amplo, sem exclusões, mas que, ao mesmo tempo, contemplasse posições sensíveis e tratamento especial e diferenciado para o Paraguai. Seria feito sobre a base de bens, serviços e investimentos, não incluindo, portanto, compras governamentais ou propriedade intelectual. Cabe assinalar a este respeito, que a posição do México nesta negociação -assim como em outras que realizou e está realizando- é avançar em acordos de ampla cobertura, e tem como antecedente o acordo assinado com um dos países do MERCOSUL (Uruguai). Com efeito, tal acordo prevê uma liberalização em matéria de serviços e investimento mais ambicioso que a ofertada pelo MERCOSUL nas suas negociações externas realizadas até o momento.

## **M. As relações MERCOSUL-Rússia: começando pelo político**

O diálogo entre o MERCOSUL e a Federação Russa vem sendo mantido dentro do âmbito do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL (FCCP). O primeiro encontro realizou-se por ocasião da reunião extraordinária do Foro em Buenos Aires, em abril de 2004, enquanto que a segunda versão do mesmo foi realizado em Moscou, em junho de 2005. Nestes encontros não foram abordados temas referentes à cooperação econômica, já que, o FCCP não intervém no tratamento de questões de política comercial do bloco, de exclusiva responsabilidade do GMC e CMC.

Além deste Foro, o Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Eduardo Duhalde, realizava uma visita à Federação Russa entre nos dias 17 e 20 de maio de 2005. Nesta ocasião, reuniu-se com o Ministro dos Assuntos Exteriores desse país, Serguey Lavrov, com o objetivo de fomentar as relações entre ambas as partes. No encontro se destacavam coincidências em relação aos problemas centrais da agenda internacional, concordando-se ampliar a cooperação bilateral no âmbito da Organização de Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais.

Do mesmo modo, a Chancelaria russa informava, em um comunicado, que "exploraram-se caminhos de cooperação comercial, econômica e de investimentos, com possibilidades de concretizarem-se no futuro imediato. As conversações com vistas a incrementar a cooperação econômica bilateral privilegiaram setores como petróleo, gás natural, energia elétrica, infra-estrutura de transporte, novas tecnologias, medicina, indústria farmacêutica e o complexo agroindustrial".

---

<sup>82</sup> O comércio com o México teve uma forte expansão nos últimos anos, tendo as exportações do bloco aumentado 110% em relação ao ano 2000. Das exportações totais do MERCOSUL, 3.8% tem como destino o México.

A comitiva do MERCOSUL que acompanhava o Dr. Duhalde, integrada por empresários da indústria de biotecnologia, informática e farmacêutica -assim como representantes dos Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e da Argentina-, manteve reuniões com a Câmara de Indústria e Comércio da Federação Russa. Ali, decidiu-se realizar, em 2006, um foro empresarial e reuniões especializadas para explorar as potencialidades de uma cooperação mais intensa entre ambas as partes.

Finalmente, nesta etapa teve lugar a visita oficial do Vice-presidente da Argentina, Daniel Scioli, que presidia em Moscou o terceiro encontro do Conselho Empresarial Argentino-Russo, onde se destacavam as possibilidades de ampliar os intercâmbios comerciais e os investimentos. Estes consensos ocorriam poucos meses depois de a Rússia assinar com o Brasil uma série de acordos de cooperação em matéria econômica, científica, cultural e tecnológica.

#### **N. MERCOSUL-Coréia, começando por um estudo de viabilidade**

A partir 1997, a Coréia e o MERCOSUL estabeleceram um mecanismo de consulta e informação, similar aos vigentes com o Japão e China. Foram levadas a cabo cinco Reuniões de Alto Nível. Em outubro de 2004, por ocasião da visita do presidente da Coréia a Brasília, assinou-se um acordo para a realização de um estudo de viabilidade do impacto econômico-comercial de uma eventual área de livre comércio Coréia-MERCOSUL.

Em maio de 2005 foram estabelecidos os termos de referência deste estudo que incluirá uma análise de equilíbrio geral, completado por outro de equilíbrio parcial -mais a utilização de indicadores comerciais- para determinar impactos de fluxos comerciais no nível de setores produtivos e um levantamento de medidas que afetam o comércio.

#### **O. Outras negociações em curso**

##### *a) MERCOSUL-Egito*

Na Cúpula do Iguazu, em meados de 2004, assinou-se um Acordo-Quadro para a negociação entre as partes. Tal acordo prevê a criação de uma zona de livre comércio, antes da assinatura de um Acordo de Preferências Fixas.

##### *b) MERCOSUL-Marrocos*

O MERCOSUL assinou um Acordo-Quadro com o Marrocos no final de novembro de 2004, do tipo dos já existentes com a Índia, SACU e Egito. A idéia é avançar em algum tipo de acordo de comércio preferencial.

##### *c) MERCOSUL-Israel*

Depois de reiteradas propostas por parte de Israel para iniciar negociações para formar uma zona de livre comércio com o MERCOSUL formalizou-se, em meados de 2005, o início das negociações, começando com uma proposta para assinar um Acordo-Quadro.

##### *d) MERCOSUL-Paquistão*

Em diferentes oportunidades, o Paquistão manifestou interesse em negociar um acordo de preferências comerciais com o MERCOSUL, para posteriormente negociar um tratado de livre comércio. Na reunião do GMC de junho de 2005 o MERCOSUL decidiu iniciar negociações.

*e) MERCOSUL-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)*

Os países que integram o CCG -Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omán e Qatar- propuseram ao MERCOSUL, em 2004, a assinatura de um Acordo-Quadro com vistas à negociação de uma zona de livre comércio. Este Acordo-Quadro de Cooperação Econômica foi assinado em maio de 2005 durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos Países Árabes. Estabelece a negociação, em primeiro lugar, de um acordo comercial, para posteriormente avançar em um acordo de livre comércio.

*f) Outras conversações*

No curso do último ano, o MERCOSUL manteve conversações com o Japão, com os países do Closer Economic Relations (CER) (Austrália e Nova Zelândia), Sistema de Integração Centro-americano (SIECA), CARICOM (integrado por uma quantidade de pequenos países entre os quais se destacam Trindade e Tobago, Jamaica, Guiana e Suriname) e com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), entre outros.

## **CAPÍTULO VI. A INFRA-ESTRUTURA E A INTEGRAÇÃO FÍSICA REGIONAL<sup>83</sup>**

A inclusão dos assuntos de integração física na agenda do MERCOSUL como um dos componentes centrais para impulsionar o desenvolvimento sustentado da região significa um reconhecimento de sua importância como fator estratégico para o crescimento econômico e social dos sócios. Assim tem sido considerado nos diferentes encontros das autoridades de máximo nível do bloco, representando uma parte central dos objetivos e debates da integração da América do Sul.

Na XXXVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada na cidade de Assunção, nos dias 18 e 19 de junho de 2005, os presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL manifestaram sua vontade política de que as decisões e tarefas realizadas no contexto da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA) avançassem mais rapidamente, com o objetivo de integrar efetivamente os países da região. Neste contexto, impulsionaram a criação de mecanismos de financiamento para promover o desenvolvimento de infra-estrutura na região. Do mesmo modo, manifestaram seu mais decidido apoio ao desenvolvimento do Corredor Bioceânico Central, que compreende a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai.

Finalmente, destacaram seu interesse em que se continue avançando nos projetos de interconexão física e energética no subcontinente, procurando incluir todos os países da região, tendo em vista as fontes concretas de energia existentes e priorizando as áreas mais necessitadas nesta matéria.

Neste contexto, as ações de integração do setor energético no âmbito do MERCOSUL, colocaram-se, neste último ano, como uma das prioridades a serem resolvidas por parte dos governos dos Estados Partes. Do mesmo modo, desenvolveram-se diferentes eventos focalizados no planejamento e coordenação conjunta por parte das agências regionais cujo objetivo esteve centrado em fortalecer a cooperação para o impulso de projetos sustentáveis, assim como a melhora na utilização dos recursos naturais.

Em tal sentido, foram identificadas as atividades a serem desenvolvidas no nível regional que terão suas agendas focalizadas em temas como: identificação de novos instrumentos financeiros para o setor energético; a elaboração de um plano estratégico regional; o desenvolvimento sustentável do gás boliviano; a cooperação tecnológica regional e o fortalecimento das Agências Reguladoras.

Do mesmo modo, os Ministros de Energia e representantes dos Governos do MERCOSUL, do Chile, da CAN, do Suriname e da Guiana reconheceram em Caracas, em finais de setembro de 2005, que, apesar dos avanços obtidos no setor e o potencial de desenvolvimento que tem a região, existem sérios desafios para se obter os fornecimentos de energia. Com o propósito de enfrentar esta tarefa se concordou em aprofundar a iniciativa Petroamérica, que visa a materializar uma integração energética sul-americana de forma integral.

Todavia, nos assuntos relativos ao desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações, os avanços obtidos neste último período tiveram a ver com assuntos ligados aos processos de transporte terrestre (rodovias e pontes, passos de fronteiras e melhoras de terminais portuários) e o processo de avanço das Tecnologias de Comunicações (TICs), ambos os setores vinculados fortemente com o desenvolvimento da IIRSA.

---

<sup>83</sup> Esta parte do Informe foi elaborada por Miguel Amui, Consultor do BID-INTAL, membro do Comitê de Coordenação Técnica da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

No âmbito do MERCOSUL, podem-se destacar os trabalhos priorizados pelos governos na Agenda de Implementação Consensual da IIRSA, entre os quais estão a duplicação da Rodovia 14 "Rodovia do MERCOSUL" entre a Argentina e o Brasil, que exigirá um investimento estimado em US\$ 270 milhões; a adequação do Corredor Rio Branco-Montevideú-Colônia entre o Uruguai e Brasil estimado em US\$ 90 milhões; a construção da ponte Yaguarón-Rio Branco entre o Brasil e Uruguai, de US\$ 12 milhões; a duplicação Palhoça-Osório "Rodovia MERCOSUL" entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai com um investimento estimado de US\$ 283 milhões; O Projeto Ferroviário Los Andes-Mendoza, estimado em US\$ 224 milhões, entre a Argentina e Chile, e o Gasoduto do Noroeste entre a Argentina e Bolívia, estimado em US\$ 1,000 milhões. Do mesmo modo, pode-se destacar, entre outros projetos, o Anel Ferroviário de São Paulo, cujo investimento estimado atinge US\$ 300 milhões.

Seguindo com os assuntos de infra-estrutura física de integração no âmbito do MERCOSUL, destaca-se o avanço do Programa Piloto sobre Passos de Fronteira, compreendendo os passos de: Cristo Redentor, Frei Bentos-Porto Unzué, Cidade do Leste-Foz do Iguaçu.

No contexto deste Programa<sup>84</sup> estão sendo levadas adiante tarefas específicas como a elaboração dos distintos diagnósticos de situação, particularidades e aspectos críticos de cada passo, encontros técnico-institucionais requeridos para a execução dos projetos, desenhos conceituais, preparação de acordos bilaterais definitivos para a entrada em operação dos novos modelos de cada passo e a preparação da documentação requerida para a gestão de cooperação técnica.

Este programa prevê o apoio às autoridades dos governos do MERCOSUL nas negociações bilaterais que sejam celebradas com o propósito de se chegar a acordos sobre aspectos institucionais, legais, regulatórios, operacionais, de investimentos, de mecanismos de avaliação e controle, de sistemas de indicadores e medição, de propostas de soluções imediatas, de normas e procedimentos integrados, de proposta de criação ou fortalecimento do Conselho Consultivo Binacional e dos cronogramas de atividades.

## **A. IIRSA**

De modo mais geral, e, como já foi comentado, os países do MERCOSUL participam desta Iniciativa desde sua criação (em agosto de 2000). A IIRSA tem como objetivo a realização de ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica da parte sul do continente, incluindo a modernização da infra-estrutura regional e a realização de ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento de sub-regiões isoladas. Assim, a Iniciativa tem por objeto promover o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações sob uma visão regional, procurando a integração física dos doze países sul-americanos, visando alcançar um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável.

Em termos operativos, a IIRSA contempla mecanismos de coordenação e intercâmbio de informação entre os Governos, as três instituições financeiras multilaterais da região (BID, CAF e FONPLATA), o setor privado e a sociedade civil para alcançar os objetivos propostos.

O trabalho da IIRSA se organiza em torno de três níveis:

---

<sup>84</sup> Programa financiado conjuntamente e de maneira setorizada por passo de fronteira, pelo BID e pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Do mesmo modo, também participa deste Programa a Corporação Andina de Fomento (CAF), no financiamento do passo Cúcuta-San Antonio, entre Colômbia e Venezuela.

1. O Comitê de Direção Executiva (CDE): integrado por representantes de alto nível designados pelos Governos da América do Sul. O CDE tem uma Presidência e duas Vice-presidências;

2. Os Grupos Técnicos Executivos (GTEs): integrados por funcionários e expertos designados pelos Governos da América do Sul. Estes Grupos Técnicos Executivos são constituídos para cada eixo de integração e desenvolvimento e para cada um dos processos setoriais de integração aprovados pelo CDE;

3. O Comitê de Coordenação Técnica (CCT): integrado por representantes do BID, CAF e FONPLATA, que coordena o apoio técnico a ser prestado às áreas prioritárias estabelecidas pelo Comitê de Direção Executiva e pelos Grupos Técnicos Executivos. O CCT conta com uma Secretaria permanente, na sede do Instituto para a Integração da América Latina e o Caribe (BID-INTAL), em Buenos Aires.

Adicionalmente, a Iniciativa se estruturou em cada país em torno da figura de Coordenadores Nacionais, que são os responsáveis de articular a participação dos diferentes Ministérios e organismos governamentais envolvidos na IIRSA e, eventualmente, a de outros setores relevantes da sociedade (setor privado, governos estaduais/provinciais, academia e ONGs, entre outros).

De acordo com o mandato presidencial, a IIRSA organiza suas atividades em torno de sete princípios básicos:

1. *Regionalismo aberto*: a América do Sul é concebida como um espaço geo-econômico plenamente integrado, no qual é preciso reduzir ao mínimo as barreiras internas ao comércio e os gargalos na infraestrutura e nos sistemas de regulação e operação que sustentam as atividades produtivas em escala regional. Ao mesmo tempo em que a abertura comercial facilita a identificação de setores produtivos de competitividade global, a visão da América do Sul como uma só economia permite reter e distribuir em melhor medida os benefícios do comércio intra e extra-regional.

2. *Eixos de Integração e Desenvolvimento*: o espaço sul-americano é organizado em torno de faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, nas quais se busca estabelecer um padrão mínimo comum de qualidade de serviços de infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações, a fim de apoiar as atividades produtivas específicas de cada Eixo de Integração e Desenvolvimento. A provisão destes serviços busca promover o desenvolvimento de negócios e cadeias produtivas com economias de escala ao longo destes eixos, seja para o consumo interno da região seja para a exportação aos mercados globais. Este ordenamento do espaço sul-americano facilitará o acesso a zonas com potencial produtivo que atualmente se encontram subutilizadas, devido à deficiente provisão de serviços de transporte, energia ou telecomunicações.

3. *Sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional*: o processo de integração do espaço sul-americano deve ser alcançado respeitando-se os quatro elementos que se seguem: (i) sustentabilidade econômica, proporcionada pela eficiência e a competitividade nos processos produtivos; (ii) sustentabilidade social, proporcionada pelo impacto visível do crescimento econômico sobre a qualidade de vida da população em geral; (iii) sustentabilidade ambiental, que implica o uso racional dos recursos naturais e a conservação do patrimônio ecológico; e (iv) sustentabilidade político-institucional, que consiste na criação de condições para que os diversos agentes públicos e privados da sociedade possam contribuir para o processo de desenvolvimento e integração.

4. *Aumento do Valor Agregado da Produção*: o desenvolvimento e a integração regional não devem ser simplesmente para produzir mais do que tradicionalmente produzimos, mas deve sim, ser um processo de melhoramento constante da qualidade e produtividade dos bens e serviços (mediante a inovação e a geração de conhecimento). Como parte do processo de integração regional, nossas economias devem reorientar-se para formar cadeias produtivas em setores de alta competitividade global, capitalizando as



diversas vantagens comparativas dos países da região e fortalecendo a complementariedade de suas economias para gerar valor agregado na produção.

5. *Tecnologias da Informação*: o uso intensivo de modernas tecnologias de informática e comunicações permite promover uma transformação total dos conceitos de distância e espaço, a fim de superar barreiras geográficas e operativas dentro da região e aproximar a economia sul-americana dos grandes motores da economia mundial. A difusão e uso intensivo destas tecnologias apóiam uma transformação, não só dos sistemas produtivos da região, mas também do funcionamento geral da sociedade, incluindo os sistemas educativos, a provisão de serviços públicos, e a organização mesma da sociedade civil.

6. *Convergência Normativa*: como parte dos requisitos necessários para viabilizar os investimentos em infra-estrutura regional, é preciso vontade política dos governos para promover e facilitar o diálogo entre as autoridades reguladoras e de planejamento dos países com o fim de se obter compatibilidade entre as regras que orientam as atuações da iniciativa privada na região.

7. *Coordenação Público-privada*: os desafios do desenvolvimento da região expõem a necessidade de coordenação e lideranças compartilhadas entre os governos e o setor empresarial privado, incluindo tanto a promoção de associações estratégicas público-privadas para o financiamento de projetos de investimento, quanto consultas e cooperação para o desenvolvimento de um ambiente regulatório adequado para a participação significativa do setor privado nas iniciativas de desenvolvimento regional e integração. A concepção do desenvolvimento como uma responsabilidade compartilhada entre governos e empresários promove o desenho de fórmulas inovadoras de financiamento, execução e operação de projetos "estruturantes", dividindo-se riscos e benefícios.

Neste contexto, definiram-se nove linhas de ações básicas:

1. Desenhar uma visão integral da infra-estrutura.
2. Enquadrar os projetos dentro de uma planificação estratégica, a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais.
3. Modernizar e atualizar os sistemas regulatórios e institucionais nacionais que disciplinam o uso da infra-estrutura.
4. Harmonizar as políticas, planos e aspectos regulatórios e institucionais entre os Estados.
5. Valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos.
6. Melhorar a qualidade de vida e as oportunidades das populações nos eixos de integração.
7. Incorporar mecanismos de participação e consulta.
8. Desenvolver mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos.
9. Estruturar esquemas financeiros adaptados à configuração do risco de cada projeto.

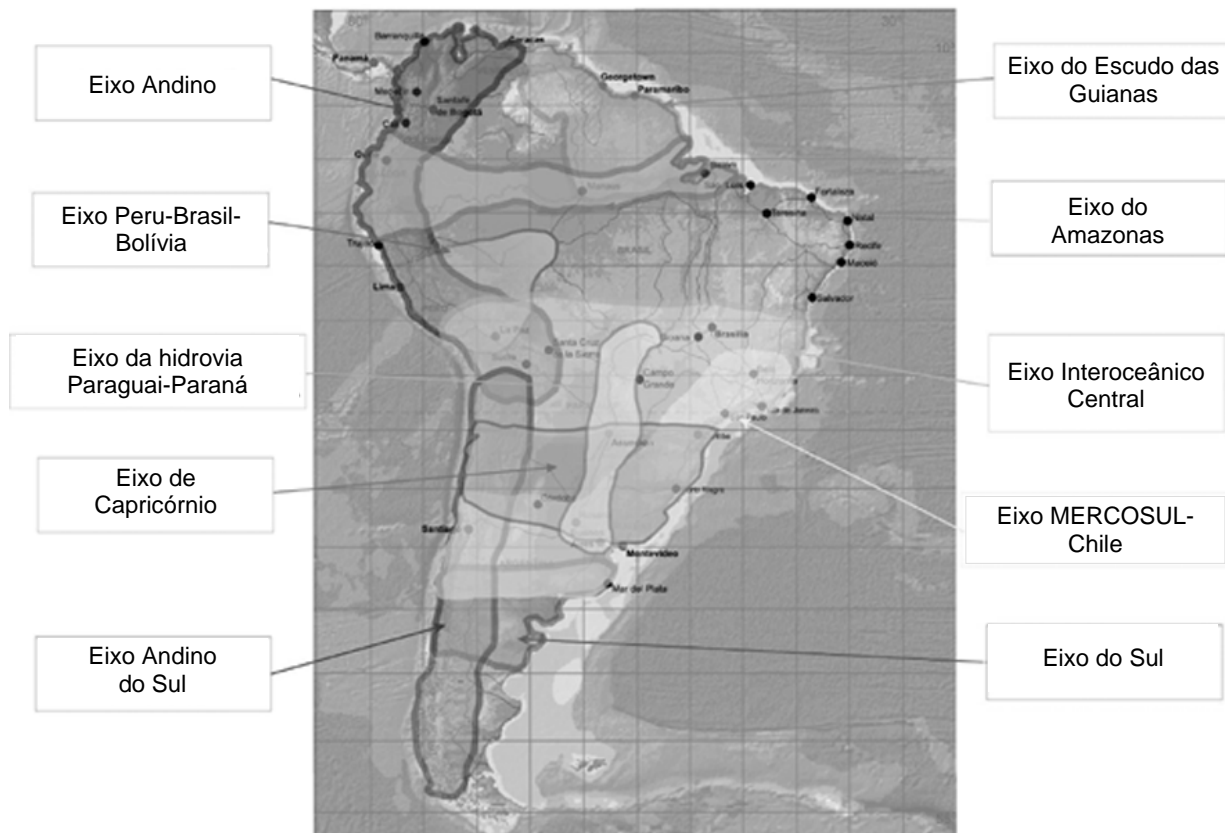
Este esforço inclui a busca de soluções inovadoras entre os Governos e os organismos financeiros multilaterais, que incentivem a participação do capital privado.

## **B. Objetivos alcançados**

A IIRSA se consolidou como uma instância central para a construção de uma agenda comum de ações e projetos para a integração física. Durante estes primeiros quatro anos, concentrou seus esforços em três áreas de ação principais:

Desenho de uma *Visão Estratégica para a Integração Física Sul-americana*: busca conformar uma visão compartilhada entre os doze países, em que concordem os princípios básicos para garantir o crescimento econômico sustentado da região, concebendo a integração física como uma condição necessária para o desenvolvimento, ligada a transformações significativas em outras quatro dimensões-chaves: competitividade, qualidade social, qualidade ambiental e qualidade institucional.

*Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)*: os países definiram dez EID's que articulam o continente sul-americano. A partir de sua caracterização econômica, social e ambiental, o objetivo é identificar para cada EID os requerimentos de infra-estrutura física com o fim de estimular o desenvolvimento.



*Processos Setoriais de Integração (PSI)*: procura modernizar e atualizar os sistemas regulatórios nacionais que disciplinam o uso da infra-estrutura, promovendo a harmonização de políticas, planos e aspectos legais e institucionais entre os países.

Com este fim, a Iniciativa realizou estudos de diagnóstico de caráter regional e levou à consideração dos países esboços de ação de curto, médio e longo prazo para os seguintes processos:

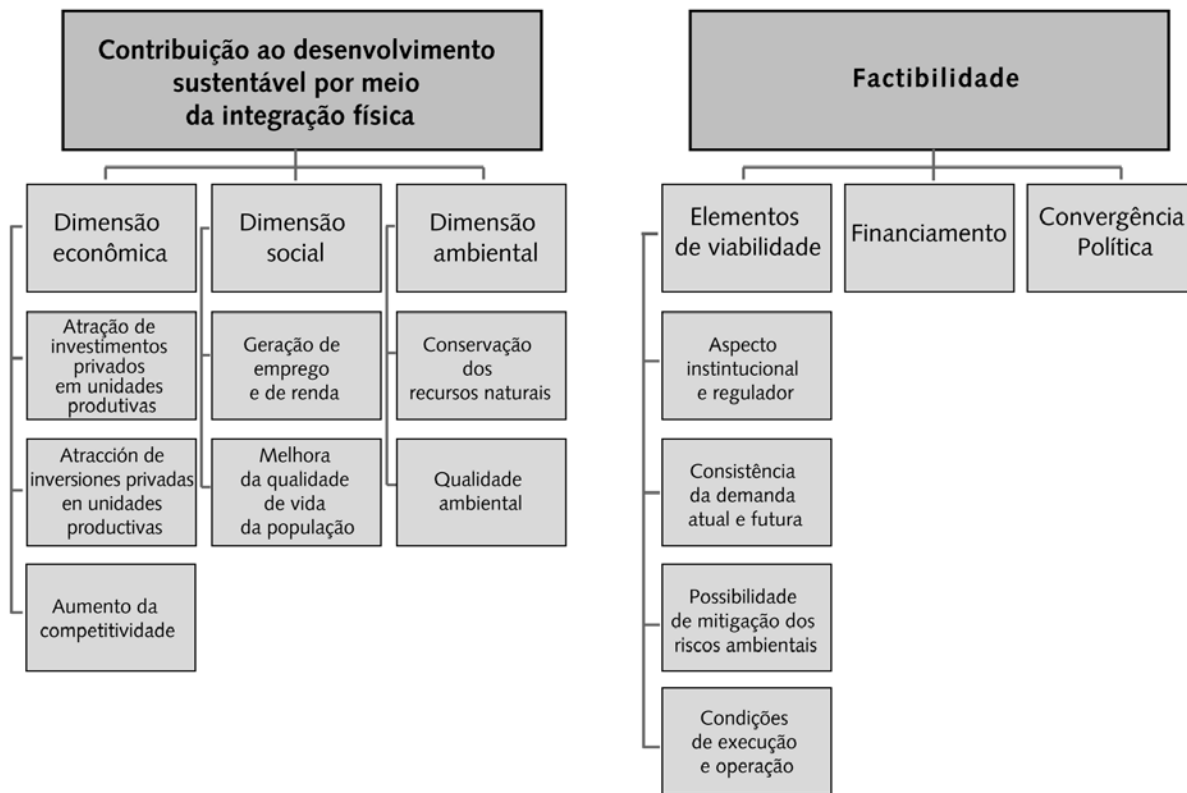
- Tecnologias de Informação e de Comunicações.
- Sistemas operacionais de Transporte Aéreo.
- Facilitação de Passos de Fronteira.
- Sistemas operacionais de Transporte Marítimo.
- Integração Energética.
- Sistemas operacionais de Transporte Multimodal.
- Instrumentos de Financiamento

## Planejamento Territorial

O planejamento territorial verificou três etapas básicas:

1. Na primeira etapa, a agrupação de projetos dentro de cada EID foi desenvolvida com base no conceito de sinergias<sup>85</sup> e permitiu definir quarenta agrupações, seus projetos- âncora<sup>86</sup> e funções.
2. A segunda etapa consistiu na definição de uma estrutura de fatores que captem os atributos de cada grupo de projetos, em termos de impacto para o desenvolvimento e de viabilidade de implementação.
3. Duas dimensões estratégicas de análise foram definidas entre o CCT e as Coordenações Nacionais:  
(a) Impactos sobre o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental; e  
(b) Viabilidade de sua implementação, derivada de sua viabilidade técnica, capacidade de acesso a financiamento de fontes diversas e convergência política.

A estrutura de fatores aplicada na avaliação dos agrupamentos se apresenta a seguir:



<sup>85</sup> O processo de agrupamento se baseia na possibilidade de exploração das externalidades positivas de um conjunto de investimentos que pode gerar benefícios maiores que a soma dos resultados dos projetos individuais que o compõem (sinergias). As mesmas podem conceitualmente classificar-se em: *Sinergia Vertical*: o agrupamento se dá em virtude das relações *input-output*, em uma cadeia sistêmica funcional. *Sinergia Horizontal*: refere-se à utilização de recursos comuns ou por facilidade de implementação.

<sup>86</sup> O projeto âncora é o que dá sentido à formação do grupo e viabiliza as sinergias. Quer dizer, deve possuir poder catalítico-sinérgico para justificar a formação de um agrupamento no seu entorno. Não é necessariamente o projeto de maior porte, mas é identificado como gargalo ou elo faltante da rede de infra-estrutura que impede o aproveitamento dos efeitos combinados do grupo.

Na terceira etapa, a avaliação das agrupações se desenvolveu em três reuniões do GTEs, processo que apresentou duas características distintivas:

- qualitativo, quer dizer, baseou-se na convergência de opiniões dos peritos sobre o impacto esperado da implementação das agrupações;
- hierárquico, procurando identificar tais impactos em um quadro comparado entre os grupos, que permita estabelecer uma ordem relativa entre eles.

Neste contexto, os governos formaram uma carteira que na atualidade conta com 335 projetos de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, que representam um investimento estimado de US\$ 37.470 milhões.<sup>87</sup>

**QUADRO 15**  
**PROJETOS E INVESTIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE,**  
**ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES**

<b>Eixo de Integração e Desenvolvimento</b>	<b>Nº de grupos</b>	<b>Quantidade de projetos</b>	<b>Investimento estimado (US\$ milhões)</b>
Do Amazonas	6	44	2.000
Andino	11	74	5.000
Do Escudo das Guianas	4	32	370
Peru-Brasil-Bolívia	3	18	11.600
Interoceânico Centra	5	44	3.300
De Capricórnio	4	34	2.000
Do Sul	2	21	1.100
MERCOSUR-Chile	5	68	12.100
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>335</b>	<b>37.470</b>

*Objetivos alcançados no período julho 2004-julho 2005*

AGENDA DE IMPLEMENTAÇÃO CONSENSUAL (AIC) 2005 - 2010

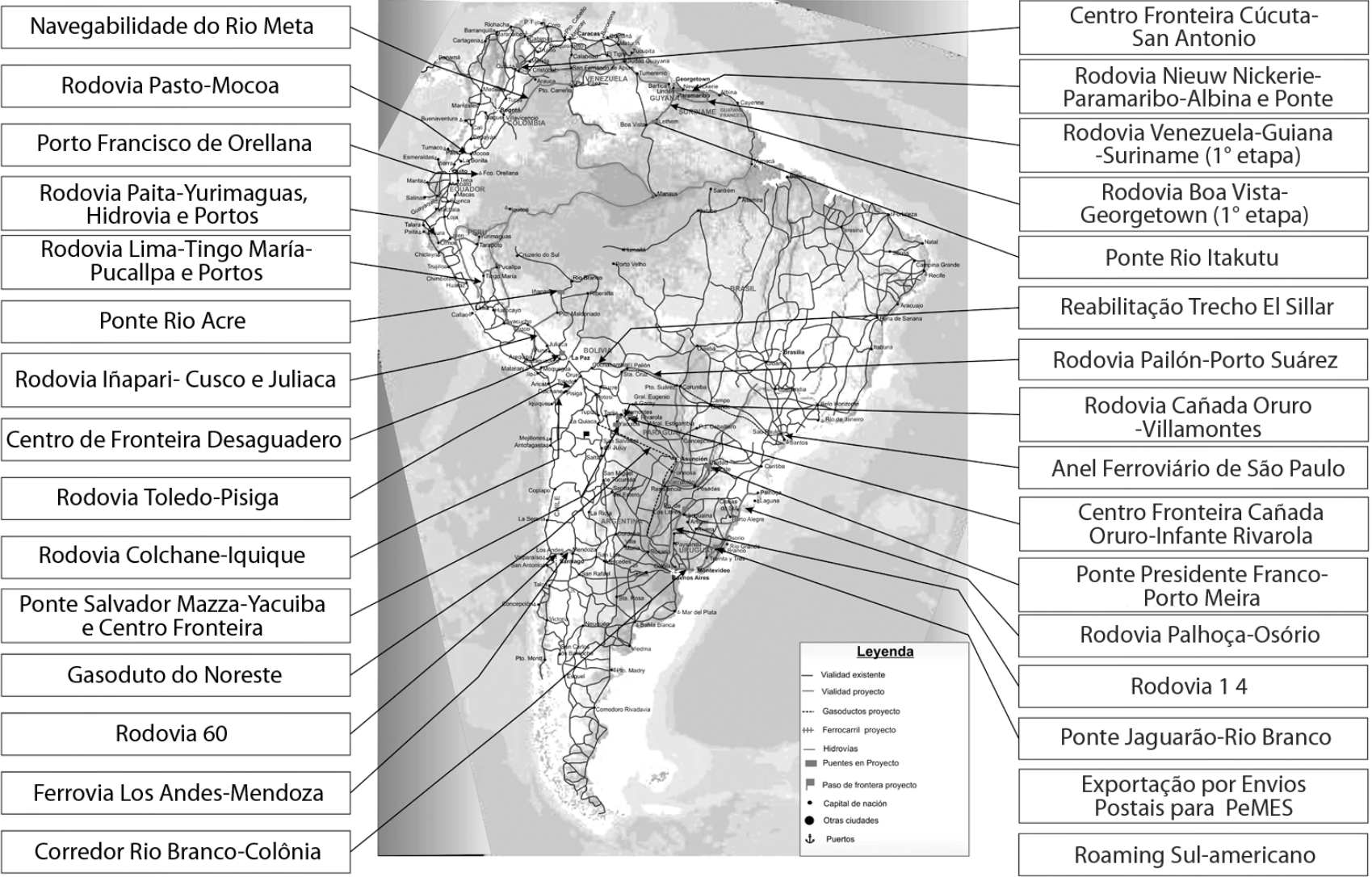
Na VI Reunião do CDE da IIRSA (Lima, 23-24 de novembro de 2004), os países definiram um conjunto de trinta e um projetos prioritários para sua implementação na gestão 2005-2010, que, por meio de fontes de financiamento alternativas representam investimentos por US\$ 4.316 milhões. Os valores estimados para os países pertencentes ao MERCOSUL atingem um investimento de US\$ 955 milhões; do mesmo modo, os projetos que envolvem um ou mais Estados Partes alcançam uma cifra de, aproximadamente, US\$ 3.064 milhões. O objetivo é gerar uma nova etapa da Iniciativa, na que se acelere a obtenção de resultados concretos em projetos de alto impacto para a integração física continental.

<sup>87</sup> Ainda não foi conformada uma carteira de projetos para os Eixos da Hidrovia Paraguai-Paraná e Andino do Sul.

**QUADRO 16**  
**PROJETOS ESTRATÉGICOS DOS EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DO**  
**PROCESSO SETORIAL DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E AS COMUNICAÇÕES**

Nº	Projetos	Eixo	US\$ milhões	Países
1	Duplicação Rodovia 14	MERCOSUR - Chile	270	AR (BR)
2	Adequação Corredor Rio Branco-Montevideú-Colônia	MERCOSUR - Chile	90	UR (BR)
3	Construção Ponte Yaguarón-Rio Branco	MERCOSUR - Chile	12	BR-UR
4	Duplicação Palhoça-Osório (Rodovia MERCOSUL)	MERCOSUR - Chile	283	BR (AR-UR)
5	Projeto Ferroviário Los Andes-Mendoza	MERCOSUR - Chile	224	AR-CH
6	Concessão Rodovia 60 Valparaíso-Los Andes	MERCOSUR - Chile	165	CH (AR)
7	Gasoduto do Noroeste	MERCOSUR - Chile	1,000	AR (BO)
8	Construção Ponte Salvador Mazza-Yacuiba	Capricórnio	10	AR-BO
9	Nova Ponte Presidente Franco-Porto Meira	Capricórnio	55	PR-BR
10	Construção Rodovia Pailón-Porto Suárez	Interoceânico	245	BO-BR
11	Anel Ferroviário de São Paulo	Interoceânico	300	BR
12	Passo de Fronteira Cañada Oruro-Infante Rivarola	Interoceânico	1	BO-PR
13	Construção da Rodovia Cañada Oruro-Villamontes-Tarija-Estação Abaroa (1ª etapa: Villamontes- Cañada Oruro)	Interoceânico	60	BO (PR)
14	Rodovia Toledo-Pisiga	Interoceânico	75	BO-CH
15	Reabilitação Rodovia Colchane-Iquique	Interoceânico	20	BO-CH
16	Reabilitação Trecho El Sillar	Interoceânico	30	BO (BR-CH-PE)
17	Centro de Fronteira Desaguadero	Andino	5	BO-PE
18	Passo de Fronteira Cúcuta-San Antonio de Táchira	Andino	2	CO-VE
19	Recuperação da navegabilidade do Rio Meta	Andino	12	CO-VE
20	Rodovia Pasto-Mocoa	Amazonas	71	CO
21	Rodovia Paita-Yurimaguas, Hidrovia Huallaga, Portos e Centros Logísticos da Paita, Yurimaguas e Iquitos	Amazonas	248	PE (BR)
22	Rodovia Lima-Tingo María-Pucallpa, Porto e Centro Logístico da Pucallpa e modernização do Porto El Callao (1ª etapa)	Amazonas	296	PE (BR)
23	Porto Francisco de Orellana	Amazonas	20	EC
24	Pavimentação Iñapari-Porto Maldonado-Inambari, Inambari-Juliaca/Inambari-Cusco	Perú-Brasil-Bolívia	700	PE-BR
25	Ponte sobre o Rio Acre	Perú-Brasil-Bolívia	10	BR-PE
26	Rodovia Boa Vista-Bonfim-Lethem-Georgetown (1ª etapa: estudos de viabilidade e ambientais)	Escudo das Guianas	2	GY-BR
27	Ponte sobre o Rio Itakutu	Escudo das Guianas	18	GY-BR
28	Rodovia Venezuela (Cidade Guiana)-Guiana (Georgetown)-Suriname (Paramaribo) (1ª etapa: estudos de viabilidade)	Escudo das Guianas	2	VE-GY-SU
29	Melhorias na via Nieuw Nickerie-Paramaribo-Albina e Ponte Internacional sobre o Rio Marowijna	Escudo das Guianas	90	SU-GY
30	Exportação por Envios Postais para PeMES	TICs	-	Todos
31	Implementação de acordo do Roaming na América do Sul	TICs	-	Todos
<i>Subtotal projetos países só MERCOSUL</i>			955	
<i>Subtotal projetos com um ou mais países MERCOSUL</i>			3.064	
<b>Total</b>			<b>4.316</b>	

O mapa abaixo mostra a localização geográfica dos Projetos selecionados:





## BIBLIOGRAFIA

- BANCO CENTRAL DA ARGENTINA - BCA. *Informe de Inflación*. Vários Números. [Http://www.bcra.gov.ar](http://www.bcra.gov.ar) 2004-2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Inflação*. Vários números. 2004-2005.
- BANCO CENTRAL DO PARAGUAI. *Gerencia de Estudios Económicos*. Informes Vários. 2004-2005.
- BANCO CENTRAL DO URUGUAI. *Área de Investigaciones*. Informes Trimestrais. 2004-2005.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID. MERCOSUL. Documento de Programação Regional 2005-2008.
- BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2005*. 2004.
- BOUZAS, ROBERTO. "Compensating Asymmetries in Regional Integration Agreements: Lessons for MERCOSUR", en Giordano, Paolo; Francesco Lanzafame y Jörg Meyer-Stamer (Eds.): *Asymmetries in Regional Integration and Local Development*. Washington DC: BID. 2005.
- BRAGACHINI, ET AL. *El sector de Maquinaria Agrícola*. 2000.
- ABECEB.COM. Informe de Comércio Exterior e Relações Internacionais. [Http://www.abeceb.com](http://www.abeceb.com). 2004.
- \_\_\_\_\_. As vendas de automóveis ao Brasil con poucos sinais de recuperação. Disponívies em <http://www.abeceb.com>. 2005.
- CENTRO DE ESTUDIOS PARA LA PRODUCCIÓN - CEP. "El Sector de Grandes Electrodomésticos en Argentina", em *Síntesis de la Economía Real*, N° 44. 2004.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. "Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2005", LC/G.2265-P/E. Santiago do Chile: CEPAL. Dezembro, 2004.
- CHUDNOVSKY, DANIEL E ÁNGEL CASTAÑO. "Sector Maquinaria Agrícola". Em *Componentes macroeconómicos, sectoriales y microeconómicos para una estrategia nacional de desarrollo*. MECON-CEPAL. [Http://www.mecon.gov.ar](http://www.mecon.gov.ar). 2003.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. *World Economic Outlook*. Washington DC. 2005.
- GIAMBIAGI, FABIO E IGOR BARENBOIM. "Mercosul: por uma nova estratégia brasileira", (mimeo). 2005.
- GONZÁLEZ CANO, HUGO. Análisis de la armonización tributaria en el MERCOSUR desde la situación y perspectivas de Argentina. Ponencia "Tributación para la Integración del MERCOSUR". Organizado pelo INTAL e pela Chancelaria Argentina. 2004
- HILAIRE, A. E Y. YONG. "The New Regionalism/Bilateralism of the United States". IMF WP/03/26. 2003.
- INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA - IIRSA. Documentos Vários. [Http://www.iirsa.org](http://www.iirsa.org). 2004-2005.



- INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE. *Capital Flows to Emerging Market Economies*. 2005.
- INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - INTAL. Informe MERCOSUL N° 8. Buenos Aires: BID-INTAL. 2003.
- \_\_\_\_\_. Informe MERCOSUL N° 9. Buenos Aires: BID-INTAL. 2004.
- MANSON, HERNÁN. El sector manufacturero de heladeras en Argentina: ¿Un imposible en el escenario mundial?, (mimeo). 2005.
- MARKWALD, RICARDO. "A política externa comercial do Governo Lula: o caso do Mercosul". Em *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, N° 83. 2005.
- MINISTÉRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA COSTA RICA. "Acordo US-DR-CAFTA". 2005.
- MOTTA VEIGA, PEDRO. MERCOSUL: Can Political Convergence Help Overcome Crisis?, (mimeo). 2005.
- PEÑA, FÉLIX. "Latinoamérica y la UE en un mundo de arenas movedizas". Apresentação na Conferência Anual OBREAL/EULARO. Barcelona. 2005.
- \_\_\_\_\_. "MERCOSUL e Relações entre Argentina e Brasil: Perspectivas para avaliação e propostas de ação", em *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, N° 81. 2004.
- POLONIA RÍOS SANDRA. "El impacto del G-20 en las Relaciones UE- MERCOSUR, en el ámbito de la Ronda Doha y en el futuro de las relaciones bilaterales", (mimeo). 2005.
- ROUBINI, NOURIEL. *Latin America: Secular change leading to a new paradigm for growth or cyclical/ external luck?* Maio, 2005.
- ROZEMBERG, RICARDO E CELINA PENA. "MERCOSUR: A Different Approach to Institutional Development". *FOCAL Policy Paper*, 05-06. 2005.
- SECRETARIA DO MERCOSUL. *Informe Semestral*, N° 1, 2 e 3. 2004-2005.
- SICA, DANTE. "La realidad de la industria automotriz ¿en el camino hacia la consolidación?", apresentação 3° Salão Internacional do Automóvel. Buenos Aires. 2005.
- SICA, DANTE. "Mudança estrutural, investimento externo e intercâmbio comercial nas duas maiores economias de MERCOSUL", em *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, N° 81. 2004.
- SICA, DANTE. "Balance del MERCOSUR y Unión Europea". 40° Colóquio Anual de IDEA. 2004.
- SOARES DE LIMA, MARIA ROSA. "Aspiração internacional e intercâmbio comercial nas duas maiores economias do MERCOSUL", em *Revista Brasileira de Comércio Exterior* N° 82. 2005.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *World Investment Report 2004*. 2005.

VAILLANT, MARCEL. "Asimetrías y Disparidades de Integración Económica en Uniones Aduaneras de tipo Sur-Sur", documento apresentado no *Seminário Aprofundamento do MERCOSUL e o desafio das disparidades*, organizado pelo BID-INTAL. Rio de Janeiro. 2005.

VILLELA, LUIZ E ALBERTO BARREIX. "Tributación en el MERCOSUR y la necesidad de coordinación", ponencia presentada en el Foro Tributación para la Integración del MERCOSUR. Buenos Aires: INTAL-Chancelaria Argentina. 2004.

VITERI, MARÍA LAURA E GRACIELA GHEZÁN. *Innovaciones tecnológicas en los 90: industria molinera argentina*. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (INTA). 2002.

WORLD TRADE ORGANIZATION - WTO. *World Trade Developments in 2004 and Prospects for 2005*. 2005.

### **Bibliografia adicional**

ASOCIACIÓN CULTIVADORES DEL ARROZ. Informes vários. *Http://www.aca.com.uy*. 2005.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI. Secretaria Geral. Documentos e Estatísticas várias. *Http://www.aladi.org*. 2004 y 2005.

BOUZAS, ROBERTO. "MERCOSUR: Instituciones, Asimetrías e Integración Profunda", trabalho apresentado no Seminário BID sobre Assimetrias no MERCOSUL. Rio de Janeiro. Julho, 2005.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LA PRODUCCIÓN - CEP. Síntesis de la Economía Real, vários números. 2004 e 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. *Comércio Exterior em Perspectiva*. Vários números. 2004-2005.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. "Acordo Brasil-China 2004-2005". *Http://www.cebc.org.br*. 2005.

ECOLATINA. *Informe Semanal*. 19 novembro, 2004.

EL ERIAN, MOHAMED. *Presentation to the Latin Borrowers and Investors Forum*. Miami. Maio, 2005.

GIAMBIAGI, FABIO. "Por um novo pacto Brasil-Argentina", em *Revista de Comércio Exterior e Integração*, Nº 2. Centro de Economia Internacional. 2005.

GIORDANO, PAOLO. "Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay". Serie INTAL-ITD, Documento de Divulgação 27. Buenos Aires: BID-INTAL. 2004.

GIORDANO, PAOLO; MAURICIO MESQUITA MOREIRA E FERNANDO QUEVEDO. "El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional". Série INTAL-ITD, Documento de Divulgação 26. Buenos Aires: BID-INTAL. 2004.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - INTAL. "Carta Mensal". Vários Números. 2004-2005.

MAKUC, ADRIÁN. "Situación y perspectivas de las Negociaciones Externas", em *Boletín Techint*. N° 316. 2005.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA DA REPÚBLICA ARGENTINA. *Informe Económico*. Secretaria de Política Económica. Vários Números. 2004-2005.

PEÑA, FELIX. "Editorial", em *Boletín* N° 70, Real Instituto Elcano. Junho, 2005.

RIBEIRO, FERNANDO. "Exportações argentinas para o Brasil: Queda de *market share* e desempenho dos principais setores e produtos", em *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, N° 81. 2004.

ROZEMBERG RICARDO E ALEJO ESPORA. "El MERCOSUR, de la diplomacia negociadora a la articulación productiva", (mimeo). 2005.

ROZEMBERG RICARDO E GUSTAVO SVARZMAN. "El Proceso de Integración Argentina-Brasil en perspectiva: conflictos, tensiones y acciones de los gobiernos". Série INTAL-ITD-STA, Documento de Divulgação N° 17. Buenos Aires: BID-INTAL. 2002.

SECRETARIA DO MERCOSUL E A PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE DO MERCOSUL Atas, Decisões Administrativas e Documentos oficiais. *Http://www.mercosur.org.uy*. 2004-2005.

SUBSECRETARÍA DE COMERCIO EXTERIOR. Política Comercial Regional - Relaciones Comerciales 2004-2005. Secretaría de Industria, Comercio y Pymes. *Http://www.comercio.gov.ar*. 2004-2005.

SUBSECRETARIA DO MERCOSUL E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA. Chancelaria Argentina: Informes sobre negociações internacionais e documentos oficiais do MERCOSUL e de Acordos Bilaterais. *Http://www.mrecic.gov.ar*. 2004-2005.

NOTAS DE JORNAIS E COLUNAS DE OPINIÃO. 2004 e 2005

- Clarín, La Nación, El Cronista, BAE, Página 12, La Razón, El Economista e Ámbito Financiero (Argentina).
- Folha de São Paulo, O Estado do São Paulo, Revistas Veja e Valor Econômico (Brasil).
- El Observador e El Día (Uruguay).
- Outras publicações especializadas de la região. 2004 e 2005.

# PUBLICAÇÕES DO INTAL

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

*Integración & Comercio*. Revista semestral (espanhol e inglês) por assinatura o em forma individual.

*INTAL Carta Mensal* (espanhol, inglês e português - Internet).

## INFORMES SUB-REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO

*Informe ANDINO*. Publicação anual (espanhol). Versão em inglês: Internet.

*CARICOM Report*. Publicação anual (inglês).

*Informe CENTROAMERICANO*. Publicação anual (espanhol). Versão em inglês: Internet.

*Informe MERCOSUR*. Publicação anual (espanhol, inglês e português).

## INFORMES ESPECIAIS

*Raúl Prebisch: Power, Principle and the Ethics of Development* (inglês). Edição: Edgar J. Dosman.  
Serie INTAL-ITD 2006.

*China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda?* (español).  
Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp.). Serie INTAL-ITD 2005.

*Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales* (espanhol).  
Julio Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD 2004.

*Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación* (espanhol).  
Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

*MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica* (espanhol e português). Luiz Villela, Alberto Barreix  
e Juan José Taccone (eds.). 2003.

*Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16*. espanhol. 2002.

*Integración energética en el Cono Sur* (espanhol). Mario A. Wiegers. 1996.

*Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur* (espanhol):

*Transporte Terrestre*. José Alex Sant'Anna. 1997.

*Puertos y vías navegables*. Martín Sgut. 1997.

*Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional*. Ian Thomson. 1997.

*El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR* (espanhol e português). Juan José Taccone  
e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

*Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana*. espanhol (Internet).

*INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional*. espanhol.

*América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas*. espanhol (Internet).

## **DOCUMENTOS DE TRABALHO**

*Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela* (espanhol). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

*MERCOSUL e Comércio Agropecuario* (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

*The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration* (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

## **DOCUMENTOS DE DIVULGAÇÃO**

*El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos* (espanhol). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

*Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración* (espanhol). Lincoln Bizzozero - Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

*Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo* (espanhol). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

*La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración* (espanhol). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

*Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada* (espanhol). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

*Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas* (espanhol). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

*Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR* (espanhol). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

*Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius* (espanhol). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

*Integración y democracia en América Latina y el Caribe* (espanhol). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

## **BASES DE DATOS - SOFTWARE**

*DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América*

*Base INTAL MERCOSUR (BIM)*

*Base de datos bibliográficos (INTEG)*

*Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM)*

*Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe - II.* Atualizada a agosto 2005.

*Rueda de Negocios*

## **Série Red INT**

### **REDE INTAL DE CENTROS DE PESQUISA EN INTEGRAÇÃO (REDINT)**

#### **Segunda Convocatória:**

*Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN* (somente em espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

*Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR* (somente em espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

*Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica* (somente em espanhol- Versão resumida). 2003.

#### **Primeira Convocatória:**

*El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil* (somente em espanhol). 2000.

*El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos)* (somente em espanhol). 2000.

*El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico* (somente em espanhol). 2000.

*La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN)* (somente em espanhol). 2000.

## **PUBLICAÇÕES DE INTAL/ITD**

### **DOCUMENTOS DE TRABALHO - INICIATIVA ESPECIAL DE COMERCIO E INTEGRAÇÃO (IECI)**

*Which “industrial policies” are meaningful for Latin America?* (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

*Building Regional Infrastructure in Latin America* (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

*La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea* (espanhol). Jaime Zabudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

*Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987* (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

*The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987* (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

*The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment* (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad and Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD WP-SITI-07. 2004.

*MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis* (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

*MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones* (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

*MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial* (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06C. 2003.

*MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado* (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06B. 2003.

*MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator* (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

*Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica* (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

*Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement* (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

*Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations* (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch e Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

*Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity* (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

*Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas* (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabudovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

## **DOCUMENTOS DE TRABALHO**

*El desafío fiscal del MERCOSUR* (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

*Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA* (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

*Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración* (Spanish, English and Portuguese). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

*Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR.* (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

*Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement* (espanhol). Antoni Estevadeordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

*Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico* (English). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

*Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing* (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

*Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales* (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

*Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia* (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

*The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement* (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

*A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica* (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

*Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas* (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

*¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas?* (espanhol). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

*What's New in the New Regionalism in the Americas?* (inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

*The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR.* (inglês). Antoni Esteveordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

*El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción* (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

*Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA* (inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

*Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s* (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

*Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana* (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

## **DOCUMENTOS DE DIVULGAÇÃO - INICIATIVA ESPECIAL DE COMERCIO E INTEGRAÇÃO (IECI)**

*The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR* (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

*Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión* (espanhol). Jaime Zabludovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

*The Production and Financing of Regional Public Goods.* (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

*La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina* (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

*La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo* (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

*Latin American Industrial Competitiveness enad the Challenge of Globalization* (inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.



*El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina* (español). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

*Una llave para la integración hemisférica* (español e inglés). Herminio Blanco M., Jaime Zabudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

*Una nueva inserción comercial para América Latina* (español). Martín Redrado y Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

*La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC* (español). Victor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

## **DOCUMENTOS DE DIVULGAÇÃO**

*Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA.* (español) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

*Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System* (inglês) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

*Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades* (español). Celina Pena y Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

*Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth* (inglés). Anneke Jessen and Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

*Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement* (inglês). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005

*Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth* (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004

*Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay* (español). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004

*El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional* (español). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

*Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003)* (español). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

*Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed?* (inglês). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

*Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization* (inglês). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

*The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up?* (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

*Desigualdad regional y gasto público en México* (español). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

*Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales* (español e inglés). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

*The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union* (inglês). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA DD-19. 2003.

*Regional Aspects of Brazil's Trade Policy* (inglês). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

*El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina* (espanhol). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

*A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance* (inglês). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

*Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina* (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

*Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil* (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

*El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental* (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

*Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico* (espanhol: Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (también disponible en inglês).

*Regional Public Goods in Official Development Assistance* (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

*Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives* (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

*NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA* (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

*La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible* (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

*Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects* (inglês). Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

*The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other?* (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

*The FTAA: Some Longer Term Issues* (inglês). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

*Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects* (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

*Government Procurement and Free Trade in the Americas* (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Camblor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

*The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration* (inglês). Anneke Jessen y Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

*ALCA: Un proceso en marcha* (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

## **PUBLICAÇÕES INTAL/ITD/SOE**

### **EURO-LATIN STUDY NETWORK ON INTEGRATION AND TRADE (ELSNIT)**

*Issues Papers. First Annual Conference* (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004

*Issues Papers. Second Annual Conference* (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005

## **PUBLICAÇÕES DE INT/ITD**

### **DOCUMENTOS DE TRABALHO**

*La infraestructura de transporte en América Latina*. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

*Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration*. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

*Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo*. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

*Economic Integration and Equal Distribution*. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

*What can European Experience Teach Latin America About Integration*. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

*Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards*. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

*MERCOSUR: Logros y desafíos*. Carlos Sepúlveda y Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

*De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos*. Robert Devlin y Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

*El Mercado Común del Sur: MERCOSUR*. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

### **PUBLICAÇÕES ESPECIAIS**

*Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América*, Julho 1995; Fevereiro, Agosto y Dezembro 1996; Julho y Dezembro 1997; Agosto y Dezembro 1998; Fevereiro y Outubro 1999; Outubro y Dezembro 2000; Maio 2002; Dezembro 2002; Dezembro 2003; Janeiro 2004; Maio 2004; Dezembro 2004. (também disponível em inglês e as versões 1997 disponível em português).

*El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe*. Roberto Zahler. Trabalho apresentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID, Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

*Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial*. 1996 (também disponível em inglês).

*Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe.* Março 1997 (también disponible en inglés).

*Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina.* Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Noviembre 1997 (también disponible en inglés).

*Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas.* Luis Jorge Garay e Antoni Esteve de Oda. Junho 1995 (también disponible en inglés).

*El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe.* Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (también disponible en inglés).

*El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte.* Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglés, español e portugués).

*Asociación Transpacífica: El papel de América Latina.* Discurso pronunciado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (también disponible en inglés).







